

LEÓNIA MARGARIDA DA SILVA CARVALHO COELHO PAES FERNANDES

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
O CASO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

Ano 2021

LEÓNIA MARGARIDA DA SILVA CARVALHO COELHO PAES FERNANDES

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
O CASO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Empresarial

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Maria Margarida Nascimento Jesus

Professora Doutora Eugénia Maria Dores Maia Ferreira



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

Ano 2021

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
O CASO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Leónia Margarida da Silva Carvalho Coelho Paes Fernandes

.....

Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: Leónia Margarida da Silva Carvalho Coelho Paes Fernandes

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

I believe we have a responsibility not only to our contemporaries but also to future generations - a responsibility to preserve resources that belong to them as well as to us, and without which none of us can survive.

Kofi Annan

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que me apoiaram e ajudaram nesta caminhada quero expressar
a minha profunda gratidão.

RESUMO

A presente dissertação aborda a problemática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas Instituições do Ensino Superior. O caso em estudo foi a Universidade do Algarve.

Uma revisão sistemática da literatura permitiu aferir os principais conceitos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável e definir os objetivos que iriam presidir à realização do estudo. Assim, os objetivos gerais da investigação foram conhecer, por um lado, as práticas que a UAlg está a promover em prol da sua sustentabilidade e, por outro, a perceção dos seus *stakeholders* relativamente às questões relacionados com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável. A definição dos objetivos permitiu formular as duas perguntas às quais se pretendia que a investigação empírica desse resposta.

A metodologia da investigação empírica desenvolveu-se em duas etapas. A primeira inscreveu-se numa abordagem de natureza qualitativa e pretendeu responder à primeira pergunta da investigação que tinha como objetivo conhecer o estado atual de implementação de práticas que promovem a sustentabilidade da UAlg. Para tal, recorreu-se à análise documental da informação existente na UAlg relacionada com a temática em estudo. A informação recolhida foi tratada com recurso a análise de conteúdo. A segunda etapa, em que foi utilizada uma abordagem de natureza quantitativa, teve como finalidade dar resposta à segunda pergunta da investigação, a qual pretendia conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade na instituição, tendo-se procedido à implementação de um inquérito por questionário.

Os resultados obtidos permitiram apurar que a UAlg implementa práticas nas várias dimensões da sustentabilidade: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política. É nesta última dimensão que as práticas sustentáveis apresentam maior ênfase, enquanto no que respeita à dimensão económica não existe informação suficiente para a temática da sustentabilidade. Também foi possível constatar alguma falta de conhecimento, por parte da comunidade académica, relativamente ao tema em estudo, pelo que se sugere que a Universidade do Algarve promova a divulgação de informação sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

This thesis addresses the sustainability and development sustainability issues in University Institutions. The case study was the University of the Algarve.

A systematic review of the literature was performed to identify the main concepts related to sustainability and sustainable development, and to define the objectives that would preside over the conduct of the study. Thus, the main objectives of the research were to know, on one hand, the practices that UAlg is promoting for its sustainability and, on the other hand, the perception of its stakeholders regarding issues related to sustainability and sustainable development.

The definition of the objectives made it possible to formulate two questions to which the empirical investigation was intended to provide an answer.

The empirical research methodology was developed in two stages. The first part was made of a qualitative nature approach and intended to answer the first question of the investigation: to know the current state of implementation of practices that promote the sustainability of UAlg. To this end, it was made a document analysis of the information available in the UAlg, concerning these issues. The information collected was treated using content analysis. The second stage, in which a quantitative approach was used, aimed to answer the second research question, which settled on understanding the perception of UAlg stakeholders regarding the issues of sustainable development and sustainability in the institution, having carried out a questionnaire survey.

The results obtained allowed us to determine that UAlg implements practices in the various dimensions of sustainability: environmental; economic; social and cultural; and institutional, educational and political. It is in this last dimension that sustainable practices have the greatest emphasis, while regarding the economic dimension, there is not enough information on the theme of sustainability. It was also possible to observe some lack of knowledge, on the part of the academic community, regarding the topic under study, which is why it is suggested that the University of Algarve promotes the dissemination of information on Sustainability and Sustainable Development.

Keywords: Sustainability, Sustainable Development, University Institutions.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
INDICE DE FIGURAS	X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XIII
Capítulo 1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Apresentação, motivação e relevância do estudo	1
1.2 Objetivos, perguntas da investigação e opções metodológicas	3
1.3 Estrutura e conteúdo do trabalho	5
Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 Conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	7
2.1.1 Desenvolvimentos históricos em torno dos conceitos	10
2.1.2 Eventos e iniciativas relevantes para a evolução dos conceitos	14
2.1.3 Dimensões da sustentabilidade	18
2.2 Implementação do desenvolvimento sustentável	20
2.3 Mudanças de atitudes e comportamentos face à sustentabilidade	23
2.4 Relatórios de sustentabilidade	24
Capítulo 3. A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	32
3.1 O desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior	32
3.2 Instituição de Ensino Superior Sustentável	40
3.3 Implementação do desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior	45
3.3.1 Dimensões da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior	46
3.3.2 Obstáculos na implementação de desenvolvimento sustentável nas Instituição de Ensino Superior	48
3.3.3 Fatores potenciadores de desenvolvimento sustentável nas Instituição de Ensino Superior	49
3.4 Relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior	50
3.4.1 Tipos de relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior	52
	VIII

Capítulo 4. A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS	55
4.1 O desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas	55
4.2 As Instituições de Ensino Superior em Portugal	59
4.3 Implementação do desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas	61
4.4 Estratégias e estados de implementação de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior em Portugal	64
4.5 Dificuldades e fatores potenciadores na implementação de sustentabilidade nas Instituições Ensino Superior Portuguesas	66
4.6 Relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas	69
Capítulo 5. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	70
5.1 Metodologia	70
5.1.1 A Universidade do Algarve	71
5.1.2 Descrição e justificação dos procedimentos da primeira etapa	74
5.1.3 Descrição e justificação dos procedimentos da segunda etapa	76
5.1.3.1 Justificação do questionário	76
5.1.3.2 Elaboração do questionário	78
5.1.3.3 População alvo e procedimentos utilizados na obtenção dos dados	80
5.1.4 Tratamento estatístico a que os dados foram submetidos	82
5.2 Análise e interpretação dos resultados	90
5.2.1 Análise da informação obtida na primeira etapa	90
5.2.2 Análise dos dados obtidos na segunda etapa	98
Capítulo 6. CONCLUSÕES	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÉNDICE 1 – Questionário	141
APÉNDICE 2 – Pedido de autorização para aplicação dos questionários	151
APÉNDICE 3 – Envio dos questionários às entidades externas	152
APÉNDICE 4 – Resultados da análise de conteúdo	154
APÉNDICE 5 – Tabelas de frequências das respostas às questões por dimensão	200

INDICE DE FIGURAS

	Página
Figura 2.1 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030.....	14
Figura 2.2 As dimensões da sustentabilidade	20
Figura 4.1 Distribuição das Universidades Portuguesas.....	60
Figura 4.2 Distribuição dos Politécnicos, Escolas Superiores não integradas e Universidades	61
Figura 5.1 Organograma da Universidade do Algarve.....	73
Figura 5.2 Esquema metodológico.....	75
Figura 5.3 Processo de categorização progressiva.....	83

ÍNDICE DE TABELAS

	Página
Tabela 3.1 A ONU e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (1972-1992).....	33
Tabela 3.2 Práticas de desenvolvimento sustentável em Instituições de Ensino Superior.....	47
Tabela 3.3 Ferramentas de avaliação da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior.....	54
Tabela 4.1 Integração de Portugal no processo de desenvolvimento sustentável.....	56
Tabela 4.2 IES portuguesas que consideram o desenvolvimento sustentável nos documentos institucionais.....	65
Tabela 5.1 Formação das três primeiras categorias iniciais	84
Tabela 5.2 Formação da primeira categoria intermédia	85
Tabela 5.3 Formação da primeira categoria final	87
Tabela 5.4 Resultados da análise de conteúdo	91
Tabela 5.5 Caracterização dos inquiridos	99
Tabela 5.6 Idade por categoria de stakeholder.....	100
Tabela 5.7 Antiguidade no cargo atual por categoria de stakeholder.....	101
Tabela 5.8 Aspetos associados à ideia de sustentabilidade	102
Tabela 5.9 Significado da expressão “universidade sustentável”	103
Tabela 5.10 Formas de contribuição da UAlg para o desenvolvimento sustentável	104
Tabela 5.11 Fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg.....	105
Tabela 5.12 Os obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável	106

Tabela 5.13 Os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos.....	107
Tabela 5.14 Dimensão ambiental	109
Tabela 5.15 Dimensão económica	111
Tabela 5.16 Dimensão social e cultural	112
Tabela 5.17 Dimensão institucional, educacional e política	115

LISTA DE ABREVIATURAS

BCSD Portugal	Business Council for Sustainable Development Portugal
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUAH	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano
GRI	Global Reporting Initiative
IES	Instituições de Ensino Superior
IUCN	International Union for Conservation of Nature
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
UAlg	Universidade do Algarve
UNRIC	Regional Information Center for Western Europe
WCED	World Commission on Environment and Development

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação, motivação e relevância do estudo

Os últimos três séculos de existência da humanidade foram marcados por significativas mudanças resultantes das revoluções industriais e tecnológicas que viriam a provocar profundas transformações políticas, sociais e económicas. Se por um lado, estas transformações se traduziram em progresso e desenvolvimento para as sociedades, por outro, também causaram graves problemas que levaram as mesmas a ter de adotar medidas apropriadas para os resolver.

É neste contexto que, na segunda metade do século passado, mais especificamente nas décadas de 60 e 70, os países mais desenvolvidos do mundo começaram a tomar consciência de que os problemas relacionados com a poluição ambiental, provocada sobretudo pelo aumento da industrialização, pelo crescimento demográfico e pelo consumo desmesurado dos recursos naturais, viriam a causar graves consequências para a humanidade, pelo que se tornava urgente minimizar ou solucionar essas situações.

Na sequência destas preocupações, emergiam os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, como contributo teórico para a resolução de tais problemas, sempre com a preocupação de garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras.

O século passado foi profícuo em acontecimentos e iniciativas que viriam a dar importantes contributos para a evolução dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

Em 1972 realizou-se em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (CNUAH) que despertou o mundo para o impacto do uso indiscriminado dos recursos naturais, muitos deles não renováveis, provocando danos colaterais para o Homem e para o ambiente (Madeira, 2008). Desta conferência resultou um documento que enuncia um conjunto de princípios que serviriam de inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

O princípio 19 desse documento¹, também conhecido como Declaração de Estocolmo, salienta de modo particular as preocupações com a Educação Ambiental:

¹http://apambiente.pt/zdata/PoliticadasDesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf

“É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspetos”. (Declaração de Estocolmo, 1972: 6)

Merece ainda destaque a publicação do Relatório de Brutland em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que promoveu e impulsionou a divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável a nível mundial. Segundo este documento "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991:46)² .

Sachs (2015) afirma que chegou a era do desenvolvimento sustentável.

As preocupações com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável tornaram-se prioritárias em praticamente todos os países e isso elevou a importância dos debates em todas as áreas da sociedade (empresarial, organizacional, institucional, etc.). E, naturalmente, chegou também às instituições ligadas ao ensino, nomeadamente às Instituições de Ensino Superior (IES).

As IES têm um papel preponderante enquanto entidades que veiculam o conhecimento através do ensino e da investigação e principalmente pelo forte contributo que exercem na formação de pessoas que desempenham cargos importantes na sociedade. Neste sentido, as IES devem assumir um papel de relevo no que respeita ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade sendo por isso essencial estudar em que medida estas instituições aplicam modelos de gestão sustentáveis.

O tema central da presente dissertação insere-se no domínio da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior. O seu desenvolvimento vai ser aplicado à Universidade do Algarve.

² https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf

A pertinência deste estudo encontra motivos na relevância que o tema vem ganhando a nível internacional e mais recentemente também a nível nacional. Atualmente são conhecidas diferentes práticas internacionais das IES face ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade. No entanto, em Portugal, os estudos nesta área são muito reduzidos e a perceção geral é a de que estas práticas são ainda muito escassas, pelo que este estudo se propõe contribuir para reduzir a escassez de estudos nesta área temática, no contexto português em geral e, na Universidade do Algarve (UAlg) em particular.

A escolha do tema para a investigação deve-se também a razões de natureza individual, já que a autora do estudo é funcionária da UAlg e exerce a sua atividade profissional junto da reitoria, tendo começado a inteirar-se das preocupações dos dirigentes da instituição sobre as questões ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável que começaram a suscitar-lhe um enorme interesse, pelo que decidiu dedicar a atenção a esta temática na sua dissertação de mestrado.

1.2 Objetivos, perguntas da investigação e opções metodológicas

Face ao exposto a realização desta dissertação teve duas grandes motivações: aprofundar os conhecimentos teóricos sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e realizar um estudo empírico na Universidade do Algarve relativo a estas temáticas, tentando contribuir, como já foi referido, para o conhecimento geral nesta área e, em particular, na instituição onde a autora do estudo trabalha.

Os objetivos do estudo começaram a delinear-se à medida que se avançava na pesquisa bibliográfica. Assim, a reflexão sobre as leituras realizadas possibilitou definir os objetivos gerais que iriam presidir à realização da investigação, que se traduzem em conhecer, por um lado, o tipo de práticas que a UAlg está a desenvolver em prol da sua sustentabilidade, ou seja, averiguar quais as ações que esta instituição está a promover no caminho para a sustentabilidade e, por outro lado, conhecer a perceção dos seus *stakeholders* relativamente às questões relacionados com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável.

A fim de atingir os objetivos propostos, formularam-se as seguintes perguntas, às quais a investigação pretende dar resposta:

1. Qual é o estado atual de implementação de práticas que promovem a sustentabilidade da UAlg?

2. Qual é a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade nesta Instituição de Ensino Superior?

A primeira questão pretende conhecer o estado atual de implementação de práticas que promovem a sustentabilidade da UAlg.

A segunda questão conduz a um conjunto de objetivos específicos que visam conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente aos aspetos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável nesta instituição, nomeadamente:

- Como é identificado o conceito de sustentabilidade;
- O significado de universidade sustentável;
- De que formas a UAlg contribui para o desenvolvimento sustentável;
- Que fatores poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg;
- Que obstáculos poderão impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável;
- Que problemas poderá enfrentar a UAlg nos próximos 10 anos;
- Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas diferentes dimensões: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política.

A metodologia da investigação empírica desenvolveu-se em duas etapas. A primeira, que se inscreve numa abordagem de natureza qualitativa, pretende dar resposta à primeira pergunta da investigação. Para o efeito, procedeu-se a um exaustivo levantamento de toda a informação existente na UAlg relacionada com a temática em estudo. A informação recolhida foi tratada com recurso a análise de conteúdo através da técnica de análise categorial (Bardin, 2016).

A segunda etapa, em que foi utilizada uma abordagem de natureza quantitativa, tem como finalidade dar resposta à segunda pergunta da investigação. Pretende-se, nesta etapa, conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade na Instituição. Para atingir este desiderato procedeu-se à implementação de um inquérito por questionário aos investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, bem como, às entidades externas re-

lacionadas com a UAlg, relativamente às questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos possibilitaram também realizar análises comparativas com outros estudos realizados no mesmo âmbito.

1.3 Estrutura e conteúdo do trabalho

O trabalho desenvolvido encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro é constituído pela presente **Introdução** que descreve o tema a estudar, a motivação para a realização do estudo bem como a sua relevância, os objetivos e as perguntas da investigação, a metodologia utilizada e a estrutura e o conteúdo do trabalho.

O capítulo 2, intitulado **Revisão da literatura** é o resultado de uma profunda revisão à literatura sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e destina-se a apresentar o enquadramento teórico e conceptual desta temática, permitindo aferir os conceitos e os desenvolvimentos mais importantes sobre a mesma.

Encontra-se estruturado em quatro secções. A primeira debruça-se sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na perspetiva de vários autores que se debruçaram sobre os mesmos, descreve alguns acontecimentos e iniciativas que viriam a dar importantes contributos para a evolução dos conceitos e aborda, ainda, as dimensões da sustentabilidade; a segunda secção recai sobre a implementação do desenvolvimento sustentável; a terceira incide sobre mudanças de atitudes e comportamentos face à sustentabilidade; a quarta secção é dedicada aos relatórios de sustentabilidade.

Os capítulos 3 e 4, resultantes ainda da revisão da literatura, vão incidir sobre aspetos mais específicos ligados ao tema central da investigação.

Assim, o capítulo 3 vai debruçar-se sobre a **Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior**. Este capítulo pretende apresentar os desenvolvimentos mais recentes relacionados com as preocupações que emergiram em torno dos temas da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas IES. O capítulo integra quatro secções: a primeira descreve a evolução histórica dos principais compromissos assumidos pelas IES no que respeita à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável; a segunda secção é dedicada ao conceito de IES sustentável; a terceira descreve as estratégias de implementação de sustentabilidade nas IES e a quarta secção debruça-se sobre os relatórios de sustentabilidade nas IES.

O capítulo 4 intitulado **A Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas** tem como objetivo retratar os desenvolvimentos teóricos e empíricos realizados em torno dos temas da sustentabilidade e do desenvolvimento nas IES portuguesas. É constituído por seis secções: a primeira descreve o desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas; a segunda secção faz uma breve apresentação das instituições de Ensino Superior em Portugal; a terceira aborda a implementação do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas; a quarta secção expõe estratégias e estados de implementação de sustentabilidade nestas IES; a quinta explica as dificuldades e os fatores potenciadores na implementação da sustentabilidade; e a sexta secção debruça-se sobre os relatórios de sustentabilidade nas IES portuguesas.

O capítulo 5 dedicado à **Investigação Empírica**, constitui, porventura, a componente mais importante deste trabalho, uma vez que permite conhecer as ações que a UAlg está a desenvolver no caminho da sustentabilidade, bem como a perceção dos seus *stakeholders* relativamente aos aspetos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável. Neste capítulo explicita-se e justifica-se a natureza das abordagens metodológicas utilizadas em cada uma das duas etapas anteriormente referidas, de acordo com os objetivos e as perguntas da investigação, o tratamento adequado de toda a informação recolhida, bem como, a análise e interpretação dos resultados alcançados e sua comparação com os resultados de outros estudos já realizados no mesmo âmbito.

Finalmente, o Capítulo 6 é dedicado às **Conclusões** onde se expõe as principais conclusões da investigação realizada, as suas limitações, bem como sugestões para futuras investigações.

Em termos formais, o trabalho foi realizado de acordo com o Guia para elaboração de Trabalho Final de Mestrado 2º Ciclo da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, versão revista em 2016.

De referir, ainda, que na realização desta dissertação foram cumpridos todos os princípios éticos que se colocam na realização de um trabalho de investigação científica, fundamentalmente, no que se refere à utilização da informação usada, sempre devidamente autorizada pelas entidades envolvidas, bem como a indicação detalhada e exata de todos os elementos consultados, ou seja, o rigoroso cumprimento das regras gerais de indicação das fontes utilizadas.

Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA

O primeiro capítulo teve como propósito iniciar uma primeira abordagem ao tema da dissertação, justificar a pertinência do estudo, clarificar os seus objetivos e opções metodológicas, bem como apresentar a estrutura e o conteúdo do trabalho.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o enquadramento teórico e conceptual do estudo, essencial ao suporte da investigação. Esta componente traduz-se numa aturada revisão da literatura permitindo conhecer o estado da arte e aferir os principais conceitos e desenvolvimentos em torno da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Para tal, recorreu-se a informação diversificada constante em bibliografia variada, nomeadamente, revistas e livros científicos, teses de mestrado e de doutoramento, bem como obras consideradas confiáveis disponíveis na internet.

O capítulo encontra-se estruturado em quatro secções: a primeira debruça-se sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sobre alguns acontecimentos e iniciativas que viriam a dar importantes contributos para a evolução dos conceitos e ainda sobre as dimensões da sustentabilidade; a segunda secção incide na implementação do desenvolvimento sustentável; a terceira descreve algumas mudanças de atitudes e comportamentos face à sustentabilidade; a quarta debruça-se sobre os relatórios de sustentabilidade.

2.1 Conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável têm sido amplamente debatidos na literatura, pelo que se torna necessário referir algumas das definições de autores que se debruçaram sobre estes temas e que geraram, por vezes, alguns dissensos.

É atribuído ao termo sustentabilidade, vocábulo com base etimológica na palavra latina *sustentabile*, o estado de algo que é capaz de se manter a determinado nível, grau ou valor.

Bell e Morse (2008:10) na sua obra intitulada “Sustainability Indicators Measuring the Immeasurable?” apresentam algumas definições gerais de autores cujas investigações conduziram ao conceito de sustentabilidade citadas a seguir:

“... the capacity of a system to maintain output at a level approximately equal to or greater than its historical average, with the approximation determined by the historical level of variability.” (Lynam and Herdt, 1989)

“... maximizing the net benefits of economic development, subject to maintaining the services and quality of natural resources over time.” (Pearce and Turner, 1990)

“The sustainability of natural ecosystems can be defined as the dynamic equilibrium between natural inputs and outputs, modified by external events such as climatic change and natural disasters. (Fresco and Kroonenberg, 1992)”.

Feil e Schreiber (2017) realizaram um aprofundado estudo sobre as sobreposições e alcances dos significados de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável e defendem que a sustentabilidade agrega três tipos de interesses simultâneos e em equilíbrio, incluindo os aspectos ambiental, econômico e social. Argumentam, ainda, que “a sustentabilidade compreende um equilíbrio e as interações mútuas entre o objeto e seu ambiente de apoio, sem efeitos prejudiciais a ambos.” (Feil e Schreiber, 2017: 647).

Sintetizando as propriedades da sustentabilidade, Feil e Schreiber (2017) desenvolvem um conceito integrando as suas ideias básicas. Para estes autores o conceito de sustentabilidade baseia-se na qualidade ambiental do sistema global, considera as evoluções dinâmicas temporais, abrange os aspectos ambiental, econômico e social, consiste num equilíbrio mútuo e a sua avaliação é feita com base em indicadores e índices.

Para Lozano (2008) sustentabilidade é um conceito ambíguo e complexo que origina interpretações abstratas de múltiplo significado, definição e aplicação. Na tentativa de caracterizar o conceito, o autor categoriza a sustentabilidade em cinco perspectivas diferentes: a dos economistas convencionais, a da degradação ambiental, a integral (que inclui os aspectos econômicos, ambientais e sociais), a intergeracional e a holística. A perspectiva holística é a mais completa porque integra as perspectivas integral e intergeracional e um equilíbrio entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais, considerando a componente de curto, médio e longo prazo (Lozano, 2008).

Como base nas leituras realizadas e nas abordagens apresentadas pode sintetizar-se que sustentabilidade é um termo usado para definir as ações e atividades humanas que visam satisfazer as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer a capaci-

dade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades e, ainda, que a sustentabilidade é um estado de equilíbrio conseguido por via do desenvolvimento sustentável, conceito apresentado a seguir.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez no início da década de 70 com o nome de ecodesenvolvimento, na sequência da publicação do Relatório do Clube de Roma³ intitulado “Os Limites do Crescimento” que teve como objetivo examinar a complexidade dos desafios da humanidade e de levar ao debate público o impacto da poluição e da atividade humana nas gerações futuras (Araújo *et al.*, 2006).

Contudo, já em 1798 e de acordo com Barkemeyer *et al.* (2011), podem encontrar-se as primeiras abordagens à problemática do desenvolvimento sustentável no “Ensaio sobre o Princípio da População e o seu Efeito no Desenvolvimento Futuro das Sociedades” de Robert Thomas Malthus. Esta problemática foi também abordada por outros autores em diversos contextos que, mesmo não lhe sendo ainda atribuída a definição atual, já a consideravam pertinente e ajustável a várias situações.

O conceito de desenvolvimento sustentável manteve-se em debate acolhendo maior receptividade e aceitação a nível internacional na definição apresentada em 1987 no relatório de Brundtland, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que refere “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991:46⁴), já mencionado na Introdução desta dissertação.

Este conceito assume uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, transparecendo que o progresso económico e social não se pode fundamentar na pobreza, na degradação ambiental e na poluição. Tornava-se necessário um outro modelo de desenvolvimento que minimizasse os aspetos negativos do modelo de crescimento económico existente, ou seja um modelo de crescimento económico que conciliasse as questões ambientais e sociais.

³ O Clube de Roma é um grupo constituído por cientistas, académicos, políticos, empresários, financeiros e religiosos, fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King que teve como principal objetivo tratar de problemas cruciais para o futuro da humanidade, nomeadamente, problemas relacionados com a energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional.

⁴ https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf

O conceito permaneceu em discussão quanto ao seu real significado e quanto às medidas que seriam necessárias para alcançá-lo. Nesta linha de pensamento, Cordani (1995: s/p) considera que o desenvolvimento sustentável “o que pretende é alcançar uma situação ideal de justiça social para a humanidade, na qual o desenvolvimento socioeconômico, em bases equitativas, estaria em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra.”

Recorrendo ainda à obra anteriormente citada, Bell e Morse (2008: 10) apresentam as seguintes definições de desenvolvimento sustentável:

“... development that meets the needs of current generations without compromising the ability of future generations to meet their needs and aspirations. (WCED, 1987)

... development that improves the quality of human life while living within the carrying capacity of supporting ecosystems. (IUCN, 1991)”.

Para Sachs (2015: 1) “Sustainable Development is a central concept for our age. It is both a way of understanding the world and a method for solving problems”.

Na sequência da sua investigação Feil e Schreiber (2017: 676) consideram que o desenvolvimento sustentável pode ser definido como:

“uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Essa estratégia deve integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações ambientais, devido ao acesso aos recursos naturais de forma contínua e perpétua.”

O conceito é atualmente reconhecido e aceite como um estado de desenvolvimento que contempla as questões ambientais, o bem-estar-social e o desenvolvimento econômico.

Como se pode constatar os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável encontram-se intrinsecamente ligados, acontecendo inúmeras vezes, que no discurso comum e até mesmo entre investigadores sejam utilizados na mesma aceção.

2.1.1 Desenvolvimentos históricos em torno dos conceitos

Os acelerados avanços tecnológicos ocorridos na sequência da revolução industrial, que deram origem ao crescimento da produção industrial e ao aumento do consumo das populações, implicaram importantes alterações no estilo de vida das pessoas. Se, por

um lado, estes acontecimentos se traduziram em progresso e desenvolvimento das sociedades, por outro lado trouxeram problemas sociais e ambientais que despoletaram grandes controvérsias e contestações. Como resultado da crescente preocupação com as consequências devastadoras associadas aos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento, emergem os movimentos ecológicos e os grupos de defensores da natureza (Wall, 1993).

Estas preocupações acentuam-se, sobretudo na vertente ambiental, em virtude dos problemas relacionados com a poluição industrial, a deflorestação, a exploração excessiva dos solos e a alteração química da produção dos alimentos que, inevitavelmente, vão contribuir para a degradação do planeta. A globalização associada ao aumento exponencial da indústria são fenómenos que acontecem de forma rápida, não estruturada e não sustentável, tornando-se o condutor dos padrões de vida no século XX. Em resultado da ausência de estratégia, instala-se o desgaste ambiental (Wall, 1993).

O desenvolvimento tecnológico e o poder social associados à degradação ambiental dão lugar a novas dinâmicas e a uma mudança de paradigma, permitindo considerar que o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, sejam a solução (Gottlieb, 1996, citado em Mebratu, 1998).

As questões relacionadas com o desenvolvimento das sociedades, que atingem maiores proporções no período pós-guerra, onde impera a necessidade de reconstrução dos países intervenientes, tornam-se também alvo da atenção das nações, sobretudo no que diz respeito ao crescimento económico no sentido de melhorar as condições de vida das populações (Polloni e Lopicich, 2017).

A discussão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável surge no final do Sec. XX, inserida numa corrente de desenvolvimento económico, que entende que o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações devem ser acautelados. A atenção dos governantes direciona-se, assim, para questões como prosperidade, segurança e paz mundial (Caiado *et al.*, 2018).

Na sequência das preocupações sentidas no final da 2ª Grande Guerra, surge a Organização das Nações Unidas (ONU), uma organização intergovernamental criada em 1945 para promover a cooperação internacional. Entre os objetivos desta organização incluem-se a manutenção da segurança e paz mundiais, a promoção dos direitos humanos,

o auxílio no desenvolvimento económico e no progresso social das nações e a ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados (ONU, 1945). Em 1948 a ONU adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos que delinea os direitos humanos básicos.

Apesar das preocupações ambientais que se vêm sentindo, a questão é apenas introduzida na década de setenta com o objetivo de promover um desenvolvimento ambiental. Isto conduziria a utilizar a expressão “desenvolvimento sustentável” como uma tentativa de conciliar o crescimento económico com o meio ambiente de forma a amenizar os efeitos negativos da atividade humana (Polloni e Lopicich, 2017).

Os relatórios da ONU são exemplo e reflexo destas preocupações, nomeadamente, com a utilização dos recursos naturais (sem a existência de planeamento para o seu consumo e utilização, de forma a acautelar que gerações futuras possam ter igual acesso aos mesmos e nas mesmas condições), com a poluição, com a extinção de espécies animais e vegetais, com as alterações climáticas e com o aumento da emissão de gases poluentes (Caiado, *et al.*, 2018).

Desde o relatório de Brundtland que as questões relacionadas com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável se tornam prioridade por parte dos agentes governamentais, empresas e outras organizações como tentativa de minimizar os problemas da sociedade, pondo em evidência a consciencialização dos países mais desenvolvidos para a tomada de decisões em prol da resolução dos problemas identificados (Caiado, *et al.*, 2018).

Os estados-membros da ONU reúnem-se e alinham estratégias, criando um conjunto de diretrizes que possibilitem o crescimento dos países em desenvolvimento (Gupta e Vegelin, 2016), onde a prioridade é o envolvimento das pessoas nos processos de crescimento, na incidência nos direitos humanos, bem como nas questões ambientais (Jayasooria, 2016).

Em 1992 a ONU realizou, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92. Os Chefes de Estado dos 179 países presentes acordaram e assinaram um documento designado por Agenda 21, um programa de ação que constitui uma tentativa abrangente de promover, à escala planetária, um novo modelo de desenvolvimento, o “desenvolvi-

mento sustentável”. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (ONU, 1992).

Entre 25 e 27 de setembro de 2015 decorre uma reunião entre os líderes de governo e de estado dos 193 países que constituem a Assembleia Geral das Nações Unidas. O tema em discussão é o “desenvolvimento sustentável”, de onde resultou a elaboração da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Este documento constituiu um importante marco histórico na medida em que passou a ser a base de conduta no que se respeita à temática do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 define um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, formulados com base nos resultados aferidos na reunião Rio+20 e do legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pondo em relevo objetivos como o da erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões (incluindo a pobreza extrema), considerado um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, fundindo de forma integrada e equilibrada as três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

O alcance dos pressupostos dos ODS abrange os âmbitos global, nacional e regional ao atribuir metas adequadas às responsabilidades governamentais locais e regionais, que cada governo deve considerar e contextualizar nacionalmente, bem como regionalmente, de forma a concretizar a Agenda 2030.

O preâmbulo do documento⁵ intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” define os ODS como: “Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.” (ONU, 2015).

⁵ <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Figura 2.1 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030



Fonte: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods> (Acedido em: 2-03-2020)

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, na conferência de imprensa realizada em 2012, acessível na página das Nações Unidas, refere que: “Our Struggle for Global Sustainability Will Be Won or Lost in Cities”⁶.

2.1.2 Eventos e iniciativas relevantes para a evolução dos conceitos

Como complemento aos desenvolvimentos apresentados na subsecção anterior, descrevem-se em seguida alguns eventos e iniciativas que viriam a dar importantes contributos para a evolução dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, procurando identificá-los por ano de ocorrência, entidade promotora e descrição resumida da sua contribuição para a temática.

1972 – Clube de Roma, publicação do Livro “Limits to Growth”⁷

O Clube de Roma publica o livro “Limits to Growth” formalizando a origem do debate em torno do desenvolvimento sustentável (Meadows *et al.*, 2004).

1972 – 1.ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo⁸

A CNUAH, também conhecida como Conferência de Estocolmo, marca o início da consciencialização e da mobilização a nível mundial sobre os temas do ambiente. Da conferência resulta a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente

⁶ <https://www.un.org/press/en/2012/sgsm14249.doc.htm>

⁷ http://www.unice.fr/sg/resources/docs/Meadows-limits_summary.pdf

⁸ <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>

Humano (ou Declaração de Estocolmo) que reconhece a importância da gestão e da avaliação ambientais e a necessidade de incluir o desenvolvimento económico, considerando a sua compatibilização com o ambiente, de forma a minimizar os efeitos negativos da prática humana (ONU, 2015).

O documento, embora considerado um marco importante no que respeita ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, é criticado por não considerar a forma de implementação dos próprios conceitos (Mebratu, 1998).

1983 – Assembleia Geral das Nações Unidas, “Agenda Global para a Mudança”⁹

A Assembleia Geral das Nações Unidas encarrega a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento de promover uma “Agenda Global para a Mudança” com o objetivo de harmonizar as dimensões ambiental, social e económica do desenvolvimento. A Comissão deveria adaptar os mecanismos institucionais a nível global, regional e local na promoção do desenvolvimento económico de forma a garantir a segurança, o bem-estar e a sobrevivência do planeta (Sneddon *et al.*, 2006).

1987 – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “*Our Common Future*”¹⁰

O relatório de Brundtland “*Our Common Future*” elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento resultou da determinação da ONU em abordar a questão do equilíbrio entre desenvolvimento e ambiente, tendo-se constituído num documento orientador para as futuras estratégias a delinear. A degradação ambiental deixa, assim, de estar associada ao desenvolvimento industrial passando a ser considerada como resultado do declínio económico e ecológico (Barkemeyer *et al.*, 2011).

O relatório permitiu a definição de desenvolvimento sustentável bem como o seu reconhecimento e aceitação a nível mundial. O desenvolvimento sustentável é, então, definido como aquele que garante que as necessidades atuais sejam atendidas, não comprometendo a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

A reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, teve como objetivos reestruturar os princípios definidos na Assembleia Geral da ONU em

⁹ <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>

¹⁰ <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

1972 e promover medidas de desenvolvimento sustentável que superassem as quebras do mercado económico mundial (ONU 1987).

1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro¹¹

A ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92, em referência à cidade onde ocorreu, e também como Cimeira da Terra, por ter mediado acordos entre os chefes de estado presentes.

A Declaração do Rio¹², que resultou desta conferência, é um documento que reforça a necessidade de haver uma política de desenvolvimento sustentável a nível global, estabelecendo para o efeito diretrizes que proporcionem a participação dos países em desenvolvimento, o envolvimento das pessoas nos processos, a defesa dos direitos humanos e a inclusão da sustentabilidade ambiental (Jayasooria, 2016).

O documento destaca-se por incluir as questões ambientais e utilizar pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável” que deve ser alicerçado em três pilares: Equidade Social, Proteção Ambiental e Prosperidade Económica (Blasco, 2006, citado em Mamede, 2013).

Desta Cimeira resultou também um documento designado por Agenda 21¹³ numa tentativa abrangente de promover o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um plano de ação global elaborado para o desenvolvimento sustentável, onde se destaca a responsabilidade atribuída ao poder local de desenvolver mecanismos que conduzam a uma estratégia de sustentabilidade que seja participativa.

A Agenda 21 pode, assim, ser definida como um instrumento de planeamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica.

¹¹ <https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>

¹² http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013

¹³ <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

1996 – Conferência de Bellagio

Decorreu em novembro de 1996 no Centro de Conferências de Bellagio, na Itália, tendo-se realçado na temática da sustentabilidade por desenvolver os princípios de avaliação da sustentabilidade, conhecidos como “Princípios de Bellagio” que têm como objetivo servir de guia para o processo de escolha, desenvolvimento, implementação, avaliação e comunicação dos indicadores de sustentabilidade (Pintér *et al.*, 2012).

2000 – Carta da Terra, publicada em 13 de setembro¹⁴

O documento destaca-se pelo facto de pela primeira vez instituir a promoção de práticas sobre os objetivos definidos, assegurando a divisão equilibrada de custos pelos países envolvidos, no que respeita ao crescimento económico, à erradicação das desigualdades e da pobreza, à redução da fome, com destaque para a capacidade das nações mais desenvolvidas poderem ajudar as nações mais carenciadas.

2002 – Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo¹⁵

Dez anos depois da Rio 92, ocorreu em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável também designada como a Rio+10. O desenvolvimento sustentável volta a ser debatido nesta cimeira, tendo resultado a assinatura da Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, consagrando o compromisso assumido na Agenda 21 ao estabelecer uma relação entre as três vertentes do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental, consideradas como pilares fundamentais para se conseguir um futuro melhor. Da declaração resultou um conjunto de 153 recomendações conducentes ao efetivo cumprimento da Agenda 21 e aos princípios constantes da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Tavares, 2016; Barbieri e Silva, 2011).

2003 – Assembleia Geral das Nações Unidas, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável¹⁶

Em 2003, a Assembleia Geral das Nações Unidas acatou a recomendação 114 do Plano de Ação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável reforçando a necessidade de integrar o desenvolvimento sustentável no sistema de ensino para promover a educação como um agente fundamental de mudança e como parte do processo do

¹⁴ https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf

¹⁵ https://apambiente.pt/zdata/PoliticadasDesenvolvimentoSustentavel/2002_Declaracao_Joanesburgo.pdf

¹⁶ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por

desenvolvimento sustentável, tendo proclamado a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e atribuído à UNESCO a responsabilidade pela sua promoção. O objetivo da década (2005 a 2014) era a promoção do ensino e da aprendizagem, ao longo de toda a vida, como parte do processo para alcançar o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005; Barbieri e Silva, 2011).

2012 – Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável¹⁷

A conferência Rio+20, assim designada porque marcou os vinte anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação dos progressos e lacunas na implementação das decisões adotadas nas principais reuniões sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

2015 – Organização das Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁸

Os chefes de estado e de governo e altos representantes, reuniram na sede da ONU em Nova Iorque, de 25 a 27 de setembro de 2015, tendo definido a Agenda 2030 que contempla os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O desequilíbrio verificado quanto ao cumprimento dos objetivos definidos desde 2012 leva a que se tome uma posição criando uma agenda até 2030, documento que define um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, formulados tendo em atenção os resultados aferidos na conferência Rio+20 e no legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esta decisão considerada histórica define os objetivos e metas universais, transformadoras e abrangentes, de longo alcance centradas nas pessoas (ONU, 2015).

2.1.3 Dimensões da sustentabilidade

Como já foi referido no decorrer desta seção a sustentabilidade pode ser definida como a capacidade de os seres humanos conseguirem satisfazer as suas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias

¹⁷ http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html

¹⁸ <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

necessidades. Trata-se de uma abordagem holística que compreende três pilares ou dimensões: ambiental, social e económica, reconhecendo que todas devem ser consideradas em conjunto para uma prosperidade duradoura.

As três dimensões da sustentabilidade podem ser caracterizadas, resumidamente, da seguinte forma (BCSD Portugal¹⁹):

Dimensão ambiental: os recursos naturais devem ser conservados e geridos, especialmente os que não são renováveis ou são fundamentais ao suporte de vida. Para tal, devem ser implementadas ações para minimizar os impactos negativos no ar, na água e no solo, preservar a biodiversidade, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e promover a produção e consumo responsáveis.

Dimensão social: os direitos humanos e a igualdade de oportunidades de todos os indivíduos na sociedade devem ser respeitados. Torna-se imperativo promover uma sociedade mais justa, com inclusão social e distribuição equitativa dos bens com foco na eliminação da pobreza. A diversidade cultural das comunidades locais também deve ser reconhecida e respeitada, evitando toda e qualquer forma de exploração.

Dimensão económica: refere-se à prosperidade em diferentes níveis da sociedade e à eficiência da atividade económica, incluindo a viabilidade das organizações e das suas atividades na geração de riqueza e na promoção de emprego digno.

Assim, para que a sustentabilidade possa ser alcançada, é fundamental conjugar o crescimento económico, a inclusão social e a proteção ambiental.

“Ao considerar as suas 3 dimensões (Económica, Social e Ambiental) será possível alcançar a harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, promover a solidariedade entre gerações e a corresponsabilização e solidariedade entre países.” (Schutte, 2009, citado em Cravo 2018: 2)

As três dimensões da sustentabilidade são também conhecidas como o tripé da sustentabilidade ou na terminologia anglo-saxónica pelo *Triple-Bottom Line* da sustentabilidade (Pasinato e Brião, 2014).

¹⁹ <https://www.bcsdportugal.org/sustentabilidade/sustentabilidade>

Figura 2.2 As dimensões da sustentabilidade



Fonte: Adaptado dos três pilares de Elkington (1997)
<http://www.tce.rn.gov.br/sustentabilidade/tripesustentabilidade>

A grande maioria dos autores identifica as três dimensões da sustentabilidade acima descritas (Amaral *et al.*, 2015; Goddemann *et al.*, 2014; Sammalisto *et al.*, 2015; Waas *et al.*, 2011). Contudo, outros autores (Disterheft *et al.*, 2013; Filho *et al.*, 2015) argumentam que a sustentabilidade incorpora uma realidade mais abrangente, devendo compreender mais dimensões do que as referidas. Ignacy Sachs (1993), um autor de referência no debate em torno da sustentabilidade, propõe cinco dimensões para a sustentabilidade: social, económica, ecológica, espacial ou territorial e cultural. Mais tarde passou a considerar oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, económica, política nacional e política internacional (Sachs, 2000).

2.2 Implementação do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável como já foi definido, consiste na capacidade de as sociedades manterem o crescimento económico, utilizando os recursos naturais existentes garantindo, contudo, a sua preservação para as gerações futuras, ou seja, é a perspectiva de manter a sustentabilidade dos recursos naturais para que eles possam, igualmente, satisfazer as necessidades da humanidade no futuro.

Este conceito de desenvolvimento sustentável, intimamente ligado ao de sustentabilidade, foi tema da secção anterior, que embora questionado e debatido por muitos especialistas, é aquele que no momento reúne mais consensos.

O debate mundial sobre as questões ligadas à da sustentabilidade está ligado à forma como os diferentes países se desenvolveram. Por um lado, o grupo dos países industrializados, os designados países desenvolvidos (ricos) e, por outro, o grupo de países de recente desenvolvimento industrial ou que ainda não passaram por esse processo, os designados países em vias desenvolvimento ou subdesenvolvidos (pobres).

Perante este cenário, para que se chegue ao equilíbrio previsto pela sustentabilidade, podem apontar-se duas soluções: 1) reduzir o elevado nível de consumo e exploração dos recursos naturais atingidos pelos países ricos; 2) garantir que os países pobres também se desenvolvam, mas sem os problemas e os níveis de agressão ao ambiente natural que os países ricos atingiram.

Como promover, então, o desenvolvimento sustentável? Quais as medidas necessárias?

Quando se inicia o debate sobre as questões ligadas à implementação do desenvolvimento sustentável, na maior parte das vezes, os especialistas argumentam que as medidas a tomar devem, prioritariamente, ser no âmbito da dimensão ambiental, apelando aos países do mundo que se preocupem em implementar verdadeiras políticas de sustentabilidade ambiental. Não existe, contudo, consenso quanto às respostas a estas questões.

Alguns analistas apontam para medidas mais restritivas como sejam apenas a contenção do consumo e a adoção de medidas para reduzir a poluição, outros afirmam que devem ser tomadas, urgentemente, medidas mais profundas.

Em termos gerais, pode dizer-se que a promoção do desenvolvimento sustentável na vertente ambiental poderá passar pela adoção das seguintes medidas:

- Reconhecimento de que os recursos não renováveis são finitos e se podem esgotar a longo prazo;
- Contenção no uso de alguns recursos renováveis que não devem ser consumidos a um ritmo superior ao da sua renovação;
- Preservação e conservação dos solos;
- Manutenção das florestas e ampliação das reservas naturais;
- Substituição de agrotóxicos e produtos químicos por elementos da agricultura biológica;

- Redução do uso de fontes de energia que agridam o meio ambiente, com incentivo à utilização de energias limpas (solar, eólica, geotérmica, etc.);
- Distribuição das terras e dos espaços cultiváveis para impedir o avanço da agropecuária sobre as florestas;
- Preservação de espécies animais e vegetais para manter o equilíbrio ecológico;
- Preferência de recursos renováveis em detrimento dos não renováveis;
- Reforço das políticas de reciclagem;
- Incentivos públicos e privados para a realização de pesquisas científicas que ajudem a diminuir a poluição e o consumo.

Em resumo, para que haja uma verdadeira política de gestão ambiental devem ser implementadas ações que minimizem os impactos negativos no ar, na água e no solo, preservar a biodiversidade, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e promover a produção e consumo responsáveis (Pena, 2017).

No que respeita à vertente social, aponta-se, entre outras, a adoção das seguintes medidas (preconizadas nos ODS):

- Respeito pelos direitos humanos;
- Inclusão social;
- Erradicação da pobreza;
- Redução das desigualdades;
- Acesso de todos à educação, cultura e saúde;
- Aceitação da diversidade cultural;
- Promoção da paz e da justiça.

Relativamente à vertente económica as medidas a adotar implicam um modelo de gestão que contemple:

- Gestão adequada dos recursos naturais;
- Viabilidade das organizações e das suas atividades na geração de riqueza e na promoção de emprego digno;
- Distribuição equitativa dos rendimentos.

Nestas circunstâncias será possível implementar o desenvolvimento sustentável contendo a exploração dos recursos naturais e manter um nível económico socialmente justo e igualitário.

2.3 Mudanças de atitudes e comportamentos face à sustentabilidade

Um dos grandes desafios que se coloca ao cidadão do século XXI consiste na defesa do ambiente, sendo cada vez mais assumida a necessidade de salvaguardar a equidade entre gerações, assente num modelo de desenvolvimento sustentável.

A nível internacional, foram muitos os encontros onde estas preocupações se fizeram sentir, dos quais resultaram importantes recomendações que contribuiram para a identificação de problemas e para o desenvolvimento de uma consciência ambiental cada vez mais abrangente, que se traduziu na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face aos desígnios da sustentabilidade.

A sustentabilidade tornou-se um tema atual, em que as pressões globais impelem a sociedade a adaptar-se a novas condutas no seu estilo de vida quotidiano. São frequentes os debates sobre os temas ligados à sustentabilidade manifestando um sinal de vontade de mudança e alteração de valores.

Neste contexto, a implementação do desenvolvimento sustentável tem ganho especial importância e destaque, como resultado da necessidade de promover a procura de novos recursos alternativos, inesgotáveis e renováveis, para equilibrar a relação de dependência da sociedade face aos recursos atualmente existentes.

A sociedade é, por isso, sensível às questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (Lozano *et al.*, 2013), olhando de forma crítica para as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas organizações em geral (Alonso-Almeida *et. al*, 2015), que perante este novo paradigma adotam procedimentos que visam a implementação e a promoção do desenvolvimento sustentável, ajustando uma atuação conjunta entre governos, nações e regiões.

Deste modo, a tomada de consciência, a análise e a discussão dos problemas mundiais vêm contribuir para uma mudança de comportamentos e alteração de valores. Um estilo de vida sustentável e a educação para a sustentabilidade passam a ser valores presentes na formação dos indivíduos tornando-os cidadãos mais responsáveis com práticas e valores sustentáveis nas suas vidas pessoais e profissionais (Philippi e Pelicioni, 2002).

Alguns dos inúmeros exemplos destas mudanças podem ser encontrados na postura das pessoas em relação à reciclagem de produtos, à restrição do uso de plásticos, à

redução do consumo de papel, à separação dos resíduos domésticos, à racionalização do consumo da energia e da água, etc.

2.4 Relatórios de sustentabilidade

Nas últimas décadas as organizações vêm manifestando o interesse em fornecer aos seus *stakeholders* informações sobre as suas atividades de uma forma diferente daquela que constava nos tradicionais relatórios financeiros (Silva, 2017). Para além do desempenho económico as organizações pretendem comunicar também às partes interessadas o seu desempenho em matéria de sustentabilidade. É neste contexto que emergem os relatórios de sustentabilidade.

Face à aceitação dos princípios internacionais emanados pelas Nações Unidas, as organizações requerem agora orientações sobre como colocá-los em prática, ou seja, diretrizes sobre a melhor forma de implementar, medir, avaliar e comunicar o desenvolvimento sustentável.

Em termos históricos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, decorrida em Estocolmo em 1972, veio reconhecer a importância da gestão e da avaliação ambientais. Contudo, embora o evento tenha alcançado a sua importância por ter apresentado um conjunto de princípios visando a necessidade de preservar e melhorar o meio ambiente humano, não foi conseguido determinar a forma da devida implementação.

Mais tarde, a Agenda 21, documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Cimeira da Terra), que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992, veio reconhecer essa omissão tendo reforçado o objetivo de que todos os países deveriam colaborar na implementação de práticas de desenvolvimento sustentável e procurar formas eficazes de implementar, avaliar e relatar essas mesmas práticas de modo a alcançar a sustentabilidade (Azapagic *et al.*, 2004).

A Agenda 21 é um documento composto por 40 capítulos distribuídos por 4 secções, que reforça, no seu capítulo 4, a necessidade de se fazer uma revisão dos instrumentos necessários para a execução das práticas de desenvolvimento sustentável implementadas pelas organizações.

Duas décadas após a realização da Cimeira da Terra, mantém-se o desafio de colocar em prática os instrumentos que permitissem implementar, avaliar e relatar as práticas de desenvolvimento sustentável, facto que viria a incentivar por parte da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 24 de dezembro de 2009, a realização de uma nova conferência, que viria a ter lugar no Rio de Janeiro sobre o Desenvolvimento Sustentável, a conhecida Conferência Rio+20. Como já referido, o objetivo da conferência assentou na renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Entra-se numa nova fase do desenvolvimento sustentável, em que os *stakeholders*, ao se aperceberem da importância da implementação das práticas de desenvolvimento sustentável por parte das organizações das quais eles são, igualmente, partes interessadas, tomam também a iniciativa de demonstrar a necessidade de verem comunicadas as suas contribuições para com uma sociedade mais sustentável (Perrini, 2005). As organizações, por seu lado, perante esta nova solicitação dos seus *stakeholders*, adaptam-se voluntariamente procurando relatar as informações solicitadas pelos mesmos (Cooper e Owen, 2007).

A preocupação das organizações e o interesse dos *stakeholders* de terem acessíveis avaliações de interesse económico, social e ambiental, tornam-se crescentes, impondo a necessidade de elaboração de relatórios de sustentabilidade, cuja importância se torna cada vez maior (Ceulemans *et al.*, 2014).

Os relatórios de sustentabilidade adquirem, desta forma, maior destaque e relevância, constituindo-se instrumentos de gestão que procuram destacar de forma transparente informações económicas, sociais e ambientais resultantes do desempenho das organizações (Tinoco, 2001).

A presente secção é dedicada à abordagem dos conceitos ligados à avaliação e à medição da sustentabilidade, nomeadamente aos relatórios de sustentabilidade, importantes ferramentas de avaliação e de monitorização das práticas do desenvolvimento sustentável adotadas pelas organizações.

Para Nixon (2002, citado em Madeira, 2008) a avaliação da sustentabilidade é uma tentativa estruturada de avaliar quantitativamente e/ou qualitativamente as características de uma instituição que forma a sua “pegada ecocultural”. Segundo este autor a “pegada ecocultural” é constituída pelos efeitos coletivos diretos e indiretos, positivos e

negativos que resultam da atividade dessa instituição, na sociedade e no ambiente, às escalas local, regional e global.

Adams e Frost (2008) consideram que um relatório de sustentabilidade é um documento que traduz a análise de uma organização, refletindo sobre os objetivos alcançados no presente, bem como os que pretende alcançar e desenvolver no futuro, funcionando como ferramenta de comunicação e envolvimento com os *stakeholders* impulsionando assim a forma de melhorar as práticas de gestão integrando o desenvolvimento sustentável.

Por seu lado, Lozano (2011) define relatório de sustentabilidade como uma atividade voluntária²⁰ que tem como finalidade avaliar o progresso atual de uma organização perante a sustentabilidade e comunicar aos *stakeholders* a integração das dimensões económicas, ambientais e sociais.

De acordo com a *Glogal Reporting Iniciave* (GRI), organização que tem por missão divulgar linhas orientadoras para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e mais adiante explicitada:

“A sustainability report is a report published by a company or organization about the economic, environmental and social impacts caused by its everyday activities. A sustainability report also presents the organization's values and governance model and demonstrates the link between its strategy and its commitment to a sustainable global economy²¹”.

Segundo o Instituto Ethos²² (2007) um relatório de sustentabilidade é a única ferramenta capaz de comunicar de forma integrada as três dimensões (ambiental, económica e social), dando maior transparência e expandindo o diálogo das empresas com a sociedade e demais *stakeholders*.

Tiba (2012:4) argumenta que:

“...o relatório de sustentabilidade, pode ser entendido como um instrumento de gestão e informação que tem o objetivo de reportar, de forma

²⁰ Em Portugal, o relatório de sustentabilidade passou a ser obrigatório para entidades de interesse público e empresas que tenham, em média, mais de 500 trabalhadores (Decreto-Lei n.º 89/2017).

²¹ <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx>.

²² O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir os seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. <https://www.ethos.org.br/conteudo/o-instituto/>.

transparente, a coerência ética das operações da instituição e o resultado da interação da mesma com o seu meio e com as pessoas. O relatório é composto por informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades e é destinado aos mais diferenciados usuários da informação (funcionários, fornecedores, investidores, governo, acionistas e a comunidade).”

Os relatórios de sustentabilidade surgem como ferramentas capazes de comunicar de forma integrada as três dimensões da sustentabilidade, permitindo a transparência e a expansão do diálogo das empresas com a sociedade e com os *stakeholders*.

Pode então dizer-se que um relatório de sustentabilidade constitui uma ferramenta prática de medição, divulgação e de responsabilização das organizações perante os seus *stakeholders* no que respeita ao seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos, tornando-se num importante instrumento de gestão.

Segundo Nixon (2002, citado em Madeira 2008), os objetivos principais da avaliação e divulgação da sustentabilidade são:

- Compreender a posição de uma dada instituição sobre os objetivos de sustentabilidade;
- Identificar áreas e estratégias a melhorar no desempenho de uma instituição em relação à sustentabilidade;
- Ajudar a construir uma cultura tendo por base a sustentabilidade.

De acordo com o mesmo o autor os benefícios da avaliação e divulgação da sustentabilidade são:

- Assegurar o sucesso a longo-prazo de uma instituição;
- Assegurar a conformidade com a legislação em vigor;
- Reduzir os custos com operações e manutenção;
- Melhorar a qualidade do ambiente de trabalho e da aprendizagem;
- Melhorar a imagem pública da instituição;
- Identificar as “boas práticas” e partilhá-las com outras instituições.

Os relatórios de sustentabilidade podem ajudar as organizações a medir, entender e comunicar seu desempenho económico, ambiental, social e de governança, definir metas e gerir as mudanças com mais eficiência. Um relatório de sustentabilidade é a plataforma principal para comunicar o desempenho e os impactos positivos ou negativos da sustentabilidade, (GRI, s/d).

A importância que os temas ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável vêm adquirindo tem impelido as organizações, cada vez mais, a adotarem práticas sustentáveis e a elaborarem os seus relatórios de sustentabilidade como meio de se comunicar. Os relatórios de sustentabilidade por sua vez implicam a utilização de indicadores.

O capítulo 40 da Agenda 21 intitulado “Informação para a Tomada de Decisão” constituiu um apelo aos países, às organizações internacionais e às organizações não governamentais para desenvolverem indicadores de desenvolvimento sustentável que proporcionem uma base sólida para os decisores, na tentativa de dar resposta às questões: “Como se atinge o desenvolvimento sustentável?” e “Como se mede o progresso relativamente ao que tem sido feito para o atingir?”.

Desta forma os métodos de avaliação da sustentabilidade foram criados através da introdução de indicadores que têm como objetivo reunir toda a informação – técnica e científica – de modo a apresentá-la de forma clara e sucinta e permitir a consulta e análise por qualquer parte interessada desde entidades governamentais, auditores e público em geral (Fernandes, 2017).

Neste sentido, a Agenda 21 (no seu capítulo 40) e a Agenda 2030 consideram que são os “indicadores que mostram a direção correta para a criação de um mundo mais sustentável” (ONU, 1992²³; UNRIC, 2016²⁴). São denominados de indicadores de sustentabilidade os indicadores que avaliam o progresso do desenvolvimento sustentável. Para este fim, é necessária a avaliação das dimensões económica, social, institucional e ambiental de forma integrada.

Para Weiland *et al.* (2011, citados em Santos, 2016:8) “As principais finalidades dos indicadores são:

- I. Compreensão dos processos de desenvolvimento – úteis para a identificação e análise de questões relevantes, estados atuais e tendências futuras;
- II. Definição de prioridades – fornecem a informação necessária para a definição de objetivos e metas, permitindo estabelecer prioridades;

²³ <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

²⁴ <https://unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-entram-em-vigor-a-1-de-janeiro/>

- III. Definição da direção – são relevantes para a tomada de decisão e planejamento, especialmente para a monitorização e avaliação do progresso do desenvolvimento;
- IV. Envolvimento das partes interessadas – comunicação entre os organismos administrativos e do público, para o início de discussões e sensibilização. Com efeito, os indicadores desempenham um papel importante no conhecimento da comunidade;
- V. Resolução de conflitos – úteis em processos de resolução de controvérsias ou em discussões com opiniões diferentes.”

Com efeito a implementação de indicadores numa organização permitirá, por um lado, ajudar os seus decisores a tomarem consciência dos problemas existentes e, por outro, a identificar os pontos fortes e fracos da organização e quais as prioridades que merecem mais atenção no momento da tomada de decisões (Santos, 2016). Por isso os indicadores são considerados importantes ferramentas de gestão.

Furtado (2005, citado em Tiba, 2012) considera os indicadores de sustentabilidade como elementos informativos e quantitativos que têm por finalidade caracterizar ou expressar efeitos e tendências interativas de natureza ambiental, económica e social.

Os indicadores de sustentabilidade permitem, ainda, educar a comunidade sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sensibilizando a opinião pública para ações que contribuem para o mesmo (Coelho *et al.*, 2010, citado em Santos, 2016).

Os indicadores em geral são ferramentas que resumem ou simplificam as informações relevantes de fenómenos que ocorrem na realidade, pelo que se pode afirmar que os indicadores de sustentabilidade são instrumentos utilizados para monitorar o desenvolvimento sustentável sendo responsáveis por capturar tendências utilizadas pelos agentes de decisão com o objetivo de orientar o desenvolvimento e o monitoramento de políticas e estratégias.

Os modelos de indicadores de sustentabilidade mais conhecidos são desenvolvidos:

- Pela GRI (no âmbito do *United Nations Environment Programme*) – organização pioneira no desenvolvimento de diretrizes para a publicação de relatórios de sus-

tentabilidade. Os seus indicadores envolvem questões sobre desempenho económico, social e ambiental, de acordo com padrões de comparabilidade e mensurabilidade;

- Pelo Instituto Ethos – propõe indicadores que abrangem valores, transparência e governança; meio ambiente; público interno; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade,

Existem vários modelos de relatórios de sustentabilidade disponíveis, contudo o modelo que maior aceitação tem tido por parte das entidades públicas e privadas é o da *Global Reporting Initiative*, pela sua credibilidade no cenário internacional na medida em que é um modelo que demonstra ser uma ferramenta eficaz capaz de medir, verificar e comunicar a informação relacionada com o desenvolvimento sustentável (Dagiliené e Mykolaitiene, 2015).

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional sem fins lucrativos fundada em 1977 em Boston, estando sediada em Amsterdão desde 2002. Atualmente a GRI conta com escritórios em vários países do mundo. É um centro oficial de colaboração da *United Nations Environmental Programme* e trabalha em cooperação com o programa *Global Compact* da ONU.

A GRI tem por missão desenvolver e divulgar linhas de orientação e matrizes de indicadores para a comunicação da sustentabilidade, num processo participado pelos vários grupos de interesse envolvidos. Estas linhas de orientação poderão ser aplicadas voluntariamente pelas organizações na comunicação dos desempenhos ambientais, sociais e económicos das suas actividades, produtos e serviços.

A GRI conta com a participação de organizações de todo o mundo ligadas aos negócios, à contabilidade, ao investimento, ao ambiente, aos direitos humanos, à investigação e ao trabalho.

Um relatório de sustentabilidade elaborado segundo o modelo GRI permite que a organização defina as suas expectativas de desenvolvimento sustentável internas e externas, envolvendo todos os seus *stakeholders*. Nesta medida a GRI, entende que o relato de sustentabilidade é uma prática de medição e de divulgação permitindo prestar contas aos *stakeholders* internos e externos sobre o desempenho organizacional, de governança e

dos impactos económicos, ambientais e sociais, com vista ao desenvolvimento sustentável.

Segundo as diretrizes da GRI um relatório de sustentabilidade deve conter:

1. Estratégia e perfil – Informações como estratégia, perfil e administração que ajudem a perceber o contexto global para compreender o desempenho da organização;
2. Forma de gestão – informações sobre a forma de gestão de um conjunto de tópicos para facilitar o desempenho numa área específica;
3. Indicadores de desempenho – indicadores económicos, ambientais e sociais passíveis de comparação.

Os relatórios de sustentabilidade constituem atualmente uma importante ferramenta de prestação de contas e uma medida de transparência por parte das organizações. As orientações desenvolvidas pela GRI são reconhecidas internacionalmente e utilizadas em 78% do total de relatórios de sustentabilidade publicados no mundo, contribuindo de forma decisiva para a comparabilidade entre empresas e sectores.

O modelo GRI segue quatro diretrizes que ajudam a identificar os impactos das operações sobre o meio ambiente, economia e sociedade. Essas diretrizes auxiliam a apontar informações confiáveis, relevantes e uniformizadas.

Na sua versão mais recente, G4, as Diretrizes da GRI ajudam as empresas a identificar e reportar as questões que mais influenciam a avaliação e a decisão dos seus *stakeholders* e que representam os impactos económicos, ambientais ou sociais mais relevantes. As organizações podem assim refletir sobre o que é mais importante para o seu negócio e identificar onde se verificam os impactos mais significativos ajustando os limites da sua gestão e o relato em conformidade Neves (2014).

Capítulo 3. A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No capítulo anterior foram apresentados os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável considerados basilares no desenvolvimento do estudo, bem como alguns contributos importantes em torno dos conceitos.

O presente capítulo, inserido ainda no âmbito da revisão da literatura, é voltado mais especificamente para o estudo da sustentabilidade nas IES que constitui o tema central desta investigação. Pretende-se, assim, apresentar os desenvolvimentos mais recentes relacionados com as preocupações que emergiram em torno dos temas da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas IES. O capítulo integra quatro secções: a primeira descreve a evolução histórica dos principais compromissos assumidos pelas IES no que respeita à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável; a segunda secção é dedicada ao conceito de IES sustentável; a terceira descreve as estratégias de implementação de sustentabilidade nas IES; e a quarta secção debruça-se sobre os relatórios de sustentabilidade nas IES.

3.1 O desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior

Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável suscitaram desde logo uma importante aceitação por parte de alguns grupos de universidades que na sequência do Relatório de Brutland se constituíram signatários de Cartas e Declarações em torno dos princípios estabelecidos neste documento (Couto *et al.*, 2005).

Segundo Webster (2005, citado em Couto *et al.*, 2005) as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionadas com as funções da universidade uma vez que a educação é essencial para promover mudanças nos comportamentos dos indivíduos, enquanto a investigação e a inovação social, científica e tecnológica funcionam como alavancas do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as universidades contribuem para o dinamismo das regiões onde estão inseridas constituindo, assim, importantes elementos na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Em termos históricos, as primeiras referências sobre a importância da educação e da universidade no desenvolvimento sustentável surgem a partir da década de 70 em documentos das Nações Unidas. Nas Conferências sobre o Meio Ambiente Humano em

1972 e, posteriormente, sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, são elaborados documentos nos quais são enunciadas medidas para o sector educativo. A Tabela 3.1 apresenta uma síntese dos objetivos e das medidas propostas nessas conferências.

Tabela 3.1 A ONU e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (1972-1992)

Documentos	Objetivos	Medidas propostas
CNUAH (1972) Declaração de Estocolmo Princípios 9 e 24	Prevenir e/ou atenuar situações que prejudiquem o desenvolvimento sustentável.	Formulação de acordos multilaterais ou bilaterais ou outras formas de cooperação (nomeadamente ao nível da transferência financeira e tecnológica).
CNUMAD (1991) Relatório do Comité Preparatório	Envolver todos os interessados na educação para o desenvolvimento sustentável.	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas nas universidades, institutos de investigação, etc.
CNUMAD (1992) Declaração do Rio Princípio 9	Fomentar o surgimento e o aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolvimento sustentável.	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico. Desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias, incluindo as tecnologias novas e inovadoras.
CNUMAD (1992) Agenda 21 (Capítulos 31, 34, 35 e 36)	Clarificar o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável.	(Re)desenho dos programas nacionais em ciência e tecnologia de forma a clarificar as contribuições do sector para o desenvolvimento sustentável e a identificar as funções/ responsabilidades do sector no desenvolvimento humano.
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável.	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre o desgaste dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, que sejam facilmente perceptíveis e amplamente divulgadas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento acessível a todos. Implementação de incentivos, para universidades e redes, ao trabalho realizado neste âmbito.

Fonte: Adaptado de Couto *et al.* (2005)

Como resultado destas conferências é atribuída à universidade a responsabilidade de educar para o desenvolvimento sustentável. A educação, vista até ao momento como

um objetivo, passa a ser vista como um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável (B. Mazurkiewicz, 1998, citado em Couto *et al.*, 2005).

Como resposta aos desafios lançados pela comunidade internacional o meio universitário organiza diversos eventos de onde resultam a elaboração e assinatura de Cartas e Declarações que visam a implementação de parcerias académicas para a sustentabilidade. Entre os vários documentos elaborados salientam-se os seguintes:

Declaração de Talloires

A Declaração de Talloires²⁵, assinada em 1990 no Centro Europeu da Universidade de Tufts em Talloires, França, representa o primeiro documento oficial de compromisso com o desenvolvimento sustentável subscrito por universidades de todo o mundo. Os signatários desta declaração²⁶ manifestam preocupação com a degradação do ambiente e com o esgotamento dos recursos naturais, atribuindo às universidades, entidades vocacionadas para a educação e para a investigação, a responsabilidade de incentivar e estimular a mobilização de recursos internos e externos para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.

A declaração estabelece a implementação de iniciativas por parte das IES no sentido de: maior consciencialização do público em geral para a necessidade do desenvolvimento sustentável; promoção da educação para a cidadania ecológica; inclusão da temática ambiental nos currículos das disciplinas; formação ministrada e serviços prestados no sentido de um desenvolvimento sustentável; introdução de abordagens multidisciplinares; reformulação de currículos académicos e programas de investigação; estabelecimento de redes e alianças com escolas; reforço do ensino nas questões ambientais, demográficas e do desenvolvimento sustentável (Couto *et al.*, 2005).

Declaração de Halifax

A Declaração de Halifax²⁷ foi assinada em dezembro de 1991, na Conferência sobre Ações da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável, em Halifax, Canadá,

²⁵ <http://ulsf.org/talloires-declaration/>

²⁶ Em março de 2005 apenas uma universidade portuguesa, a Universidade Nova de Lisboa, era signatária da Declaração de Talloires (Couto *et al.*, 2005).

²⁷ https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/rfl_727_halifax_2001.pdf

por representantes da Associação das Universidades do Canadá, da Associação Internacional das Universidades e da Universidade das Nações Unidas. A Conferência contou com a presença de várias universidades, empresários e ONG.

O encontro reforçou as preocupações com a degradação generalizada do planeta Terra apelando a que todos unam esforços no sentido mitigar os efeitos negativos da degradação ambiental.

Da conferência resultou um plano de ação para o desenvolvimento sustentável com ações concretas para as universidades, nomeadamente: compromisso contínuo com os princípios do desenvolvimento sustentável; utilização dos recursos intelectuais no sentido de promover uma melhor compreensão social dos problemas enfrentados pelo planeta; ênfase na obrigação ética de encarar os problemas ambientais; reforço no ensino e na prática dos princípios de sustentabilidade, implicando o aumento da literacia e ética ambiental; cooperação com todos os segmentos da sociedade na busca de práticas que conduzam à reversão da degradação do meio ambiente; divulgação de toda a informação, ações e projetos aos organismos interessados, aos governos e ao público em geral (Declaração de Halifax, 1991; Oliveira *et al.*, 2016).

Declaração do Rio e Agenda 21

O envolvimento das IES no processo do desenvolvimento sustentável torna-se mais notório em 1992 na sequência da CNUMAD (também conhecida como Cimeira da Terra ou Rio 92), no âmbito da qual surgem a Declaração do Rio²⁸ e a Agenda 21²⁹ (ver Tabela 3.1).

Até à Rio 92, o ensino superior esteve quase ausente dos debates sobre o desenvolvimento sustentável. No decorrer desta Cimeira, o Conselho de Reitores Europeus lançou um apelo urgente às universidades para que se envolvessem neste desafio a fim de não serem ignoradas neste processo de mudança estrutural.

A Declaração do Rio revelou-se como um dos acontecimentos mais marcantes na história do planeta tendo originado vários acordos multilaterais conducentes à melhoria do ambiente.

²⁸http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013

²⁹<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

A Agenda 21 constituiu um importante programa global de âmbito local para governos, autarquias, organizações não governamentais, instituições para o desenvolvimento, entre outros organismos. No domínio da educação destaca-se o capítulo 36 – Promover a Educação, a Consciência Pública e a Formação que apresenta ações nas três vertentes: a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável, o aumento da consciência pública e a promoção da formação neste processo (Matos *et al.*, 2015).

Declaração de Swansea

Esta declaração assinada em Swansea no País de Gales, em agosto de 1993, no 15º Congresso da Associação das Universidades da Commonwealth, contou com a participação de mais de 400 universidades de 47 países e teve como elementos centrais de discussão as preocupações com a degradação ambiental, o aumento da pobreza e a necessidade de envolvimento da sociedade no alcance da sustentabilidade. Estas questões corroboram as ações descritas nas reuniões Talloires, e Halifax.

A Declaração de Swansea³⁰ acrescentou uma dimensão com interesse para a discussão da sustentabilidade nas IES, sublinhando que a cooperação entre os países constitui um fator importante para se alcançar a sustentabilidade. Os signatários da declaração admitem que embora a sustentabilidade ambiental seja um tema de grande importância para os países desenvolvidos, os menos desenvolvidos têm necessidades mais urgentes e prioritárias, tendo sido lançado um apelo às universidades dos países mais ricos para que ajudem no desenvolvimento de programas de sustentabilidade ambiental nas universidades dos países menos ricos do mundo (Campello e Silveira, 2016).

Declaração de Kyoto

Em 1993, a Associação Internacional das Universidades (AIU)³¹, promoveu uma reunião em Quioto, no Japão, onde se reforçou que as IES têm a responsabilidade de ensinar princípios de sustentabilidade e, também, de promover elas próprias práticas sustentáveis. A Declaração de Kyoto, resultante desta reunião, foi redigida com base nos princípios emanados nas declarações de Talloires, Halifax e Swansea com destaque para as práticas sustentáveis, sendo que os princípios seguidos se assemelham (Matos *et al.*, 2015).

³⁰ https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/the_swansea_declaration.pdf

³¹Atualmente são membros da AIU três universidades portuguesas: Universidade Fernando Pessoa, Universidade de Lisboa e Universidade do Porto. <https://iau-aiu.net/> (Acedido em 28 de abril de 2020).

Carta Universitária para um Desenvolvimento Sustentável do Programa Copernicus

Esta carta, concertada na Conferência de Reitores da Europa, foi promovida pela Associação das Universidades Europeias³². O processo teve início em Barcelona em 1993, sendo a Carta assinada em Genebra, em 1994, por mais de 190 universidades. A carta reforça a necessidade de as universidades serem pioneiras na implementação de valores ambientais na educação superior (Couto *et al.*, 2005).

A Associação das Universidades Europeias conta atualmente com muitos membros dos quais alguns são portugueses³³.

O programa Copernicus³⁴ baseia a sua estratégia de ação nos princípios da Carta Universitária para um Desenvolvimento Sustentável, definindo os princípios de ação a ser adotados pelas IES de forma a alcançar a sustentabilidade, assentes em dois objetivos: identificar formas de as universidades ajudarem a sociedade a responder ao desafio do desenvolvimento sustentável e alcançar a sustentabilidade nas próprias universidades.

Declaração de Compromissos da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

Em 1995, a Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, em São José da Costa Rica, divulgou a Declaração de Compromissos da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente com o objetivo de criar e aplicar programas e pesquisas no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. A declaração destaca as diferentes formas como os países encararam os seus problemas ambientais, evidenciando as diferenças existentes entre os diversos níveis socioeconómicos de desenvolvimento e

³² <https://eua.eu/about/who-we-are.html>

³³ As universidades portuguesas que aderiram à Associação das Universidades Europeias são: Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Aberta, Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade do Algarve e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. <https://eua.eu/about/member-directory.html>

³⁴ O Programa Copernicus (*Cooperation Program for Environmental Research in Nature and Industry through Coordinated University Studies*) é um programa de cooperação europeia para a investigação sobre a indústria e a natureza através de estudos coordenados. Este programa trabalha em parceria com a Associação das Universidades Europeias, o Instituto de Investigação para uma Europa Sustentável, a Associação Ambiental das Universidades, Faculdades do Reino Unido e algumas universidades europeias singularmente proactivas em desenvolvimento sustentável (Couto *et al.*, 2005).

lança um apelo ao envolvimento na pesquisa, interpretação e divulgação, permitindo a tomada de decisões do ponto de vista político social e tecnológico (Oliveira *et al.*, 2016).

Declaração de Thessalónica

Em 1997 a UNESCO, realiza a conferência internacional em Thessalónica, na Grécia, intitulada “Ambiente e Sociedade: educação e sensibilização do público”, tendo resultado a assinatura da Declaração de Thessalónica³⁵ pelos 93 estados presentes.

Esta declaração evidencia a importância do ensino em educação ambiental visando a construção de um futuro ao serviço do desenvolvimento sustentável.

No que respeita à educação, a declaração recomenda as seguintes medidas: seja conferido um papel central às atividades educativas; atribuição de um maior investimento na educação e sensibilização do público por parte dos governos, instituições financeiras e empresas; criação um fundo financeiro para a educação para o desenvolvimento sustentável; adequação e atualização dos conteúdos programáticos e de ações de sensibilização ao público; adaptação dos programas escolares às necessidades de um futuro sustentável; reorientação dos programas de formação de docentes; apoio a práticas inovadoras de investigação sobre novas metodologias de ensino interdisciplinares (Couto *et al.*, 2005).

A declaração destaca ainda que o conceito de sustentabilidade ambiental deve estar ligado a questões como a pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos, paz, saúde e respeito pelo conhecimento cultural e ecológico tradicional.

A declaração apela também aos governos e líderes em educação que honrem os compromissos assumidos em declarações anteriores relativamente à sustentabilidade ambiental (Campello e Silveira, 2016).

Declaração de Luneburgo

Declaração sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável, assinada em outubro de 2001, em Luneburgo, na Alemanha, por prestigiadas instituições científicas de todo o mundo, parceiras do *Global Higher Education for Sustainability Partnership: International Association of Universities* (França), *United Nations University* (Japão), *Copernicus-Campus* (Alemanha) e *University Leaders for a Sustainable Future* (Estados Unidos da América).

³⁵<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117772>

A declaração apela aos estabelecimentos de ensino superior para que, entre outros aspectos: se assegure a atualização dos materiais didáticos de forma que reflitam os conhecimentos científicos mais recentes sobre sustentabilidade; se reorienta a formação dos docentes no sentido do desenvolvimento sustentável; seja dada formação contínua aos docentes, decisores e público em geral sobre desenvolvimento sustentável; se intensifique as redes entre instituições de ensino superior (Couto *et al.*, 2005).

Declaração de Ubuntu

No âmbito da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, África do Sul, em 2002 onze prestigiadas organizações educativas e academias científicas internacionais entre as quais o *Global Higher Education for Sustainability Partnership*, assinaram a Declaração de Ubuntu sobre Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável³⁶, que teve como principais objetivos enfatizar a importância do papel da educação para um futuro sustentável e lembrar os estados para a necessidade de se implementar a Agenda 21.

Outras medidas se destacam nesta declaração, nomeadamente, a necessidade de se criar redes de instituições internacionais e centros regionais de excelência que agreguem universidades, politécnicos, escolas secundárias e primárias, perfazendo um espaço global de aprendizagem em educação e sustentabilidade. Esta iniciativa permite promover a cooperação e o intercâmbio entre instituições em todos os níveis e sectores da educação (Couto *et al.*, 2005).

Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 57/254

Esta Resolução assinada em 2002 proclama a Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) incentivando os governos a promover e aperfeiçoar a integração da educação para o desenvolvimento sustentável nas estratégias educacionais³⁷.

³⁶ http://www.comitepaz.org.br/Dec_Ubuntu.htm

³⁷ A Assembleia Geral da ONU designou a UNESCO para liderar a promoção e implementação da década. <https://www.mma.gov.br/informma/item/8074-resolu%C3%A7%C3%A3o-da-onu.html>

Declaração de Turim 2009

A Declaração de Turim assinada em 2009 na Itália destaca a *Sustainability Science*, na medida em que vem reforçar que a sustentabilidade não pode ser alcançada apenas envolvendo as ciências naturais, devendo por isso englobar também as ciências da vida, sociais e humanas (Lozano, 2011).

Declaração de Abuja

Declaração que resultou da 12ª Conferência Geral da Associação das Universidades Africanas em 2009. A declaração destaca os problemas de sustentabilidade no continente africano, nomeadamente: o papel do ensino superior na educação; a transmissão de conhecimento aos futuros líderes e educadores; a pobreza; as doenças; os conflitos; a crescente degradação do solo; o elevado desmatamento e urbanização dos espaços verdes e florestas (Lozano, 2011).

Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade da Educação Superior

Na Conferencia Rio+20 em 2012³⁸, convocada pela UNESCO, Universidade das Nações Unidas, Pacto Global das Nações Unidas, Princípios para a Gestão da Educação Responsável das Nações Unidas e Programa Ambiental das Nações Unidas, foi elaborada a Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade da Educação Superior que reforça o debate sobre a importância da responsabilidade das IES no que respeita ao desenvolvimento sustentável e incentiva as mesmas a promover ações relacionadas com a temática.

As declarações apresentadas constituem-se, no geral, como compromissos das IES para com a sustentabilidade, embora a realidade apresente, por vezes, diferentes configurações e alguns obstáculos que impedem estas instituições de seguir trajetórias mais efetivas para o desenvolvimento sustentável. Contudo, pode afirmar-se que, na generalidade, as IES têm respondido, embora algumas mais timidamente, aos desafios propostos para alcançar a sustentabilidade.

3.2 Instituição de Ensino Superior Sustentável

As IES têm um papel de extrema importância enquanto órgãos que veiculam o conhecimento através do ensino e da investigação e principalmente pelo forte contributo

³⁸ <https://www.unglobalcompact.org/news/248-06-20-2012>

que exercem no processo de aprendizagem dos estudantes, futuros tomadores de decisões com elevados impactos na sociedade (Trigo, *et al.* 2014). Neste sentido as IES devem assumir um papel de relevo no que respeita ao desenvolvimento sustentável constituindo-se elas em próprias modelos de sustentabilidade (Ceulemans *et al.*, 2015).

Uma mudança em direção à sustentabilidade implica o compromisso da liderança e o envolvimento das partes interessadas.

Bizerril *et al.* (2018) argumentam que a institucionalização da sustentabilidade nas IES constitui uma das ações possíveis para alcançar um modelo apelidado de “Universidade Sustentável”.

Foram vários os investigadores que se debruçaram sobre o conceito de Instituição de Ensino Superior sustentável, apresentando-se em seguida alguns dos desenvolvimentos mais recentes sobre o conceito.

Hall (1982, citado em Viegas e Cabral, 2015) indica que uma universidade sustentável deve caracterizar-se por apresentar uma atitude disciplinada e sistemática para com o ambiente da própria organização e uma preocupação em melhorar a saúde e o bem-estar da comunidade, da sociedade e dos ecossistemas.

Para mostrar em que consiste uma universidade sustentável o autor refere o documento *Blueprint for a Green Campus*³⁹, promovido pela Universidade de Yale na Conferência realizada em 1994, designada *Campus Earth Summit*, que envolveu 400 faculdades provenientes de 22 países, onde se define que uma universidade sustentável é uma instituição que: dá prioridade à sustentabilidade ambiental; promove o conhecimento ambiental nas disciplinas mais relevantes; possibilita aos alunos conhecerem os problemas ambientais, tanto no *campus* como a nível local; monitoriza as condições ambientais do *campus*; se preocupa com a aquisição de bens ambientalmente responsáveis; se preocupa com a redução de resíduos no *campus*; efetua o controlo da eficiência energética no *campus*; desenvolve um núcleo dedicado ao ambiente, proporcionando a participação dos alunos, docentes e técnicos; e promove apoio aos estudantes que pretendam seguir carreiras ambientalmente responsáveis.

³⁹ <https://redcampussustentable.cl/wp-content/uploads/2018/03/1-Blueprint-For-Green-Campus.pdf>

Bakker (1998, citado em Matos *et al.*, 2015), seguindo a mesma linha de pensamento, define universidade sustentável como uma instituição que: prioriza a sustentabilidade ambiental; integra o conhecimento sobre o ambiente nas disciplinas mais relevantes; promove eventos sobre os problemas ambientais (locais e globais); permite a realização de auditorias ambientais; efetua compras ambientalmente responsáveis; promove a redução da pegada ecológica no *campus*; procura maximizar a eficiência energética; promove na instituição um centro ambiental para os alunos; e apoia os que desejem seguir uma carreira ambientalmente responsável.

Para Clugston e Calder (1999, citados em Santos, 2017) uma universidade sustentável é uma universidade que possibilita aos estudantes entenderem a degradação ambiental, estimula-os a seguir práticas sustentáveis e a tomarem consciência das injustiças sociais. Os mesmos autores argumentam que uma instituição sustentável: inclui esse compromisso na sua missão e objetivos; incorpora o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no ensino e na investigação; estimula o pensamento crítico dos alunos sobre problemas ambientais; demonstra práticas sustentáveis que reduzam a sua pegada ecológica; promove serviços de apoio aos estudantes e desenvolve parcerias locais e globais para melhorar a sustentabilidade.

O relatório de indicadores de sustentabilidade da *Pennsylvania State University* (*Penn State Green Destiny Council*, 2000)⁴⁰ caracteriza uma universidade sustentável como uma instituição que tem como perspectiva continuar a existir no longo prazo, comportando-se de forma a manter a integridade e a biodiversidade das comunidades locais e ecossistemas planetários, incluir como valores principais o respeito pela vida em todas as suas formas e a preocupação de viver dentro dos limites saudáveis do planeta com transparência na utilização dos recursos financeiros e de responsabilidade social e cívica.

Shriberg (2002, citado em Silva, 2017) defende que as IES sustentáveis são as que se esforçam por integrar a sustentabilidade nas suas funções, incluindo para tal:

- A sustentabilidade no ensino, com a inclusão da vertente sustentabilidade nos currículos dos cursos, com aplicação prática do conceito de sustentabilidade;
- A sustentabilidade na investigação, incluindo os temas ambientais em todas as atividades de investigação;

⁴⁰ <https://p2infohouse.org/ref/17/16964.pdf>

- A sustentabilidade nos serviços e operações, ajudando as comunidades nacionais e internacionais na promoção de um futuro global com melhor qualidade de vida, bem como repercutindo os valores da instituição nos projetos relacionados com o ambiente.

Chaui (2003) define uma universidade sustentável como aquela que auxilia os estudantes a compreender a degradação do ambiente, estimula a implementação de práticas ambientalmente sustentáveis e sensibiliza para as injustiças sociais.

Numa perspectiva mais abrangente, Cole (2003, citado em Silva, 2017) afirma que uma IES sustentável deve permitir que a comunidade do *campus* tenha atitudes que protejam e aprimorem a saúde e a qualidade de vida da comunidade interna e externa, bem como dos seus ecossistemas.

Velazquez, Munguia, Platt e Taddei (2006, citados em Santos 2017) apresentam a seguinte definição de universidade sustentável:

“A higher educational institution, as a whole or as a part, that addresses, involves and promotes, on a regional or a global level, the minimization of negative environmental, economic, societal, and health effects generated in the use of their resources in order to fulfill its functions of teaching, research, outreach and partnership, and stewardship in ways to help society make the transition to sustainable lifestyles” (Velazquez *et al.*, 2006 citados em Santos, 2017:2).

Para Madeira (2008), uma universidade sustentável é entendida como uma universidade que, para além da atividade de ensinar com qualidade, é também uma instituição que: promove ao nível interno a reflexão de forma a incutir os valores humanos; implementa práticas que promovem uma melhor qualidade de vida das pessoas; se preocupa com a utilização e gestão dos recursos naturais; executa práticas interdisciplinares de aprendizagem através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para Marcomin e Silva (2009, citados em Matos *et al.*, 2015) uma IES sustentável deve integrar nas suas atividades quatro pilares para a sustentabilidade: o ensino, a investigação, a extensão e a gestão sistémica (este último como elemento auxiliador), reforçando igualmente a importância da inclusão de uma missão assente em valores éticos e numa visão de futuro da instituição.

Para Disterheft *et al.* (2012) uma universidade sustentável é aquela que associa aspectos operacionais, de ensino, de investigação, de gestão institucional e de educação para a sustentabilidade. A operacionalização destes aspectos, segundo os autores, faz com que as comunidades externa e interna reconheçam e adotem estilos de vida que promovam o bem-estar das gerações atual e futura.

A declaração de Talloires, já abordada na secção anterior, é considerada como a de maior impacto com o compromisso da adesão à sustentabilidade por parte das universidades. A declaração, embora não defina o conceito de universidade sustentável, reflete, no entanto, a importância e a necessidade de se implementar a sustentabilidade nas IES através de: uma cultura de sustentabilidade; formação dos cidadãos nos aspectos ambientais; práticas diárias de sustentabilidade no *campus* e investigação em sustentabilidade (González Gaudiano *et al.*, 2015).

A declaração ganha igualmente destaque, porque, para além de evidenciar as práticas a promover pelas IES, bem como o planeamento da gestão dos resíduos e da energia no *campus*, reforça também a importância da participação da comunidade académica (docentes, funcionários, estudantes) no processo do desenvolvimento sustentável.

Nejati e Nejati (2012 citado em Viegas e Cabral, 2015) referem que a literatura disponível nos estudos de caso sobre “boas práticas” de sustentabilidade demonstram que as IES sustentáveis se caracterizam por relacionar o tema da sustentabilidade de forma transversal nas suas funções principais de ensino, de investigação, nos serviços prestados à comunidade e nas operações administrativas, de forma sistémica.

Para Lozano *et al.* (2015) é expectável que uma universidade sustentável atue nas seguintes dimensões: educação, investigação, gestão do *campus*, extensão, avaliação e relato, diretrizes institucionais e vivências de sustentabilidade no *campus*.

Uma instituição que caminha para a sustentabilidade deve: comprometer-se com a sustentabilidade nos seus documentos oficiais e nos seus objetivos estratégicos; aderir aos conceitos de sustentabilidade no ensino e na investigação; incentivar os seus estudantes a refletir de forma crítica sobre os problemas ambientais; planear práticas e políticas que reduzam a sua pegada ecológica; incrementar serviços de apoio aos alunos que realcem a sustentabilidade; e fomentar acordos de cooperação a nível local e global, para melhorar a sustentabilidade (Viegas e Cabral, 2015).

3.3 Implementação do desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior

Nesta secção pretende-se clarificar e compreender o modo como as instituições universitárias têm operacionalizado a incorporação dos princípios da sustentabilidade no Quadro das suas missões, funções, cultura organizacional e atividades, ou seja, conhecer a forma e as razões que levam as universidades a assumir o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Procura-se identificar a posição de diversos autores sobre as dimensões da sustentabilidade que reúnem as práticas que promovem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade nas IES, bem como os obstáculos que podem impedir e os fatores que poderão potenciar a promoção de tais práticas.

Como já referido, na primeira secção do presente capítulo, as primeiras preocupações das IES com o desenvolvimento sustentável aparecem formalizadas em 1990 com a assinatura da Declaração Talloires, seguindo-se uma série de outros documentos formais que revelam o compromisso destas instituições para com a sustentabilidade.

Em 2003 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, acordada na Resolução 57/254, seguindo as recomendações da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável decorrida em Joanesburgo em 2002. O objetivo da década (2005 a 2014) era a promoção do ensino e da aprendizagem, ao longo da vida, como parte do processo para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A UNESCO, entidade designada para liderar e promover internacionalmente o processo, teve como desafio incentivar os governos a integrar a educação para o desenvolvimento sustentável nas estratégias educativas e nos planos de ação.

O documento referente à Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável foca a importância da educação no combate à pobreza, ao consumo desordenado, à degradação ambiental, à decadência urbana, ao crescimento da população, às desigualdades de género e raça, aos conflitos e à violação dos direitos humanos.

O documento destaca a importância de se identificar as estratégias promovidas e implementadas pelas IES em prol do desenvolvimento sustentável, através da inclusão das questões da sustentabilidade nas suas diversas atividades.

Como consequência, as IES reconhecem a importância do seu papel na promoção da sustentabilidade tornando-se mais ativas e integrando nas suas atividades práticas de desenvolvimento sustentável (Cortese, 2003; Lozano, 2006, 2010, 2011; Lozano, *et al.* 2013; Aleixo *et al.*, 2016; Lozano *et al.*, 2015, entre outros).

3.3.1 Dimensões da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

A sustentabilidade pode ser entendida como um processo que deve ser analisado através de uma abordagem holística compreendendo, segundo a maioria dos autores, três pilares ou dimensões: ambiental, social e económica (Amaral *et al.*, 2015; Godemann *et al.*, 2014; Sammalisto *et al.*, 2015; Waas *et al.*, 2011; Almeida e Silva, 2017, entre outros) e de acordo com as quais as organizações implementam as suas práticas de desenvolvimento sustentável.

No caso das IES, alguns autores argumentam que a sustentabilidade incorpora uma realidade mais abrangente, pelo que pode compreender mais dimensões do que as mencionadas, nomeadamente as dimensões:

- Institucional (Spangenberg, 2002; Lozano *et al.*, 2015), segundo a qual as direções das IES devem criar e fortalecer relações que considerem os critérios de sustentabilidade;
- Cultural (Filho *et al.*, 2015), que se refere à difusão e valorização do conhecimento e da cultura e à criação de uma identidade cultural nas instituições;
- Educacional (Lozano, 2010; Lozano *et al.*, 2015), que corresponde à finalidade e missão das IES e se refere à incorporação do desenvolvimento sustentável nas atividades de ensino, investigação e serviços prestados à comunidade.

Costa e Almeida (2013, citados em Almeida e Silva, 2017) defendem também que, no caso concreto das IES, a sustentabilidade deve considerar uma avaliação mais ampla e compreender outras dimensões, além das tradicionais (ambiental, social e económica) e referem, ainda, que a avaliação das práticas sustentáveis nas IES se torna cada vez mais crescente, ressaltando a importância dos trabalhos académicos nesta área por ampliarem as oportunidades da sua divulgação.

Santos (2017) no seu extenso estudo sobre a sustentabilidade nas IES considera as seguintes quatro dimensões para este tipo de instituições: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política. A autora justifica que, na senda de Siemer *et al.* (2006), a abordagem conjunta das dimensões social e cultural se deve ao facto de alguns estudos revelarem semelhanças entre estas duas dimensões. A opção por combinar as dimensões educacional e institucional justifica-se pelas suas semelhanças, pois a educação é o propósito e missão das IES e faz parte da dimensão institucional. Da mesma forma, a dimensão política foi incluída na dimensão institucional, sendo também denominada institucional por Filho *et al.* (2015) e está ligada à boa governança.

Com base no Quadro teórico dos autores que se debruçaram sobre esta temática, as dimensões da sustentabilidade nas IES podem ser sucintamente descritas da seguinte forma: i) a dimensão económica implica a viabilidade económica do sistema, que deve atender às necessidades económicas; ii) a dimensão ambiental engloba a estratégia juntamente com as questões económicas e sociais nos recursos da organização; iii) a dimensão social refere-se aos recursos humanos da organização ou à comunidade circundante; e iv) a dimensão institucional engloba a capacidade de coordenar a interação humana para alcançar metas específicas de sustentabilidade (Santos, 2017).

A Tabela 3.2 a seguir apresentado procura resumir e sistematizar uma revisão da literatura sobre as dimensões da sustentabilidade nas IES e as respetivas práticas que podem ser implementadas (Spangenberg, 2002; Ferrer-Balas *et al.*, 2010; Filho *et al.*, 2015; Lozano, 2006, 2010, 2011; Lozano *et al.*, 2015; Siemer *et al.* 2006; Waas *et al.*, 2011; Almeida e Silva, 2017; Santos, 2017).

Tabela 3.2 Práticas de desenvolvimento sustentável em Instituições de Ensino Superior

Dimensões	Práticas
Ambiental	Práticas relacionadas com o envolvimento das IES em questões ambientais e escassez de recursos (meio ambiente e gestão de recursos naturais; prevenção da poluição; proteção do meio ambiente e da biodiversidade; restauração de habitats naturais; pegada ecológica; recursos não renováveis; esgotamento de materiais; degradação).
Económica	Ações relacionadas com o impacto económico direto e com a sustentabilidade financeira das IES (situação financeira; resultados; eficiência).

Social/Cultural	Atividades relacionadas com políticas e procedimentos relativos aos direitos humanos (direitos dos trabalhadores; direitos humanos; qualidade de vida, saúde e segurança ocupacional; equidade; formação dos colaboradores; envolvimento em ações sociais dentro da comunidade IES).
Institucional/Educacional/Política	Ações relacionadas com a visão, valores, estratégia, transparência na governança e compromissos éticos das IES. Declarações, cartas e parcerias quanto aos critérios nacionais e internacionais sobre aspectos do desenvolvimento sustentável. Práticas em educação, pesquisa, atividades universitárias (por exemplo, certificações), divulgação e avaliação da comunidade.

Fonte: Adaptado de Santos (2017)

A metodologia e dimensões apresentadas têm sido utilizadas por diversos autores ao relatar práticas de sustentabilidade implementadas em IES (por exemplo, Alshuwaikhat e Abubakar, 2008; Lozano, 2011; Santos, 2017).

O estudo empírico desta dissertação baseado na investigação de Santos (2017) e explicitado mais adiante no capítulo 5, utiliza as quatro dimensões apresentadas na Tabela 3.2.

3.3.2 Obstáculos na implementação de desenvolvimento sustentável nas Instituição de Ensino Superior

Muitos autores são unânimes em afirmar que a maioria das IES ainda não implementa práticas de sustentabilidade devido aos obstáculos que impedem a promoção de tais práticas (e. g. Lozano *et al.*, 2013; Velazquez *et al.*, 2006; Ferrer-Balas *et al.*, 2008).

Shriberg (2002, citado em Couto *et al.*, 2005) identifica, entre outros, os seguintes fatores que constituem obstáculos a uma real contribuição e maior sucesso das IES na implementação de sustentabilidade: falta de financiamento; falta de tempo; complexidade do tema; insuficiente compromisso dos gestores; insuficiências de coordenação, de estruturas e de recursos humanos; rigidez organizacional; falta de informação; e receio da mudança.

Santos (2017), partilhando os problemas apontados, refere os seguintes obstáculos ou barreiras que afetam ações que fomentam a sustentabilidade nas IES:

- a ambiguidade e a complexidade do conceito de sustentabilidade, que é visto como um tema abstrato e complexo;
- a falta de recursos financeiros e financiamento - as práticas de sustentabilidade ainda estão associadas a investimentos financeiros;

- a resistência à mudança associada a comportamentos, práticas ou iniciativas - alguns *stakeholders* universitários rejeitam mudanças e outros vêem a sustentabilidade como um modelo teórico sem implementação prática;
- a rigidez da estrutura organizacional (conservadora, tradicional e convencional);
- a falta de compromisso, empenho, consciencialização, interesse e envolvimento de professores, estudantes, funcionários, gestores e formuladores de políticas;
- a falta de formação em sustentabilidade - a maioria dos professores, estudantes, funcionários e gestores tem pouco ou nenhum conhecimento especializado em sustentabilidade.

3.3.3 Fatores potenciadores de desenvolvimento sustentável nas Instituição de Ensino Superior

Para além das barreiras identificadas que influenciam a implementação de práticas de sustentabilidade nas IES, torna-se importante identificar também os fatores que podem potenciar a promoção de tais práticas.

A revisão da literatura sugere que os fatores potenciadores de desenvolvimento sustentável nas IES estão intrinsecamente relacionados com as barreiras. Por exemplo, os recursos financeiros podem não ser apenas uma barreira, mas constituir também um fator que promove o desenvolvimento sustentável (Elliott e Wright, 2013, citados em Santos 2017).

Santos (2017) destaca a importância de fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável nas IES como: liderança proativa; comunicação clara e consistente; inclusão da sustentabilidade na estratégia da instituição; multidisciplinaridade em cursos e investigação; comprometimento de alunos e funcionários; outras iniciativas que desenvolvem o comprometimento em práticas de sustentabilidade; e a existência de uma estrutura organizacional flexível baseada em sistemas de comunicação, suporte e liderança.

Ferrer-Balas *et al.* (2008) mencionam que a pressão das instituições e a existência de fontes de financiamento têm fomentado a sustentabilidade nas IES.

Santos (2017) acrescenta ainda que apesar de toda a discussão sobre as estratégias que potenciam a implementação de práticas de sustentabilidade nas IES, o empenho de todos os participantes no processo constitui o principal fator. Os avanços no caminho da sustentabilidade só podem ser feitos com o compromisso dos líderes das IES (reitores,

administradores, presidentes e diretores), professores (pesquisadores e professores), estudantes (estudantes e ex-alunos) e entidades externas (nível local ou regional).

3.4 Relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

Desde o início do novo século que as organizações em geral começaram a sentir a necessidade de publicar informações relevantes para os *stakeholders* avaliarem o seu desempenho em matéria de sustentabilidade. Neste sentido, os relatórios de sustentabilidade têm vindo a ganhar cada vez mais importância.

Como já foi referido no segundo capítulo da dissertação os relatórios de sustentabilidade consistem numa atividade voluntária que tem por objetivo avaliar o progresso de uma organização em direção à sustentabilidade e comunicar aos *stakeholders* os esforços realizados no âmbito das dimensões económica, ambiental e social (Lozano, 2011).

No caso das IES os relatórios de sustentabilidade surgem como uma forma de avaliação e divulgação da atividade exercida por estas instituições a favor da sustentabilidade (Ceulemans *et al.*, 2015). A sua importância deve-se ao crescente interesse da sociedade por questões relacionadas com a sustentabilidade (Lozano *et al.*, 2013) e à pressão dos *stakeholders* que, na qualidade de membros da instituição, procuram obter informação que vá além da mera avaliação do desempenho económico da mesma (Sahlin-Andersson, 2006, citado em Silva, 2017).

Os relatórios de sustentabilidade das IES têm como finalidade transmitir a toda a comunidade académica os esforços e os progressos realizados no alcance da sustentabilidade que, de acordo com Alonso-Almeida *et al.* (2014), citados em Silva (2017: 8) “procuram:

- Avaliar e melhorar o desempenho do desenvolvimento sustentável da própria instituição ao longo do tempo, funcionando como uma ferramenta de análise e benchmarking entre as IES;
- Comunicar os esforços de sustentabilidade que vão permitir melhorar a sua reputação, imagem, transparência e responsabilidade;
- Promover o progresso e as políticas públicas, reforçando o compromisso com a sustentabilidade;
- Divulgar as expectativas, a visão e as estratégias a seguir, mostrando como a organização influencia e é influenciada pelos *stakeholders*.”

São poucas as IES que tomam a iniciativa de divulgar os relatórios de sustentabilidade, tendo em consideração a necessidade de informação dos seus *stakeholders*, porém, muitas destas instituições resistem em introduzir a respetiva elaboração nas suas agendas (Ceulemans *et al.*, 2015).

Para Lozano (2011) a decisão de uma IES divulgar o relatório de sustentabilidade depende, sobretudo, do seu desempenho em sustentabilidade, do nível de envolvimento dos seus *stakeholders*, dos compromissos estratégicos assumidos e das suas capacidades organizacionais.

Cortese (2003) e Alonso-Almeida *et al.*, (2015) referem que a falta de divulgação e a dificuldade na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, se deve ao facto de que as IES promovem práticas de desenvolvimento sustentável nas quatro atividades (ensino, investigação, serviços à comunidade e atividades operacionais) de uma forma fragmentada. Estas práticas são tratadas como ações isoladas ou separadas sendo comunicadas de forma fracionada através de divulgações nos websites, relatórios de gestão ou divulgações internas.

Lozano (2006) argumenta, ainda, que a forma das IES ultrapassarem a dificuldade na elaboração dos relatórios de sustentabilidade passa pela adoção de uma atitude de compreensão clara relativamente às suas diferentes atividades e interligações. No entender de Alonso-Almeida *et al.* (2015) a forma de superar essa dificuldade é persuadir as IES a elaborarem relatórios de sustentabilidade destacando a importância dos benefícios em reportar as suas práticas em desenvolvimento sustentável.

Apesar das dificuldades associadas à elaboração dos relatórios de sustentabilidade, importa referir que os mesmos são uma realidade atual das IES que os implementam tendo como objetivos a melhoria contínua da sua atividade, a promoção da sua imagem e o aumento da confiança dos *stakeholders*.

As IES, ao desenvolverem práticas de sustentabilidade como parte integrante da sua atividade, originam a necessidade de criar formas de registo dessas práticas que devem ser suportadas por mecanismos de controlo mensuráveis (Hopwood *et al.*, 2005 e White, 2013, citado em Santos 2017).

Os indicadores de sustentabilidade constituem a componente mensurável (Dalal Clayton *et al.*, 2002 citados em Disterheft *et al.*, 2015) e permitem simplificar, clarificar,

sumarizar e tornar mais transparente e acessível a dinâmica das práticas de desenvolvimento sustentável (Singh *et al.*, 2012).

Cortese, (2003), define que os indicadores de sustentabilidade nas IES devem contemplar sistematicamente:

- A educação;
- A investigação;
- As operações no *Campus*;
- A comunidade;
- A avaliação e o relatório.

O estudo realizado por Lozano (2011) sobre os indicadores utilizados nos relatórios de sustentabilidade das IES concluiu que na área económica os indicadores se referem essencialmente às receitas e despesas ocorridas nas instituições, considerando em segundo plano os impactos económicos direto e indireto. Relativamente aos indicadores ambientais os dados reportam as emissões ambientais: gases de efeito de estufa, energia, água e gestão de resíduos. Na área social os indicadores referem-se, essencialmente, às condições de trabalho, mencionando questões relacionadas com a segurança no trabalho, igualdade de oportunidades e direitos humanos.

3.4.1 Tipos de relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

A necessidade de se conhecer o estado sustentável das IES e as iniciativas e atividades de desenvolvimento sustentável que necessitam ser melhoradas permite reconhecer a importância da utilização de ferramentas de avaliação para o efeito. As ferramentas ou métodos de avaliação da sustentabilidade surgem, deste modo, como parte integrante: da atuação, da gestão dos processos, do planeamento, da implementação, da avaliação e dos relatórios de sustentabilidade das IES (Sepasi *et al.*, 2018).

A literatura informa da existência de diferentes estruturas de relatórios de sustentabilidade que se coadunam com o paradigma da caracterização do desenvolvimento sustentável na maior parte das IES (Lozano *et al.*, 2013).

Lozano (2006), indica a existência de três formas de abordar a avaliação e a comunicação da sustentabilidade nas IES: por meio de contas, de avaliações narrativas e de

indicadores. O autor refere, ainda, que as avaliações baseadas em indicadores são mais facilmente mensuráveis, comparáveis e objetivas do que as outras duas abordagens.

Os relatórios de sustentabilidade nas IES são caracterizados por combinar informações financeiros com informações sobre sustentabilidade (Eccles e Krzus, 2010, citados em Silva, 2017 e Jensen e Berg, 2012), com destaque para o desempenho financeiro. Os tópicos sobre sustentabilidade que podem ajudar a explicar a realização de objetivos estratégicos das instituições aparecem mais limitados (Richardson e Kachler, 2016).

Lozano (2011) concluiu que algumas IES optam por incluir os aspetos relacionados com a sustentabilidade nos relatórios institucionais enquanto outras decidem publicar relatórios ambientais. No entanto, poucas IES publicam relatórios de sustentabilidade como documentos autónomos.

Heilmayr (2006) refere que o tipo de relatório com mais expressão nas IES é designado por relatório ambiental, pois permite às mesmas demonstrarem a sua preocupação com os impactos das suas atividades no meio ambiente.

Os *websites* institucionais representam um importante instrumento de comunicação das práticas sustentáveis desenvolvidas pelas IES, na medida em que permitem demonstrar as políticas, estratégias e medidas sustentáveis das IES bem como ajudam a desenvolver uma imagem social positiva destas instituições junto dos seus *stakeholders* (Ramos e Pires, 2013).

Ramos e Pires (2013) entendem que a internet permite disseminar e partilhar rapidamente a informação sobre as diferentes práticas sustentáveis das IES tornando-se numa ferramenta importante para ajudar a promover uma imagem social positiva aos *stakeholders* das IES e à comunidade.

Já o estudo efetuado por Popescu e Beleau (2014) teve como objetivo a análise de *websites* de IES, permitindo constatar que as IES estudadas utilizam a sua página institucional como mecanismo de comunicação da sua atuação em sustentabilidade.

Para Alonso-Almeida *et al.* (2015) as IES esforçam-se por promover o desenvolvimento sustentável, contudo, as suas iniciativas realizam-se de uma forma fragmentada, fundamentalmente através de divulgações nos seus *websites*, nos relatórios de gestão e em folhetos universitários dificultando o processo de comunicação das práticas implementadas.

A Tabela 3.3, a seguir apresentado, resume as ferramentas mais utilizadas pelas IES para avaliar a sustentabilidade (Sepasi *et al.*, 2017):

Tabela 3.3 Ferramentas de avaliação da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

Sigla	Designação
AISHE	Audit Instrument for sustainability in Higher Education
CSAF	Campus Sustainability Assessment Framework Ecological Footprint
EMAS	Eco-Management and Audit Scheme
GASU	Graphical Assessment of Sustainability in Universities tool
GRI	Global Reporting Initiative
STARS	Sustainability Tracking, Assessment & Rating System
STRAUNCH	Sustainability tool for Auditing Universities Curricula in Higher Education Sustainability Report Card

Fonte: Adaptado de Sepasi *et al.* (2018) e Disterheft (2015)

As ferramentas referenciadas na tabela acima, implicam atributos comuns relativos à sustentabilidade das IES como: energia, igualdade, diversidade, água, desperdício, emissões, investigação, ensino, cursos, educação em sustentabilidade e operações (Sepasi *et al.*, 2018).

Muitas IES elaboram os seus relatórios de sustentabilidade seguindo o modelo da *Global Reporting Initiative Guidelines* que induz a um processo de normalização para divulgação, desenvolvendo uma estrutura universalmente aceite para relatórios de sustentabilidade (Lozano, 2011; Disterheft *et al.*, 2012; Ceuleman *et al.*, 2015).

Capítulo 4. A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS

O terceiro capítulo veio introduzir de forma mais específica o estudo da sustentabilidade nas IES. O presente capítulo, ainda inserido na revisão da literatura, dá continuidade ao capítulo anterior, mas agora particularizando a sustentabilidade nas IES portuguesas. Tem como objetivo apresentar os desenvolvimentos teóricos e empíricos realizados em torno dos temas da sustentabilidade e do desenvolvimento nas IES portuguesas.

O capítulo é constituído por seis secções: a primeira descreve o desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas; a segunda secção faz uma breve apresentação das instituições de Ensino Superior em Portugal; a terceira aborda a implementação do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas; a quarta secção expõe estratégias e estados de implementação de sustentabilidade nestas IES; a quinta explica as dificuldades e os fatores potenciadores na implementação da sustentabilidade; e a sexta secção debruça-se sobre os relatórios de sustentabilidade nas IES portuguesas.

4.1 O desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas

Antes de iniciar a análise do estado de desenvolvimento sustentável das IES portuguesas faz-se uma breve consideração sobre a temática, na Europa.

O desenvolvimento sustentável é em primeiro lugar, um dos principais objetivos da União Europeia, conforme consta no seu tratado e em segundo lugar um grande desafio, por levar a cabo questões como a harmonização do desenvolvimento económico, a coesão social, a proteção ambiental e a igualdade de género (Comissão da Comunidade Europeia, 2005).

Os estudos promovidos por universidades europeias sobre a educação em desenvolvimento sustentável são uma temática importante uma vez que proporcionam a avaliação do esforço e do sucesso alcançado pela implementação de práticas sustentáveis nas IES em geral. A educação em desenvolvimento sustentável contribui igualmente para incentivar a implementação do desenvolvimento sustentável nas IES e para identificar os melhores exemplos de boas práticas instituídas por estas instituições, (Cicmil *et al.*, 2017; Goni *et al.*, 2017, citados em Farinha *et al.*, 2019).

Apesar da literatura disponibilizar estudos nesta área no contexto europeu, é de registar que a investigação em desenvolvimento sustentável nas IES é bastante reduzida em países como a República Checa e Polónia (Jorge *et al.*, 2014; Koscielniak, 2014, citados em Farinha 2019).

Em Portugal, os estudos sobre o desenvolvimento sustentável nas IES são também escassos. A este respeito Aleixo *et al.* (2016) referem que, apesar da sustentabilidade ser um tema debatido há muito, a discussão sobre o papel que as IES portuguesas representam para o desenvolvimento sustentável é recente, resultando na pouca produção científica dedicada à educação para a sustentabilidade em Portugal (Aleixo *et al.*, 2018).

A tabela seguinte apresenta os momentos que registam a integração de Portugal no processo de desenvolvimento sustentável:

Tabela 4.1 Integração de Portugal no processo de desenvolvimento sustentável

Ano	Momento de integração de Portugal no processo de desenvolvimento sustentável
1976	A Constituição da República Portuguesa, refere “1. Todos têm Direito a um ambiente de vida, humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender” (Dre, Art.º 66.º Ambiente e qualidade de vida. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202006090129/128030/diploma/indice (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
1987	A Lei de Bases do Ambiente refere no Capítulo I Art.º 3- Princípios específicos, alínea b) “Do equilíbrio: devem criar-se os meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento económico e social e de conservação da Natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável;” (Lei n.º 11/87 de 1987). Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/666148/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2011%2F87 (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
1995	A Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95 aprova O Plano Nacional de Política do Ambiente e define orientações de integração de dois aspetos: formulação de uma política do ambiente e a adoção por parte de todos os setores políticos do ambiente articuladas, numa visão conjunta. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/223580/details/maximized (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
1997	Decreto-lei n.º 221/97, de 20 de Agosto - Criação do Conselho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado para congregar os “...diversos interesses em presença, quer institucionais, quer dimanados da sociedade civil, o qual, de modo independente, constitua um fórum de reflexão útil à formulação e desenvolvimento da política do ambiente.” Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/195800/details/maximized (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2000	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), “surge para dar resposta à necessidade de avaliar o progresso do país em matéria de sustentabilidade, possibilitando estabelecer a ligação com os principais níveis de decisão estratégica – políticas, planos e programas – de âmbito nacional, regional e sectorial. Disponível em: https://apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=503 (Acedido em: 2 de agosto de 2020)

2002	Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, Diário da República n.º 51/2002, Série I-B de 2002-03-01, designa o Instituto do Ambiente como entidade responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/254185/details/maximized?perPage=100&anoDR=2002&types=SERIEI&search=Pesquisar (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2004	Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004, Diário da República n.º 298/2004, Série I-B de 2004-12-22, aprova os objetivos e vetores estratégicos da proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015 e define o processo de elaboração da versão final da ENDS e das respetivas fichas estratégicas. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/219692/details/maximized (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2005	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de Junho, o XVII Governo Constitucional decidiu relançar o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/233728/details/maximized (Acedido em: 2 de agosto de 2020)
2007	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, Diário da República, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007, Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ENDS-PIENDS_2015.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2009	Despacho n.º 25931/2009, Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015) Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/ened_2010_2015_publicada_dr_nov2009.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2015	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 Diário da República n.º 147/2015, Série I de 2015-07-30, aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas. Disponível em: https://dre.pt/home/-/dre/69905665/details/maximized?serie=I&dreId=69905655 (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2017	Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
2018	Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16, aprova o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022. Disponível em: https://dre.pt/home/-/dre/115698904/details/maximized (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Fonte: Sites mencionados na tabela

Historicamente o processo de adesão das IES portuguesas ao desenvolvimento sustentável teve início com a assinatura de cartas e declarações de compromisso, contudo o número de iniciativas que permitem avaliar o estado de implementação do desenvolvimento sustentável nestas instituições de ensino é ainda muito escasso (Farinha *et al.*, 2019).

A adesão a declarações e cartas de compromisso representa o primeiro passo no processo de implementação do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas, permitindo também acompanhar a evolução do processo nas respetivas instituições (Lozano *et al.*, 2015).

De seguida destacam-se os principais momentos que marcam este movimento nas IES portuguesas.

Em 1990 a Universidade Nova de Lisboa foi signatária da declaração de Taillores (Association of University Leaders for a Sustainable Future) sendo a única IES portuguesa a aderir a esta declaração, demonstrando assim, o seu envolvimento na implementação, colaboração e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Esta instituição envolveu-se na implementação de ações sustentáveis, nomeadamente, na adesão a graus de ensino em conjunto com outras instituições e no planeamento de estratégias e políticas para implementar o desenvolvimento sustentável (Farinha *et al.*, 2019).

A declaração de Copernicus assinada em 1994 por 196 universidades contou com cinco universidades portuguesas que pertencem ao Conselho de Reitores Portugueses, nomeadamente, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade do Minho, Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa. Foi considerada um marco importante na implementação da sustentabilidade nas IES portuguesas, na medida em que esta declaração firma o compromisso de implementação das diferentes dimensões da sustentabilidade nas IES (Copernicus Guidelines for Sustainable Development in the European Higher Education Area, citado em Farinha, 2019).

No período de 2005 a 2014, regista-se um aumento das iniciativas e dos compromissos de inclusão da sustentabilidade por parte das IES, com destaque para o aumento da investigação na temática (Almeida *et al.*, 2014).

Em Portugal, durante este período, as atividades destinadas a habilitar as comunidades locais a promover o desenvolvimento sustentável encontravam-se num estado pouco desenvolvido. No que respeita às IES portuguesas, quando comparadas com as suas congéneres do sul da Europa relativamente à integração da educação para o desenvolvimento sustentável, caracterizavam-se num estado “retardatário” ou “maioria tardia” (Farinha, 2018).

Em 2015, após a assinatura da Declaração em Educação para o Desenvolvimento Sustentável, decorrida entre 2005-2014, verifica-se que os valores e os princípios decorrentes desta declaração passam a constar das cartas de adesão e de compromisso em prol da sustentabilidade, que vieram a ser assinadas posteriormente. Os ODS expõem e potencializam o setor da educação como um grande promotor do desenvolvimento sustentável, influenciando o Ensino Superior e servindo de guia para a elaboração de uma agenda para a implementação da sustentabilidade (Cicmil *et al.*, 2017, citado em Farinha, 2019).

4.2 As Instituições de Ensino Superior em Portugal

O ensino superior em Portugal está estruturado em Instituições de Ensino Superior que compreendem as Instituições de Ensino Universitário, nomeadamente, Universidades, Institutos Universitários e outras Instituições de Ensino Universitário e as Instituições de Ensino Politécnico, que compreendem os Institutos Politécnicos e outras Instituições de Ensino Politécnico, espelhadas na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que também define a missão destas IES:

- Disponibilizar qualificação de alto nível, produção e difusão do conhecimento e da formação cultural, tecnológica artística e científica dos seus estudantes;
- Valorizar a atividade dos investigadores, docentes e funcionários, pelo estímulo da formação intelectual e profissional dos estudantes, assegurando as condições para que todos os cidadãos habilitados possam ter acesso ao ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida;
- Promover a mobilidade de estudantes e diplomados, a nível nacional e internacional, no espaço europeu de ensino superior;
- Promover a participação em atividades de ligação à sociedade, designadamente, de difusão e transferência de conhecimento e de valorização económica do conhecimento científico;
- Contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promoção e organização de ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica e disponibilização de recursos necessários a esses fins.

A organização do ensino superior é definida por um sistema binário: o Ensino Universitário que oferece formação científica sólida, com adição de competências de unidades de ensino e investigação e o Ensino Politécnico que oferece formações vocacionais e técnicas avançadas, orientadas profissionalmente (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro).

De acordo com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)⁴¹, o Ensino Universitário é constituído por um total de 16 instituições (Universidades públicas, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa e o Instituto Universitário Militar).

Figura 4.1 Distribuição das Universidades Portuguesas



Fonte: CRUP (2020)

De acordo com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)⁴², o Ensino Superior Politécnico é composto por 15 Politécnicos, 5 Escolas não Integradas e 7 Universidades, e destas, 4 estão representadas no CCISP.

⁴¹ CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas criado por Decreto-Lei n.º 107/1979, de 2 de Maio, estrutura associativa das universidades portuguesas, num processo de descentralização e desconcentração de competências do Ministério da Educação no respeitante ao ensino superior, que tem por missão: assegurar a coordenação e representação global das universidades nele representadas; colaborar na formulação das políticas nacionais de educação, ciência e cultura; pronunciar-se sobre projetos legislativos que digam respeito ao ensino universitário público; pronunciar-se sobre questões orçamentais do ensino universitário público; propor o regime disciplinar aplicável aos estudantes; contribuir para o desenvolvimento do ensino, investigação e cultura e ligações com organismos estrangeiros congéneres. <http://www.crup.pt/quem-somos/>

⁴² O CCISP é um órgão de representação conjunta dos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico com a competência da co-representação dos seus membros, emissão de pareceres e posições sobre assuntos que digam respeito a matérias relacionadas com o ensino superior. É um órgão de consulta do

Figura 4.2 Distribuição dos Politécnicos, Escolas Superiores não integradas e Universidades

Mapa dos Politécnicos, Escolas Superiores não integradas e Universidades



Fonte: CCISP (2020)

4.3 Implementação do desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas

Após uma breve caracterização das IES em Portugal, pretende-se com a presente secção perceber a forma como estas IES implementam as práticas sustentáveis que, de acordo com Hopwood *et al.* (2005), podem variar de instituição para instituição como parte integrante da sua atividade, pelo que se torna importante conhecer as características de implementação do desenvolvimento sustentável.

Verifica-se, contudo, que a escassez de informação sobre o desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas dificulta a investigação científica nesta área temática (Madeira, 2008).

Em Portugal a literatura sobre desenvolvimento sustentável nas IES demonstra uma tendência preferencial para a dimensão ambiental. Tauchen e Brandli (2006) siste-

ministério com a tutela do ensino superior, chamado a tomar posição junto de outras entidades, como a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, a participar em reuniões preparatórias de projetos com parceiros públicos e privados que poderão beneficiar os seus membros. <https://ccisp.pt/pt/o-ccisp/>

matizam os diferentes procedimentos de implementação de um sistema de gestão ambiental baseado em boas práticas, onde englobam práticas em IES portuguesas apenas direcionadas para a dimensão ambiental. Contudo, Aleixo *et al.* (2016) concluem que as IES portuguesas enfatizam mais as dimensões económica e social/cultural, concluído que a maioria das IES optam por expressar as suas iniciativas e práticas sustentáveis através dos seus sites institucionais (Aleixo *et al.*, 2016).

Os autores que se debruçaram sobre a implementação da sustentabilidade nas IES portuguesas consideram que as ações levadas a cabo se situam nas seguintes áreas: investigação, educação, operações no *campus*, envolvimento com a comunidade, declarações e cartas de compromisso, experiências no *campus*, avaliação e relatórios, concluído que mais de 50% destas IES se encontram na fase inicial de implementação e de comunicação do desenvolvimento sustentável.

Uma investigação recente desenvolvida por Farinha *et al.* (2019) que teve por objetivo analisar as IES portuguesas que pertencem ao CRUP, traça o estado de implementação do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas. O trabalho visou identificar as IES portuguesas que integram a educação para o desenvolvimento sustentável ao nível das suas políticas e determinar em que medida os planos de atividades, relatórios e estratégias podem constituir fatores que permitam avaliar a integração do desenvolvimento sustentável.

Uma das conclusões desta investigação revela que a iniciativa de adesão a declarações ou cartas de compromisso contribuiu para o aumento do compromisso na implementação de ações sustentáveis, como foi o caso das Universidades do Porto, Minho, Nova de Lisboa e Técnica de Lisboa que, em resultado da adesão, implementaram ações de desenvolvimento sustentável.

Muito embora se registre a relevância da adesão em declarações ou cartas de compromissos que mostram que as IES portuguesas atuam em prol da sustentabilidade, também se verifica a existência de universidades portuguesas que não assinaram cartas e/ou declarações de compromisso ou mesmo elaboraram relatórios de sustentabilidade. No entanto, estas instituições demonstram vontade de atuar de forma sustentável por meio de ações sustentáveis, tais como, desenvolvimento de parcerias com a comunidade, estabe-

lecimento de políticas promotoras do desenvolvimento sustentável para com os estudantes e funcionários, assinatura de documentos que promovem a sustentabilidade, educação em sustentabilidade e promoção de boas práticas sustentáveis (Farinha *et al.*, 2019).

A forma de integração do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas que não aderiram a compromissos para a sustentabilidade está patente nas suas políticas e estratégias em sustentabilidade e a semelhança de práticas encontradas na integração do desenvolvimento sustentável nestas instituições, pode ocorrer pelo facto de as mesmas apresentarem características comuns, tais como, áreas geográficas semelhantes, número de estudantes e área do *campus* (Farinha *et al.*, 2019).

Farinha *et al.* (2019) revelam, ainda, que mais de metade das ações promovidas pelas IES portuguesas não são exclusivas de uma única universidade e as atividades “operações no *campus*”, “colaboração” e “experiências de desenvolvimento sustentável no *campus*” representam mais de dois terços do total de ações de sustentabilidade implementadas.

Segundo o mesmo estudo as ações que mais se destacam nas IES portuguesas que não aderiram aos relatórios de sustentabilidade e à adesão de cartas de compromisso ou declarações, foram:

- Em “operações no *campus*”, nomeadamente a utilização do programa em administração pública da eficiência energética, experiências de desenvolvimento sustentável ou ações promotoras de desenvolvimento sustentável para todos os estudantes e funcionários (Farinha *et al.*, 2019);
- Relativamente ao “alcance e colaboração”, as ações que se destacaram foram as parcerias com outros *stakeholders* (e.g., organizações não governamentais, municipais, regionais, governamentais e outras) e envolvimento da academia em atividades de voluntariado em desenvolvimento sustentável;
- No que se refere à “educação” foram criados programas de estudo na área da sustentabilidade. O encontro entre professores de diferentes faculdades, departamentos e centros de investigação constituíram um caminho para a promoção interdisciplinar no ensino e desenvolvimento;
- Na área da “investigação” registou-se a criação de patentes no campo do desenvolvimento sustentável embora em número reduzido;

Em geral as IES portuguesas demonstram a implementação do desenvolvimento sustentável por meio de múltiplas ações que existem ou se realizam ao ritmo de cada instituição (Aleixo *et al.* 2018) e que não derivam da obrigatoriedade de adesão de cartas e/ou declarações de compromisso ou relatórios de sustentabilidade.

4.4 Estratégias e estados de implementação de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior em Portugal

As IES têm um papel primordial na redução dos impactos negativos diretos e indiretos das suas atividades pelo que se torna fundamental que estas instituições adiram ao processo do desenvolvimento sustentável, forma possível de se tornarem universidades mais sustentáveis e possam contribuir na construção de sociedades sustentáveis (Dissterheft *et al.*, 2012).

Lozano (2010) afirma que apesar de haver em Portugal IES que já tenham entendido a necessidade de implementar o desenvolvimento sustentável, existem muitas que ainda não o fizeram.

É finalidade da presente secção tentar reunir a informação disponível sobre estratégias de implementação do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas e de caracterizar o seu estado de implementação.

As ações de desenvolvimento sustentável que se implementam nas IES portuguesas são, por um lado, muitas vezes mal-entendidas pelos profissionais e líderes colocando entraves e dificuldades à sua implementação (Santos, 2017), por outro lado, muitas destas instituições mantêm uma visão restrita e isolada tornando a mudança difícil de implementar (Lozano *et al.*, 2013).

Para Lozano (2006) os líderes universitários devem tentar entender a forma como o desenvolvimento sustentável pode ser incorporado como um todo nas suas políticas institucionais, uma vez que as IES têm um grande número de práticas de desenvolvimento sustentável cuja abordagem não é considerada de forma holística e sistemática. Segundo o autor as estratégias para facilitar a implementação, disseminação e institucionalização do desenvolvimento sustentável nas IES são a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade na educação.

Para Disterheft *et al.* (2012) a estratégia de implementação do desenvolvimento sustentável nas IES pode ser aplicada através de práticas como: a eco-eficiência, os *curricula* “verde”, as operações no *campus* que tenham em conta aspetos ambientais, o envolvimento dos *stakeholders*, as conferências em desenvolvimento sustentável, as ferramentas de avaliação e ainda através de um sistema de certificação.

As abordagens sobre estratégias de integração do desenvolvimento sustentável nas IES devem considerar as dimensões social, ambiental e económica como forma destas instituições impulsionarem o desenvolvimento sustentável. A *performance* na dimensão ambiental é atualmente a mais divulgada, sendo alvo de auditorias por normas internacionais, no entanto, as restantes dimensões devem ser igualmente impulsionadas, havendo, contudo, poucas evidências do investimento na dimensão social (Godemann *et al.*, 2014).

É ainda necessário, de acordo com Godemann *et al.* (2014), que as IES promovam a investigação de carácter transdisciplinar por se entender que esta exerce um papel importante no desenvolvimento da sustentabilidade.

No contexto português algumas IES introduzem o desenvolvimento sustentável nos seus documentos estratégicos como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 4.2 IES portuguesas que consideram o desenvolvimento sustentável nos documentos institucionais

Universidade	Documento	Página
Universidade de Coimbra	Plano Estratégico 2019-2023	65, 71,72,73
Universidade do Minho	Programa Estratégico 2020	15 e 16
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Plano Estratégico 2017-21	20
Instituto Politécnico de Leiria	Plano Estratégico 2020	39 e 40
Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Relatório de Sustentabilidade cuja última publicação se reporta a 2012	--
Universidade Nova de Lisboa	Plano estratégico 2020-2030	6, 12, 31
Universidade de Aveiro	Plano Estratégico	45 a 50
Universidade de Évora	Plano de Desenvolvimento Estratégico	26 a 28
Universidade do Algarve	Plano Estratégico 2017-2021	23 e 24
Universidade da Beira Interior	Plano de Desenvolvimento Estratégico	67
Universidade da Madeira	Plano Estratégico 2017-2020	33, 34
Universidade Aberta	Plano Estratégico 2019-2023	14

Fonte: Páginas eletrónicas das universidades respetivas

4.5 Dificuldades e fatores potenciadores na implementação de sustentabilidade nas Instituições Ensino Superior Portuguesas

O processo de implementação da sustentabilidade nas IES tem sido lento havendo inclusive IES que ainda não avançaram com o mesmo (Lozano *et. al.*, 2013).

O setor das IES portuguesas apresenta as mesmas dificuldades que afetam o processo de integração e a respetiva evolução na implementação de práticas sustentáveis nas IES em geral (Santos, 2017).

As principais dificuldades que afetam o processo de implementação de ações de sustentabilidade nas IES portuguesas, que se assemelham às suas congéneres em geral, são:

- A ambiguidade e complexidade do conceito de sustentabilidade, considerado também como abstrato (Wright e Horst, 2013);
- A falta de recursos financeiros condiciona a inclusão do desenvolvimento sustentável no planeamento das atividades (Figueredo e Tsarenko, 2013), por se considerar que não é uma temática prioritária para as IES e por se associar a implementação de práticas sustentáveis ao investimento financeiro (Velasquez *et al.*, 2006);
- A resistência à mudança associada aos comportamentos, práticas ou iniciativas (Adams, 2013). Alguns *stakeholders* das IES não pretendem a mudança ou vêm a sustentabilidade como um modelo teórico sem implementação prática (Velasquez *et al.*, 2006);
- A estrutura rígida destas instituições, considerada como conservadora, tradicional e convencional. Este fator condiciona a partilha de informação e comunicação no sentido “top-down” e “bottom-up”, a abertura a novos paradigmas e a política de lucro a curto prazo (Verhulst e Lambrechts, 2015);
- O baixo nível de compromisso, de envolvimento e interesse por parte das Faculdades e Escolas Superiores, estudantes, funcionários docentes e não docentes e líderes. O sucesso na implementação da sustentabilidade nas IES depende do suporte da liderança na introdução do desenvolvimento sustentável nos *curricula*, na investigação, nas operações do *campus* ou em medidas de intervenção (Adams, 2013, Jorge *et al.*, 2015);

- Falta de ensino e especialização em sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015; Verhulst e Lambrechts, 2015). Muitos docentes não receberam formação nesta vertente e muitos aprendem e ensinam ao mesmo tempo (Velasquez *et al.*, 2006).

As dificuldades identificadas como condicionalismos à integração do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas permitem perceber e identificar os fatores que potenciam a implementação da sustentabilidade nestas instituições.

Verhulst e Lambrechts (2015) consideram que os fatores potenciadores da implementação da sustentabilidade nas IES são necessários e vantajosos, nomeadamente, as influências externas e internas, o compromisso individual, os fundos externos e a avaliação do estado da sustentabilidade.

O sucesso da implementação de práticas sustentáveis nas IES e do envolvimento dos seus *stakeholders* no processo depende do suporte dado ao comportamento, ao alinhamento e envolvimento na missão, gestão e governança, colaboração e eficiência (Mader *et al.* 2013).

Segundo Adams (2013) na gestão da sustentabilidade é essencial a existência de algumas condições, entre elas, uma liderança proativa, uma comunicação clara e consistente, a inclusão da sustentabilidade na estratégia, a multidisciplinaridade na investigação e nos cursos administrados, o envolvimento dos estudantes e funcionários docentes e não docentes nas atividades das IES, bem como a inclusão de outras iniciativas promotoras de práticas de desenvolvimento sustentável.

A implementação dos princípios do Global Compact das Nações Unidas (Nações Unidas Global Compact, 2012) em conjunto com o envolvimento dos *stakeholders* no processo representam uma forma de integração do desenvolvimento sustentável nas IES tal como é defendida por autores como Verhulst e Lambrechts (2015); Godmemann *et al.* (2014).

A literatura faz igualmente referência a outros fatores que potenciam a integração do desenvolvimento sustentável nas IES, tais como a pressão da competição entre as IES e os fundos disponíveis (Ferrer-Balas *et al.*, 2008).

Segundo Adams (2013) é fundamental incluir os aspetos sociais, ambientais e económicas para se poder promover a sustentabilidade nas IES.

Ainda segundo o autor citado, dos fatores mencionados, o empenhamento dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento sustentável revela-se o mais eficaz. A evolução deste processo implica o envolvimento de:

- Líderes (reitor, vice-reitores, diretores de Unidades Orgânicas, administrador) - a liderança é fundamental no processo de implementação da sustentabilidade, uma vez que os líderes desempenham um papel decisivo na opção de integrar ou não a sustentabilidade nas IES (Wright, 2010; Grindsted, 2011).
- Unidades Orgânicas (Docentes, Investigadores) - a percepção que os docentes têm sobre a sustentabilidade é crucial pela atividade que desempenham em ensinar e investigar sobre a educação para o desenvolvimento sustentável (Christie *et al.*, 2015), pela influência que exercem para o futuro das sociedades sustentáveis (Wright, 2010) e para a mudança das organizações (Barth e Rieckmann, 2012).
- Funcionários não docentes - este grupo pode ajudar os líderes, as faculdades e os estudantes, nas práticas diárias de sustentabilidade e, segundo Davis *et al.* (2009), o pessoal não docente deve estar informado das estratégias institucionais para implementar a sustentabilidade, especialmente na eficiência tecnológica e nos incentivos da eficiência energética.
- Estudantes (estudantes e *alumni*) - os estudantes são o grupo de *stakeholders* mais importante para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, segundo autores como Zeegers e Clark (2014). O interesse pelas questões ambientais pode levar os estudantes a participar em programas sustentáveis bem como em iniciativas sustentáveis promovidas pelas IES (Figueredo e Tsarenko, 2013).
- Entidades externas (locais e regionais) (Godeman *et al.*, 2014; Too e Bajracharya, 2015) - as entidades externas são atores da sociedade pelo que devem contribuir na transição para um mundo mais sustentável (Waas *et al.*, 2010) e as IES, como coordenadoras e promotoras do envolvimento dos diferentes atores sociais no desenvolvimento regional de planos para a sustentabilidade, devem incluir não só os *stakeholders* já identificados, mas também, as parcerias governamentais, clientes, parceiros de investigação e serviços universitários (Filho, 2010; Karatzoglou, 2013). Esta relação com os *stakeholders* externos é mencionada por Koscielniak (2014) como a terceira missão das IES.

Stephens *et al.* (2008) também consideram que a cooperação com os *stakeholders* deveria ser uma parte integrante da estratégia para a sustentabilidade e Filho (2011) complementa afirmando que os ODS são alcançáveis nas IES quando são conhecidas as atitudes dos *stakeholders* sobre a sustentabilidade.

4.6 Relatórios de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas

Kapitutcinova *et al.* (2018) entendem que, para se proceder a uma avaliação da integração do desenvolvimento sustentável, é útil utilizar uma abordagem de análise documental dos planos e relatórios das IES ao nível das políticas institucionais.

Os relatórios de sustentabilidade revelam-se eficazes na implementação do desenvolvimento sustentável nas IES, nomeadamente, no processo de mudança organizacional, no envolvimento dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento sustentável, na ligação entre os indicadores de relatórios já existentes e entre as ferramentas e padrões de gestão (Ceulemans *et al.*, 2015) embora estas ferramentas não se revelem uma prática muito usual nas IES portuguesas (Almeida *et al.*, 2014).

Os relatórios de sustentabilidade nas IES constituem uma forma adequada para avaliar e comunicar a sustentabilidade, no entanto, verifica-se que das cinco universidades portuguesas que assinaram a declaração de Copernicus, apenas a Universidade do Minho e a Universidade do Porto produzem relatórios de sustentabilidade.

A Universidade do Minho elabora os seus relatórios de sustentabilidade segundo as linhas de orientação da GRI utilizando as dimensões social, ambiental, económica e cultural. Como consequência das ações sustentáveis implementadas e dos vários relatórios de sustentabilidade que esta universidade já elaborou, Aleixo *et al.* (2018) consideram que esta IES portuguesa já se encontra num estado de implementação de desenvolvimento sustentável aceitável.

A Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto foi a primeira a utilizar, em 2006, o guia de elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI, no entanto os relatórios apenas se reportam à Faculdade de Engenharia e não a toda a Universidade do Porto. Contudo, desde 2012 não existem mais publicações desses relatórios.

Capítulo 5. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Este capítulo tem como finalidade descrever a metodologia⁴³ utilizada na componente empírica da investigação, ou seja, a explicação detalhada dos métodos e das técnicas que guiaram o processo investigativo, possibilitando alcançar os objetivos propostos para o estudo que se traduzem em responder às perguntas da investigação.

Apresenta uma breve caracterização da instituição objeto do estudo – a Universidade do Algarve; descreve e justifica o modo como foi recolhida e tratada a informação obtida ao longo das duas etapas consideradas na metodologia; apresenta, ainda, a análise e a discussão dos resultados obtidos após o tratamento a que foi submetida toda a informação.

Com mais detalhe, descreve-se, seguidamente, os passos percorridos na elaboração do presente capítulo:

1. Descrição da metodologia utilizada
2. Definição dos objetivos da investigação
3. Formulação das perguntas da investigação
4. Descrição e justificação dos procedimentos de cada etapa em que se desenvolveu a metodologia da investigação
5. Justificação e elaboração do inquérito por questionário
6. População alvo e procedimentos utilizados na obtenção dos dados
7. Tratamento estatístico a que foi submetida toda a informação recolhida
8. Análise, interpretação e discussão dos resultados e sua comparação com resultados de outros estudos realizados no mesmo âmbito.

5.1 Metodologia

No caso concreto desta investigação pretendeu-se elaborar um estudo de caso⁴⁴ que incidiu sobre a Universidade do Algarve, tendo como objetivos gerais conhecer, por um lado, o tipo de práticas que a UAAlg está a desenvolver em prol da sua sustentabilidade

⁴³ Entende-se por metodologia o “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica” Fortin (2003, p.40).

⁴⁴ O estudo de caso é um método específico de investigação empírica dos fenómenos, exatamente como eles ocorrem, sem qualquer intervenção do investigador. O estudo de caso refere-se a uma análise detalhada de um caso específico, supondo que é possível o conhecimento de um fenómeno a partir do estudo minucioso de um único caso. O caso pode referir-se a uma instituição, uma escola, um currículo, um evento, um grupo, uma pessoa, etc. (Costa *et al.*, 2013).

e, por outro, conhecer a perceção dos seus *stakeholders* relativamente a um conjunto de questões relacionadas com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável.

A fim de atingir os objetivos propostos, formularam-se as seguintes perguntas, às quais a investigação pretende dar resposta:

1. Qual é o estado atual de implementação de práticas que promovem a sustentabilidade da UAlg?
2. Qual é a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade nesta Instituição de Ensino Superior?

Com a primeira questão pretende-se conhecer o tipo de práticas que a UAlg está a desenvolver em prol da sua sustentabilidade, ou seja, averiguar quais as ações que esta instituição está a promover no caminho para a sustentabilidade.

A segunda questão conduz a um conjunto de objetivos mais específicos que visam conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente a aspetos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável nesta IES.

Antes da explicação detalhada da metodologia, torna-se oportuno apresentar uma breve caracterização da Universidade do Algarve, instituição objeto de estudo desta investigação.

5.1.1 A Universidade do Algarve

A Universidade do Algarve (UAlg) é uma de Instituição Pública de Ensino Superior que resultou da união de duas instituições previamente existentes: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79 de 28 de março e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro.

Com a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, as escolas superiores que constituíam o Instituto Politécnico de Faro foram integradas na UAlg, pelo que se tornava necessária a criação de um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como também de meios humanos. O governo decreta, então, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de outubro, a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve torna-se, assim, uma instituição diferente das outras Universidades, dado coexistirem no seu seio Unidades Orgânicas de Ensino Superior Universitário e de Ensino Superior Politécnico.

A sede Fiscal da Universidade do Algarve é na Estrada da Penha, 8005-139 Faro, sendo composta por três *campi*, dois na cidade de Faro e um na cidade de Portimão.

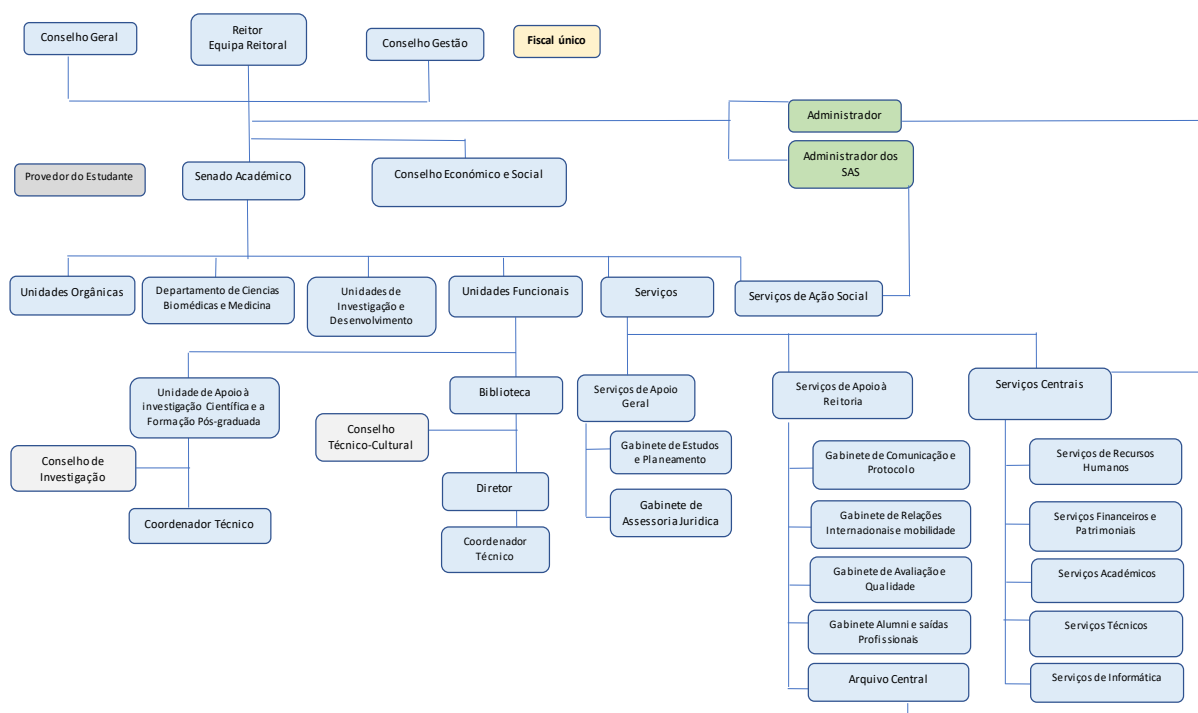
Esta instituição tem consolidado o seu desenvolvimento, quer em termos estruturais e administrativos, quer em termos académicos e pedagógicos, contando atualmente com espaços amplos, infraestruturas e equipamentos que proporcionam excelentes condições de estudo, trabalho, investigação e socialização a uma população de cerca de 800 docentes e investigadores e 8 mil estudantes nas suas diversas áreas de formação: Artes, Literatura e História; Ciências e Tecnologias da Saúde; Ciências Básicas e da Engenharia; Ciências Sociais, da Educação e da Formação; Ciências da Vida, da Terra, do Mar e do Ambiente; e Economia, Gestão e Turismo. As formações nestas áreas abrangem os graus de licenciado, mestre e doutor.

A UAlg encontra-se estruturada em unidades orgânicas, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais. É composta por oito unidades de ensino e investigação, sendo:

- Três unidades orgânicas de ensino universitário;
- Quatro unidades orgânicas de ensino politécnico;
- Uma unidade funcional com estatuto especial.

Dispõe de oito gabinetes de Serviços de Apoio à Reitoria e/ou de Apoio Geral, quatro Direções de Serviços, para além de duas Unidades Funcionais com algum grau de autonomia. Conta ainda com Serviços de Ação Social dotados de autonomia administrativa e financeira.

Figura 5.1 Organograma da Universidade do Algarve



Fonte: Adaptado do Manual da Qualidade (2020)

De acordo com o artigo 16.º dos Estatutos e como se pode observar na figura 5.1, a UAlg tem como órgão independente o Provedor do Estudante, designado pelo Conselho Geral, de entre individualidades que não pertençam à Instituição. Este órgão tem por função a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos estudantes.

Os órgãos da Universidade do Algarve, segundo o artigo 19.º dos Estatutos, são:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão;
- O Senado Académico.

Dispõe, ainda, de um órgão consultivo, o Conselho Económico e Social.

De acordo com o artigo 67.º dos Estatutos a gestão patrimonial e financeira da Universidade do Algarve é controlada por um fiscal único, designado, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Em 1 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de prestação de serviços no âmbito das funções de Fiscal Único com a BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

A **missão** da Universidade do Algarve encontra-se consagrada no artigo 2.º dos Estatutos:

“A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, para a coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania.”

A **visão**, elemento inspirador do caminho a seguir no médio e longo prazo, aparece traduzida no seu Plano Estratégico 2018-2021. A visão da UAlg assenta no comprometimento em ser uma instituição promotora da sustentabilidade através da inovação e da inclusão, no ensino e na investigação, num clima de proximidade; virada para o exterior; promotora do desenvolvimento económico, do bem-estar social e da preservação do ambiente, através da criação e difusão de conhecimento; e que promove a proximidade por se tratar de uma instituição de pequena dimensão que não pretende ficar confinada ao território (de baixa densidade) em que se localiza.

A Universidade do Algarve rege-se por um conjunto de **valores**, entre eles:

- A Liberdade: de criação científica, cultural e tecnológica
- O Rigor
- A Responsabilidade Social
- A Independência
- A Valorização dos Indivíduos

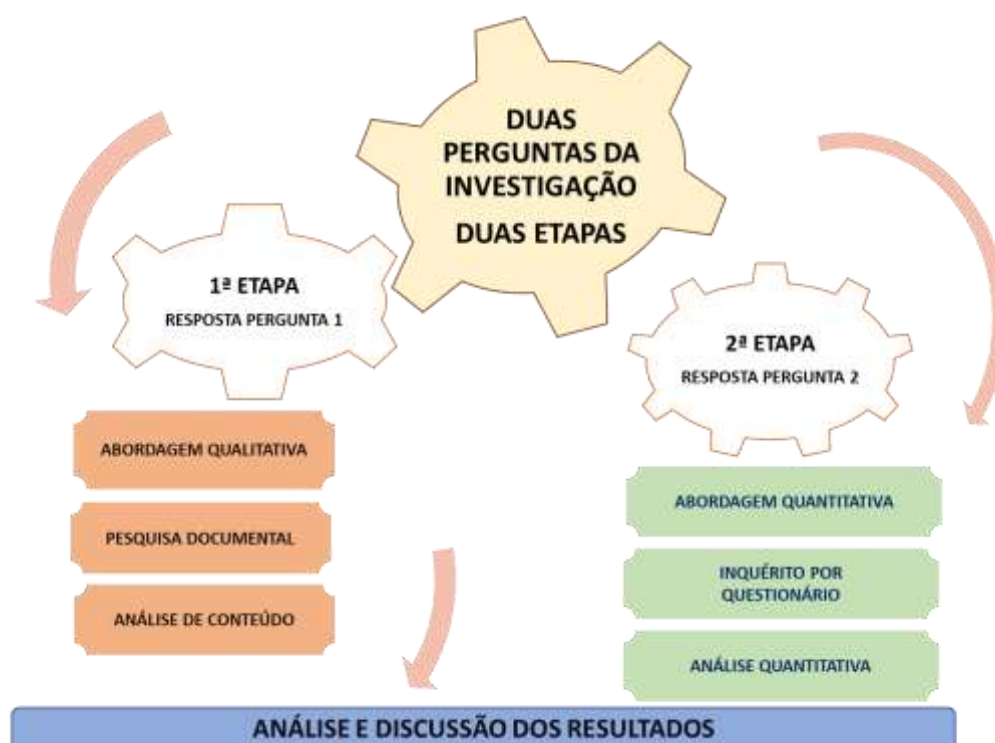
Simultaneamente, atividade da UAlg será pautada por:

- Respeito e valorização da diversidade
- Busca da excelência e inovação
- Resposta aos desafios sociais
- Democraticidade e participação
- Estreita ligação com a comunidade envolvente, que não se esgota no Algarve e no país.

5.1.2 Descrição e justificação dos procedimentos da primeira etapa

A metodologia da investigação empírica desenvolveu-se em duas etapas, cuja descrição e justificação se expõe a seguir e que pode ser esquematizada através da figura 5.2.

Figura 5.2 Esquema metodológico



Na primeira etapa, que tem como objetivo dar resposta à pergunta 1 da investigação, ou seja, conhecer o tipo de práticas que a UAlg está a promover em prol da sua sustentabilidade, recorreu-se a uma abordagem de natureza qualitativa.

Em primeiro lugar realizou-se uma pesquisa documental, procedendo a um levantamento exaustivo de toda a informação disponível no *website* da UAlg relacionada com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável desta instituição, nomeadamente: o Plano Estratégico 2017-2021, o Plano de Atividades de 2019, o Plano de Atividades 2020, o Relatório de Atividades 2019, o Relatório de Gestão 2019, Atividades de Extensão 2013-2014, Equipa UAlg-Palestras, Serviços à Comunidade, Projetos de Investigação, Oferta Formativa, Gabinetes de Apoio: *Alumni*, Inovação Pedagógica, UAlg Eco-bike e Voluntariado e informação utilizada na candidatura ao *ranking Times Higher Education* em 2019.

Em seguida a informação recolhida foi tratada com recurso a análise de conteúdo através da técnica de análise categorial (Bardin, 2016).

5.1.3 Descrição e justificação dos procedimentos da segunda etapa

A segunda etapa, em que se utilizou uma abordagem de natureza quantitativa, tem como finalidade responder à pergunta 2 da investigação.

Pretende-se, nesta etapa, conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade na instituição. Para atingir este desiderato procedeu-se à implementação de um inquérito por questionário aos *stakeholders* da UAlg, nomeadamente, investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, bem como às entidades externas relacionadas com esta IES, relativamente às questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos possibilitaram também realizar análises comparativas com outros estudos da mesma área temática realizados noutros contextos.

5.1.3.1 Justificação do questionário

A maioria das investigações empíricas realizadas no âmbito das ciências sociais e humanas utiliza como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário (Ferreira e Campos, 2009), sendo esta a opção metodológica adotada nesta etapa do trabalho, pelo que esta investigação empírica se inclui na categoria dos modelos *ex post facto* (Davis e Cosenza, 1998).

A conceção e a implementação de um inquérito por questionário constituem um processo cujo objetivo é a recolha de informação temática válida e fiável, obtida a partir das respostas individuais dadas a um conjunto de questões por um grupo representativo de respondentes, a partir das quais se produzem conclusões passíveis de serem generalizadas à população em estudo (Thayer-Hart *et al.*, 2010).

O planeamento do inquérito tem início muito antes do processo de inquirição propriamente dito. A sua organização começa com a definição da problemática a que a investigação visa responder, que poderá ser enunciada através de uma pergunta de partida ou orientada pela definição de objetivos da investigação (Quivy e Campenhoudt 1998).

A metodologia seguida na conceção, implementação e planeamento do questionário seguiu os passos atrás citados.

O tema abordado na dissertação, a sustentabilidade nas IES, vem ganhando relevância e tem despoletado o interesse de muitos investigadores, sobretudo a nível internacional e mais recentemente também a nível nacional. Embora a produção científica em

Portugal seja ainda bastante reduzida, já existem alguns estudos realizados nesta área temática.

A pesquisa bibliográfica e a revisão à literatura aquando do enquadramento teórico da dissertação conduziram, entre outros, a um estudo que despertou um particular interesse, pois abordava as temáticas da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas IES portuguesas numa perspetiva precursora e que se mostrava muito adequada para replicar ao caso da UAlg, pelo que o mesmo se revelou de primordial importância na investigação empírica que se ia levar a cabo.

O referido estudo, denominado “Sustainable Higher Education Institutions: sustainable development challenges of Portuguese Higher Education Institutions”, foi realizado em 2017, no âmbito de uma dissertação de Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento na Universidade Aberta, por Ana Marta Aleixo Figueira dos Santos.

Assim, e com base na vasta literatura consultada, considerou-se a possibilidade de adaptar e replicar algumas questões colocadas nos instrumentos de recolha de dados desse estudo por se mostrarem bastante adequadas ao estudo que se pretendia efetuar, por se encontrarem devidamente sustentadas na vasta literatura consultada pela autora e por já terem sido testadas e produzido bons resultados.

No presente caso permitirá, por um lado, alcançar os objetivos desta 2ª etapa da investigação e, por outro, permitirá também realizar análises comparativas com os resultados obtidos noutros estudos do mesmo âmbito.

Após a concordância das orientadoras desta dissertação, tomou-se a decisão definitiva de construir um questionário baseado no trabalho de Santos (2017) pelo que as questões colocadas foram adaptadas ao estudo que se pretendia realizar, tendo como principal objetivo conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente aos aspetos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável nesta instituição, nomeadamente:

- Como é identificado o conceito de sustentabilidade;
- O significado de universidade sustentável;
- De que formas a UAlg contribui para o desenvolvimento sustentável;
- Que fatores poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg;

- Que obstáculos poderão impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovam o desenvolvimento sustentável;
- Que problemas poderá enfrentar a UAlg nos próximos 10 anos;
- Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas diferentes dimensões: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política.

5.1.3.2 Elaboração do questionário

A construção de um questionário é uma fase de elevada importância no processo de qualquer investigação empírica, pois se não cumpre adequadamente as funções para que foi concebido, pode pôr em risco os resultados da investigação. Por essa razão na elaboração do questionário foram tidos em conta certos princípios metodológicos na conceção de um bom questionário, nomeadamente no que diz respeito à precisão, clareza, inteligibilidade e não ambiguidade das questões, entre outros (Davis e Cosenza, 1988; Hill e Hill, 1998; Thayer-Hart *et al.*, 2010).

O questionário elaborado encontra-se estruturado em três partes, integrando cada uma um bloco de questões. No início de cada parte é apresentada uma explicação sintética quanto aos objetivos de cada bloco de perguntas. As duas primeiras partes dizem respeito ao tema em estudo, a última parte respeita à caracterização dos inquiridos.

O desenvolvimento das perguntas da primeira parte teve por base algumas questões colocadas nos questionários do estudo já mencionado (Santos, 2017). Não obstante, foi necessário adaptá-las às condições particulares desta investigação no que respeita à sua apresentação e redação. Esta parte tem como objetivos conhecer a perceção dos inquiridos sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como sobre a adoção de práticas sustentáveis por parte da UAlg.

A segunda parte do questionário é constituída por um conjunto de questões que visam aferir a perceção dos inquiridos relativamente ao estado de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas quatro dimensões: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política. As questões são colocadas através de proposições que identificam práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade nas IES. Ao inquirido é solicitado que expresse a sua opinião relativamente ao estado de implementação das referidas práticas na UAlg, numa escala de Likert de cinco níveis (Nunca, Poucas vezes, Algumas

vezes, Muitas vezes, Sempre) e ainda uma opção de resposta “Não sabe”. Esta componente do questionário constitui uma réplica quase completa, embora adaptada, sobretudo no que concerne à escala utilizada, de um dos questionários do estudo de Santos (2017).

A terceira parte é constituída por um bloco de questões que têm como finalidade obter informações específicas para a caracterização dos respondentes, nomeadamente, idade, género, estado civil, habilitações literárias, cargo atual, experiência no cargo atual e antiguidade na UAlg.

Embora um pouco extenso, o questionário foi elaborado com a preocupação de proporcionar ao respondente uma leitura relativamente agradável, começando com uma nota introdutória com a identificação e o objetivo do estudo, apelando à colaboração no mesmo através do preenchimento do questionário e ainda com a informação indispensável de confidencialidade e anonimatos das respostas e, naturalmente, os agradecimentos pela colaboração prestada. Por último, foi ainda solicitado aos inquiridos que dessem o seu consentimento informado, esclarecido e livre relativamente ao preenchimento do questionário.

No final do questionário foi ainda criado um espaço aberto para que os inquiridos interessados pudessem manifestar a sua opinião sobre o estudo em causa.

Depois de redigido, o questionário foi detalhadamente revisto e, após algumas modificações, foi submetido a uma prova preliminar, um pré-teste, junto a potenciais respondentes (alguns dos quais com conhecimentos sobre a temática) e especialistas na conceção de questionários com a finalidade de identificar potenciais problemas, nomeadamente, verificar o nível de compreensão das questões, a adequabilidade e sequência das mesmas, estimar o tempo de preenchimento, avaliar se se obtém a informação pretendida, entre outros. O pré-teste revelou-se de grande utilidade na medida que permitiu modificar o conteúdo, a redação e a sequência de algumas perguntas.

Atendendo à especificidade do tema em estudo, a maioria das questões conduz a variáveis de natureza qualitativa.

Na primeira parte do questionário todas as questões originam variáveis qualitativas nominais. Quanto à forma, as questões são fechadas e de resposta múltipla, isto é, acompanhadas de um conjunto de opções de resposta, das quais o inquirido pode escolher uma

ou mais. Algumas questões são abertas, nomeadamente quando é solicitado ao inquirido que apresente outras situações.

Na segunda parte todas as questões originam variáveis qualitativas ordinais apresentadas numa escala de Likert de cinco níveis.

Na terceira parte, dedicada à caracterização dos inquiridos, as questões género, estado civil e cargo atual originam variáveis qualitativas nominais; a questão habilitações literárias origina uma variável qualitativa ordinal; e as questões idade, experiência no cargo atual e antiguidade na UAlg originam variáveis quantitativas de rácio.

O tratamento estatístico dos dados está diretamente relacionado com a classificação das variáveis apresentadas.

No apêndice 1 apresenta-se o questionário na sua forma final.

5.1.3.3 População alvo e procedimentos utilizados na obtenção dos dados

A população-alvo do estudo são os *stakeholders* da UAlg, nomeadamente os membros da comunidade académica: investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, e, as entidades externas relacionadas com a instituição.

A amostragem realizada foi não probabilística e por conveniência. Daqui resulta que os resultados obtidos dizem respeito somente aos respondentes, não podendo os mesmos ser inferidos para o Universo dos *stakeholders* da UAlg.

O questionário foi disponibilizado a 2/03/2020, via *on-line* a partir do *Google Forms*, com termino a 30/07/2020. Este método de recolha de informação *on-line* é, atualmente, bastante comum, por ser acessível e económico. Contudo, depende da boa vontade, disponibilidade, motivação e capacidade de resposta dos inquiridos em disponibilizar a informação necessária para o estudo.

Para iniciar o processo de envio dos questionários via *on-line*, foi necessário recorrer a duas instâncias superiores da UAlg. Por um lado, informar o excelentíssimo Reitor⁴⁵ da realização do estudo e solicitar a sua autorização para aplicar o questionário à comunidade académica da instituição. Por outro lado, solicitar aos Serviços de Recursos

⁴⁵ Apêndice 2

Humanos a listagem completa dos membros desta comunidade onde constassem os respectivos endereços eletrônicos, nome, local de trabalho e categoria.

O processo tornou-se um pouco moroso, tendo ficado concluído no mês de fevereiro de 2020, pelo que a partir desse momento o questionário foi enviado à respectiva comunidade acadêmica (investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes), tendo-se iniciado o processo de respostas.

O envio dos questionários às entidades externas relacionadas com a UAAlg, também via *on-line* a partir do *Google Forms*, foi realizado após a elaboração de uma listagem completa dessas entidades incluindo os respectivos endereços eletrônicos. O envio foi acompanhado de um *e-mail*⁴⁶ a esclarecer o que se pretendia com o estudo.

No final do mês de fevereiro verificou-se um número de respostas ao questionário *on-line* já com alguma expressão, mas ainda insuficiente relativamente ao que se esperava dada a dimensão da população, pelo que se achou necessário proceder a um novo pedido de respostas, tendo-se aumentado ligeiramente a dimensão da amostra para cerca de 350 questionários respondidos.

Contudo, no início de março, surge um fenómeno global inesperado, mas infelizmente do conhecimento de todos, que veio afetar não só os projetos académicos, mas também a vida de todas as pessoas, a pandemia COVID 19, provocada pelo Corona vírus SARS-Cov-2.

No que respeita a esta dissertação, este fenómeno veio afetar sobretudo as respostas aos questionários, pelo que o estudo empírico ficou profundamente atrasado tendo-se aproveitado a possibilidade de adiamento da entrega do trabalho permitida por despacho reitoral.

O desenvolvimento do trabalho foi continuando, na medida do possível, tendo-se retomado em maio um novo pedido de respostas via *on-line* e através da colaboração de amigos e colegas a quem se entregaram questionários impressos em envelopes fechados a fim de garantir a confidencialidade e o anonimato das respostas. Finalizada esta nova fase de obtenção de respostas, foram conseguidos mais 185 questionários preenchidos, o que permitiu atingir uma amostra de dimensão $n=515$.

⁴⁶ Apêndice 3

5.1.4 Tratamento estatístico a que os dados foram submetidos

Tal como foi descrito e justificado na subsecção 5.1.2 a primeira etapa da investigação empírica tem como objetivo dar resposta à pergunta 1, ou seja, conhecer o estado atual de práticas que promovem a sustentabilidade da UAlg. Para o efeito adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa.

Efetou-se uma pesquisa documental procedendo a um levantamento exaustivo de toda a informação existente na UAlg relacionada com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável. A informação recolhida foi tratada com recurso a análise de conteúdo através da técnica de análise categorial (Bardin, 2016).

A escolha da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016) tem por base a sua ampla utilização e reconhecimento em inúmeras pesquisas na área da Administração. No presente estudo esta técnica foi criteriosamente avaliada e utilizada com total consentimento da Universidade do Algarve. De forma resumida, esta técnica traduz-se na classificação dos conteúdos selecionados para análise em temas ou categorias que auxiliam a compreensão da informação. Segue-se a descrição dos procedimentos de acordo com a técnica de Bardin, de forma um pouco mais detalhada.

A escolha dos dados para análise obedece às regras definidas por Bardin (2016), nomeadamente: exaustividade, deferência por todos os componentes constitutivos do *corpus* de análise; homogeneidade, os documentos retidos são tratados de forma a possuírem apresentação homogénea, obedecendo aos critérios precisos da escolha; e pertinência, a fonte documental deve corresponder adequadamente ao objetivo da análise.

A regra de seleção do *corpus*⁴⁷ foi efetuada incluindo todos os documentos selecionados para análise durante o período estabelecido para a recolha dos dados.

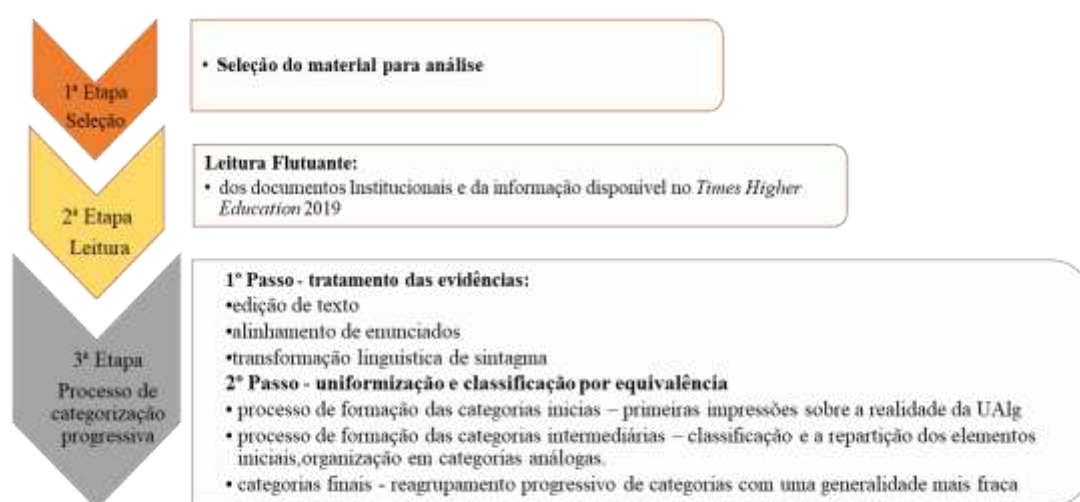
A recolha da informação disponível no *website* da UAlg, www.ualg.pt, decorreu no período de dezembro de 2019 a dezembro de 2020. A informação foi selecionada com base nas dimensões da sustentabilidade, anteriormente mencionadas. Como elementos de análise foram considerados: Plano Estratégico 2017-2021, Plano de Atividades de 2019, Plano de Atividades 2020, Relatório de Atividades 2019, Relatório de Gestão 2019, Ati-

⁴⁷ *Corpus* – Conjunto dos documentos considerados para serem submetidos aos procedimentos de análise (Bardin, 2016).

vidades de Extensão 2013-2014, Equipa UAlg-Palestras, Serviços à Comunidade, Projetos de Investigação, Grupos de trabalho, Oferta Formativa, Gabinetes de Apoio: *Alumni*, Inovação Pedagógica, UAlg Eco-bike e Voluntariado. Foram ainda utilizados dados constantes no preenchimento da candidatura da UAlg ao *ranking Times Higher Education* em 2019.

À informação recolhida foi aplicada a técnica de análise de conteúdo de acordo com Bardin (2016) designada por análise categorial, esquematizada na figura 5.3 a seguir apresentada.

Figura 5.3 Processo de categorização progressiva



A análise categorial iniciou-se com a seleção do material disponível e recolhido.

Seguiu-se uma leitura flutuante que permitiu o contato com os documentos a analisar com o objetivo de identificar a informação relevante para o estudo. Esta fase demarca o género de documentos (*corpus*) sobre os quais se efetuou a análise.

Na sequência da seleção dos documentos assinalados, procedeu-se ao agrupamento da informação que se entendeu designar por *evidências* através da edição dos textos, pelo alinhamento dos enunciados, proposição por proposição, até à transformação linguística dos sintagmas⁴⁸, para uniformização e respetiva classificação por equivalência, ou processo de categorização.

⁴⁸ Sintagma – corresponde ao conjunto de elementos linguísticos contíguos que formam uma oração.

O processo, designado por Bardin de *categorização progressiva*, resultou do desmembramento do texto em categorias por analogia, de acordo com a seguinte tipologia: *Categorias Iniciais*; *Categorias Intermédias*; e *Categorias Finais* (Bardin, 2016).

As *Categorias Iniciais*, que representam o *inventário*, configuram-se como as primeiras impressões acerca da realidade da UAlg tendo sido tratadas de maneira significativa e válida. Estas categorias foram criadas e nomeadas em conformidade com os dados que as constituíam, totalizando 175 categorias iniciais.

A Tabela 5.1 apresenta a formação das três primeiras categorias iniciais. No apêndice 4 podem ser consultadas todas as categorias iniciais criadas.

Tabela 5.1 Formação das três primeiras categorias iniciais

N.º	Evidência	Categoria inicial	
1	Disponibilização de alimentos excedentes a uma Associação (https://www.ualg.pt/pt/content/ualg- celebra-protocolos-com-re-food-faro-0)	1	Colaboração com a Re-Food
2	8962	2	População da UAlg
3	Atividades promovidas pelo Grupo UAlg + healthy -plastic em conjunto com os municípios do Algarve e a DECO Proteste https://www.cmar.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPyOzU https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949 https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E	3	Política de redução do desperdício de plástico nos <i>campi</i>

A categoria inicial 1 resulta do tratamento da informação disponível no *ranking Times Higher Education 2019*, relacionada com o tratamento que a UAlg faz aos alimentos que sobram das cantinas, dos bares e do Restaurante Universitário. A informação após tratada por edição de texto e de sintagma sumarizou-se na categoria 1- Colaboração com a Re-food, retratando a preocupação da UAlg com os excedentes alimentares. A categoria inicial 2, traduz a dimensão da população da UAlg. A categoria inicial 3 resulta da informação disponível no Relatório de Atividades de 2019 sobre as atividades de implementação em parceria com os municípios do Algarve, de um plano para a redução do desperdício de plástico nos *campi*.

Com vista a refinar a análise dos dados, o agrupamento progressivo das categorias iniciais resultou na emergência das categorias intermediárias. As categorias intermediárias representam a classificação e a repartição dos elementos iniciais, impondo a organização em categorias análogas.

Neste processo, como se pode exemplificar na Tabela 5.2, para além das três categorias iniciais classificadas por equivalência temática assinaladas anteriormente, também as categorias iniciais: 4. Redução da poluição marinha, 5. Eliminação de substâncias perigosas, 6. Desperdícios tóxicos, 7. Desperdícios orgânicos, 8. Desperdícios inorgânicos e 9. Programa de reciclagem e redução do desperdício, vêm originar a primeira categoria intermédia I - Resíduos e substâncias perigosas.

Tabela 5.2 Formação da primeira categoria intermédia

Dimensão Ambiental				
N.º	Evidências	Categoria Inicial		Categoria intermédia
1	Disponibilização de alimentos excedentes a uma Associação (https://www.ualg.pt/pt/content/ualg-celebra-protocolos-com-re-food-faro-0)	1	Colaboração com a Re-Food	I Resíduos e substâncias perigosas
2	8962	2	População da UAlg	
3	Atividades promovidas pelo Grupo UAlg + healthy -plastic em conjunto com os municípios do Algarve e a DECO Proteste https://www.ccmr.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPyOzU https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949 https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E	3	Política de redução de desperdício de plástico nos <i>campi</i>	
4	Implementação de políticas de prevenção e redução da poluição marinha, através de atividades terrestres e de projetos com várias soluções ecológicas	4	Redução da poluição marinha	
5	Cumprimento dos regulamentos nacionais e europeus, (Decreto-Lei n.º 73/2011, 17 de junho) sobre o correto destino final das substâncias perigosas. As substâncias perigosas produzidas nos laboratórios são armazenadas em recipientes próprios, sendo posteriormente coletadas e eliminadas por um operador certificado. https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoes/st/documentos/gestao_residuos_quimicos_lab.pdf	5	Eliminação de substâncias perigosas	
6	A UAlg divide os resíduos em várias categorias: resíduos hospitalares perigosos; outros resíduos perigosos; subprodutos animais e produtos derivados. Existem vários pontos de recolha nos <i>campi</i> O <i>campus</i> de Gambelas tem 5 pontos de recolha e o <i>campus</i> da Penha como 4 pontos de recolha	6	Desperdícios tóxicos	

	A recolha é feita por uma empresa acreditada, várias vezes por ano Os resíduos de laboratório são mantidos em barris e alojados num local adequado para o efeito até à recolha por parte da empresa Os resíduos "elétricos" de lâmpadas são mantidos em caixas e levados para a tomada autorizada pela Algar (empresa local de recolha de reciclagem)			
7	As estruturas que produzem resíduos orgânicos são cantinas, cafés, escolas, faculdades e serviços A Fagar recolhe os resíduos orgânicos e entrega-os numa estação de tratamento de resíduos autorizada, que processa o material através da digestão anaeróbia.	7	Desperdícios orgânicos	
8	O projeto Bateria parte da colaboração entre a UAlg e a Câmara Municipal de Faro, que tem como objetivo sensibilizar os utilizadores e os cidadãos para a recolha e reciclagem	8	Desperdícios inorgânicos	
9	A Algar implementou na UAlg o sistema de reciclagem individual, permitindo aos estudantes e professores determinar facilmente o que podem e não podem reciclar e permite que todos os tipos de recicláveis (plástico, papel, vidro e alumínio) sejam colocados no mesmo contentor, tornando-o mais fácil para o utilizador. A UAlg promove a reciclagem de resíduos de pilhas. Os resíduos eletrónicos não devem ser eliminados no lixo normal devido às suas elevadas concentrações de produtos químicos tóxicos e metais pesados. Foram ainda comprados contentores para colocação de resíduos plásticos por tipo nos bares e cantinas, mas estão neste momento em armazém até ser possível voltar à atividade normal dos serviços. O plástico recolhido será processado e transformado em fio de impressora 3D nas instalações da UAlg. Este fio será utilizado para atividades relacionadas com o ensino das artes e em projetos de protótipo de engenharia.	9	Programa de reciclagem e redução do desperdício	
10	Produção total de resíduos em 2017, 2018 e 2019 (incluindo os resíduos sólidos urbanos) (t/ano) Produção estimada anual: RSU - 2.400m3/ano Papel/vidro/cartão- 5.920m3/ano Resíduos perigosos- 3.433kg/ano			
11	Aplicação de políticas de redução de desperdícios no <i>campus</i> (e.g. UAlg +Saudável -Plástico) em conjunto com os Municípios do Algarve e a DECO - Associação Portuguesa de defesa ao consumidor.			

https://www.ccmар.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes ; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPy-OzU https://www.ccmар.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes ; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPyOzU ; https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html ; https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E			
---	--	--	--

As categorias intermédias resultantes da criação e discussão das categorias iniciais perfaz um total de 33, podendo ser observadas no apêndice 4.

As categoriais iniciais e intermédias sustentam a construção das categorias finais, sendo que estas representam o reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca totalizando 11. As categorias finais são construídas com o objetivo de dar suporte às interpretações e considerações finais inferindo os resultados. As categorias finais representam, deste modo, a síntese das categorias identificadas no decorrer da análise dos dados.

A Tabela 5.3 demonstra a formação da primeira categoria final intitulada Operações nos *campi*. As restantes categorias finais podem ser consultadas no apêndice 4.

Tabela 5.3 Formação da primeira categoria final

Dimensão Ambiental					
N.º	Evidências	Categoria inicial		Categoria intermédia	Categoria final
1	Disponibilização de alimentos excedentes a uma Associação (https://www.ualg.pt/pt/content/ualg-celebra-protocolos-com-re-food-faro-0)	1	Colaboração com a Re-Food	I - Resíduos e substâncias perigosas	Operações nos <i>campi</i>
2	8962	2	População da UAlg		
3	Atividades promovidas pelo Grupo UAlg + healthy -plastic em conjunto com os municípios do Algarve e a DECO Proteste https://www.ccmар.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPy-OzU https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-ba-	3	Política de redução de desperdício de plástico nos <i>campi</i>		

	nido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949 https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E				
4	Implementação de políticas de prevenção e redução da poluição marinha, através de atividades terrestres e de projetos com várias soluções ecológicas	4	Redução da poluição marinha		
5	Cumprimento dos regulamentos nacionais e europeus, (Decreto-Lei n.º 73/2011, 17 de junho) sobre o correto destino final das substâncias perigosas. As substâncias perigosas produzidas nos laboratórios são armazenadas em recipientes próprios, sendo posteriormente coletadas e eliminadas por um operador certificado. https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/sec-coes/st/documentos/gestao_residuos_quimicos_lab.pdf	5	Eliminação de substâncias perigosas		
6	A UAlg divide os resíduos em várias categorias: resíduos hospitalares perigosos; outros resíduos perigosos; subprodutos animais e produtos derivados. Existem vários pontos de recolha nos <i>campi</i> O <i>campus</i> de Gambelas tem 5 pontos de recolha e o <i>campus</i> da Penha como 4 pontos de recolha A recolha é feita por uma empresa acreditada, várias vezes por ano Os resíduos de laboratório são mantidos em barris e alojados num local adequado para o efeito até à recolha por parte da empresa Os resíduos "elétricos" de lâmpadas são mantidos em caixas e levados para a tomada autorizada pela Algar (empresa local de recolha de reciclagem)	6	Desperdícios Tóxicos		
7	As estruturas que produzem resíduos orgânicos são cantinas, cafés, escolas, faculdades e serviços. A Fagar recolhe os resíduos orgânicos e entrega-os numa estação de tratamento de resíduos autorizada, que processa o material através da digestão anaeróbia.	7	Desperdícios Orgânicos		
8	O projeto Bateria parte da colaboração entre a UAlg e a Câmara Municipal de Faro, que tem como objetivo sensibilizar os utilizadores e os cidadãos para a recolha e reciclagem	8	Desperdícios e inorgânicos		
9	A Algar implementou na UAlg o sistema de reciclagem individual, permitindo aos estudantes e professores determinar facilmente o que podem e não podem reciclar e permite que todos os tipos de recicláveis (plástico, papel, vidro e alumínio) sejam colocados no mesmo contentor, tornando-o mais fácil para o utilizador. A UAlg promove a reciclagem de resíduos de pilhas. Os resíduos eletrónicos não devem ser eliminados no lixo normal devido às suas elevadas concentrações de produtos químicos tóxicos e metais pesados. Foram ainda comprados contentores para colocação de resíduos plásticos por tipo nos bares e cantinas, mas estão neste momento em armazém até ser possível voltar à atividade normal dos serviços. O plástico recolhido será processado e transformado em fio de impressora 3D nas instalações da UAlg. Este fio será	9	Programa de reciclagem e redução do desperdício		

	utilizado para atividades relacionadas com o ensino das artes e em projetos de protótipo de engenharia.			
10	Produção total de resíduos em 2017, 2018 e 2019 (incluindo os resíduos sólidos urbanos) (t/ano) Produção estimada anual: RSU - 2.400m3/ano Papel/vidro/cartão- 5.920m3/ano Resíduos perigosos- 3.433kg/ano			
11	Aplicação de políticas de redução de desperdícios no <i>campus</i> (e.g. UAlg +Saudável -Plástico) em conjunto com os Municípios do Algarve e a DECO - Associação Portuguesa de defesa ao consumidor. https://www.ccmар.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPy-OzU https://www.ccmар.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPy-OzU https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html; https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E			

Na segunda etapa da investigação (descrita e justificada na subsecção 5.1.3) em que se pretende conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, utilizou-se uma abordagem de natureza quantitativa tendo-se recorrido à implementação de um inquérito por questionário. O tratamento estatístico das respostas aos questionários é, portanto, o adequado para dados de natureza quantitativa.

Assim, após a obtenção das respostas submetidas via *on-line*, a plataforma do *Google Forms*, procede de imediato a um tratamento estatístico simples das respostas individualizadas ou em conjunto dadas pelos respondentes. No entanto, como se pretendia realizar um tratamento estatístico mais completo, procedeu-se ao lançamento de todos os dados no SPSS⁴⁹ versão 26, tendo-se procedido primeiramente a uma análise e revisão

⁴⁹ Originalmente SPSS era acrónimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do *software* (IBM SPSS) não tem significado. A aplicação informática SPSS é vendida por uma companhia chamada também de SPSS. As iniciais da companhia significam hoje *Statistical Product and Service Solutions*.

crítica das respostas, de modo a eliminar valores estranhos ou anular erros que pudessem causar problemas futuros aquando do tratamento dos dados e análise dos resultados.

O tratamento estatístico dos dados foi feito com recurso à aplicação informática atrás citada, SPSS, tendo sido possível utilizar apenas técnicas de análise univariada.

A análise univariada integra todas as técnicas que possibilitam o estudo de cada variável isoladamente, recorrendo a tabelas de frequências, medidas descritivas e gráficos.

De referir, que se pretendia também utilizar técnicas de análise bivariada para averiguar a existência de relações de dependência entre variáveis e técnicas de análise multivariada para analisar simultaneamente relações de dependência e/ou interdependência entre conjuntos de variáveis. Contudo, a opção de resposta “Não sabe” por parte dos inquiridos a muitas variáveis (o que corresponde a ausência de resposta) conduziu a abandonar as referidas técnicas por não se verificarem os pressupostos necessários ao uso dessas técnicas.

5.2 Análise e interpretação dos resultados

Nesta secção procede-se à análise e interpretação dos resultados obtidos após o tratamento a que foi submetida toda a informação recolhida.

5.2.1 Análise da informação obtida na primeira etapa

A primeira etapa visou identificar as práticas promotoras de desenvolvimento sustentável existentes na UAlg utilizando como fonte a informação pública disponível no *website* da UAlg, bem como, nos documentos oficiais da instituição incluindo a informação utilizada na candidatura ao *ranking Times Higher Education* em 2019.

Esta fase da análise circunscreveu-se às práticas formalmente comunicadas pela UAlg à comunidade, tendo sido analisadas através de uma abordagem qualitativa, recorrendo-se para o efeito à análise de conteúdo de acordo com a técnica de Bardin (2016).

A referida técnica contempla três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento da informação e a sua inferência e interpretação.

Nesta primeira etapa, foram abrangidas as práticas oficialmente comunicadas pela UAlg à comunidade, dando primazia à separação das evidências identificadas que pudessem constituir práticas nas diferentes dimensões da sustentabilidade baseadas na revisão

à literatura sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável nas IES, designadamente: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política. Estas, por sua vez, foram categorizadas em grupos temáticos: operações nos *campi*, implementação de *campi green*, envolvimento e partilha de informação com redes de contactos, políticas de promoção da sustentabilidade, planeamento e administração, envolvimento nos *campi*, envolvimento na comunidade, cultura e património, atividades culturais, educação política e estratégia institucional.

A Tabela 5.4 apresenta os resultados da análise de conteúdo, por totais, das práticas existentes na UAlg nas dimensões da sustentabilidade anteriormente referidas.

Tabela 5.4 Resultados da análise de conteúdo

Dimensão	Evidências	Categorias iniciais	Categorias intermédias	Categorias finais
Ambiental	65	49	7	4
Económica	13	10	2	1
Social e cultural	84	68	12	4
Educacional, institucional e política	284	48	12	2

Como se pode observar, a dimensão que regista o maior número de evidências é a dimensão educacional, institucional e política (284), seguindo-se a dimensão social e cultural (84), depois a dimensão ambiental (65) e, por último, a dimensão económica com um valor bastante inferior (13).

O maior resultado obtido, 284 evidências, conduz ao tipo de práticas sustentáveis adotadas pela UAlg nos setores da educação, formação, publicações, inovação e formação da comunidade académica, serviços prestados à comunidade, investigação na área da sustentabilidade, definição de estratégias, relatórios e colaboração institucional com organizações governamentais e não governamentais.

A dimensão económica obteve apenas 13 evidências permitindo inferir que, a UAlg disponibiliza pouca informação sobre as práticas de desenvolvimento sustentável nesta dimensão ou não existe informação relativamente às mesmas.

Após o processo de categorização, verifica-se que a dimensão ambiental, apesar de demonstrar um número de evidências inferior ao das dimensões social e cultural e

educacional, institucional e política é a que origina mais categorias finais com poder explicativo na dimensão, ou seja, quatro categorias finais. Este resultado demonstra que as práticas na dimensão ambiental, ainda que com apenas 65 evidências, apresentam no resultado final um melhor poder explicativo da dimensão.

De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada por dimensão e categorias⁵⁰.

Na **dimensão ambiental** é possível encontrar as seguintes quatro categorias finais: operações nos *campi*; implementação de *campi green*; envolvimento e partilha de informação através de redes de contactos; e políticas de promoção da sustentabilidade. Estas quatro categorias finais indicam que a UAlg implementa práticas de desenvolvimento sustentável nos *campi* que podem ser traduzidas em sete categorias intermédias que reúnem a seguinte informação:

- I. Resíduos e substâncias perigosas, integra a implementação das seguintes práticas: colaboração com a Re-Food, população da UAlg, redução do desperdício de plásticos, redução da poluição marinha, eliminação de substâncias perigosas, desperdícios tóxicos, orgânicos e inorgânicos e programa de reciclagem e redução do desperdício.
- II. Mobilidade, demonstra a preocupação da UAlg em implementar práticas sustentáveis como: política de práticas saudáveis, política de percursos pedestres no *campus*, veículos, serviço de transfere à comunidade da instituição.
- III. Edifícios, traduz a implementação de práticas sustentáveis na monitorização dos consumos energéticos e na construção dos edifícios nos *campi* de acordo com as normas da construção *green*.
- IV. Água, reflete as práticas implementadas: no monitoramento do consumo de água por pessoa, na educação para a boa utilização da água, na qualidade e escoamento de águas, na consciencialização sobre a utilização da água, em políticas de poupança, na redução do uso do papel e do plástico na UAlg, na origem e fornecimento de água e no uso eficiente de água em aparelhos (sanitários, cozinhas, outros).
- V. Energia, integra práticas que dizem respeito a: políticas de redução do consumo de energia, dimensão da UAlg, promoção de edifícios inteligentes, ensino à comunidade

⁵⁰ No apêndice 4 podem ser consultados os Quadros demonstrativos dos resultados.

sobre eficiência energética e energia limpa, promoção de energia *green*, fontes de energia renováveis nos *campi*, redução da pegada de carbono total (emissão de CO₂), eficiência energética, comissão para a otimização dos consumos energéticos dos edifícios.

- VI. Colaboração para as alterações climáticas, mostra a preocupação da UAlg em colaborar com a comunidade, com entidades governamentais e não governamentais no combate às alterações climáticas.
- VII. Ambientais, envolve o programa de implementação de práticas sustentáveis: na organização de eventos em prol do ambiente, na investigação e desenvolvimento da vertente indústria sobre os ecossistemas, na promoção da cultura científica ambiental, na investigação e desenvolvimento com a indústria sobre ecossistemas aquáticos, na saúde do ecossistema marítimo, na integração em centros de competência, nas parcerias com a comunidade local, na preocupação com ecossistemas terrestres, na política de identificação, monitorização e proteção de espécies, no projeto de criação de jardim botânico, no programa educacional sobre a atividade sustentável de terras para agricultura e turismo, na manutenção dos ecossistemas existentes e a sua biodiversidade, de plantas e animais, e na oferta de um programa educacional/extensão a comunidades locais e nacionais sobre pesca e turismo.

A atuação da UAlg na **dimensão económica** manifesta-se nas atividades de planeamento e administração, tendo-se contabilizado apenas 13 evidências, conduzindo a uma categoria final. Conclui-se que a UAlg disponibiliza informação em áreas de atuação económica nos domínios do planeamento e da administração, evidenciando a informação nas seguintes duas categorias intermédias:

- VIII. Investimento e Finanças, reflete as receitas com a investigação por área temática: ciência, tecnologia, engenharia, matemática, medicina e artes e humanidades/ciências sociais como também na divulgação de um catálogo de serviços.
- IX. Indústria, Inovação e Infraestrutura, expressa o apoio ao desenvolvimento de ideias de negócio de base tecnológica e da transferência do conhecimento.

Os resultados desta dimensão demonstram que não existe informação suficiente para a temática da sustentabilidade.

Os resultados da análise na **dimensão social e cultural**, totalizam 84 evidências

que formam as quatro categorias finais: envolvimento nos *campi*; envolvimento na comunidade; cultura e património; e atividades culturais. Estas quatro categorias finais sintetizam a seguinte informação agrupada em doze categorias intermédias:

- X. Trabalho, identifica a política da instituição relativa aos seus trabalhadores em questões como o pagamento das remunerações, a legitimidade dos sindicatos e dos direitos dos trabalhadores, o cumprimento da lei e das leis do trabalho, as políticas de igualdade e a garantia dos direitos dos trabalhadores, a divulgação das atividades, eventos, iniciativas e o conjunto de produtos dirigidos aos *alumni*.
- XI. Alimentação, reflete a preocupação da UAAlg em questões como o serviço de alimentação, o reforço da competitividade da agroindústria algarvia e a deteção de problemas na agricultura e na gestão pós-colheita.
- XII. Saúde e bem-estar, identifica informação sobre o número de graduados em profissões da saúde ao nível: das licenciaturas, dos mestrados e doutoramentos, o apoio à comunidade, a habitação (residências) e bolsas, políticas de acesso à habitação, o reconhecimento da instituição como *campi* saudáveis, políticas de práticas para uma UAAlg mais saudável, promoção da qualidade de vida, o combate ao envelhecimento e economia sustentável, serviços de saúde à comunidade académica, a promoção de modalidades físico-desportivas, a promoção de hábitos de vida saudável, a capelania, o direito à diferença e à qualidade do ensino e em projetos de extensão na comunidade local.
- XIII. Voluntariado e associativismo, contempla o voluntariado, os serviços básicos e a existência da Associação Académica.
- XIV. Prémios e bolsas, reflete a iniciativa na atribuição de bolsas de mérito, de estudo, de excelência e atribuição de prémios BPI.
- XV. Combate à pobreza, as práticas implementadas no combate à pobreza registam: o número de alunos com baixos rendimentos, a atribuição de bolsas de estudo, os serviços de ação social, o apoio a estudantes carenciados de países subdesenvolvidos, o apoio à comunidade e criação de negócios sustentáveis, a criação do SOS abandono, a empregabilidade e feira de emprego e as políticas aos níveis local, regional, nacional e global para erradicar a pobreza.
- XVI. Igualdade, regista o número de alunos, o número de alunos que iniciou licenciatura, o

número de mulheres que iniciou o primeiro ano letivo, a política de não discriminação (Estatutos da UAlg), a proteção na denúncia, a política de admissão de grupos sub-representados e candidatura de mulheres.

- XVII. Direitos sociais, define políticas de acesso à informação/formação, direito à maternidade e à paternidade, política de acesso de diferentes públicos, políticas para a diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos.
- XVIII. Comunidade, reflete a ligação através do acesso público aos edifícios da instituição, a acessibilidade aos edifícios e bibliotecas e o acesso público aos *campi*.
- XIX. Artes, compreende a contribuição para as artes locais e exposições.
- XX. Preservação do património cultural, contempla ações na área da cultura e do património, nomeadamente, o projeto de registo património cultural intangível, de gastos com artes e património a nível local, as despesas universitárias em artes e património, as iniciativas de património cultural, a transmissão do conhecimento (publicações), a existência de uma editora, bibliotecas públicas e do arquivo central.
- XXI. Eventos, regista os eventos relacionados com a sustentabilidade a nível cultural e ambiental, como conferências, congressos, encontros, jornadas e seminários, exposições, exibições, ciclos de cinema, apresentações e iniciativas.

A **dimensão educacional, institucional e política**, a última dimensão a ser considerada, registou 284 evidências que constituem as duas categorias finais: educação e política e estratégia institucional. É de realçar que esta dimensão registou o maior número de evidências, traduzindo o elevado número de práticas implementadas nas áreas educacional, institucional e política. As duas categorias finais resumem a informação das seguintes doze categorias intermédias:

- XXII. Atividades, correspondem à atividade da educação para o desenvolvimento sustentável nas seguintes vertentes: publicações, programas e campanhas locais de educação sobre as alterações climáticas, programa educacional e de extensão, divulgação e oferta formativa.
- XXIII. Estruturas, representa os meios de difusão da educação: grupos de trabalho de inovação, apoio, desenvolvimento de formação à comunidade académica, catálogo de competências e serviços de I&D e a existência de divisões e serviços de apoio à comunidade local e universitária.

- XXIV. Práticas de educação e projetos de investigação na área da sustentabilidade, contempla iniciativas em projetos de práticas de educação e sensibilização e projetos de investigação para a sustentabilidade.
- XXV. Cursos, certificações e exames de "Línguas", demonstram a existência de cursos e exames de "Línguas" e a certificação da "Língua".
- XXVI. Graduados, reflete o número de graduados para o ensino básico e para a área da agricultura.
- XXVII. Palestras, incluem a atividade da Equipa UAlg nas escolas da região.
- XXVIII. Oferta formativa relacionada com sustentabilidade, inclui a formação disponível relacionada com a sustentabilidade nas pós-graduações, licenciaturas, mestrados, doutoramentos e em disciplinas de mestrados integrados, licenciaturas, pós-graduações, mestrados, doutoramentos e de cursos técnico profissionais superiores.
- XXIX. Governança, inclui os documentos que registam a política em práticas de desenvolvimento sustentável, nomeadamente, Plano Estratégico 2017-2021, Plano de Atividades 2019, Plano de Atividades 2020, Relatório de Atividades 2019, Gabinete de Avaliação da Qualidade, Formulário de elogios, sugestões e reclamações e através do levantamento das atividades de extensão.
- XXX. Políticas e investigação em desenvolvimento sustentável, contempla fóruns e redes para a sustentabilidade e o incentivo na investigação de práticas de desenvolvimento sustentável nos centros de investigação: em turismo, sustentabilidade, bem-estar e ambiente, bem como a participação no fórum nacional de investigação e o envolvimento direto nas políticas do desenvolvimento sustentável.
- XXXI. Documentos institucionais, regista práticas de desenvolvimento sustentável pela colaboração com a comunidade, pelo código de ética, regimento interno de funcionamento da comissão de ética, na adesão à carta de compromisso das IES Portuguesas para o desenvolvimento sustentável e dos documentos institucionais estratégicos.
- XXXII. Compromisso com sustentabilidade, verifica-se através da publicação de dados financeiros, da publicação do mapa de pessoal, de políticas e procedimentos de identificação de parcerias institucionais, do trabalho elaborado por individualidades da UAlg.
- XXXIII. Governança e justiça, demonstra a preocupação com as questões éticas, de conduta e

de responsabilidade social, necessários para o desenvolvimento sustentável, através da publicação dos princípios e compromissos sobre o crime organizado, corrupção e suborno e de políticas de apoio à liberdade académica.

A análise realizada permitiu responder à pergunta 1 da investigação, ou seja, ao objetivo de conhecer o estado atual de implementação de práticas que promovem a sustentabilidade da UAIG, preconizado na página 4.

Os resultados evidenciam a preocupação da UAIG em implementar práticas de desenvolvimento sustentável satisfazendo a necessidade de, enquanto organismo público que veicula o conhecimento através do ensino e da investigação, adotar uma conduta de ajustamento face à promoção do desenvolvimento sustentável, conforme defende Ceulemans *et al.* (2014).

Aferem-se práticas nas dimensões apresentadas por Santos (2017): ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política.

A adaptação nas diferentes dimensões da sustentabilidade, que de acordo com Pfahl (2005), representa a forma como a UAIG adapta a sua conduta, como os *stakeholders* se aproximam dos objetivos de desenvolvimento sustentável e como esta IES coordena a ação humana a fim de alcançar os objetivos da sustentabilidade.

A UAIG comunica as suas práticas através dos documentos institucionais, como defende Alonso-Almeida *et al.* (2015), e através de candidaturas a *rankings*.

A análise revela, por um lado, que na dimensão educacional, institucional e política as práticas sustentáveis têm maior ênfase, sendo que estas se traduzem em ações relacionadas com a visão, valores, estratégia, transparência na governança, compromissos éticos, declarações e parcerias, educação, pesquisa e atividades universitárias. Por outro lado, a dimensão económica deverá ser mais explorada através de práticas relacionadas com o impacto económico direto e com a sustentabilidade financeira da UAIG.

Os resultados vão ao encontro das teorias apuradas, na medida em que a UAIG:

- Procura formas de contribuir para o desenvolvimento social e económico da comunidade e para o envolvimento e aproximação, por meio de parcerias e relações entre as empresas e a instituição, como defende Alonso-Almeida *et al.* (2015).

- Integra o conceito de desenvolvimento sustentável nos *currícula*, embora não se registre a interdisciplinaridade e a forma holística entre disciplinas e cursos que segundo Lozano (2010) contribuem para uma maior participação dos alunos, ajudando a criar um futuro e uma sociedade sustentável.
- Promove a investigação em desenvolvimento sustentável que, de acordo com Popescu & Bebeau (2014), ajuda ao desenvolvimento de um futuro sustentável.
- Manifesta a adesão à declaração para a sustentabilidade em conjunto com outras instituições, na medida em que contribui para o aumento do compromisso na implementação de ações sustentáveis (Farinha *et al.*, 2019).

O estado de implementação de práticas sustentáveis na UAlg caracteriza-se, de acordo com Lozano (2001), num estado inicial de inovação.

Contrariamente ao estudo de Farinha *et al.* (2019) as atividades “operações no *campus*”, “colaboração” e “experiências de desenvolvimento sustentável no *campus*” não representam na UAlg a maioria de ações de sustentabilidade implementadas, como acontece nas restantes IES portuguesas. A UAlg demonstra a implementação do desenvolvimento sustentável por meio de múltiplas ações que existem ou se realizam ao seu ritmo, conforme diz Aleixo *et al.* (2018) e que se situam na dimensão educacional, institucional e política.

O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta que permite avaliar e comunicar o esforço realizado no âmbito da atividade exercida pelas instituições a favor da sustentabilidade (Ceulemans *et al.*, 2015), no entanto a UAlg não elabora, ainda, relatórios de sustentabilidade.

5.2.2 Análise dos dados obtidos na segunda etapa

Apresenta-se em seguida a análise e interpretação dos resultados das respostas aos questionários implementados aos *stakeholders* da UAlg e, sempre que possível, a sua comparação com resultados de outros estudos realizados no mesmo âmbito.

Inicia-se com uma análise descritiva sumária da caracterização dos **515 respondentes**, resultante do tratamento estatístico dos dados referentes às questões constantes da parte III do questionário.

Apresenta-se na Tabela 5.5 a caracterização dos *stakeholders* da UAlg que colaboraram no estudo, nomeadamente no que respeita ao género, estado civil, habilitações literárias e cargo atual na UAlg.

Tabela 5.5 Caracterização dos inquiridos

		N	Total N %	Válidos N %
Amostra: n = 515				
Género	Masculino	194	37,7%	41,1%
	Feminino	278	54,0%	58,9%
Respondentes: n = 472 Valores omissos: n =43				
Estado Civil	Solteiro(a)	136	26,4%	28,7%
	Casado(a)/União de Facto	282	54,8%	59,5%
	Viúvo(a)	3	0,6%	0,6%
	Divorciado(a)/Separado(a)	53	10,3%	11,2%
Respondentes: n = 474 Valores omissos: n =41				
Habilitações Literárias	Ensino Básico	0	0,0%	0,0%
	Ensino Secundário	52	10,1%	11,0%
	Ensino Superior Bacharelato	22	4,3%	4,7%
	Ensino Superior Licenciatura	124	24,1%	26,3%
	Ensino Superior Mestrado	73	14,2%	15,5%
	Ensino Superior Doutoramento	201	39,0%	42,6%
Respondentes: n= 472 Valores omissos: n=43				
Cargo Atual na UAlg	Investigador	35	6,8%	7,4%
	Funcionário Docente	207	40,2%	43,9%
	Funcionário Não Docente	104	20,2%	22,1%
	Estudante	115	22,3%	24,4%
	Entidade Externa	10	1,9%	2,1%
Respondentes: n= 471 Valores omissos: n=44				

Dos 472 respondentes à variável Género, a maioria é do género feminino (58,9%), o que corresponde a 54% da dimensão amostral. No que respeita à variável Estado Civil, dos 474 respondentes, 59,5% afirma ser casado ou viver em união de facto, o que corresponde a 54,8% da dimensão amostral.

Dos 472 respondentes à variável Habilitações Literárias, a maioria possui como habilitações o Ensino Superior Doutoramento (42,6%), o que corresponde a 39% da dimensão amostral. Por fim em relação à variável Cargo Atual na UAlg, 43,9% dos 471 respondentes é Funcionário Docente, o que correspondendo a 40,2% da dimensão amostral.

Em relação à caracterização dos inquiridos, no que respeita à idade e número de anos no cargo atual, optou-se por fazer uma análise descritiva com base nas medidas de

tendência central (média, mediana e moda) e dispersão (desvio-padrão) atendendo ao caráter quantitativo das variáveis. Optou-se também por categorizar os diferentes *stakeholders* atendendo a que podem apresentar valores diferenciados, no que respeita a estas variáveis.

Apresentam-se na Tabela 5.6 os valores obtidos em relação à idade dos respondentes, de acordo com a categoria de *stakeholder*.

Tabela 5.6 Idade por categoria de *stakeholder*

Cargo Atual na UAlg Respondentes: n = 456	Idade (Anos)							
	n	Valores omissos	Média	Mediana	Moda	Desvio- padrão	Min.	Máx.
Investigador	35	2	40,2	40,0	40	9,4	24	63
Funcionário Docente	207	5	51,8	52,0	50	8,1	23	69
Funcionário Não Docente	104	6	49,8	50,0	54	7,6	28	68
Estudante	115	2	28,2	26,0	20	8,7	18	50
Entidade Externa	10	0	44,8	45,5	28 ^a	10,6	28	63

a. Existem múltiplas modas. É apresentado o valor mais baixo.

Quanto aos 33 respondentes com o Cargo Atual de Investigador, a idade varia entre os 24 e os 63 anos, com média de 40,2 anos e desvio padrão de 9,4 anos. A maior parte apresenta idade de 40 anos.

Em relação aos 202 Funcionários Docentes respondentes, a idade varia entre os 23 e os 69 anos, com média é de 51,8 anos e desvio padrão de 8,1 anos. A maior parte apresenta a idade de 50 anos.

Relativamente aos 98 Funcionários Não Docentes respondentes, a idade está compreendida entre os 28 e os 68 anos, com média de 49,8 anos e desvio padrão de 7,6 anos. A maior parte tem 54 anos.

Sobre os 113 Estudantes respondentes a idade varia entre os 18 e os 50 anos, com média de idade de 28,2 anos e desvio padrão de 8,7 anos. A maior parte dos Estudantes tem 20 anos de idade.

Por fim, em relação às 10 Entidades Externas respondentes, a idade está compreendida entre os 28 e os 63 anos, com média de 44,8 anos e desvio padrão de 10,6 anos.

Passa-se a apresentar na Tabela 5.7 os resultados obtidos no que respeita à antiguidade no cargo atual, por categoria de *stakeholder*.

Tabela 5.7 Antiguidade no cargo atual por categoria de stakeholder

Cargo Atual na UAlg Respondentes: n = 408	Antiguidade no Cargo Atual (Anos)							
	n	Valores omissos	Média	Mediana	Moda	Desvio- padrão	Min.	Máx.
Investigador	35	1	9,4	5,5	1 ^a	9,7	0	40
Funcionário Docente	207	9	18,7	20,0	20	8,9	0	44
Funcionário Não Docente	104	9	17,1	19,0	20	9,2	0	36
Estudante	115	43	4,4	3,0	1	5,3	0	13
Entidade Externa	10	1	5,7	4,0	4	4,6	1	15

a. Existem múltiplas modas. É apresentado o valor mais baixo.

Os 34 Investigadores respondentes apresentam uma antiguidade média no cargo atual entre os 0 e os 40 anos, com média de 9,4 anos e desvio padrão de 9,7 anos.

Em relação aos 198 Funcionários Docentes respondentes a antiguidade no cargo está compreendida entre 0 e 44 anos, com média de 18,7 anos e desvio padrão de 8,9 anos e. A maior parte apresenta uma Antiguidade no Cargo Atual de 20 anos.

Relativamente aos 95 Funcionários Não Docentes respondentes, a antiguidade média no cargo atual varia entre os 0 e os 36 anos, com média de 17,1 anos e desvio padrão de 9,2 anos. A maior parte apresenta uma Antiguidade no Cargo Atual de 20 anos.

Quanto aos 72 Estudantes respondentes a antiguidade está compreendida entre os 0 e os 13 anos, com média de 4,4 anos e desvio padrão de 5,3 anos. A maior parte dos Estudantes apresenta uma Antiguidade no Cargo Atual de 1 ano.

Por fim as 9 Entidades Externas respondentes apresentam uma Antiguidade no Cargo Atual a variar entre 1 e 15 anos, com média de 5,7 anos e desvio padrão de 4,6 anos. A maior parte apresenta uma Antiguidade no Cargo Atual de 4 anos.

Segue-se a análise e interpretação dos resultados das respostas à parte I do questionário, constituída por um conjunto de questões de resposta múltipla que tem como objetivo conhecer a perceção dos *stakeholders* da UAlg sobre: o conceito de sustentabilidade, o significado de universidade sustentável, de que formas a instituição pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, os fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg, que obstáculos poderão impedir a UAlg de se envolver em práticas sustentáveis e ainda que problemas poderá enfrentar a Universidade do Algarve nos próximos 10 anos.

As questões colocadas geram perguntas de resposta múltipla, em que os inquiridos podem selecionar o número de itens de resposta que pretenderem. A leitura da informação contida nas tabelas 5.8 a 5.13 deve ser feita da seguinte forma:

- N - número de respostas por item;
- Percentagem de respostas - quociente entre o número de respostas por item e o número total de respostas;
- Percentagem de casos - quociente entre o número de respostas por item e o número de respondentes.

Apresenta-se a Tabela 5.8 com os valores obtidos em relação aos aspetos associados à ideia de sustentabilidade.

Tabela 5.8 Aspetos associados à ideia de sustentabilidade

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
A que aspetos associa a ideia de sustentabilidade?	Económico	393	27,8%	82,7%
	Social	293	20,7%	61,7%
	Ambiental	400	28,3%	84,2%
	Institucional	142	10,0%	29,9%
	Cultural	129	9,1%	27,2%
	Outros	57	4,0%	12,0%
Respondentes: N = 475 (92,2%)				
Valores omissos: N = 40 (7,8%)				
Total		1414	100,0%	297,7%

Os *stakeholders* da UAlg associam o conceito de sustentabilidade, sobretudo, aos aspetos ambiental e económico, seguindo-se o aspeto social, dando deste modo resposta ao objetivo: Como é identificado o conceito de sustentabilidade, preconizado na página 4.

Embora para muitos autores, entre eles Lozano (2008), o conceito de sustentabilidade seja ambíguo e complexo, o que origina interpretações de múltiplo significado, os resultados obtidos indiciam que a grande maioria dos *stakeholders* que responderam a esta questão já têm uma noção integrada do conceito de sustentabilidade, pois associam-no aos aspetos mais importantes relacionados com os três pilares ou dimensões da sustentabilidade: os aspetos ambientais, económicos e sociais.

Em seguida apresenta-se a Tabela 5.9 com os valores obtidos em relação ao significado da expressão “universidade sustentável”.

Tabela 5.9 Significado da expressão “universidade sustentável”

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
O que significa para si a expressão "universidade sustentável"?	Universidade que sobrevive no longo prazo	268	26,2%	54,5%
	Universidade equilibrada financeiramente	281	27,5%	57,1%
Respondentes: N=492 (95,5%)	Universidade amiga do ambiente	355	34,7%	72,2%
	Universidade competitiva	112	11,0%	22,8%
Valores omissos: N=23 (4,5%)	Outros	6	0,6%	1,2%
Total		1022	100,0%	207,7%

Para a maior parte dos respondentes a expressão “universidade sustentável” significa universidade amiga do ambiente, significado que é coerente com a resposta à questão anterior em que também a maior parte associa a ideia de sustentabilidade ao aspeto ambiental, respondendo ao objetivo: O significado de universidade sustentável, preconizado na página 4. Seguem-se os significados de universidade equilibrada financeiramente e de universidade que sobrevive no longo prazo.

Santos (2017) aponta no seu estudo que, ao contrário do conceito de sustentabilidade, o conceito de universidade sustentável não é conhecido; no entanto, refere também que a sobrevivência a longo prazo de uma IES está ligada à sua sustentabilidade económica.

Segue-se a Tabela 5.10 com os valores obtidos em relação às formas de contribuição da UAlg para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 5.10 Formas de contribuição da UAlg para o desenvolvimento sustentável

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
Na sua perspetiva, de que formas a UAlg contribui para o desenvolvimento sustentável? Respondentes: N=465 (90,3%) Valores omissos: N=50 (9,7%)	Integrando o conceito de desenvolvimento sustentável no ensino e na investigação	313	30,9%	67,3%
	Realizando ações que promovam o desenvolvimento sustentável nos seus <i>campi</i>	275	27,2%	59,1%
	Incentivando a participação da comunidade académica e entidades externas nas suas atividades	229	22,6%	49,2%
	Através do desenvolvimento de parcerias locais e regionais	183	18,1%	39,4%
	Outros	12	1,2%	2,6%
Total		1012	100,0%	217,6%

Os *stakeholders* da UAlg consideram que a Universidade do Algarve pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, essencialmente, através da integração do conceito de desenvolvimento sustentável no ensino e na investigação, realizando ações que promovam o desenvolvimento sustentável nos seus *campi* e incentivando a participação da comunidade académica e entidades externas nas suas atividades, respondendo assim, ao objetivo: De que formas a UAlg contribui para o desenvolvimento sustentável, precognizado na página 4.

Trigo, *et al.* (2014) defendem que as IES têm um papel importante na medida em que veiculam o conhecimento através do ensino e da investigação participando no processo de aprendizagem dos estudantes, futuros tomadores de decisões com elevado impacto na sociedade. Os resultados enquadram-se no trabalho de Bakker (1998, citado em Matos *et al.*, 2015), ao definir que uma universidade sustentável é uma instituição que: prioriza a sustentabilidade ambiental; integra o conhecimento sobre o ambiente nas disciplinas mais relevantes; promove eventos sobre os problemas ambientais (locais e globais); permite a realização de auditorias ambientais; efetua compras ambientalmente responsáveis; promove a redução da pegada ecológica no *campus*; procura maximizar a eficiência energética; promove na instituição um centro ambiental para os alunos; e apoia os que desejem seguir uma carreira ambientalmente responsável.

De seguida a Tabela 5.11 indica os valores obtidos nos fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg.

Tabela 5.11 Fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
No seu entender, quais os fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg?	Dispor de recursos e financiamento suficientes	463	24,4%	97,9%
	Reconhecimento da excelência e qualidade da instituição	6	0,3%	1,3%
	Internacionalização (de estudantes, investimentos, parcerias, integração em redes, etc.)	6	0,3%	1,3%
	Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)	9	0,5%	1,9%
	Planeamento estratégico de longo prazo	464	24,5%	98,1%
	Motivação dos recursos humanos	5	0,3%	1,1%
	Ensino sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos vários graus de ensino (licenciaturas, mestrados, doutoramentos)	464	24,5%	98,1%
	Incentivo à investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável	12	0,6%	2,5%
	Campi mais “verdes”, ou seja, amigos do ambiente	461	24,3%	97,5%
	Interação com as comunidades locais e regionais	3	0,2%	0,6%
Valores omissos: N=42 (8,2%)	Envolvimento e partilha de informação com redes internacionais	2	0,1%	0,4%
Total		1895	100,0%	400,6%

No entender dos inquiridos os principais fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg são: dispor de recursos e financiamento suficientes, existir planeamento estratégico de longo prazo, o ensino sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos vários graus de ensino (licenciaturas, mestrados, doutoramentos) e a existência de *campi* mais “verdes”, ou seja, amigos do ambiente, dando resposta ao objetivo: Que fatores poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg, preconizado na página 4.

A revisão da literatura indica que os fatores potenciadores de desenvolvimento sustentável nas IES estão intrinsecamente relacionados com as barreiras a este tipo de desenvolvimento. Elliott e Wright (2013), citados em Santos (2017), defendem que os recursos financeiros podem não ser apenas uma barreira, mas também constituir um fator

que promove o desenvolvimento sustentável. Santos (2017) refere os fatores potenciadores do desenvolvimento sustentável nas IES: liderança proativa; comunicação clara e consistente; inclusão da sustentabilidade na estratégia da instituição; multidisciplinaridade em cursos e investigação; comprometimento de alunos e funcionários; outras iniciativas que desenvolvem o comprometimento em práticas de sustentabilidade; e a existência de uma estrutura organizacional flexível baseada em sistemas de comunicação, suporte e liderança.

A Tabela 5.12 que se segue, indica os valores obtidos sobre os obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável.

Tabela 5.12 Os obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
Na sua opinião, quais os obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável?	Concorrência entre Instituições de Ensino Superior	70	3,1%	14,8%
	Resistência à mudança	327	14,3%	69,1%
	Rigidez na estrutura organizacional	295	12,9%	62,4%
	Falta de autonomia	136	6,0%	28,8%
	Fraco empenhamento por parte da comunidade académica	253	11,1%	53,5%
	Fraca cultura organizacional	182	8,0%	38,5%
	Falta de recursos financeiros	254	11,1%	53,7%
	Falta de recursos humanos	170	7,4%	35,9%
	Ausência de planeamento estratégico	262	11,5%	55,4%
	Falta de formação em sustentabilidade	185	8,1%	39,1%
	Informação e comunicação insuficientes	143	6,3%	30,2%
Outros	6	0,3%	1,3%	
Total	2283	100,0%	482,7%	

Respondentes: N=473
(91,8%)
Valores omissos: N=42
(8,2%)

Na opinião dos inquiridos os principais obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável são: a resistência à mudança, a rigidez na estrutura organizacional, a ausência de planeamento estratégico, o fraco empenhamento por parte da comunidade académica e ainda a falta de recursos

financeiros. Os resultados respondem ao objetivo: que obstáculos poderão impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável, preconizado na página 4.

Estes resultados são consistentes com os de Santos (2017). Segundo esta autora, constituem obstáculos ou barreiras às ações para a sustentabilidade nas IES, entre outros, a ambiguidade e a complexidade do conceito de sustentabilidade, a falta de recursos financeiros e financiamento, a resistência à mudança, a rigidez da estrutura organizacional, a falta de compromisso, empenho, consciencialização, interesse e envolvimento de professores, estudantes, funcionários, gestores e formuladores de políticas e a falta de formação em sustentabilidade.

Segue-se a Tabela 5.13 com os resultados sobre os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos.

Tabela 5.13 Os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
Na sua opinião, quais os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos?	Captação de recursos e financiamento	342	18,0%	73,4%
	Atração de estudantes nacionais e estrangeiros	174	9,1%	37,3%
	Transferência de conhecimento	73	3,8%	15,7%
	Internacionalização	67	3,5%	14,4%
	Autonomia	87	4,6%	18,7%
	Investimento em I&D	208	10,9%	44,6%
	Resposta às necessidades do mercado	155	8,1%	33,3%
	Motivação de recursos humanos	272	14,3%	58,4%
	Planeamento estratégico de longo prazo	187	9,8%	40,1%
	Qualificação do pessoal	135	7,1%	29,0%
	Progressão na carreira	202	10,6%	43,3%
	Outros	2	0,1%	0,4%
Total		1904	100,0%	408,6%

Os *stakeholders* inquiridos manifestam que os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos prendem-se, fundamentalmente, com a captação

de recursos e financiamento, seguindo-se a motivação dos recursos humanos, o investimento em I&D e a progressão na carreira. Estas respostas são coerentes, na medida em que a dificuldade de captação de recursos e financiamento pode levar à dificuldade de investimento em I&D e à possibilidade de progressão na carreira. O resultado dá resposta ao objetivo: Que problemas poderá enfrentar a UAlg nos próximos 10 anos, preconizado na página 4.

Estes resultados diferem dos de Santos (2017), uma vez que as respostas dos *stakeholders* da UAlg apontam, sobretudo, para dificuldades de financiamento. No seu estudo, a autora colocou uma questão semelhante a quatro IES portuguesas tendo obtido os seguintes resultados: captação de recursos e financiamento, atração de estudantes nacionais e internacionais, transferência de conhecimento, qualidade e internacionalização.

A questão 7, que inicia a parte II do questionário, pretende aferir a perceção dos inquiridos relativamente ao estado de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg, o que corresponde ao último objetivo identificado na página 4. Esta questão é constituída por 72 variáveis (proposições) medidas numa escala de Likert de cinco níveis, em que 1 significa que as práticas nunca foram implementadas, 2 foram implementadas poucas vezes, 3 algumas vezes, 4 muitas vezes e 5 foram sempre implementadas, tendo ainda sido considerada a possibilidade do inquirido desconhecer a resposta, tendo como opção de resposta “Não sabe.” As práticas estão agrupadas nas quatro dimensões da sustentabilidade consideradas e justificadas pela revisão da literatura, nomeadamente: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política.

As variáveis em análise são de natureza qualitativa ordinal. Contudo, à semelhança de muitos outros estudos com variáveis de características e objetivos semelhantes, efetuou-se o cálculo da média aritmética e do desvio-padrão, como se se tratasse de variáveis quantitativas intervalares⁵¹. No entanto, apresentam-se também as medidas descritivas adequadas a este tipo de variáveis, nomeadamente a mediana e a moda.

Para cada dimensão em estudo segue-se uma tabela, que contém a informação estatística acima referida, por forma a caracterizar a perceção global dos *stakeholders*

⁵¹ Este procedimento é baseado em bibliografia consultada sobre tratamento e análise de dados (*e.g.* Pestana e Gageiro, 2003, Vilares e Coelho, 2005) e ainda em muitos estudos realizados nos mais diversos âmbitos das ciências sociais nomeadamente, gestão, marketing, turismo, psicologia, sociologia.

relativamente à dimensão em análise. As tabelas de frequências relativas às respostas das questões de cada uma das dimensões encontra-se no Apendice 5.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 5.14, com a informação estatística relativa à dimensão ambiental.

Tabela 5.14 Dimensão ambiental

Questões	Respondentes						Valores omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert					Não sabe	
	N	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão		
Promove a construção de edifícios sustentáveis nos campi	380	2,27	2	2 (n=176)	0,915	89	46
Promove a conservação da biodiversidade nos <i>campi</i> e em seu redor	409	2,88	3	3 (n=142)	1,022	60	46
Dinamiza ações de voluntariado ambiental	409	2,89	3	3 (n=191)	0,827	60	46
Promove a separação e reencaminhamento de resíduos para a reciclagem (e.g., papel, plástico, metal, óleos, pilhas)	427	3,34	3	3 (n=136)	1,067	40	48
Desenvolve planos para reduzir a produção de resíduos (por exemplo, papel, plástico, metal, óleos, pilhas)	398	2,91	3	3 (n=143)	1,04	69	48
Promove a reutilização dos materiais	380	2,75	3	3 (n=135)	1,05	85	50
Promove práticas para a redução do consumo de água (por exemplo, torneiras com temporizador, autoclismos com redução de água, aproveitamento água pluvial)	417	2,39	2	2 (n=153)	1,151	50	48
Utiliza equipamentos para a geração de energias renováveis (por exemplo, solar, eólica, das ondas)	365	2,42	2	2 (n=149)	1,108	102	48
Utiliza equipamentos eficientes do ponto de vista energético (por exemplo, aquecedores eficientes, painéis solares, lâmpadas economizadoras)	381	2,47	2	2 (n=159)	1,035	86	48
Promove práticas para a redução da emissão dos gases com efeito de estufa	343	2,25	2	2 (n=127)	1,073	125	47
Incentiva o uso de transportes sustentáveis nas deslocações para os <i>campi</i> (por exemplo, bicicleta, transportes públicos, veículos elétricos)	438	3,12	3	3 (n=144)	1,035	26	51

1-Nunca; 2-Poucas vezes; 3-Algumas vezes; 4-Muitas vezes; 5-Sempre

Tendo em conta a dimensão da amostra (n=515), uma primeira constatação nesta análise é a ausência de respostas a muitas práticas por parte dos respondentes. Para além dos casos omissos, muitos respondentes escolheram a opção de resposta “Não sabe”. Esta opção pode significar que o tema da sustentabilidade, sendo um tema relativamente recente nas IES, ainda é pouco conhecido para alguns *stakeholders*, razão pela qual se abstêm de emitir opinião, ou desconhecem por completo, o estado de implementação das práticas em causa.

Em síntese, os *stakeholders* da UAlg têm a perceção de que as práticas que esta instituição promove no alcance da sustentabilidade ambiental, ainda que só **algumas vezes**, prendem-se, fundamentalmente, com a separação, reutilização e redução dos resíduos, com a utilização de transportes sustentáveis, com a conservação da biodiversidade e com ações de voluntariado ambiental.

Desta forma responde-se ao objetivo específico: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na UAlg na dimensão ambiental, preconizado na página 4.

Segundo Lukman, Krajnc e Glavic (2010) as implicações ambientais não têm merecido muita preocupação por parte das IES, no entanto algumas destas instituições já demonstram preocupação em controlar a sua pegada ecológica. Santos (2017) considera que há ainda muito a ser feito no que respeita às práticas de desenvolvimento sustentável na dimensão ambiental e que as IES começam a demonstrar essa preocupação implementando a separação do desperdício, a sua redução e reciclagem.

Metodologia semelhante é utilizada para análise às respostas das questões da dimensão económica. Apresentam-se os resultados na Tabela 5.15.

Tabela 5.15 Dimensão económica

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 em escala de Likert						
	N	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão	Não sabe	
Apresenta preocupações com o seu desempenho económico	407	3,83	4	4 (n=173)	0,971	61	47
Desenvolve planos para melhorar a eficiência energética	336	2,81	3	3 (n=151)	0,876	131	48
Promove a gestão e a melhoria dos processos	367	2,85	3	3 (n=166)	0,929	97	51
Concorre a projetos nacionais e internacionais para o seu autofinanciamento	349	3,48	4	4 (n=145)	0,908	117	49
Promove prestações de serviços à comunidade	407	3,29	3	3 (n=148)	0,954	58	50
Promove a aquisição de produtos alimentares a fornecedores locais e regionais	256	2,95	3	3 (n=83)	1,06	209	50
Promove constantemente a redução de custos no âmbito de toda a sua atividade	353	3,42	3	4 (n=110)	1,087	113	49
Beneficia de donativos e de fundos privados (por exemplo, <i>Alumni</i> , empresas, organizações)	258	2,71	3	2 (n=102)	0,927	208	49
Existe orçamento afeto às práticas promotoras do desenvolvimento sustentável	200	2,43	2	2 (n=85)	0,985	265	50

1-Nunca; 2-Poucas vezes; 3-Algumas vezes; 4-Muitas vezes; 5-Sempre

Como se pode observar na Tabela 5.15 a ausência de respostas no que concerne à dimensão económica ainda é superior ao caso da dimensão ambiental, o que pode ter significado idêntico, mas aqui com um número mais acentuado de inquiridos a manifestar desconhecimento.

Verifica-se que os inquiridos têm a perceção de que a UAlg **apresenta muitas vezes** preocupações com o seu desempenho económico e em obter meios para o seu autofinanciamento e **algumas vezes** preocupações com a redução de custos no âmbito da sua atividade, com a prestação de serviços à comunidade, com a melhoria e gestão dos processos e com a aquisição de produtos a fornecedores locais.

Assim, responde-se ao objetivo específico: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na UAlg na dimensão económica, apresentado na página 4.

Merece aqui lembrar que os resultados da análise exposta na subsecção 5.2.1 referentes à dimensão económica demonstram que, na realidade, a UAlg disponibiliza pouca informação sobre a temática da sustentabilidade.

Santos (2017) indica a preocupação das IES em implementarem práticas direcionadas para a redução de custos em todas as suas atividades, ou na promoção do autofinanciamento por meio de serviços à comunidade e por projetos nacionais e internacionais. Segundo esta autora as IES estão a tentar ultrapassar as dificuldades financeiras, optando por iniciativas tais como: implementar políticas de redução de custos nas suas atividades, incrementar e diversificar alternativas para assegurar a sustentabilidade económica, promover a angariação de fundos a nível nacional e internacional e competir com projetos de investigação.

No seguimento das análises anteriores e com a mesma metodologia, passa-se à análise das respostas às questões da dimensão social e cultural, que se apresenta na Tabela 5.16.

Tabela 5.16 Dimensão social e cultural

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert				Desvio-padrão	Não sabe	
	N	Média	Mediana	Moda			
Promove boas práticas na gestão de recursos humanos	368	2,65	3	3 (n=150)	0,91	95	52
Promove políticas promotoras da igualdade e da diversidade	375	3	3	3 (n=128)	1,091	87	53
Promove benefícios e incentivos aos colaboradores (por exemplo, as atividades do dia de aniversário)	332	2,08	2	1 (n=123)	1,087	132	51
Promove a conciliação entre a vida profissional e a pessoal	384	2,52	2	2 (n=138)	1,086	79	52
Promove sistemas de apoio à infância para filhos de colaboradores	274	2,15	2	2 (n=96)	1,081	188	53

(continuação da Tabela 5.16 Dimensão social e cultural)

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert				Desvio padrão	Não sabe	
	N	Média	Mediana	Moda			
Promove o desenvolvimento e a valorização pessoal e profissional dos colaboradores (por exemplo, formação profissional, formação académica)	389	2,81	3	2 (n=130)	1,085	73	53
Oferece serviços de refeitório e alimentação	423	4,24	5	5 (n=225)	1,005	35	57
Oferece serviços de residências de estudantes	417	3,98	4	4 (n=160)	0,929	43	55
Disponibiliza residências para docentes/investigadores	344	3,34	3	4 (n=104)	1,149	117	54
Apresenta programas de apoio e incentivo, financeiro e não financeiro a estudantes, para além dos convencionais	286	3,01	3	3 (n=110)	1,069	176	53
Apresenta serviços de saúde ocupacional (por exemplo, serviços médicos para toda a comunidade académica)	356	3,18	3	3 (n=95)	1,261	104	55
Promove iniciativas e atividades para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis	430	3,23	3	3 (n=159)	1,002	30	55
Oferece serviços de apoio pedagógico, psicológico, acolhimento e integração aos estudantes	398	3,59	4	3 (n=134)	0,986	61	56
Promove a empregabilidade e inserção no mercado de trabalho dos estudantes e diplomados (e.g. Portal de Emprego; Serviços-Gabinete de Estágios e Acompanhamento Profissional)	401	3,35	3	3 (n=136)	1,002	63	51
Promove ações formação em competências transversais para estudantes, não obrigatórias nos planos de estudos (<i>Soft skills</i>)	365	3,11	3	3 (n=123)	1,028	97	53
Dinamiza uma Rede de Antigos Estudantes (por exemplo, Rede <i>Alumni</i> ; Observatório Emprego; Observatório Inserção Profissional; Associação Antigos Estudantes)	378	3,47	4	4 (n=123)	1,043	84	53

(continuação da Tabela 5.16 Dimensão social e cultural)

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert					Desvio padrão	
	N	Média	Mediana	Moda			Não sabe
Promove a partilha de instalações, equipamentos e recursos humanos	392	3,13	3	3 (n=123)	1,102	66	57
Promove iniciativas de carácter cultural ou científico direccionado para a comunidade externa (por exemplo, dia aberto, semana do emprego, semana da ciência)	439	3,82	4	4 (n=160)	0,979	22	54
Desenvolve e participa em ações recreativas, culturais ou desportivas (por exemplo, eventos desportivos, concertos)	414	3,51	4	4 (n=157)	0,907	46	55
Desenvolve a promoção do património cultural e artístico	393	3,27	3	3 (n=136)	0,966	65	57
Desenvolve preocupações e iniciativas para a inclusão social	359	3,07	3	3 (n=134)	1	100	56
Promove iniciativas de solidariedade social	365	3,1	3	3 (n=139)	0,957	94	56
Disponibiliza acessos e instalações adequadas a pessoas com deficiência	412	3,1	3	3 (n=130)	1,059	49	54

1-Nunca; 2-Poucas vezes; 3-Algumas vezes; 4-Muitas vezes; 5-Sempre

A Tabela 5.16 mostra que também na dimensão social e cultural um número relativamente expressivo de respondentes se abstém de responder nas várias práticas.

Verifica-se que os respondentes têm a perceção que a UAAlg implementa **muitas vezes** práticas relacionadas com o apoio à comunidade académica no que respeita à alimentação e ao alojamento; à comunidade externa com iniciativas de carácter cultural ou científico; aos estudantes em questões de carácter pedagógico, psicológico, acolhimento e integração; e ainda dinamiza a ligação com os Antigos Estudantes.

Os stakeholders têm também a perceção que a UAAlg promove **algumas vezes** práticas essencialmente relacionadas com: a inserção no mercado de trabalho de estudantes e diplomados; alojamento para docentes/investigadores; o património cultural e artístico; serviços de saúde ocupacional e estilos de vida saudáveis; acessibilidade a pessoas com

deficiência; apoio financeiro e não financeiro a estudantes; partilha de instalações, equipamentos e recursos humanos; políticas de solidariedade e inclusão social, igualdade e diversidade; e valorização pessoal e profissional dos colaboradores.

Responde-se, assim ao objetivo específico: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na UAIG na dimensão social e cultural, preconizado na página 4.

Em Santos (2017) verifica-se um resultado um pouco diferente pois as práticas relacionadas com a dimensão social e cultural são positivas, centrando-se na implementação da gestão e valorização dos recursos humanos e nos serviços (sociais, culturais e recreativos) que as IES põem à disposição da comunidade académica e das comunidades envolventes.

Por fim, e com base na mesma metodologia, passa-se à análise das respostas às questões da dimensão institucional, educacional e política, que se apresenta na Tabela 5.17.

Tabela 5.17 Dimensão institucional, educacional e política

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert						
	N	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Não sabe	
As questões do desenvolvimento sustentável estão incluídas na missão, visão e valores da UAIG	353	3,3	3	3 (n=155)	0,944	105	57
Os planos estratégicos e objetivos incluem preocupações com o desenvolvimento sustentável	342	3,21	3	3 (n=146)	0,962	5	168
Publica relatórios de sustentabilidade	245	2,44	2	2 (n=94)	1,11	215	55
Comunica as atividades de desenvolvimento sustentável	324	2,75	3	3 (n=113)	1,031	133	58
Apresenta preocupações para com as questões éticas (por exemplo, código de ética ou código de conduta, comissão de ética)	361	3,12	3	3 (n=114)	1,127	95	59
Promove a formação dos professores na área do desenvolvimento sustentável	449	2,9	3	4 (n=195)	1,209	10	56

Desenvolve cursos em parceria com outras instituições de ensino na área do desenvolvimento sustentável	263	2,49	2	2 (n=105)	1,03	197	55
--	-----	------	---	--------------	------	-----	----

(continuação da Tabela 5.17 Dimensão institucional, educacional e política)

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert						
	N	Mé- dia	Me- diana	Moda	Desvio padrão	Não sabe	
Existem unidades curriculares optativas em desenvolvimento sustentável em todos os cursos	258	2,14	2	2 (n=92)	1,08	198	59
Existem unidades curriculares obrigatórias em desenvolvimento sustentável em alguns cursos	256	2,61	2	2 (n=87)	1,16	199	60
Existem licenciaturas na área do desenvolvimento sustentável	266	2,37	2	1 (n=79)	1,21	193	56
Existem pós-graduações, mestrados ou doutoramentos na área do desenvolvimento sustentável	274	2,73	3	2 (n=83)	1,177	184	57
Suscita o desenvolvimento do pensamento sistémico e holístico no ensino e investigação	340	2,75	3	3 (n=111)	1,121	115	60
Possibilita aos estudantes, professores e funcionários desenvolverem programas de intercâmbio no domínio do desenvolvimento sustentável	286	2,81	3	2 (n=91)	1,106	173	56
Existe uma unidade/centro de investigação em desenvolvimento sustentável	216	2,55	3	1 (n=65)	1,314	241	58
Existem unidades/centros de investigação de cariz transdisciplinar	333	3,41	3	4 (n=110)	1,063	124	58
Apresenta publicações científicas na área do desenvolvimento sustentável	283	3,24	3	3 (n=106)	1,007	172	60
Promove seminários ou workshops em desenvolvimento sustentável	323	2,88	3	3 (n=117)	1,027	136	56
Existe uma estrutura multidisciplinar para promover a investigação e a educação em sustentabilidade	244	2,68	3	3 (n=79)	1,17	213	58
Desenvolve projeto de I&D em desenvolvimento sustentável	253	2,98	3	3 (n=94)	1,058	198	64

Promove o desenvolvimento de tecnologias e registro de patentes na área do desenvolvimento sustentável)	223	2,79	3	3 (n=73)	1,113	234	58
---	-----	------	---	-------------	-------	-----	----

(continuação da Tabela 5.17 Dimensão institucional, educacional e política)

Questões	Respondentes						Valores Omissos
	de níveis de 1 a 5 da escala de Likert						
	N	Mé- dia	Mediana	Moda	Desvio padrão	Não sabe	
Promove a transferência de tecnologia, inovação e conhecimento (por exemplo, patentes, criação de empresas)	306	3,13	3	3 (n=116)	1,071	147	62
Integra redes nacionais e/ou internacionais para o desenvolvimento sustentável	230	3,13	3	3 (n=90)	1,039	228	57
Apresenta no seu organograma um departamento responsável pelo desenvolvimento sustentável	207	2,14	2	1 (n=88)	1,211	249	59
Apresenta no seu organograma recursos humanos afetos às funções de promoção do desenvolvimento sustentável	202	2,2	2	1 (n=77)	1,201	253	60
Promove a participação de estudantes em atividades de desenvolvimento sustentável nos campi	306	2,7	3	2 (n=118)	1,029	148	61
Promove a participação dos colaboradores (docentes e não docentes) em atividades de desenvolvimento sustentável nos campi	302	2,56	2	2 (n=118)	1,038	153	60
O desenvolvimento sustentável é considerado nos procedimentos de qualidade e avaliação da instituição	245	2,66	3	3 (n=80)	1,122	212	58
Desenvolve projetos em parceria com outras instituições de ensino superior na área do desenvolvimento sustentável	218	2,83	3	3 (n=81)	1,036	235	62
Desenvolve parcerias formais ao nível regional, nacional ou internacional com vista a promover o desenvolvimento sustentável	228	2,9	3	3 (n=93)	0,99	227	60

1-Nunca; 2-Poucas vezes; 3-Algumas vezes; 4-Muitas vezes; 5-Sempre

No Tabela 5.17 pode ver-se que se mantém a ausência de respostas em muitas variáveis que constituem a dimensão institucional, educacional e política; contudo, neste caso, verifica-se que o número de inquiridos a manifestar desconhecimento é mais elevado do que nos casos anteriores.

Uma possível explicação para esta situação já foi dada para as dimensões anteriores: o tema da sustentabilidade nas IES é um tema relativamente recente não sendo, ainda, do conhecimento dos inquiridos ou o desconhecimento total do estado de implementação da prática em causa.

Sintetizando, os *stakeholders* que colaboraram no estudo têm a percepção de que a UAlg implementa **algumas vezes** práticas que demonstram a forma como a instituição se preocupa com as questões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente: incluindo essas questões na sua missão, visão e valores bem como nos planos estratégicos e objetivos; apresentando produção científica na área, promovendo a transferência de tecnologia, inovação e conhecimento, integrando redes nacionais/internacionais e desenvolvendo projetos de I&D em desenvolvimento sustentável; incluindo preocupações com as questões de natureza ética; promovendo a formação dos professores e organizando seminários ou workshops em desenvolvimento sustentável; desenvolvendo projetos em parceria com outras IES; possibilitando aos estudantes, professores e funcionários desenvolverem programas de intercâmbio na área do desenvolvimento sustentável; promovendo o desenvolvimento do pensamento sistémico e holístico no ensino e investigação; e comunicando as atividades de desenvolvimento sustentável.

Desta forma dá-se resposta ao objetivo específico: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na UAlg na dimensão institucional, educacional e política, apresentado na página 4.

A análise efetuada e os resultados obtidos permitem responder ao objetivo específico preconizado na página 4, ou seja, conhecer: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas diferentes dimensões: ambiental; económico; social e cultural; e instrucional, educacional e política.

A análise efetuada e os resultados obtidos permitem responder ao objetivo específico preconizado na página 4, ou seja, conhecer: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas diferentes dimensões: ambiental; económico; social e cultural; e instrucional, educacional e política.

Em Santos (2017), a dimensão educacional, institucional e política revela que as IES procuram iniciar o desenvolvimento sustentável melhorando a forma de comunicar e

incluindo na sua missão, visão e valores, planos estratégicos e objetivos, atividades de desenvolvimento sustentável e questões éticas.

A análise efetuada e os resultados obtidos permitem responder ao objetivo específico preconizado na página 4, ou seja, conhecer: Qual o grau de implementação de práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg nas diferentes dimensões: ambiental; económico; social e cultural; e instrucional, educacional e política.

As análises realizadas às parte I e II do questionário permitem responder à pergunta 2 da investigação, que pretendia conhecer a perceção dos stakeholders da UAlg relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade nesta Instituição de Ensino Superior.

Antes de terminar este capítulo, impõe-se ainda que se apresente algumas considerações sobre o confronto dos resultados obtidos nas duas etapas da investigação empírica que pretendiam dar resposta às perguntas da investigação.

A comparação dos resultados torna-se um pouco difícil, o que era exetável à partida, na medida em que as metodologias utilizadas nas duas etapas são diferentes. Contudo, é possível constatar que em alguns casos a perceção dos *stakeholders* da UAlg se aproxima da realidade, ou seja, das práticas sustentáveis que a instituição está a promover; provavelmente será o caso de membros da UAlg que têm conhecimentos sobre a temática em causa e que melhor conhecem a sua realidade.

Nos outros casos, a perceção dos respondentes está afastada da realidade e mesmo muitos não respondem, optando pela resposta “Não sabe”. Uma possível justificação para este facto já foi avançada quando da análise dos resultados – a ausência de conhecimento sobre as questões ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, ou o desconhecimento total da prática em causa.

No entanto, pode avançar-se ainda outra possível explicação, que tem a ver com o facto da UAlg não divulgar informação suficiente sobre a sustentabilidade da instituição (alguns inquiridos informaram nos próprios questionários que a UAlg não disponibilizava informação sobre aqueles assuntos).

Sugere-se, assim, que a Universidade do Algarve divulgue com regularidade informação sobre as práticas que promove, ou que pensa promover, sobre Desenvolvimento Sustentável no caminho para a Sustentabilidade.

Capítulo 6. CONCLUSÕES

A primeira ordem de conclusões que este trabalho permite retirar prende-se com a dinâmica contemporânea das investigações e reflexões acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Embora os estudos sobre o tema sejam relativamente recentes, constata-se que o mesmo vem ganhando relevância a nível internacional e mais recentemente também a nível nacional. A revisão da literatura mais recente permitiu desde logo concluir que a produção científica sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior apresenta já uma expressão significativa, sobretudo a nível internacional. No entanto, em Portugal essa expressão é ainda relativamente reduzida.

A segunda ordem de conclusões desta investigação prende-se com o estado atual das práticas sustentáveis que a Universidade do Algarve está a promover. Como já foi mencionado, a informação documental foi selecionada e analisada com base nas quatro dimensões da sustentabilidade que são consensuais na literatura: ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política.

No que diz respeito à Dimensão Ambiental, concluiu-se que a UAlg tem vindo a implementar diversas práticas de desenvolvimento sustentável nos seus *campi*, nomeadamente, as operações nos *campi*, a implementação de *campi green*, o envolvimento e partilha de informação através de redes de contactos e políticas de promoção da sustentabilidade.

Relativamente à Dimensão Económica, esta investigação pode concluir que embora a UAlg tenha atividades nos domínios do planeamento e da administração, não existe informação suficiente para que se possam tirar conclusões relativamente à sustentabilidade.

No que diz respeito à Dimensão Social e Cultural, a UAlg implementa um conjunto de práticas que podem ser reunidas em quatro grandes categorias: o envolvimento nos *campi*, o envolvimento na comunidade, a cultura e o património e as atividades culturais.

Na Dimensão Educacional, Institucional e Política, as práticas que a UAlg implementa podem ser agrupadas fundamentalmente em duas categorias: educação e política e estratégia institucional.

A análise realizada revela que, por um lado, é na dimensão educacional, institucional e política que as práticas de sustentabilidade da UAlg têm maior ênfase, traduzindo-se, conseqüentemente, em ações relacionadas com a visão, valores, estratégia, transparência na governança, compromissos éticos, declarações e parcerias, educação, pesquisa e atividades universitárias. Por outro lado, constata-se que no que diz respeito à dimensão económica não existe informação suficiente sobre práticas no âmbito da sustentabilidade, pelo que esta dimensão deverá, no futuro, ser alvo de mais atenção por parte da UAlg, nomeadamente nas práticas relacionadas com o impacto económico direto e com a sustentabilidade financeira da instituição.

A terceira ordem de conclusões que esta pesquisa permite retirar está intimamente ligada aos resultados do inquérito por questionário implementado junto dos *stakeholders* da UAlg: os membros da comunidade académica, nomeadamente, investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, bem como, as entidades externas relacionadas com esta instituição. Desta forma, foi possível concluir que os inquiridos:

- associam a ideia de sustentabilidade aos aspetos ambientais e económicos e consideram que uma “universidade sustentável” significa uma universidade “amiga do ambiente”;
- consideram que a Universidade do Algarve pode contribuir para o desenvolvimento sustentável através da integração deste conceito no ensino e na investigação, realizando ações que promovam o desenvolvimento sustentável nos seus *campi* e incentivando a participação da comunidade académica e entidades externas nas suas atividades;
- entendem que os principais fatores que podem vir a potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg são os seguintes: dispor de recursos e financiamento suficientes, um planeamento estratégico de longo prazo, o ensino sobre o tema do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos vários graus de ensino e a existência de *campi* mais “verdes”;
- assumem que os principais obstáculos com que a UAlg se confronta na implementação de práticas de desenvolvimento sustentável são: a resistência à mudança, a rigidez na estrutura organizacional, a ausência de planeamento estratégico, o fraco empenhamento por parte da comunidade académica e ainda a falta de recursos financeiros;

- consideram que os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos prendem-se, fundamentalmente, com a captação de recursos e financiamento, a motivação dos recursos humanos, o investimento em I&D e a progressão na carreira.

Esta investigação permitiu ainda tirar um conjunto de conclusões acerca da perceção dos *stakeholders* sobre o estado de implementação das práticas promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade na UAlg.

Neste sentido, relativamente à Dimensão Ambiental, os inquiridos consideram que as práticas da UAlg se prendem, fundamentalmente, com a separação, reutilização e redução dos resíduos, com a utilização de transportes sustentáveis, com a conservação da biodiversidade e com ações de voluntariado ambiental.

No que diz respeito à Dimensão Económica, na perceção dos inquiridos a Universidade apresenta fortes preocupações com o seu desempenho económico e na obtenção de meios de autofinanciamento. É necessário sublinhar que esta perceção é pouco consistente com a realidade uma vez que a UAlg disponibiliza pouca informação sobre a temática da sustentabilidade referente à dimensão económica.

Relativamente à Dimensão Social e Cultural, na visão dos inquiridos, a UAlg implementa efetivamente práticas relacionadas com o apoio à comunidade académica no que respeita à alimentação e ao alojamento, à comunidade externa com iniciativas de carácter cultural ou científico, aos estudantes em questões de carácter pedagógico, psicológico, acolhimento e integração e dinamiza a ligação com os Antigos Estudantes. A Universidade implementa também, na opinião dos inquiridos, práticas como a inserção no mercado de trabalho dos estudantes e diplomados, o alojamento para docentes e investigadores, a defesa do património cultural e artístico, os serviços de saúde ocupacional e estilos de vida saudáveis, a acessibilidade de pessoas com deficiência, o apoio a estudantes carenciados, a partilha de instalações, equipamentos e recursos humanos, as políticas de solidariedade e inclusão social, igualdade e diversidade e a valorização pessoal e profissional dos colaboradores.

No que toca à Dimensão Institucional, Educacional e Política, os *stakeholders* da UAlg têm a perceção de que esta instituição se preocupa com as questões do desenvolvimento sustentável nomeadamente através da inclusão destas questões na sua missão, visão e valores, nos seus planos estratégicos e objetivos, na produção científica na área, na

transferência de tecnologia e conhecimento, na participação em redes nacionais e internacionais, nas preocupações éticas, na formação de professores, na organização de seminários e *workshops* sobre desenvolvimento sustentável, na parceria com outras IES, no estímulo de estudantes, professores e funcionários a realizarem programas de intercâmbio na área do desenvolvimento sustentável, bem como na promoção do pensamento sistémico e holístico.

Nalguns casos, a perceção dos *stakeholders* da UAlg aproxima-se da realidade, ou seja, das práticas sustentáveis efetivas que a instituição está a promover, noutros casos, a perceção dos respondentes está distante da realidade, facto que pode ficar a dever-se à falta de conhecimentos sobre estas questões.

Refletindo sobre este trabalho como um todo, assume-se que o mesmo atingiu os objetivos propostos. Contudo, este, como todos, tem limitações que poderão ser colmatadas em futuras investigações. A principal limitação sentida foi o facto de não ter sido possível recorrer a técnicas estatísticas mais robustas que permitissem tirar conclusões mais resumidas e pertinentes. Tal limitação resultou do facto de, nas respostas aos questionários, muitos inquiridos terem escolhido a opção “Não sabe”. Embora com significado, esta limitação dificultou a utilização de técnicas de análise estatística bivariada e multivariada. Uma forma de colmatar esta dificuldade pode passar pela construção de um questionário de raiz sustentado na literatura e também em entrevistas ou reuniões *focus group*.

Uma outra explicação possível para a limitação sentida pode estar relacionada com o facto da UAlg não divulgar informação suficiente sobre as questões ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável da instituição, pelo que se sugere que a Universidade do Algarve passe a divulgar regularmente informação sobre as práticas que promove, ou que pensa promover em termos de sustentabilidade.

Tendo em conta os conhecimentos adquiridos durante a realização da investigação aqui apresentada, bem como os obstáculos e limitações que foram sendo sentidos, a autora destas linhas tem como próximos objetivos a prossecução da pesquisa na área da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior. Será um pequeno contributo para que o mundo fique, para as gerações futuras, melhor do que foi para as gerações passadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, C. A. (2013) Sustainability reporting and performance management in universities: Challenges and benefits, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 4 (3) 384-392. Doi: 10.1108/SAMPJ-12-2012-0044. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SAMPJ-12-2012-0044/full/html> (Acedido em: 2 de julho de 2020).

Adams, C. A. e G. R. Frost (2008) Integrating sustainability reporting into management practices, *Accounting Forum*, Elsevier, 32 (4), 288-302. DOI: [10.1016/j.acfor.2008.05.002](https://doi.org/10.1016/j.acfor.2008.05.002) (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Aleixo, A. M., Azeiteiro, U. M. e Leal, S. (2016) Toward Sustainability Through Higher Education: Sustainable Development Incorporation in Portuguese Higher Education Institutions. In J.P. Davim and W. Leal Filho (Eds.), *Challenges in Higher Education for Sustainability*, in the series: *Management and Industrial Engineering*, Switzerland: Springer, 7, 159-187, DOI 10.1007/978-3-319-23705-3_7. Disponível em https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-23705-3_7 (Acedido em: 1 de junho de 2020).

Aleixo, A. M., Leal, S., Azeiteiro, U. M. (2018) Conceptualizations of Sustainability in Portuguese Higher Education: Roles, Barriers and Challenges toward Sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 172, 1664–1673. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652616318443?via%3Dihub> (Acedido em: 1 de junho de 2020).

Almeida, A. M. M., Marimon, F., Casani, F. e Pomedá, R. J. (2014) Diffusion of Sustainability reporting in universities: Current situation and future perspectives, *Journal of Cleaner Production*, 106, 144–154. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652614001498?via%3Dihub> (Acedido em: 3 de junho de 2020).

Almeida, L. e Silva, G. (2017) Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Sustentável: Uma proposta de Indicadores de Sustentabilidade, Conference Paper, *Anais do IX Seminário de Pesquisa Interdisciplinar*, Universidade Federal de Tocantins, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327546666_Instituicoes_de_Ensino_Superior_e_Developimento_Sustentavel_Uma_proposta_de_Indicadores_de_Sustentabilidade (Acedido em: 8 de junho de 2020).

Alonso-Almeida, M. M., Marimon, F., Casani, F. e Rodriguez-Pomedá, J. (2015) Diffusion of sustainability reporting universities: current situation and future perspectives, *Journal of Cleaner Production*, 106, 144-154. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.02.008> (Acedido em: 15 de fevereiro de 2020).

Alshuwaikhat, H. M. e Abubakar, I. (2008) An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices, *Journal of Cleaner Production*, 16, 1777-1785. Doi: 10.1016/j.jclepro.2007.12.002. Disponível em: https://www.academia.edu/15015449/An_integrated_approach_to_achieving_campus_sustainability_assessment_of_the_current_campus_environmental_management_practices (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Amaral, L. P., Martins, N. e Gouveia, J. B. (2015) Quest for a sustainable university: a review, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16 (2), 155-172. DOI: 10.1108/IJSHE-02-2013-0017 (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Araújo, G. C., Bueno, M. P., Sousa, A. A. e Mendonça, P. S. M. (2006) Sustentabilidade Empresarial: Conceitos e Indicadores, *Anais do Convibra*, 3 (Congresso Virtual Brasileiro de Administração). Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/66638143/sustentabilidade-empresarial-conceito-e-indicadores> (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Assembleia Geral das Nações Unidas (2002) *Resolução 57/254*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8074-resolu%C3%A7%C3%A3o-da-onu.html> (Acedido em: 22 de abril de 2020).

Associação das Universidades do Canadá, Associação Internacional das Universidades e Universidade das Nações Unidas, (1991) *Declaração de Halifax*, Halifax, Canadá. Disponível em: https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/rfl_727_hali-fax_2001.pdf (Acedido em: 2 de março de 2020).

Associação Internacional das Universidades Disponível em: <https://iau-aiu.net/> (Acedido em: 27 de abril de 2020).

Association of Commonwealth Universities (1993) *Swansea Declaration*, Fifteenth Quinquennial Conference, University of Wales, Swansea, Wales. Disponível em: https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/the_swansea_declaration.pdf (Acedido em: 2 de março de 2020).

Association of European Universities (1993) *Programa COPERNICUS, Guidelines for Sustainable Development in the European Higher Education Area: How to incorporate the principles of sustainable development into the Bologna Process*. Disponível em: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/esd/information/COPERNICUS%20Guidelines.pdf> (Acedido em: 26 de abril de 2020).

Association of University Leaders for a Sustainable Future (2020) Talloires Declaration Signatories List. Disponível em: <http://ulsf.org/96-2/#Portugal> (Acedido em: 1 de junho de 2020).

Barbieri, J. C. e Silva, D. (2011) Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios, *REV. ADM. MACKENZIE*, 12, (3), Edição Especial, São Paulo, Mai/Jun, 51-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf> (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Bardin, L. (2016) *Análise de Conteúdo*, 3ª reimp., da 1ª edição 2016, Edições 70, Almedina Brasil

Barkemeyer, R., Holt, D., Preuss, L. e Tsang, S. (2011) What Happened to the “Development” in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades After Brundtland, *Sustainable Development*. Disponível em: DOI:10.1002/sd. 521 (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Barth, M. e Rieckmann, M. (2012) Academic Staff Development as a Catalyst of Curriculum Change Towards Education for Sustainable Development: An Output Perspective,

Journal of Cleaner Production, 26 (1), 28-36. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221959999_Academic_staff_development_as_a_catalyst_for_curriculum_change_towards_education_for_sustainable_development_An_output_perspective (Acedido em: 2 de junho de 2020).

Bell, S. e Morse, S. (2008) *Sustainability Indicators. Measuring the Immeasurable?* Second edition, London, Earthscan Publications.

Bizerril, M. X. A., Rosa, M. J. e Carvalho, T. (2018) Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa, *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, 23 (2), Sorocaba. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772018000200009>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200424 (Acedido em: 5 de maio de 2020).

Business Council for Sustainable Development Portugal (s/d) *As dimensões da sustentabilidade*. Disponível em: <https://www.bcsdportugal.org/sustentabilidade/sustentabilidade#> (Acedido em: 22 de fevereiro de 2020).

Caiado, R. G., Filho, W. L., Quelhas, O. G., Nascimento, D. N. e Avila, L.V. (2018) A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals, *Journal of Cleaner Production*, 198, 1276-1288. Disponível em: [10.1016/j.jclepro.2018.07.102](https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.102) (Acedido em: 15 de fevereiro de 2020).

Campello, L. G. B. e Silveira, V. O. (2016) Educação para o desenvolvimento sustentável (eds) e o greening das universidades, *Revista Thesis Juris – RTJ*, São Paulo, e ISSN 2317-3580, 5 (2), 549-572. Disponível em: <http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/464/pdf> (Acedido em: 29 de abril de 2020).

Centro Europeu da Universidade de Tufts (1990) *Declaração de Talloires*, Talloires, França. Disponível em: <http://ulsf.org/talloires-declaration/> (Acedido em: 2 de março de 2020).

Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2019). Disponível em: <https://un-ric.org/pt/historia-da-onu/> (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Ceulemans, K., Molderez, I. e Van, L. L. (2014) Sustainability reporting in higher education: a comprehensive review of the recent literature and paths for further research, *Journal of Cleaner Production*, 106, 127-143. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281703835_Sustainability_Reporting_in_Higher_Education_Interconnecting_the_Reporting_Process_and_Organisational_Change_Management_for_Sustainability (Acedido em: 16 de fevereiro de 2020).

Ceulemans, K., Molderez, I. e Van L. L. (2015) Sustainability Reporting in Higher Education: A Comprehensive Review of the Recent Literature and Paths for Further Research, *Journal of Cleaner Production*, 106,127-143. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.052> (Acedido em: 9 de junho de 2020).

Chauí, M. (2003) A universidade pública sob nova perspectiva, *Revista Brasileira de Educação*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 24, 5-15 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> (Acedido em: 7 de maio de 2020).

Christie, B. A., Miller, K. K., Cooke, R. e White, J. G. (2015) Environmental sustainability in higher education: What do academics think?, *Environmental Education Research*, 21 (5), 655-686. Doi: 10.1080/13504622.2013.879697 (Acedido em: 10 de maio de 2020).

Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002) *Declaração de Joanesburgo*. Disponível em: https://apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/2002_Declaracao_Joanesburgo.pdf (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Coelho, P., Mascarenhas, A., Vaz, P., Dorés, A. e Ramos, T. B. (2010) A Framework for regional assessment: developing indicators for a Portuguese region, *Sustainable Development*, 18, 211-219. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.488> (Acedido em: 16 de fevereiro de 2020).

Comissão da Carta da Terra (2000) *Carta da Terra*. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Comissão das Comunidades Europeias (2005) Recomendação da Comissão de 15 de Fevereiro de 2005 relativa ao papel dos administradores não executivos ou membros do conselho de supervisão de sociedades cotadas e aos comités do conselho de administração ou de supervisão, *Jornal Oficial da União Europeia*, 52-63. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:052:0051:0063:PT:PDF> (Acedido em: 29 de junho de 2020).

Comissão do Desenvolvimento Sustentável, do Ambiente, da Política Energética, da Investigação, da Inovação e da Tecnologia (2017) *Documento de trabalho. Sobre a aplicação eficaz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a nível local*, Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, EuroLat, 1-8. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/eual/dt/1124/1124542/1124542pt.pdf (Acedido em: 2 de julho de 2020).

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) *Nosso futuro comum*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf (Acedido em: 7 de fevereiro de 2020).

Comitê Paulista para a Década da Cultura e da Paz – Um Programa da UNESCO 2001-2010 (s/d) *Declaração Ubuntu Sobre Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável*, Joanesburgo, África do Sul. Disponível em: http://www.comite-paz.org.br/Dec_Ubuntu.htm (Acedido em: 2 de março de 2020).

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) *Sobre a Rio+20*. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) *Declaração do Rio*. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013 (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) *Agenda 21*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> (Acedido em: 9 de fevereiro de 2020).

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, Estocolmo. Disponível em: http://apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf (Acedido em: 7 de fevereiro de 2020).

Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (s/d). Disponível em: <https://ccisp.pt/pt/o-ccisp/> (Acedido em: 1 de maio de 2020).

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (s/d) Disponível em: <http://www.crup.pt/quem-somos/> (acedido em 1 de maio de 2020).

Constituição da República Portuguesa (2020). Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202006090129/128030/diploma/indice> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Cooper, S. M. e D. L. Owen (2007) Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link, *Accounting, Organizations and Society*, 32, (7 e 8), 649-667. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-ate-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-ate-aqui.pdf (Acedido em: 11 de janeiro de 2020).

Cordani, U. G. (1995) As Ciências da Terra e a mundialização das sociedades, *Estudos Avançados*, 9 (25) São Paulo set./dez. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300003> (Acedido em: 4 de janeiro de 2020).

Cortese, A. D. (2003) The critical role of higher education in creating a sustainable future, *Planning for Higher Education*, 31 (3), 15-22. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.739.3611&rep=rep1&type=pdf> (Acedido em: 5 de junho de 2020).

Costa, A. S., Nascimento, A. V., Cruz, Terra, L. L. e Siva, R. M. (2013) O uso do método de estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil, *InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto*, 4 (1), 49-69. Disponível em <file:///C:/Users/LENOVO/Downloads/59101-Texto%20do%20artigo-75920-1-10-20130722.pdf> (Acedido em: 19 de março de 2020).

Couto, A., Alves, M., Matos, A. e Carvalho, P. (2005) Universidade na Transição para a Sustentabilidade: Tendências, Estratégias e Práticas, *In III Seminário Internacional, Rede Alfa P Lan GIES*, Costa Rica, Universidade Nacional da Costa Rica. Disponível em: https://www.academia.edu/20803156/Universidade_na_transi%C3%A7%C3%A3o_para_a_Sustentabilidade_Tend%C3%Ancias_estrat%C3%A9gias_e_pr%C3%A1ticas (Acedido em: 15 de abril de 2020).

Cravo, R. N. (2018) *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos*, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35290> (Acedido em: 12 de janeiro de 2020).

Dagilienė, L. e V. Mykolaitienė (2015) Disclosure of social responsibility in annual performance reports of universities. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 213, 586-592. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000300667&lng=en&nrm=iso&tlng=pt (Acedido em: 18 de janeiro de 2020).

Davis, D. e Cosenza, R. (1988) *Business Research for Decision Making*, Boston: PWS-Kent Publishing Company.

Davis, G., O'Callaghan, F. e Knox, K. (2009) Sustainable attitudes and behaviours amongst a sample of non-academic staff: A case study from an Information Services Department, Griffith University, Brisbane, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 10 (2), 136- 151. Doi: 10.1108/14676370910945945 (Acedido em: 4 de maio de 2020).

Diário da República Eletrónico (1987) Lei n.º 11/87 Lei de Bases do Ambiente. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/666148/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2011%2F87> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República Eletrónico (1995) Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95, o Plano Nacional de Política do Ambiente. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/223580/details/maximized> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República Eletrónico (1997) Decreto-lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, Criação do Conselho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/195800/details/maximized> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República eletrónico (2002) Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/254185/details/maximized?perPage=100&anoDR=2002&types=SERIEI&search=Pesquisar> Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República eletrónico (2004) Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/219692/details/maximized> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República eletrónico (2005) Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de Junho. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/233728/details/maximized> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República Eletrónico (2007) Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime jurídico das instituições de ensino superior. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/640339/details/maximized> (Acedido em: 1 de junho de 2020).

Diário da República eletrónico (2007) Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007. Disponível em: http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ENDS-PIENDS_2015.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República Eletrónico (2009) Despacho n.º 25931/2009, Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/ened_2010_2015_publicada_dr_nov2009.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República eletrónico (2015) Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/69905665/details/maximized?serie=I&dreId=69905655> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Diário da República eletrónico (2018) Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/115698904/details/maximized> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Disterheft, A. (2015) Participatory Approaches, In Higher Education's Sustainability Practices: A Mixed-Methods Study Leading to a Proposal of a New Assessment Model, Tese de Doutoramento, não publicada, Universidade Aberta. Doi: <http://hdl.handle.net/10400.2/5171> Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5171> (Acedido em: 4 de janeiro de 2020).

Disterheft, A., Caeiro, S. S. S., Ramos, M. R. e Azeiteiro, U. M. M. (2012) Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions e Top-down versus participatory approaches, *Journal of Cleaner Production*, 31, 80-90. Disponível em: <https://isiarticles.com/bundles/Article/pre/pdf/6485.pdf> (Acedido em: 9 de maio de 2020) (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Disterheft, A., Caeiro, S., Azeiteiro, U. M. e Filho, L. W. (2015) Sustainable universities: a study of critical success factors for participatory approaches, *Journal of Cleaner Production*, 106, 11-21. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.01.030> (Acedido em: 1 de junho de 2020).

Disterheft, A., Caeiro, S., Azeiteiro, U. M. e Filho, L. W. (2013) Sustainability Science and Education for Sustainable Development in Universities: A Way for Transition, In S. Caeiro, W. Leal Filho, C. Jabbour & U. M. Azeiteiro (Eds.). *Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions: Mapping Trends and Good Practices Around the World*, Cardiff, UK: Springer International Publishing, 3-28.

Estatutos da UAlg (2008) Diário da República, 2.ª série — N.º 246 — 22 de Dezembro. Disponível em: https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/gaq/estatutos_ualg_2008_publicacao_diario_da_republica.pdf (Acedido em: janeiro de 2020).

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2009). Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-o-desenvolvimento> (Acedido em: 31 de julho de 2020).

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018-2022). Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/115698904/details/maximized> (Acedido em: 31 de julho de 2020).

Farinha, C., Azeiteiro, U., Caeiro, S. (2018) Education for sustainable development in Portuguese universities: The key actors' opinions, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 19, 912-941. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-09-2017-0168/full/html> (Acedido em: 15 de junho de 2020).

Farinha, C., Caeiro, S. e Azeiteiro, U. (2019), Sustainability Strategies in Portuguese Higher Education Institutions: Commitments and Practices from Internal Insights, Sustainability, *MDPI, Jornal de Acesso Aberto*, 11 (11), 1-25. Doi: [10.3390 / su11113227](https://doi.org/10.3390/su11113227). Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/gam/jsusta/v11y2019i11p3227-d238877.html> (Acedido em: 2 de fevereiro de 2020).

Feil, A. A. e Schreiber, D. (2017) Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de Seus Significados, *Cadernos EBAPE.BR*, 15 (3), 667-681. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157473> (Acedido em: 19 de fevereiro de 2020).

Fernandes, D. S. (2017) *Sustentabilidade: Métodos de Avaliação e Modelação de Informação das Cidades*, Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior de Engenharia do Porto. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11662/1/DM_DiogoFernandes_2017_MEC.pdf (Acedido em: 12 de fevereiro de 2020).

Ferrer-Balas, D., Adachi, J., Banas, S., Davidson, C., Hoshikoshi, A., Mishra, A. e Ostwald, M. (2008) An international comparative analysis of sustainability transformation across seven universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9, 295-316. Doi:10.1108/14676370810885907. Disponível em: <https://sedyono.files.wordpress.com/2015/10/ferrer-balas-comparative.pdf> (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Ferrer-Balas, D., Lozano, R., Huisingh, D., Buckland, H., Ysern, P. e Zilahy, G. (2010) Indo além da retórica: mudanças em todo o sistema nas universidades para sociedades sustentáveis. *Jornal da Produção Mais Limpa*, 18, 607-610. Doi: 10.1016/j.jclepro.2009.12.00. Disponível em: https://www.academia.edu/19563183/Going_beyond_the_rhetoric_system-wide_changes_in_universities_for_sustainable_societies (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Ferreira, M. J. e Campos, P. (2009) *O Inquérito Estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados. Um mundo para conhecer os números*, INE, ESTP and DREN, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/cmanso/ALEA/Dossier11.pdf> (Acedido em: 8 de maio de 2020).

Figueredo, F. R. e Tsarenko, Y. (2013) Is “being green” a determinant of participation in university sustainability initiatives?, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 14(3), 242-253. Doi: 10.1108/IJSHE-02-2011-0017 (Acedido em: 23 de junho de 2020).

Filho, W. L. (2010). Teaching sustainable development at university level: current trend and future needs. *Journal of Baltic Science Education*, 9 (4), 273-284. Disponível em: <http://www.scientiasocialis.lt/jbse/?q=node/206> (Acedido em: 23 de junho de 2020).

Filho, W. L. (2011) About the Role of Universities and Their Contribution to Sustainable Development, *High Educ Policy*, 24, 427-438. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/hep.2011.16> (Acedido em: 2 de maio de 2020).

Filho, W. L., Manolas, E. e Pace, P. (2015) The future we want: Key issues on sustainable development in higher education after Rio and the UN decade of education for sustainable

development, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16 (1), 112–129. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-03-2014-0036/full/html> (Acedido em: 26 de janeiro de 2020).

Fortin, M. F. (2009) *O Processo de Investigação - Da conceção à realização*, Loures: Lusodidacta, 595 (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Global Reporting Initiative (s/d) *What is Sustainability Reporting?*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx> (Acedido em: 12 de janeiro de 2020).

Global Reporting Initiative (s/d) *What is Sustainability Reporting?*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx> (Acedido em: 12 de janeiro de 2020).

Godemann, J., Bebbington, J., Herzig, C. e Moon, J. (2014) Higher education and sustainable development: Exploring possibilities for organisational change, *Accounting, Auditing e Accountability Journal*, 27 (2), 218-233. DOI: 10.1108/AAAJ-12-2013-1553 (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

González-Gaudiano, E. J., Meira-Carrea, P. A. e Martínez-Fernández, C. N. (2015) Sustentabilidad y universidad: retos, ritos y posibles rutas. *Revista de la Educación Superior*, México, 44, 175, 69-93. ISSN 0185-2760. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-27602015000300004&script=sci_abstract (Acedido em: 8 de maio de 2020).

Grindsted, T. S. (2011) Sustainable universities: from declarations on sustainability in higher education to national law, *Environmental Economics*, 2 (2), 29-36. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2697465 (Acedido em: 12 de junho de 2020).

Gupta, J. e Vegelin, C. (2016) Sustainable development goals and inclusive development, *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 16: 433-448. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10784-016-9323-z> (Acedido em: 6 de fevereiro de 2020).

Heilmayr, R. (2006), *Sustainability Reporting At Higher Education Institutions*, Tese de Doutorado não publicada, Claremont McKenna College, EUA. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.663.8011&rep=rep1&type=f> (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Hill, M. M. e Hill, A. (1998) *A Construção de um Questionário*, WP n.º 1998/11, Dinâmica, Centro de Estudos para a Mudança Socioeconómica. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf (Acedido em: 4 de maio de 2020).

Hopwood, B., Mellor, M. e O'Brien, G. (2005) Sustainable Development: Mapping Different Perspectives, *Sustainable Development*, 13, 38-52. Disponível em: https://www.open.edu/openlearn/ocw/pluginfile.php/630982/mod_resource/content/1/t863_2_reading2.pdf (Acedido em: 28 de maio de 2020).

Instituto Ethos (2007) *Conceitos Básicos de Indicadores*, Rede Ethos de Jornalistas, 5ª Edição. Disponível em: https://www.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2014/05/Conc_Bas_e_Indic_de_Respons_Soc_Empres_5edi.pdf (Acedido em: 5 de janeiro de 2020).

Jayasooria, D. (2016) Sustainable Development Goals and Social Work: Opportunities and Challenges for Social Work Practice in Malaysia, *Journal of Human Rights and Social Work*, 1, 19–29. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41134-016-0007-y> (Acedido em: 5 de janeiro de 2020).

Jensen, J. C. e Berg, N. (2012) Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting. An institutionalist approach, *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299-316. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/bse.740> (Acedido em: 30 de junho de 2020).

Jorge, M. L., Madueno, J. H., Cejas, M. Y. C. e Peña, F. (2015) An approach to the implementation of sustainability practices in Spanish universities, *Journal of Cleaner Production*, 106, 34-44. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.07.035> (Acedido em: 2 de junho de 2020).

Kapitutcinová, D., Atkisson, A., Perdue, J. e Will, M. (2018) Towards integrated sustainability in higher education: Mapping the use of the Accelerator toolset in all dimensions of university practice. *Journal. Clean. Prod.*, 172, 4367–4382. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.05.050> (Acedido em: 6 de junho de 2020).

Karatzoglou, B. (2013) An in-depth literature review of the evolving roles and contributions of universities to Education for Sustainable Development, *Journal of Cleaner Production*, 49, 44-53. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.07.043> (Acedido em: 22 de junho de 2020).

Kościelniak, C. (2014) A consideration of the changing focus on the sustainable development in higher education in Poland, *Journal of Cleaner Production*, 62, 114-119. Doi: 10.1016/j.jclepro.2013.06.006 (Acedido em: 20 de junho de 2020).

Lozano, R. (2006) Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. *Journal of Cleaner Production*, 14, 787-796. Doi: [10.1016/j.jclepro.2005.12.010](https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.12.010). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/245167974_Incorporation_and_institutionalization_of_SD_into_universities_Breaking_through_barriers_to_change (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Lozano, R. (2008) Envisioning sustainability three-dimensionally, *Journal of Cleaner Production*, 16 (17), 1838–1846. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.02.008> (Acedido em: 7 de fevereiro de 2020).

Lozano, R. (2010) Diffusion of sustainable development in universities curricula: an empirical example from Cardiff University. *Journal Clean Production*, 18 (10), 637-644. DOI: [10.1016/j.jclepro.2009.07.005](https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2009.07.005) Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223677739_Diffusion_of_sustainable_development_in_universities'_curricula_an_empirical_example_from_Cardiff_University (Acedido em: 8 de junho de 2020).

Lozano, R. (2011) The state of sustainability reporting in universities, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12 (1), 67-78. DOI: [10.1108/14676371111098311](https://doi.org/10.1108/14676371111098311) (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

Lozano, R., Ceulemans, K., Almeida, A. M., Huisingh, D., Lozano, F., Waas, T., Lambrechts, W., Lukman, R., Hugé, J. (2015) A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from worldwide survey, *Journal Clean Production*, 108, 1–18. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652614009780?via%3Dihub> (Acedido em: 29 de maio de 2020).

Lozano, R., Lozano, F. J., Mulder, K., Huisingh, D. e Waas, T. (2013) Advancing Higher Education for Sustainable Development: international insights and critical reflections, *Journal of Cleaner Production*, 48, 3-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.03.034> (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

Lozano, R., Lukman, R., Lozano, F. J., Huisingh, D. e Lambrechts, W. (2013) Declarações de sustentabilidade no ensino superior: tornar-se melhores líderes, através do enfrentamento do sistema universitário, *Journal Clean Production*, 48, 10-19. Doi:10.1016/j.jclepro.2011.10.006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652611003775?via%3Dihub> (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Lozano, R.; Ceulemans, K., Alonso-Almeida, M., Huisingh, D., Lozano, F., Waas, T., Lambrechts, W., Lukman, R. e Hugé, J. (2015) A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from worldwide survey, *Journal Clean Production*, 108, 1–18. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652614009780> (Acedido em: 3 de junho de 2020).

Madeira, A. F. D. (2008) *Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12228/1/Texto%20integral.pdf> (Acedido em: 27 de dezembro de 2019).

Mader, C., Scott, G., Razak, D.A. (2013) Effective change management, governance and policy for sustainability transformation in higher education, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 4 (3), 264-284 Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2013-0037> (Acedido em: 23 de junho de 2020).

Mamede, P. M. F. (2013) *Medição da sustentabilidade empresarial*, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/23906/1/A%20Medi%c3%a7%c3%a3o%20da%20Sustentabilidade%20Empresarial.pdf> (Acedido em: 6 de fevereiro de 2020).

Matos, A., Cabo, P., Ribeiro, M. e Fernandes, A. (2015) As Instituições de Ensino Superior Perante a Problemática Ambiental, *EDUSER: revista de educação*, 7 (2), 13-40. ISSN 1645-4774. doi: <http://dx.doi.org/10.34620/eduser.v7i2.64>. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/64/65> (Acedido em: 13 de março de 2020).

Meadows, D., Rangers, J. e Meadows, D. (2004) *A Synopsis The Limits to Growth The 30-Year update*, Chelsea Green (United States & Canada). Disponível em:

http://www.unice.fr/sg/resources/docs/Meadows-limits_summary.pdf (Acedido em: 5 de fevereiro de 2020).

Mebratu, D. (1998) Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review, *Environmental Impact Assessment Review*, 18 (6), 493-520. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0195-9255\(98\)00019-5](https://doi.org/10.1016/S0195-9255(98)00019-5) (Acedido em: 8 de janeiro de 2020).

Neves, F. (2014) Relatórios de sustentabilidade obrigatórios? *VER Valores Ética e Responsabilidade*, 2237. Disponível em: <https://www.ver.pt/relatorios-de-sustentabilidade-obrigatorios/> (Acedido em: 3 de fevereiro de 2020).

Oliveira, P. F. R., Oliveira, B. F. e Rohrich, S. S. (2016) Sustentabilidade em instituições de ensino superior: uma revisão sobre as conferências internacionais para a sustentabilidade em IES, *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, ISSN: 2359-1048. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/242.pdf> (Acedido em: 29 de abril de 2020).

Organização das Nações Unidas (1992) *Agenda Global 21*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> (Acedido em: 1 de fevereiro de 2020).

Organização das Nações Unidas (2015) *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> (Acedido em: 6 de fevereiro de 2020).

Organização das Nações Unidas (2015) *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> (Acedido em: 6 de fevereiro de 2020).

Pasinato, J. e Brião, V. B. (2014) Construção de Indicadores para Relatório de Sustentabilidade de Uma Instituição de Ensino Superior. *Revista CIATEC – UPF*, 6 (1): 48-64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306305836_INDICADORES_PARA_RELATORIO_DE_SUSTENTABILIDADE_DE_UMA_INSTITUCAO_DE_ENSINO_SUPERIOR (Acedido em: 14 de fevereiro de 2020).

Pena, R. A. (s/d) "Desenvolvimento sustentável", *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm> (Acedido em: 11 de fevereiro de 2020).

Penn State Green Destiny Council (2000) *PENN STATE INDICATORS REPORT-Steps Toward A Sustainable University*. Disponível em: <https://p2in-fohouse.org/ref/17/16964.pdf> (Acedido em: 6 de maio de 2020).

Perdan, S., Azapagic, A. e Clift, R. (2000) Teaching sustainable development to engineering students. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 1 (3), 267-279. DOI: [10.1108/14676370010378176](https://doi.org/10.1108/14676370010378176) (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

Perrini, F. (2005) Building a European portrait of corporate social responsibility reporting, *European management journal*, 23 (6), 611- 627.

Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2003), *Análise de Dados para Ciências Sociais*, 3ª edição, Edições Sílabo, Lisboa.

- Pfahl, S. (2005) Institutional Sustainability, *Int. J. Sustainable Development*, 8 (1-2), 80-96. Disponível em: <https://d3pcsg2wj9izr.cloudfront.net/files/6471/articles/6330/f326111104951287.pdf> (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).
- Pintér, L., Hardi, P., Martinuzzi, A. e Hall, J. (2012) Bellagio STAMP: Principles for sustainability assessment and measurement. *Ecological Indicators*, 17, 20–28. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.ecolind.2011.07.001> (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).
- Polloni, B. B. e Lopicich B. (2017) La dimensión bioética de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), *Revista de Bioética y Derecho*, Universitat de Barcelona. Disponível em: <https://doi.org/10.1344/rbd2017.41.19758> (Acedido em: 1 de fevereiro de 2020).
- Popescu, M. e Beleau, C. (2014) Improving management of sustainable development in universities, *Bulletin of the Transilvania University of Braşov*, 7 (56), 97-106. Disponível em: http://webbut.unitbv.ro/BU2014/Series%20V/BULETIN%20V%20PDF/14_POPESCU%20M_BELEAUA.pdf (Acedido em: 4 de junho de 2020).
- Quivy, R. e L. V. Campenhoudt (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações.
- Ramos, T. e Pires, S. M. (2013) *Sustainability Assessment: The Role of Indicators*, In S. Caeiro, W. L. Filho, C. Jabbour e U. M. Azeiteiro (Eds.), *Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions: Mapping Trends and Good Practices Around the World*, Cardiff, UK: Springer International Publishing, 81-99. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-02375-5_5 (Acedido em: 15 de junho de 2020).
- Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal (2017). Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf (Acedido em: 2 de agosto de 2020).
- Reis, E. (1997) *Estatística Multivariada Aplicada*. Edições Sílabo, Lda.
- Richardson, A. J. e Kachler, M. D. (2016) University Sustainability Reporting: A review of the literature and development of a model, *Handbook on Sustainability in Management Education*, University of Windsor, *Odette School of Business Publications*. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/72791400> (Acedido em: 5 de julho de 2020).
- Sachs, I. (1993) *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*, São Paulo: Nobel.
- Sachs, I. (2000) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, In: Stroh, Paula Yone (Org.), Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, J. D. (2015) *The age of sustainable development*, New York: NY Columbia University Press.
- Sammalisto, K., Sundstrom, A. e Holm, T. (2015) Implementation of sustainability in universities as perceived by faculty and staff e a model from a Swedish university, *Journal of Cleaner Production*, 106, 45-54. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.10.015> (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

Santos, A. M. F. (2017) *Sustainable Higher Education Institutions: Sustainable Development Challenges of Portuguese Higher Education Institutions*, tese de doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento não publicada, Universidade Aberta. (Acedido em: 1 de junho de 2020). Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6716?locale=en> (Acedido em: 1 de maio de 2020).

Santos, A. S. (2016) *Avaliação do uso de indicadores de sustentabilidade ambiental nos Planos Diretores Municipais*, Dissertação de Mestrado não publicada, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/17918/1/Indicadores%20Sustentabilidade%20nos%20PDM.pdf> (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Sepasi, S., Rahdari, A., Rexhepi, G. (2018) Developing a sustainability reporting assessment tool for higher education institutions: The University of California, *Sustainable Development*, 26 (6), 672-682. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.1736> (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Shi, H. e Lai, E. (2013) An alternative university sustainability rating framework with a structured criteria tree, *Journal of Cleaner Production*, 61, 59-69. Doi: 10.1016/j.jclepro.2013.09.006 (Acedido em: 8 de junho de 2020).

Siemer, S., Elmer, S. e Rammel, C. (2006) *Pilot Study: Indicators of an Education for Sustainable Development*. Disponível em: file:///C:/Users/LENOVO/Downloads/bine_indicators_18317.pdf (Acedido em: 8 de junho de 2020).

Silva, A. H. e M. I. T. (2015) Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos, *Qualit@s Revista Eletrónica*, 17 (1). Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403> (Acedido em: 20 de setembro de 2020).

Silva, P. M. (2017) *Caracterização do Relato de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas*, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/107626> (Acedido em: 7 de janeiro de 2020).

Singh, R. K., Murty, H. R., Gupta, S. K. e Diskshit, A. K. (2012) An overview of sustainability assessment methodologies. *Ecological Indicators*, 15, 281-299. Disponível em: https://www.academia.edu/25874392/An_overview_of_sustainability_assessment_methodologies (Acedido em: 26 de maio de 2020).

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2000). Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=503> (Acedido em: 2 de agosto de 2020).

Sneddon, C., Howarth, R. e Norgaard, R. (2006) Sustainable Development in a post-Brundtland world, *Ecological Economics*, 57, 253-268. Disponível em: http://kfrserver.natur.cuni.cz/studium/prednasky/vyberclanku/pdf/p68ucit/10_SNEDDON.pdf (Acedido em: 8 de fevereiro de 2020).

Spangenberg, J. H. (2002) Institutional sustainability indicators: an analysis of the institutions in Agenda 21 and a draft set of indicators for monitoring their effectivity, *Sustain-*

able Development, 10, 103-105. Disponível em: https://www.academia.edu/1593082/Institutional_sustainability_indicators_an_analysis_of_the_institutions_in_Agenda_21_and_a_draft_set_of_indicators_for_monitoring_their_effectivity (Acedido em: 13 de junho de 2020).

Stephens, J. C., Hernandez, M. E., Roman, M., Graham, A. C. e Scholz, R. W. (2008) Higher education as a change agent for sustainability in different cultures and contexts, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9 (3), 317-338. Doi: <http://dx.doi.org/10.1108/14676370810885916> (Acedido em: 24 de maio de 2020).

Tauchen, J. e Brandli, L. L. (2006) A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para Implantação em campus universitários, *Gestão & Produção*, 13 (3), 503-515. Doi: [10.1590/S0104-530X2006000300012](https://www.researchgate.net/publication/240972129_A_gestao_ambiental_em_instituicoes_de_ensino_superior_modelo_para_implantacao_em_campus_universitario/fulltext/02cd5f130cf2f49a781e2c90/A-gestao-ambiental-em-instituicoes-de-ensino-superior-modelo-para-implantacao-em-campus-universitario.pdf). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972129_A_gestao_ambiental_em_instituicoes_de_ensino_superior_modelo_para_implantacao_em_campus_universitario/fulltext/02cd5f130cf2f49a781e2c90/A-gestao-ambiental-em-instituicoes-de-ensino-superior-modelo-para-implantacao-em-campus-universitario.pdf (Acedido em: 24 de maio de 2020).

Tavares, F. D. S. (2016) *Aplicabilidade de metodologias de avaliação da sustentabilidade à mobilidade urbana*, Dissertação de Mestrado não publicada, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/21190/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> (Acedido em: 8 de janeiro de 2020).

Thayer-Hart, N., J. Dykema, K. Elver, N. C. Schaeffer e J. Stevenson (2010) *Survey Fundamentals - A guide to designing and implementing surveys*, Office of Quality Improvement, University of Wisconsin-Madison. Disponível em: <https://www.lonestar.edu/departments/honorsprogram/A%20Guide%20to%20Designing%20and%20Implementing%20Surveys.pdf> (Acedido em: 4 de maio de 2020).

Tiba, S. N. (2012) *A aplicação do Relatório de Sustentabilidade como instrumento de gestão e de fortalecimento da imagem institucional frente à sociedade e ao mercado de capitais – estudo de caso com IES de capital*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/1092984/mod_resource/content/1/Sandra%20Navarro%20Tiba%20%28vk1%20jun12%29%20%281%29.pdf (Acedido em: 2 de janeiro de 2020).

Tinoco, J. P. (2001) *Balço Social – Uma Abordagem da Transparência e da responsabilidade Pública das Organizações*, São Paulo: Atlas.

Too, L. e Bajracharya, B. (2015) Sustainable campus: engaging the community in sustainability, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16 (1), 57-71. Doi: 10.1108/IJSHE07-2013-0080 (Acedido em: 26 de maio de 2020).

UNESCO (1997) *Declaração de Thessalónica*, Grécia. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117772> (Acedido em: 20 de abril de 2020).

UNESCO (2005) *United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005*, New York. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937por> (Acedido em: 7 de janeiro de 2020).

UNESCO, Universidade das Nações Unidas, Pacto Global das Nações Unidas, Princípios para a Gestão da Educação Responsável das Nações Unidas, Programa Ambiental das Nações Unidas (2012) *Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade da Educação Superior*. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/news/248-06-20-2012> (Acedido em: 30 de abril de 2020).

United Nation Global Compact Network Portugal (s/d) Indicadores ODS para Portugal. Disponível em: <https://globalcompact.pt/> (Acedido em: 10 de junho de 2020).

Universidade Aberta (2019) Plano Estratégico 2019-2023, Por uma Universidade Aberta ao mundo inovadora e sustentável, 1-31. Disponível em <https://portal.uab.pt/wp-content/uploads/2020/08/Plano-Estrategico-2019-2023.pdf> (Acedido em: 24 de maio de 2020).

Universidade da Beira Interior (2012) Plano de Desenvolvimento para a Universidade da Beira Interior 2012-2020, 1-85. Disponível em: https://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/90919/Plano2020_20_UBI.pdf (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade do Algarve (2020) Manual da Qualidade, 1-177. Disponível em: <https://www.ualg.pt/content/documentos-qualidade> (Acedido em: setembro de 2020).

Universidade da Madeira (2017) Plano Estratégico da Universidade da Madeira, 1-39. Disponível em: http://conselhogeral.uma.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=821&Itemid=16&lang=pt (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade de Aveiro (2019) Plano estratégico da Universidade de Aveiro 2019-2022, 1-28. Disponível em: <https://www.ua.pt/file/55517> (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade de Coimbra (2019) Plano Estratégico da UC 2019-2023; 69-77. Disponível em: https://www.uc.pt/planeamento/PEUC20192023_versaopublica.pdf (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade de Évora (2015) Plano de Desenvolvimento Estratégico, 1-48. Disponível em: <http://gdoc.uevora.pt/385497> (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2017) Plano Estratégico da UTAD, 1-70. Disponível em: https://www.utad.pt/wp-content/uploads/plano-estrategico-2017-21_versao_web.pdf (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade do Algarve (2017) Plano Estratégico 2017-2021, 1-35. Disponível em: https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_estrategico_2017_2021.docx.pdf (Acedido em: 24 de maio de 2020).

Universidade do Minho (2013) Plano Estratégico UMinho 2020, crescimento sustentado para cumprir o futuro, 1-33. Disponível em: <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Informacao-Institucional/Plano%20estrategico/UMINHO-2020.pdf> (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade do Porto (2012) Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: https://sigarra.up.pt/feup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=sustentabilidade%20inicio (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Universidade Nova de Lisboa (2020) Plano estratégico 2020-2030, 1-54. Disponível em: https://www.unl.pt/sites/default/files/plano_estrategico_2020-30_-_versao_sintese.pdf (Acedido em: 27 de junho de 2020).

Velazquez, L., Munguia, N., Platt, A. e Taddei, J. (2006) Sustainable university: what can be the matter?, *Journal of Cleaner Production*, 14 (9-11), 810-819. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.12.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652606000199> (Acedido em: 1 de julho de 2020).

Verhulst, E. e Lambrechts, W. (2015) Fostering the incorporation of sustainable development in higher education: Lessons learned from a change management perspective, *Journal of Cleaner Production*, 106, 189-204. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.049> (Acedido em: 21 de julho de 2020).

Viegas, S. F. S. e Cabral, E. R. C. (2015) Práticas de Sustentabilidade em Instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional, *Revista GUAL*, Florianópolis, 8 (1), 236-259. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n1p236>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282553046_Praticas_de_sustentabilidade_em_instituicoes_de_ensino_superior_evidencias_de_mudancas_na_gestao_organizacional (Acedido em: 5 de maio de 2020).

Vilares, M. J., Coelho, P. S. (2005) *Satisfação e Lealdade do cliente. Metodologias de Avaliação, Gestão e Análise*. Escolar Editora.

Waas, T., Hugé, J., Verbruggen, A. e Wright, T. (2011) Sustainable Development: A Bird's Eye View. *Sustainability*, 3 (10), 1637-1661. DOI: 10.3390/su3101637 (Acedido em: 4 de fevereiro de 2020).

Waas, T., Verbruggen, A. e Wright, T. (2010) University research for sustainable development: definition and characteristics explored, *Journal of Cleaner Production*, 18, 629–636. Doi: 10.1016/j.jclepro.2009.09.017 (Acedido em: 20 de julho de 2020).

Wall, D. (1993) *Green History*, London: Routledge. Disponível em: <https://www.amazon.com/Green-History-Environmental-Literature-Philosophy/dp/041507925X> (Acedido em: 9 de janeiro de 2020).

Wright, T. (2010). University presidents' conceptualizations of sustainability in higher education, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 11(1), 61-73. doi: 10.1108/14676371011010057 (Acedido em: 20 de junho de 2020).

Wright, T. e Horst, N. (2013) Exploring the ambiguity: what faculty leaders really think of sustainability in higher education, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 14 (2), 209-227. Doi: 10.1108/14676371311312905 (Acedido em: 2 de junho de 2020).

Zeegers, Y. e Clark, I. F. (2014) Students' perceptions of education for sustainable development, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 15 (2), 242-253. Doi: 10.1108/IJSHE-09-2012-0079 (Acedido em: 10 de junho de 2020).

APENDICE 1 – Questionário



QUESTIONÁRIO

A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O CASO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

No âmbito de uma investigação sobre **Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior - o caso da Universidade do Algarve (UAlg)** está a ser realizado um estudo empírico cujo objetivo é avaliar a perceção dos membros da UAlg, nomeadamente, investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, bem como, entidades externas relacionadas com esta instituição, relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade.

Considera-se que “**desenvolvimento sustentável** é uma expressão usada para definir um modelo de desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” e “**sustentabilidade** é o estado de equilíbrio conseguido por via do desenvolvimento sustentável”.

Para a concretização deste estudo necessitamos da sua colaboração através do preenchimento do seguinte questionário, o qual não deverá requerer mais do que alguns minutos. Toda a informação recolhida é rigorosamente **confidencial** e **anónima** e será processada para efeitos exclusivamente estatísticos e agregados.

Os resultados da investigação poderão ser enviados por e-mail para os respondentes, após a sua conclusão. Para o efeito deverão ser solicitados (lfernandes@ualg.pt), dado o anonimato do questionário.

O inquérito poderá ser preenchido online até ao dia XX de XXX de 20XX no seguinte link XXX.

Se necessitar de algum esclarecimento adicional em relação a este inquérito ou em relação aos objetivos da investigação poderá contactar-nos pelo e-mail lfernandes@ualg.pt ou pelo telefone 289800100, extensão 7999.

Os nossos sinceros agradecimentos pela colaboração prestada,

Leónia Paes Fernandes

PARTE I

Pretende-se conhecer a sua perceção sobre **sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**, bem como sobre a adoção de **práticas sustentáveis** por parte da Universidade do Algarve (UAlg).

Por favor, responda a cada questão apresentada colocando uma cruz **apenas na ou nas opções** que considere mais importantes.

1. A que aspetos associa a ideia de sustentabilidade?

- Económico
- Social
- Ambiental
- Institucional
- Cultural
- Outro(s). Qual(is)? _____

2. O que significa para si a expressão “universidade sustentável”?

- Universidade que sobrevive no longo prazo
- Universidade equilibrada financeiramente
- Universidade amiga do ambiente
- Universidade competitiva
- Outro(s). Qual(is)? _____

3. Na sua perspetiva, de que formas a UAlg contribui para o desenvolvimento sustentável?

- Integrando o conceito de desenvolvimento sustentável no ensino e na investigação
- Realizando ações que promovam o desenvolvimento sustentável nos seus *campi*
- Incentivando a participação da comunidade académica e entidades externas nas suas atividades
- Através do desenvolvimento de parcerias locais e regionais
- Outra(s). Qual(is)? _____

4. No seu entender, quais os fatores que poderão potenciar o desenvolvimento sustentável na UAlg?

- Disponer de recursos e financiamento suficientes
- Reconhecimento da excelência e qualidade da instituição
- Internacionalização (de estudantes, investimentos, parcerias, integração em redes, etc.)
- Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)
- Planeamento estratégico de longo prazo
- Motivação dos recursos humanos
- Ensino sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos vários graus de ensino (licenciaturas, mestrados, doutoramentos)
- Incentivo à investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável
- Campi* mais “verdes”, ou seja, amigos do ambiente
- Interação com as comunidades locais e regionais

- Envolvimento e partilha de informação com redes internacionais
- Outro(s). Qual(is)? _____

5. Na sua opinião, quais os obstáculos que podem impedir a UAlg de se envolver em práticas que promovem o desenvolvimento sustentável?

- Concorrência entre Instituições de Ensino Superior
- Resistência à mudança
- Rigidez na estrutura organizacional
- Falta de autonomia
- Fraco empenhamento por parte da comunidade académica
- Fraca cultura organizacional
- Falta de recursos financeiros
- Falta de recursos humanos
- Ausência de planeamento estratégico
- Falta de formação em sustentabilidade
- Informação e comunicação insuficientes
- Outro(s). Qual(is)? _____

6. Na sua opinião, quais os principais problemas que a UAlg poderá enfrentar nos próximos 10 anos?

- Captação de recursos e financiamento
- Atração de estudantes nacionais e estrangeiros
- Transferência de conhecimento
- Internacionalização
- Autonomia
- Investimento em I&D
- Resposta às necessidades do mercado
- Motivação de recursos humanos
- Planeamento estratégico de longo prazo
- Qualificação do pessoal
- Progressão na carreira
- Outros. Quais? _____

PARTE II

O conjunto de questões que se segue visa obter informação que permita aferir a sua perceção quanto ao estado de **implementação de práticas** que promovam o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade na UAAlg nas diferentes dimensões (ambiental; económica; social e cultural; e institucional, educacional e política).

7. Seguidamente, são-lhe apresentadas diversas proposições que identificam práticas que promovem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior. Diga em que medida, pensa que elas são implementadas na UAAlg.

Na escala de **1 a 5**, em que **1** significa **Nunca**; **2** significa **Poucas vezes**; **3** significa **Algumas vezes**; **4** significa **Muitas vezes** e **5** significa **Sempre**, coloque uma cruz na posição que, no seu entender melhor traduz a prática promovida pela UAAlg.

	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Não sabe
Dimensão Ambiental	1	2	3	4	5	
Promove a construção de edifícios sustentáveis nos <i>campi</i>						
Promove a conservação da biodiversidade nos <i>campi</i> e em seu redor						
Dinamiza ações de voluntariado ambiental						
Promove a separação e reencaminhamento de resíduos para a reciclagem (e.g., papel, plástico, metal, óleos, pilhas)						
Desenvolve planos para reduzir a produção de resíduos (por exemplo, papel, plástico, metal, óleos, pilhas)						
Promove a reutilização dos materiais						
Promove práticas para a redução do consumo de água (por exemplo, torneiras com temporizador, autoclismos com redução de água, aproveitamento água pluvial)						
Utiliza equipamentos para a geração de energias renováveis (por exemplo, solar, eólica, das ondas)						
Utiliza equipamentos eficientes do ponto de vista energético (por exemplo, aquecedores eficientes, painéis solares, lâmpadas economizadoras)						
Promove práticas para a redução da emissão dos gases com efeito de estufa						
Incentiva o uso de transportes sustentáveis nas deslocações para os <i>campi</i> (por exemplo, bicicleta, transportes públicos, veículos elétricos)						

Caso tenha conhecimento de outras iniciativas da UAlg promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, na dimensão ambiental que não estejam listados acima, por favor indique-as no seguinte espaço:

--

Dimensão Económica	1	2	3	4	5	
Apresenta preocupações com o seu desempenho económico						
Desenvolve planos para melhorar a eficiência energética						
Promove a gestão e a melhoria dos processos						
Concorre a projetos nacionais e internacionais para o seu auto-financiamento						
Promove prestações de serviços à comunidade						
Promove a aquisição de produtos alimentares a fornecedores locais e regionais						
Promove constantemente a redução de custos no âmbito de toda a sua atividade						
Beneficia de donativos e de fundos privados (por exemplo, <i>Alumni</i> , empresas, organizações)						
Existe orçamento afeto às práticas promotoras do desenvolvimento sustentável						

Caso tenha conhecimento de outras iniciativas da UAlg promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, na dimensão económica que não estejam listados acima, por favor indique-as no seguinte espaço:

--

Dimensão Social e Cultural	1	2	3	4	5	
Promove boas práticas na gestão de recursos humanos						
Promove políticas promotoras da igualdade e da diversidade						
Promove benefícios e incentivos aos colaboradores (por exemplo, as atividades do dia de aniversário)						
Promove a conciliação entre a vida profissional e a pessoal						
Promove sistemas de apoio à infância para filhos de colaboradores						

Promove o desenvolvimento e a valorização pessoal e profissional dos colaboradores (por exemplo, formação profissional, formação académica)						
Oferece serviços de refeitório e alimentação						
Oferece serviços de residências de estudantes						
Disponibiliza residências para docentes /investigadores						
Apresenta programas de apoio e incentivo, financeiro e não financeiro a estudantes, para além dos convencionais						
Apresenta serviços de saúde ocupacional (por exemplo, serviços médicos para toda a comunidade académica)						
Promove iniciativas e atividades para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis						
Oferece serviços de apoio pedagógico, psicológico, acolhimento e integração aos estudantes						
Promove a empregabilidade e a inserção no mercado de trabalho dos estudantes e diplomados (por exemplo, Portal de Emprego; Serviços e Gabinete de Estágios e Acompanhamento Profissional)						
Promove ações formação em competências transversais para estudantes, não obrigatórias nos planos de estudos (<i>Soft skills</i>)						
Dinamiza uma Rede de Antigos Estudantes (por exemplo, Rede <i>Alumni</i> ; Observatório Emprego; Observatório Inserção Profissional; Associação Antigos Estudantes)						
Promove a partilha de instalações, equipamentos e recursos humanos						
Promove iniciativas de carácter cultural ou científico direcionado para a comunidade externa (por exemplo, dia aberto, semana do emprego, semana da ciência)						
Desenvolve e participa em ações recreativas, culturais ou desportivas (por exemplo, eventos desportivos, concertos)						
Desenvolve a promoção do património cultural e artístico						
Desenvolve preocupações e iniciativas para a inclusão social						
Promove iniciativas de solidariedade social						
Disponibiliza acessos e instalações adequadas a pessoas com deficiência						

Caso tenha conhecimento de outras iniciativas da UAIG promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, na dimensão social e cultural que não estejam listados acima, por favor indique-as no seguinte espaço:

--

Dimensão Institucional, Educacional e Política	1	2	3	4	5	
As questões do desenvolvimento sustentável estão incluídas na missão, visão e valores da UAIG						
Os planos estratégicos e objetivos incluem preocupações com o desenvolvimento sustentável						
Publica relatórios de sustentabilidade						
Comunica as atividades de desenvolvimento sustentável						
Apresenta preocupações para com as questões éticas (por exemplo, código de ética ou código de conduta, comissão de ética)						
Promove a formação dos professores na área do desenvolvimento sustentável						
Desenvolve cursos em parceria com outras instituições de ensino na área do desenvolvimento sustentável						
Existem unidades curriculares optativas em desenvolvimento sustentável em todos os cursos						
Existem unidades curriculares obrigatórias em desenvolvimento sustentável em alguns cursos						
Existem licenciaturas na área do desenvolvimento sustentável						
Existem pós-graduações, mestrados ou doutoramentos na área do desenvolvimento sustentável						
Suscita o desenvolvimento do pensamento sistémico e holístico no ensino e investigação						
Possibilita aos estudantes, professores e funcionários desenvolverem programas de intercâmbio no domínio do desenvolvimento sustentável						
Existe uma unidade/centro de investigação em desenvolvimento sustentável						
Existem unidades/centros de investigação de cariz transdisciplinar						
Apresenta publicações científicas na área do desenvolvimento sustentável						
Promove seminários ou workshops em desenvolvimento sustentável						

Existe uma estrutura multidisciplinar para promover a investigação e a educação em sustentabilidade						
Desenvolve projeto de I&D em desenvolvimento sustentável						
Promove o desenvolvimento de tecnologias e registo de patentes na área do desenvolvimento sustentável						
Promove a transferência de tecnologia, inovação e conhecimento (por exemplo, patentes, criação de empresas)						
Integra redes nacionais e/ou internacionais para o desenvolvimento sustentável						
Apresenta no seu organograma um departamento responsável pelo desenvolvimento sustentável						
Apresenta no seu organograma recursos humanos afetos às funções de promoção do desenvolvimento sustentável						
Promove a participação de estudantes em atividades de desenvolvimento sustentável nos <i>campi</i>						
Promove a participação dos colaboradores (docentes e não docentes) em atividades de desenvolvimento sustentável nos <i>campi</i>						
O desenvolvimento sustentável é considerado nos procedimentos de qualidade e avaliação da instituição						
Desenvolve projetos em parceria com outras instituições de ensino superior na área do desenvolvimento sustentável						
Desenvolve parcerias formais ao nível regional, nacional ou internacional com vista a promover o desenvolvimento sustentável						

Caso tenha conhecimento de outras iniciativas da UAlg promotoras de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, na dimensão institucional, educacional, e política que não estejam listados acima, por favor indique-as no seguinte espaço:

PARTE III

A seguir solicita-se informação relacionada com as características dos inquiridos, destinando-se apenas a fins estatísticos. A sua participação é **rigorosamente confidencial e anónima**.

8. Caracterização do Inquirido

Idade ____ anos

Género:

- Masculino
- Feminino
- Outro

Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)/ União de facto
- Viúvo(a)
- Divorciado(a) / Separado(a)

Habilitações literárias:

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Cargo atual que ocupa na UAlg:

- Investigador
- Funcionário docente
- Funcionário não docente
- Estudante
- Entidade externa

Experiência no cargo atual ____ anos

APÊNDICE 2 – Pedido de autorização para aplicação dos questionários

De: Reitoria - Leónia Fernandes

Enviado: 1 de outubro de 2019 16:29

Para: Reitor reitor@ualg.pt

Assunto: Solicitação de dados no âmbito da realização de Mestrado em Gestão Empresarial

Exmo. Senhor Reitor
Professor Doutor Paulo Águas

Leónia Fernandes, aluna número 13574, do 2.^a ano do Mestrado em Gestão Empresarial, vem no âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial, solicitar autorização para aplicar um questionário na Universidade do Algarve, sobre o tema que se propõe desenvolver: A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, O CASO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE. Para o efeito é necessária igualmente informação para a qual se solicita autorização para ser pedida aos respetivos serviços:

Quantidade, nome, email, categoria e local de trabalho de funcionários não docentes e Docentes;

Quantidade, nome, email, categoria e local de trabalho de funcionários não docentes e Docentes com cargos de chefia;

Quantidade, nome, email, e local de trabalho de investigadores.

Quantidade, número, nome, email, ano e curso dos alunos

Atenciosamente,
Leónia Fernandes



Informação sobre Tratamento de Dados

Comprometo-me com a confidencialidade, a proteção de dados e a segurança da informação.

Esta mensagem de correio eletrónico é enviada para efeitos de obtenção de informação para apoio à elaboração de um inquérito sobre o tema a defender no âmbito do Mestrado em Gestão Empresarial em 2019/2020”, estando esta comunicação fundamentada na prossecução de interesses legítimos da UALG e sendo realizada de acordo com os termos da Política de Proteção de Dados que se encontra disponível em www.ualg.pt.

APÊNDICE 3 – Envio dos questionários às entidades externas

Exmo.(a) Senhor(a)

No âmbito da minha dissertação de mestrado em Gestão Empresarial da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (UALg), encontro-me a realizar uma investigação sobre a **Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior - o caso da Universidade do Algarve**.

Esta investigação integra um estudo empírico cujo objetivo é avaliar a perceção dos membros da UAlg, nomeadamente, investigadores, funcionários docentes e não docentes e estudantes, bem como, entidades externas relacionadas com esta instituição, relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade.

Neste sentido, dirijo-me a V. Ex^a na qualidade de entidade externa com relacionamento direto com a UAlg, solicitando o seu contributo no estudo empírico que estou a levar a cabo. Para a concretização deste estudo necessito da sua colaboração preenchendo o questionário *online* cujo *link* vem abaixo indicado, o qual deverá requerer apenas alguns minutos. Toda a informação recolhida é rigorosamente **confidencial** e **anónima** e será processada para efeitos exclusivamente estatísticos e agregados.

Se necessitar de algum esclarecimento adicional em relação a este inquérito ou em relação ao estudo que se está a realizar, poderá contactar-me pelo e-mail lfernandes@ualg.pt ou pelo telefone 289800100, extensão 7999.

Caso esteja interessado(a) nos resultados do estudo poderá solicitá-los para o seguinte e-mail lfernandes@ualg.pt. Terei muito gosto em enviá-los, quando terminar o estudo, e poder assim retribuir o seu contributo nesta investigação.

O inquérito poderá ser preenchido *online* até dia 31 de julho de 2020 no seguinte *link*: <https://forms.gle/rfeHUx9tw235mqWD8>.

A sua participação no preenchimento do questionário é voluntária podendo em qualquer momento desistir do mesmo, ainda que tenha concordado com o termo de aceitação que a seguir se apresenta.

Termo de aceitação - ao selecionar a opção “Seguinte” estará a indicar que participa de livre vontade neste questionário, que concorda que os dados obtidos sejam apresentados de forma completamente anónima e confidencial em eventos públicos, congressos científicos e/ou publicações de carácter científico e que leu integralmente o presente termo de aceitação, que compreendeu os procedimentos e as condições de participação.

Os meus sinceros agradecimentos pela colaboração prestada.

Atenciosamente,

Leónia Fernandes

«Declaração de Exoneração de Responsabilidade e Informação sobre Tratamento de Dados

A UAlg não é responsável pelo conteúdo dos questionários e inquéritos divulgados, que são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores e gestores. A divulgação dos pedidos de realização dos questionários e inquéritos não pressupõe qualquer recomendação ou aprovação dos pontos de vista expressos nesses questionários por parte da UAlg.

A UALG tem um compromisso com a confidencialidade, a proteção de dados e a segurança da informação.

*Esta mensagem de correio eletrónico é enviada para efeitos de divulgação e pedido de participação no inquérito sobre “**Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior - o caso da Universidade do Algarve**”, estando esta comunicação fundamentada na prossecução de interesses legítimos da UALG e sendo realizada de acordo com os termos da Política de Proteção de Dados que se encontra disponível em www.ualg.pt.*

Para qualquer reclamação, pedido de informação, comunicação de incidentes ou pedido de exercício de direitos, designadamente do direito de acesso, retificação, oposição ou limitação do tratamento e apagamento, é favor contatar o Encarregado da Proteção de Dados da UALG através do email rgpd@ualg.pt“

APÊNDICE 4 – Resultados da análise de conteúdo

Dimensão Ambiental					
N.º	Evidências	Categoria inicial	Categoria intermédia	Categoria final	
1	Disponibilização de alimentos excedentes a uma Associação (https://www.ualg.pt/pt/content/ualg- celebra-protocolos-com-re-food-faro-0)	1	Colaboração com a Re-Food	I - Resíduos e substâncias perigosas	Operações nos campi
2	8962	2	População da UAlg		
3	Atividades promovidas pelo Grupo UAlg + healthy -plastic em conjunto com os municípios do Algarve e a DECO Proteste https://www.cmar.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPy-OzU https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949 https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8Af9E	3	Política de redução do desperdício de plástico nos campi		
4	Implementação de políticas de prevenção e redução da poluição marinha, através de atividades terrestres e de projetos com várias soluções ecológicas	4	Redução da poluição marinha		
5	Cumprimento dos regulamentos nacionais e europeus, (Decreto-Lei n.º 73/2011, 17 de junho) sobre o correto destino final das substâncias perigosas. As substâncias perigosas produzidas nos laboratórios são armazenadas em recipientes próprios, sendo posteriormente coletadas e eliminadas por um operador certificado. https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoos/st/documentos/gestao_residuos_quimicos_lab.pdf	5	Eliminação de substâncias perigosas		
6	A UAlg divide os resíduos em várias categorias: resíduos hospitalares perigosos; outros resíduos perigosos; subprodutos animais e produtos derivados. Existem vários pontos de recolha nos campi. O <i>campus</i> de Gambelas tem 5 pontos de recolha e o <i>campus</i> da Penha como 4 pontos de recolha. A recolha é feita por uma empresa acreditada, várias vezes por ano. Os resíduos de laboratório são mantidos em barris e alojados num local adequado para o efeito até à recolha por parte da empresa. Os resíduos "elétricos" de lâmpadas são mantidos em caixas e levados para a tomada autorizada pela ALGAR (empresa local de recolha de reciclagem).	6	Desperdícios tóxicos		
7	As estruturas que produzem resíduos orgânicos são cantinas, cafés, escolas, faculdades e serviços. A Fagar recolhe os resíduos orgânicos e entrega-os numa estação de tratamento de resíduos autorizada, que processa o material através da digestão anaeróbia.	7	Desperdícios orgânicos		
8	O projeto Bateria parte da colaboração entre a UAlg e a Câmara Municipal de Faro, que tem como objetivo sensibilizar os utilizadores e os cidadãos para a recolha e reciclagem	8	Desperdícios inorgânicos		
9	A Algar implementou na UAlg o sistema de reciclagem individual, permitindo aos estudantes e professores determinar facilmente o que podem e não podem reciclar e permite que todos os tipos de recicláveis (plástico, papel, vidro e alumínio) sejam colocados no mesmo contentor, tornando-o mais fácil para o utilizador. A UAlg promove a reciclagem de resíduos de pilhas. Os resíduos eletrónicos não devem ser eliminados no lixo normal devido às suas elevadas concentrações de produtos químicos tóxicos e metais pesados. Foram ainda comprados contentores para colocação de resíduos plásticos por tipo nos bares e cantinas, mas estão neste momento em armazém até ser possível voltar à atividade normal dos serviços. O plástico recolhido será processado e transformado em fio de impressora 3D nas instalações da UAlg. Este fio será utilizado para atividades relacionadas com o ensino das artes e em projetos de protótipo de engenharia.	9	Programa de reciclagem e redução do desperdício		

10	Produção total de resíduos em 2017, 2018 e 2019 (incluindo os resíduos sólidos urbanos) (t/ano) Produção estimada anual: RSU - .400m3/ano Papel/vidro/cartão- 5.920m3/ano Resíduos perigosos- 3.433kg/ano				
11	Aplicação de políticas de redução de desperdícios no <i>campus</i> (e.g. UAlg +Saudável -Plástico) em conjunto com os Municípios do Algarve e a DECO - Associação Portuguesa de defesa ao consumidor. https://www.ccmr.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes ; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPyOzU https://www.ccmr.UAlg.pt/news/novo-projeto-quer-acabar-com-os-plasticos-em-restaurantes-e-cafes ; https://www.youtube.com/watch?v=5DpbrVPyOzU ; https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html ; https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8A9E https://www.tsf.pt/sociedade/interior/plastico-banido-das-cantinas-e-bares-da-universidade-do-algarve-10103949.html https://www.youtube.com/watch?v=zyUooS8A9E				
12	O Grupo Coordenador da Eco-Escola, criado pelo Despacho Reitoral 43/2019 tem por objetivos estabelecer metas para deslocações mais sustentáveis (a pé, de bicicleta ou outro transporte não motorizado, <i>shuttlebus</i> ou transporte público, fornecimento de parques de estacionamento e de armazenamento para bicicletas, fornecimento de trilho para bicicletas, elaborar um plano ou política para bicicletas e pedestres e o programa de partilha de bicicletas)	10	Políticas de práticas saudáveis	II - Mobilidade	Implementação de <i>campi green</i>
13	A UAlg proporciona um separador entre a estrada para veículos e o caminho pedonal, rampas e blocos de orientação com desenho adequado para peões com deficiências físicas e candeeiros de rua para peões durante a noite	11	Política de percursos pedestres nos <i>campi</i>		
14	O valor total de veículos dividido pelo valor total da população: $349812/21000=0.349$	12	Veículos		
15	Promoção da descarbonização e melhoria do desempenho ambiental, fornecendo bicicletas gratuitas aos estudantes no <i>campi</i> de Gambelas e Penha, tal como um parque de veículos do Estado, como parte do Programa para a Mobilidade Sustentável na Administração Pública 2015-2020-ECO.mob. Todos os <i>campi</i> têm suportes de bicicletas em vários desenhos. https://www.ualg.pt/pt/content/ualg-eco-bike https://www.ualg.pt/pt/content/ualg-lancou-sistema-partilhado-bicicletas-para-toda-comunidade-academica https://www.ualg.pt/pt/st/bens-servicos , Ano de 2017				
16	A UAlg está alocada em Faro (<i>campus</i> da Penha) e em Gambelas (<i>campus</i> de Gambelas), ambos servidos por autocarros locais do "PROXIMO". O transporte garante a mobilidade de entre <i>campi</i> e para a cidade de Faro e Gambelas. O <i>campus</i> localizado na cidade de Portimão (<i>campus</i> de Portimão) é servido pelo VAI VEM, rede de transportes urbanos, que garante a mobilidade para e a partir do <i>campus</i> . https://www.proximo.pt/pt/schedule/18-terminal-gambelas-vp/ https://www.proximo.pt/pt/schedule/19-terminal-gambelas-vaa/ https://www.cm-portimao.pt/docman/informacoesuteis/transportes/1833-linha-vaivem31/file	13	Serviço de <i>transfere</i> à comunidade da UAlg		
17	Implementação da construção sustentável, em que as renovações/novas construções estejam de acordo com os padrões da eficiência energética. http://smartenergy.UAlg.pt/ecmsdiretor/index.php	14	Eficiência energética	III - Edifícios	
18	Os elementos de implementação de edifícios <i>green</i> estão refletidos nas políticas de construção e renovação de edifícios como o edifício da Cantina no <i>campus</i> de Gambelas e os edifícios do <i>campus</i> da Penha: Escola Superior de Educação e Comunicação, Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo e o Instituto Superior de Engenharia, que possuem os respetivos certificados energéticos. Este certificado sobre as características de consumo energético relacionadas com o ar condicionado e água quente sanitária, indica medidas de melhoria para	15	Construção edifícios <i>green</i>		

	reduzir o consumo, tais como a instalação de vidros duplos ou o reforço do isolamento, entre outras.				
19	Volume de água usado em 2019 (Volume total de água utilizada (em litros) na UAlg: 36477000)	16	Consumo de água por pessoa	IV – Água	
20	Promove a educação à comunidade sobre a boa gestão da água através de: Programas de licenciaturas: Marine and Coastal Management, Programas de mestrado: Ecohydrology - Erasmus Mundus e Marine and Coastal Systems MS; Grupo de trabalho do Eco-Escolas / Eco-campus https://www.UAlg.pt/en/curso/1827 https://www.UAlg.pt/en/curso/1569 https://www.UAlg.pt/en/curso/1740	17	Vertente educação		
21	Estabelecimento de padrões de qualidade da água e diretrizes para o escoamento da mesma (sob o objetivo de manter a qualidade da água a fim de proteger os ecossistemas, a vida selvagem e a saúde e bem-estar humanos), desenvolvido pelo grupo de trabalho <i>Eco-campus</i> .	18	Qualidade e escoamento de águas		
22	Promove a consciência para a boa utilização da água. Atividade desenvolvida pelo Grupo de trabalho Eco-Escolas / Eco-campus. <i>Despacho reitoral RT.043/2019</i>	19	Promoção de consciência na utilização da água		
23	Assegura políticas que garantem a poupança da água: Cátedra da UNESCO para a Ecohidrologia: Água para os ecossistemas e sociedades; Cooperação governamental local, nacional e global, sobre a segurança da água. https://www.UAlg.pt/en/content/unesco-UAlg-chair	20	Políticas de poupança		
24	Apoio ao sistema de redução do papel no local de trabalho diário, promovendo a aplicação "Edoc", que garante a comunicação interna dos processos de redução das emissões de CO2. www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_de_atividades_2018_1.pdf (pagina 26)	21	Redução do uso do papel e do plástico na UAlg		
25	Política de redução e reutilização de sacos de plástico nos últimos 2 anos. O projeto "UAlg + Saúde -Plástico" é consistente com a estratégia europeia "EC strategy-plastics-2018" e possibilita a redução de cerca de 3 milhões de sacos por ano (ou 90% dos resíduos de plástico). https://www.ualg.pt/pt/content/varios-setores-da-sociedade-reunem-se-na-ualg-por-um-algarve-saudavel-com-plastico				
26	Utiliza furos de água para rega dos jardins, (no entanto sem contador).	22	Origem e fornecimento de água		
27	Fornecer água potável gratuita para alunos, funcionários e visitantes, nos bares e cantinas				
28	Utilização de sistema de rega gota a gota, para jardins bem como redutores de água nos edifícios				
29	Aplicação: número de aparelhos implementados em sanitas: 250, torneiras: 150	23	Uso eficiente de água em aparelhos		
30	Embora não exista um plano formal de redução do consumo de energia, consta no plano estratégico e nos planos de atividade as várias ações de eficiência energética em vigor para reduzir o consumo geral de energia. http://www.amago.pt/tag/UAlg/	24	políticas de redução do consumo de energia	V – Energia	
31	Sistema de monitorização do consumo de energia por edifício que permite a observação em tempo real do consumo em KWh e o seu valor em euros. Consumo anual de energia: 6.967.055 (KWh) despesa:967.860,00 (euros) referente a 2019	25	Consumo de energia da UAlg		
32	Alteração das luminárias fluorescentes e do tipo halogéneo por luminárias de tecnologia LED mais eficientes e económicas, com maior durabilidade e amigas do ambiente, totalizando na troca aproximada de 3.000 luminárias no <i>campus</i> da Penha. No <i>campus</i> de Gambelas trocaram-se lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED em vários edifícios, nomeadamente nos corredores do edifício 2 e do edifício 7.				
33	O consumo total dos vários <i>campi</i> no ano 2019 foi de 7151128 KWh				
34	A UAlg tem três <i>campi</i> : o <i>campus</i> de Gambelas, o <i>campus</i> da Penha e o <i>campus</i>	26	Dimensão da Ualg		

	de Portimão				
35	Área total do <i>campus</i> : 740,300 m ² Área de estacionamento total = 19.525 m ²				
36	Superfície dos edifícios em metros quadrados (m ²): 52.000 m ²				
37	Implementação de edifícios inteligentes, incluindo requisitos como: segurança, energia, água e iluminação ambiente interior.	27	Edifícios inteligentes		
38	Participação no projeto da União Europeia: CULATRA 2030 (ilha portuguesa da Culatra escolhida como uma ilha-piloto para ser energeticamente independente baseada em energia limpa). http://www.culatra2030.pt/ ; https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/eventos/20181114-7_culatra_2030_v3.pdf	28	Ensino à comunidade sobre eficiência energética e energia limpa		
39	Promove a utilização de fontes de energia renováveis que serão posteriormente implementadas nos municípios da região algarvia, através de projetos como: LOCAL4GREEN - LOCAL Policies for GREEN Energy. https://www.UAlg.pt/pt/content/municipios-do-algarve-unem-se	29	Energia <i>green</i>		
40	Instalação de central solar fotovoltaica de 1,6 MW, nos telhados da Escola Superior de Educação e Comunicação e no Instituto Superior de Engenharia, edifício 8	30	Fontes de energia renováveis nos <i>campi</i>		
41	CO ₂ (eletricidade) = 6006,95 toneladas métricas CO ₂ (autocarro) = 34,56 toneladas métricas CO ₂ (automóveis) = 614,4 toneladas métricas CO ₂ (motocicleta) = 4,8 toneladas métricas CO ₂ (total) = 6006,95 + 34,56 + 614,4 + 4,8 = toneladas métricas Pegada de carbono em 2018 = 6660,71 toneladas métricas	31	Pegada de carbono total (emissão de CO ₂)		
42	Atualização dos edifícios existentes para maior eficiência energética; implementação de 3 usinas fotovoltaicas e substituição das luminárias por LEDs	32	Atualização da eficiência energética na UAlg		
43	Criada a Comissão da UAlg para otimização dos consumos energéticos dos edifícios da UAlg, Despacho RT.75/2020: auditoria energética aos <i>Campi</i>	33	Comissão da UAlg para otimização dos consumos energéticos dos edifícios da UAlg		
44	Proporciona serviços à indústria local com o objetivo de melhorar a eficiência energética e energia limpa, bem como o fomento de start-ups que apoiam uma economia/tecnologia de baixo carbono. O Centro Regional de Inovação do Algarve (CRIA), da UAlg apoia toda a comunidade académica no âmbito do empreendedorismo e transferência de tecnologia, a todos os agentes regionais, sempre que identificada a inovação. Estas atividades são desenvolvidas pelo CRIA com parcerias de entidades locais, regionais, nacionais e internacionais. http://www.cria.pt/estudos-e-projetos/projeto-europeu-pelagos/	34	Colaboração com a Comunidade	VI - Colaboração para as alterações climáticas	Envolvimento e partilha de informação através de redes de contactos
45	Laboratório de Engenharia Sanitária (LES) Atua na área da prestação de serviços à comunidade e da investigação científica aplicada às necessidades da região, nomeadamente: na monitorização de aterros sanitários e lixeiras, águas superficiais, qualidade das águas de piscinas municipais e de parques aquáticos, qualidade das águas para lavagem e acondicionamento de pescado, águas para consumo humano, controlo de efluentes brutos e tratados de várias empresas do setor turístico e alimentar e de ETAR's da Região, qualidade das águas subterrâneas do Algarve e controlo ambiental de campos de Golfe https://ise.ualg.pt/pt/content/laboratorio-engenharia-sanitaria				
46	Presta informação e apoio ao governo local e regional no monitoramento e alerta precoce de desastres/riscos de mudança climática. Parceria com os Municípios do Algarve e a Universidade de Lisboa, desde 2016 na colaboração do plano para as mudanças climáticas na região do Algarve. https://www.ics.ulisboa.pt/en/projeto/inter-municipal-plan-adaptation-climate-change-amal	35	Colaboração Governamental nas mudanças climáticas		
47	Colaboração com Organização Não Governamental na adaptação climática. Neste âmbito colabora com a Organização Não Governamental SCIENA apos-	36	Colaboração com Organizações Não Governamentais (ONG)		

	tando na promoção da melhoria do meio marinho, incentivando a sustentabilidade da pesca e outras formas de utilização e minimizando os impactos da poluição através do conhecimento, educação, comunicação e intervenção política. https://www.UAlg.pt/pt/content/portugal-reducao-plasticos-uso-unico				
48	Práticas promovidas pelo grupo de trabalho Eco-escolas 2020: melhorar as condições de salubridade e segurança, reposicionamento e enquadramento de ecopontos, remodelação dos banheiros junto ao campo de jogos em Gambelas (incluindo águas quentes), alteração da localização dos contentores de resíduos junto da porta nascente no <i>campus</i> de Gambelas – pedido às empresas FAGAR e ALGAR (6 fev. 2020), pedido à Câmara Municipal de Faro para remoção de resíduos de demolição e construção junto do <i>Campus</i> da Penha (6 fev. 2020), pedido à Câmara municipal de Faro e Junta de Freguesia de Montenegro para finalização dos passeios entre Montenegro e a UAlg em Gambelas (6 fev. 2020), ordenamento do estacionamento selvagem – <i>em curso</i>	37	Programa de implementação de práticas sustentáveis	VII - Ambientais	Políticas de promoção da sustentabilidade
49	Organização de eventos que visam promover a conservação e a utilização sustentável dos oceanos, mares, lagos, rios e recursos marinhos (<i>e.g.</i> documentário feito sobre " Explorando e trabalhando para proteger o ecossistema subaquático dos Açores" da National Geographic Society UAlg e Centro de Ciências do Mar (CCMAR), Awereness nigh: Marine dbris UAlg students)	38	Organização de Eventos		
50	Investigação e promoção do envolvimento com a indústria sobre os ecossistemas existentes, biodiversidade de plantas e animais, bem como de ecossistemas sob ameaça. Colaboração em projetos como: "Juntos protegemos" com o Zoamarine, municípios do Algarve e empresas para reflorestar a montanha do Algarve, bem como em vários projetos em todo o mundo para proteger a floresta marinha, kelp, prados de ervas marinhas, registo de espécies invasoras e projetos do Centro de Investigação do MedItBIO	39	Investigação e desenvolvimento da vertente Indústria, sobre os ecossistemas		
51	No Algarve há 3 centros de ciência viva, localizados nas cidades de Faro, Lagos e Tavira, sendo a UAlg a instituição fundadora. Têm como objetivos promover a cultura científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens da população, nas mais variadas áreas ambientais. https://www.ualg.pt/pt/content/centros-ciencia-viva	40	Promoção da cultura científica ambiental		
52	Desenvolve pesquisa e/ou envolvimento com indústrias em tecnologias ou práticas que permitem que a indústria marinha minimize ou evite danos aos ecossistemas aquáticos. Têm vários projetos em execução para minimizar os danos na indústria marítima, pela pesca pelo CCMAR, e a atividade no âmbito da Cátedra UNESCO de Ecohidrologia (água para ecossistemas e sociedades). O Centro do Ramalhete gerido pelo CCMAR, acolhe maioritariamente projetos de investigação relacionados com organismos marinhos da sua área geográfica. https://www.ualg.pt/pt/content/ramalhete	41	Investigação e desenvolvimento com a Indústria sobre ecossistemas aquáticos		
53	Monitorização da saúde dos ecossistemas marítimos. São desenvolvidas várias pesquisas dentro dos projetos, para medir eficazmente a saúde dos ecossistemas aquáticos: desde áreas tropicais a temperadas.	42	Saúde do ecossistema marítimo		
54	Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos, sediado na UAlg. https://www.sulinformacao.pt/2016/12/laboratorio-europeu-de-recursos-biologicos-marinhos-pode-atrair-empresas-para-o-algarve/				
55	Colabora com a comunidade local, em parcerias, e esforços para manter ecossistemas aquáticos. É parceira fundadora do programa ambiental de voluntários para a água, em conjunto com a Agência Nacional do Ambiente (APA). É parceira da Eurocidade GUADIANA, contribuindo para a gestão da região que partilha um rio internacional, o Guadiana.				
56	Implementa uma estratégia de gestão de bacias hidrográficas com base na diversidade de espécies aquáticas específicas do local. Projeto Infobiomares Arrábida, Projetos Guadiana, Projetos Ria Formosa. Cada projeto visa contribuir para a gestão da bacia hidrográfica costeira/estaurina e para um ecossistema aquático diversificado e uma atividade relacionada com a saúde da água				
57	Contribui para a conceção e implementação das suas agendas nacionais de investigação e inovação através de centros: de Competências da Apicultura e da	43	Integração em centros de competência promovidos pela Direcção-Geral		

	Biodiversidade (CCAB) - desde 12/06/2015, de Competências dos Recursos Silvestres (CCRS) - desde 30/11/2016, de competências das Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares – CCPAMC - desde 25/02/2017, de Competências da Agricultura Biológica e dos Produtos em Modo de Produção Biológico (CCBIO) - desde 25/02/2017, Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, de Competências (COTHN-CC) - desde 17/05/2017, de Competências na Luta contra a Desertificação (CCDesert) - desde 19/07/2018, de Competências para a Dieta Mediterrânica (CCDM) - desde 19/07/2018, Centro Nacional de Competências para as Alterações Climáticas do Setor Agroflorestal (CNCACSA) - desde 11/09/2019 https://inovacao.rederural.gov.pt/centros-de-competencias -		da Agricultura e Desenvolvimento Rural (sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural).		
58	O MeditBio - Centro de Bio recursos e Alimentos do Mediterrâneo, concentra o seu trabalho na conservação dos ecossistemas terrestres locais e regionais http://www.meditbio.pt/index.php/research/projects	44	Parcerias com a comunidade local, para manter os ecossistemas terrestres.		
59	A Faculdade de Ciências e Tecnologia da UAlg desenvolve em vários aspetos do <i>campus</i> e em trabalhos do grupo eco-campus, políticas de identificação, monitorização e proteção de espécies identificadas na União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais https://www.UAlg.pt/pt/content/aco-es-regulares	45	Política de identificação, monitorização e proteção de espécies		
60	Nomeação de um grupo de trabalho por Despacho RT.72/2015, para a criação de um jardim botânico de flora autóctone mediterrânica no <i>campus</i> de Gambelas	46	Criação de um jardim botânico		
61	Doutoramento em Innovation and Land Use Managment https://www.UAlg.pt/en/curso/1667	47	Programa educacional / extensão para a comunidade local ou nacional sobre a atividade sustentável de terras para agricultura e turismo.		
62	O MeditBio - Centro de Bio recursos e Alimentos do Mediterrâneo da UAlg concentra o seu trabalho na conservação dos ecossistemas terrestres locais e regionais https://www.UAlg.pt/pt/centro-para-os-recursos-biologicos-alimentos-mediterranicos https://www.UAlg.pt/pt/centro-investigacao-marinha-ambiental https://ccmar.UAlg.pt/	48	Manutenção dos ecossistemas existentes e a sua biodiversidade, de plantas e animais.		
63	Programas educacionais sobre ecossistemas de água doce (práticas de irrigação de água, gestão/conservação de água) para comunidades locais ou nacionais: Mestrado do Ciclo Urbano da Água, Mestrado Erasmus Mundus em Gestão da Água e da Costa e Sistemas Marinhos e Costeiros https://www.ualg.pt/curso/1743 ; https://www.ualg.pt/curso/1727 ; https://www.ualg.pt/curso/1740				
64	Aquacultura e Pescas; Recursos Biológicos Marinhos - Erasmus Mundus, Licenciatura em Biologia Marinha; Mestre em Biologia Marinha; Turismo https://www.ualg.pt/curso/1727 ; https://www.ualg.pt/curso/1836 ; https://www.ualg.pt/curso/1740	49	Oferta de programa educacional / extensão para comunidades locais ou nacionais sobre a atividade sustentável da pesca e turismo		
65	Seminário CCMAR- Cavalos-marinhos 2017, dissertações científicas: capturas acessórias na pesca de bivalves do Algarve, pesca sustentável em Moçambique. https://ccmar.UAlg.pt/en/activity/seahorses-flagship-species-struggling-survive-shifting-world https://sapientia.UAlg.pt/handle/10400.1/9907 https://www.ccmr.UAlg.pt/project/biofish-integrative-approach-enhance-quality-live-fishing-communities-bons-sinai-estuary https://biofishqol.eu/				

Dimensão Económica

N.º	Evidências		Categoria inicial	Categoria intermédia	Categoria final
66	Receitas de investigação por perfil de projeto: Apoio à comunidade e extensão científica e Transferência de tecnologia: 393.618,00	50	Receitas de investigação	VIII -Investimento e finanças	Planeamento e administração
67	Receitas de investigação por perfil de projeto: Institucionais e Formação pós-graduada e mobilidade: 2.889.686,00				

68	Receitas de investigação por perfil de projeto: prestação de serviços: 405.993,00			
69	Receitas de investigação por perfil de projeto: Investigação e desenvolvimento e Unidades de investigação:4.172.639,00			
70	A UAlg disponibiliza um catálogo on-line das suas competências e serviços I&D, ferramenta que dinamiza a relação da UAlg com a comunidade e promove a prestação de serviços e o desenvolvimento de sinergias. https://www.ualg.pt/catalogo-de-competencias-e-servicos?stid=All&ctid=All&atid=All&eid=All&c=	51	Catálogo de serviços	
71	Captação de investimento para novas empresas e de financiamento para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, para projetos institucionais e para a cooperação Universidade-Empresas: apoiou em 2018 a submissão de projetos no valor de 10.363.675,91€ de investimento global, correspondendo à Universidade um orçamento previsto de 6.229.075,76€. Embora o valor do investimento global dos projetos tenha sido inferior ao de 2017 (-8.586.689,33€; -45,3%) o valor do orçamento previsto para a UAlg é superior em 210.7% ao do ano anterior (+ 4.224.420,99€).	52	Tecnologia e transferência do conhecimento produzido na UAlg	IX - Indústria, inovação e infraestruturas
72	Cooperação internacional: Candidaturas a projetos de cooperação internacional (ERASMUS+, MED Program, SUDOE, Interreg Europe, POCTEP, H2020, DG Indústria, entre outros); deu-se início ou prosseguiu-se com a execução de projetos ERASMUS + (E-RESPLAN, ENEPLAN e VECTOR); H2020 (IN BUSINNES GROWTH – IBG); INTERREG EUROPE (INTRA); Med Program (ChIMERA, PELAGOS, PROteuS, MAESTRALE e Local4Green); Sistema de Incentivos a Ações Coletivas – SIAC (AGROTUR, INTERNACIONALIZAR+, CRIA START+, CRIA TECH, TT 2.0.), TUNA ROUTE (European Maritime and Fisheries Fund), PROTOTYPING e SABOR SUR (POCTEP).	53		
73	Número de funcionários com contratos com mais de 24 meses 993, Número de docentes 592, Número de docentes por área disciplinar: ciência, tecnologia, engenharia e matemática: 241, Número de docentes por área disciplinar: Medicina: 122, Número de docentes por área disciplinar: Artes e Humanidades / Ciências Sociais: 222	54	Funcionários e infraestruturas	
74	Projetos: Remodelação da Residência de Berlim – 2ª Fase; • Projeto para o Centro de Dados Campus da Penha; • Reparação da Sala de Informática no ISE; • Sala de Informática da Penha, no edifício da ESEC; • Reparação em diversos espaços dos SAS; • Remodelação das instalações sanitárias da Residência da Penha.	55		
75	Empreitadas: Empreitada de reparação do ramal de águas residuais domésticas no edifício 5; • Empreitada de instalação, por lotes, das centrais fotovoltaicas da Residência Albacor e do edifício 28 – ISE- U; • Empreitada de substituição de coberturas no ISE, por lotes; • Empreitada de reformulação no piso térreo do edifício 8; • Empreitada de instalação de sistema de produção de águas quentes sanitárias e melhoramento da envolvente exterior da cobertura no lote 17 (sem adjudicação); • Empreitada para pintura de interiores dos diversos espaços nos edifícios 1, e 7 no Campus de Gambelas; • Empreitada para realocização de janela de observação no edifício 2; • Fornecimento de vão de caixilharia para o edifício 2; • Empreitada de instalação de sistema de produção de águas quentes sanitárias e melhoramento da envolvente exterior da cobertura no lote 17; • Empreitada de reformulação da sala 1.30 do edifício 2 no Campus de Gambelas; • Empreitada de cobertura do estacionamento da ESSUAlg no Campus de Gambelas; • Empreitada de pintura dos pátios exteriores da ESGHT; • Empreitada para pintura da sala 0.29 no edifício 1, Campus de Gambelas; • Empreitada para reparações diversas no edifício 2 (2.ª fase) no Campus de Gambelas – aprovação do projeto de execução (adjudicado em 26 dezembro 2018); • Empreitada de instalação de luminárias Led em 6 edifícios, por lotes (em	56		

	curso); • Empreitada de remodelação das instalações sanitárias da Residência da Penha; • Empreitada de reparação em diversos espaços dos SAS; • Empreitada de reparação das paredes da Residência Albacor; • Empreitada de Impermeabilização do edifício 7 no <i>Campus</i> de Gambelas; • Empreitada de reparação do revestimento pétreo do edifício 7 no <i>Campus</i> de Gambelas.			
76	Aquisição de bens e serviços: Aquisição de serviços para elaboração do projeto para o Pólo Tecnológico do Algarve – Tec Hub, no <i>Campus</i> da Penha; • Aquisição de serviços para elaboração de projeto para o Pólo Tecnológico do Algarve – Medical Simulation Center, no <i>Campus</i> de Gambelas; • Aquisição de serviços de manutenção de espaços exteriores; • Aquisição de serviços de mudanças para transferência da ESSUA1g para o <i>Campus</i> de Gambelas; Aquisição de serviços de higiene e limpeza de espaços interiores; • Aquisição de serviços para desmontagem e montagem de instalação elétrica entre as salas 3.12 e 3.13 no edifício 7 no <i>Campus</i> de Gambelas; • Aquisição de serviços para manutenção das instalações elétricas e de redes de telecomunicações; • Aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica das centrais telefónicas da Universidade do Algarve; • Aquisição de serviços de manutenção de sistemas automáticos de deteção de incêndios nos <i>Campi</i> de Gambelas e Penha; • Aquisição de consumíveis de eletricidade 1 e 2; Aquisição de serviços de limpeza e desentupimento de coletores de águas residuais domésticas e pluviais; • Aquisição de serviços para revisão do projeto de execução para o Pólo Tecnológico do Algarve – Tec Hub, no <i>Campus</i> da Penha; • Aquisição de serviços para revisão do projeto de execução para o Pólo Tecnológico do Algarve – Medical Simulation Center, no <i>Campus</i> de Gambelas; • Aquisição de pavimento técnico sobrelevado para a sala 0.29, edifício 1, <i>Campus</i> de Gambelas.	57		
77	Manutenção das instalações: no âmbito da manutenção, comparativamente a 2017, registou-se, em geral, uma diminuição das situações resolvidas (-175; 11,3%); • Pedidos na área da canalização: 292 (+26; 9,9%); • Pedidos na área de carpintaria: 435 (-177; 28,9%); • Pedidos na área de construção civil: 100 (-6; 6,4%); • Pedidos na área de eletricidade: 505 (-32; 6,0%); • Pedidos na área de telefones: 38 (+2; 5,6%).	58		
78	Promove a simplificação administrativa ao nível do sistema financeiro de gestão documental, por meio da implementação do software Primavera. O SNC público adota as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS - International Accounting Standard/International Financial Reporting Standards) e foi parametrizado nas áreas financeira, recursos humanos e projetos de investigação, tendo sido iniciando o trabalho de adaptação e revisão de todos os manuais e procedimentos existentes. Procedeu-se à atualização da equipa de trabalho para acompanhamento da implementação e desenvolvimento do Sistema de Gestão Documental (Despacho RT.55/2018) e elaborou-se um plano de ação para a simplificação dos procedimentos administrativos no âmbito da gestão documental que se encontra em implementação.	59		

Dimensão Social e Cultural

N.º	Evidências	Categoria inicial	Categoria intermédia	Categoria Final
79	De acordo com os valores definidos pelo governo https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=nota-expliativa-sobre-a-nova-base-remuneratoria-na-administracao-publica https://dre.pt/pesquisa/-/search/119901746/details/maximized	60. Pagamento dos funcionários e docentes	X - Trabalho	Envolvimento no <i>campi</i>

80	Reconhecimento da legitimidade dos sindicatos e dos direitos trabalhistas no que respeita à liberdade de associação e negociação coletiva - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	61. Legitimidade dos sindicatos		
81	Cumprimento da Lei e do compromisso político nas Leis do trabalho em aspetos como: o trabalho não forçado, escravidão moderna, tráfico de pessoas e o trabalho infantil- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	62. Cumpre a Lei e as Leis do trabalho		
82	Garantia dos direitos equivalentes aos trabalhadores, se ou quando são contratualizadas atividades para terceiros - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	63. Direitos dos trabalhadores		
83	Políticas de igualdade na escala de salários definidas pelo Governo e pela Lei - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas/Tabelas remuneratórias	64. Políticas de igualdade		
84	Processo de garantia dos direitos dos funcionários pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e Comissão Paritária SIADAP	65. Garantia dos direitos dos funcionários		
85	Meio de divulgação das atividades, eventos e iniciativas, conjunto de produtos dirigidos aos <i>alumni</i> , como o cartão <i>Alumni</i> UAlg, associado a muitos benefícios. Dispõe de informação útil na procura de emprego e preparação para a entrada no mercado do trabalho. https://www.ualg.pt/pt/content/apresentacao-42	66. <i>Alumni</i> UAlg		
86	Os Serviços de Ação Social disponibilizam alimentação vejan e vegetariana. https://www.UAlg.pt/pt/content/alimentacao	67. Serviço de alimentação	XI- Alimentação	
87	Objetivo promovido pelo Projeto do Cria AGROTUR 2017 com empresas alimentares, promovendo a sua relação com o setor do turismo para impulsionar o consumo interno de bens e serviços produzidos localmente (link 2). Objetivo promovido pelo Centro de Investigação MeditBio no projeto da Dieta Mediterrânea, abrangendo aspetos paisagísticos e gestão da biodiversidade, produção de alimentos, consumo de alimentos saudáveis, biotecnologia vegetal e gastronomia gourmet. http://www.cria.pt/ (http://www.cria.pt/) http://www.cria.pt/estudos-e-projetos/agrotur/ http://www.meditbio.pt/ (http://www.meditbio.pt/)	68. Reforço da competitividade da Agroindústria Algarvia		
88	O Projeto CRIA promove o projeto PROTOTIPAGEM- Rede de Cooperação Transnacional para a Melhoria da Competitividade Empresarial do Setor Agroalimentar através da Prototipagem. O CEOT desenvolve ferramentas de deteção para problemas encontrados na agricultura e gestão pós-colheita http://www.cria.pt/estudos-e-projetos/prototyping/ http://www.meditbio.pt/ https://www.ceot.UAlg.pt/research-groups/sensing-and-biology	69. Deteção de problemas na agricultura e na gestão pós-colheita		
89	107	70. Número de graduados em profissões da saúde ao nível da Licenciatura	XII - Saúde e bem-estar	
90	81	71. Número de graduados em profissões da saúde ao nível do Mestrado		
91	1	72. Número de graduados em profissões de saúde ao nível do Doutoramento		
92	No LATF - Laboratório de Audição e Terapia da Fala da UAlg são prestados serviços de saúde: Consultas de Terapia da Fala e Exames Audiológicos, tendo como população alvo a comunidade: crianças, jovens e adultos. O LATF possui ainda neste âmbito um acordo com a Administração Regional de Saúde (ARS). https://www.UAlg.pt/pt/content/latf-laboratorio-audicao-terapia-da-fala	73. Apoio à comunidade		
93	Os Serviços de Ação Social da Universidade têm 9 residências universitárias para estudantes de graduação e mestrado (558 camas). Os bolsiros abrangidos pelo Sistema de Atribuição de Bolsas de Estudo têm prioridade e outros estudantes podem beneficiar deste apoio se o número de camas disponíveis o permitir. São atribuídas bolsas aos alunos de baixos rendimentos (bolsas de apoio social). No âmbito do Programa “+ Superior”, existe o Fundo de Assistência So-	74. Habitação (residências) e bolsas		

	<p>cial ao Aluno - Bolsas de Emergência e Bolsas de Cooperação. Ver nas páginas 4 a 11 do Relatório Anual de Serviços de Previdência Social 2018</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/alojamento-0</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/acao-social</p> <p>https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoos/sas/30.relatorioatividades_gestao_2018_final.pdf</p>			
94	<p>O CRIA é o principal parceiro do governo regional (CCDR Algarve) na estratégia de inovação e na articulação com as autoridades locais para abordar questões de planeamento / desenvolvimento e do acesso à habitação a preços acessíveis para estudantes e docentes e investigadores (visitantes na UAlg)</p> <p>http://www.cria.pt/estudos-e-projetos/the-good-practice-guide-on-initiatives-to-improve-regional-innovation-policies/</p>	75.	Políticas de acesso à habitação	
95	<p>Foi atribuído em novembro de 2020, o “Certificado de Healthy Campus” da Federação Internacional de Desporto Universitário (FISU), à UAlg, como sendo uma das primeiras Instituições de Ensino Superior em Portugal a conseguir esta distinção.</p> <p>https://algarveinformativo.blogspot.com/2020/11/universidade-do-algarve-obtem.html https://barlavento.sapo.pt/algarve/faro/UAlg-certificada-pela-federacao-internacional-de-desporto-universitario http://www.rua.pt/universidade-do-algarve-obtem-certificado-de-healthy-campus/ https://www.sulinformacao.pt/2020/11/universidade-do-algarve-distinguida-com-certificado-de-healthy-campus/</p>	76.	Reconhecimento da UAlg como <i>campus</i> saudável	
96	<p>O grupo UAlg + saudável, tem o objetivo de desenvolver e implementar políticas que possam contribuir para uma UAlg mais saudável.</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/UAlg-saudavel-0</p>	77.	Políticas de práticas para uma UAlg mais saudável	
97	<p>Parceria do Centro Internacional do Envelhecimento (CIE), dedicado a dar resposta a uma sociedade envelhecida, providenciar serviços de qualidade de vida, economia sustentável, e otimização da capacidade das pessoas.</p> <p>Parceria no projeto “Algarve Coração Seguro”, para a redução da mortalidade em caso de paragem cardíaca, capacitação de operadores turísticos, hoteleiros, espaços comerciais e públicos em Suporte Básico de Vida (SBV) e Desfibrilhação Externa Automatizada (DAE).</p> <p>Projeto “Crescer a salvar” em colaboração com os alunos do Mestrado Integrado em Medicina da UAlg para introduzir no Algarve a formação obrigatória em Suporte Básico de Vida (SBV).</p>	78.	Promoção da qualidade de vida, combate ao envelhecimento e economia sustentável	
98	<p>Os SAS disponibilizam serviços de saúde à comunidade académica: Suporte psicológico, Psicologia Clínica e da Saúde, Psicologia da educação, Desenvolvimento e Aconselhamento vocacional, Psicologia social e das organizações e Neuropsicologia, consultas médicas de várias especialidades clínicas.</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/saude</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/servico-psicologia</p>	79.	Serviços de saúde à comunidade académica	
99	<p>A Divisão do Desporto da AAUAlg proporciona à Comunidade Académica a prática de diversas modalidades físico-desportivas, em contextos variados.</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/desporto-aaUAlg</p>	80.	Promoção de modalidades físico-desportivas	
100	<p>Projeto UAlg ECO BIKE cede a utilização gratuita e temporária de bicicletas na UAlg, promovendo hábitos de atividade física e desportiva, formas de mobilidade ligeira mais sustentáveis na comunidade académica, adoção de meios de locomoção alternativos aos transportes públicos e veículos pessoais.</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/UAlg-eco-bike</p>	81.	Promoção de hábitos de vida saudável	
101	<p>A Capelania da UAlg é um espaço de encontro e partilha aberto a todos de celebração de acontecimentos e datas significativas para a comunidade académica. A Capelania desenvolveu um projeto de voluntariado para alunos do Ensino Superior que envolveu a deslocação de 1 semana, a uma aldeia de Portugal para conviver e animar a população local.</p> <p>https://www.UAlg.pt/pt/content/capelania</p>	82.	Capelania	

102	O Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais da UAlg implementou um conjunto de condições específicas assentes no reconhecimento do direito à diferença, sem abdicar dos parâmetros normais de exigência e qualidade do processo de ensino e aprendizagem. https://www.UAlg.pt/pt/content/necessidades-educativas-especiais	83.	Direito à diferença e qualidade do ensino		
103	Promoção de programas e parcerias com: Câmara Municipal de Faro no projeto 'Faro Active' em 2018, garantindo 1 mês de atividades desportivas e recreativas. Projeto de Investigação e Formação em Emergências (LIFE), para todos os alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico, ao abrigo da Resolução da Assembleia da República 33/2013, através de programas de voluntariado para estudantes para melhorar ou promover a saúde e o bem-estar: higiene, nutrição, planeamento familiar, desporto, exercícios, envelhecimento saudável e questões relacionadas à saúde e bem-estar. http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Agenda/Desporto/PROGRAMA_FARO_ATIVO_2018.pdf https://cenie.eu/en/background https://dcbm.UAlg.pt/pt/content/algarve-coracao-seguro https://dcbm.UAlg.pt/pt/content/UAlg-ensina-como-crescer-salvar, Medicina Geral e Familiar https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc-mtaGJ4gOupxR2n5yM0n64DkXD8NUzG1yN1GI2Ar8G0711w/viewform+D36:G45C37D36:D42D36:G46D36:G47D36:G49D36:G48D36:G47D36:F47C37D36:D42D36:E47D36:E46D36:E45D36:D44D36:D43	84.	Projetos de extensão na comunidade local		
104	Ações promovidas pela UAlg V+ Grupo de voluntariado da UAlg: projeto "Crescer a salvar", grupo de voluntariado da UAlg coordenado por representantes de cada Unidade Orgânica e dos Serviços de Ação Social, envolvendo parcerias com: A.A.P.A.C.D.M (Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais), AEDMADA (Associação para o Estudo da Diabetes <i>Mellitus</i> e Apoio ao Diabético do Algarve), Associação Animais de Rua, Associação Cultural e Social da Tôr, Associação Doina Algarve, Associação Liláz, Associação Partilhas e Cuidados, APATRIS 21 (Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve), APAV (Apoio à Vítima), APF (Associação para o Planeamento da Família), APPC (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral), Banco Alimentar, Centro de Apoio a Idosos de Portimão, Centro de Ciência Viva do Algarve, Centro Hospitalar Universitário do Algarve, Cruz Vermelha Portuguesa-Núcleo de Faro, ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL, Erasmus Student Network Algarve, Existir- Associação para a intervenção e reabilitação de populações deficientes e desfavorecidas, IPDJ Faro (Instituto Português do Desporto e Juventude, (Delegação Regional de Faro), ISU (Instituto para a Solidariedade e Cooperação Universitária), MAPS (Movimento de Apoio à Problemática da SIDA), MOJU (Associação Movimento Juvenil em Olhão), MUNDO A SORRIR, Obra Nossa Senhora das Candeias (Luzinhas), Projeto G.I.R.O (Grace, Intervir, Recuperar e Organizar), Real Amizade Farense, Re-food - Núcleo de Faro, Refúgio Aboim Ascensão, Reviver Juntos Associação, ROSTO - Associação de Doentes do Algarve, Ser Igual - Associação de Serviços Especiais de Reabilitação e Igualdade, SUESTE (Associação Humanitária de Nadadores Salvadores de Faro), Zoomarine. https://www.UAlg.pt/pt/content/voluntariado	85.	Voluntariado	XIII - Voluntariado e associativismo	
105	Programas e atividades de voluntariado que melhoram o acesso aos serviços básicos. Gama de cursos de graduação educação: pós-graduação, cursos de línguas, seminários, conferências, palestras, cursos gratuitos e muitos outros tipos de eventos, de acesso gratuito. https://www.UAlg.pt/pt/content/voluntariado https://www.UAlg.pt/pt/content/formacao-ao-longo-da-vida https://www.UAlg.pt/pt/content/necessidades-educativas-especiais	86.	Serviços básicos		
106	A Associação Académica da Universidade do Algarve (AAUAlg) tem como áreas de intervenção: Pedagogia e Política Educativa; Ação Social e Solidarie-	87.	Associação Académica		

	dade; Empregabilidade, Empreendedorismo e Saídas Profissionais; Comunicação e Marketing; Organizações estudantis (núcleos e secções autónomas); Desporto; Cultura e Tradição Académica; Eventos. https://www.UAlg.pt/pt/content/associacao-academica				
107	Bolsas de mérito desportivo. https://www.UAlg.pt/pt/content/bolsa-merito-desportivo	88.	Atribuição de bolsas de mérito	XIV - Prémios e bolsas	
108	Bolsas de estudo dos Serviços de Ação Social. https://www.UAlg.pt/pt/content/bolsas-estudo-sas	89.	Atribuição de bolsas de Estudo		
109	Bolsas de Estudo por mérito. https://www.UAlg.pt/pt/https%3A/www.UAlg.pt/pt/content/bolsas-estudo-por-merito				
110	https://www.UAlg.pt/pt/content/bolsas-excelencia-1	90.	Atribuição de bolsas de excelência		
111	Prémio BPI https://www.UAlg.pt/pt/content/premio-bpi Prémio da caixa geral de depósitos https://www.UAlg.pt/pt/content/premio-da-caixa-geral-depositos Prémio de boas práticas da UAlg https://www.UAlg.pt/pt/content/premio-boas-praticas-da-universidade-do-algarve Prémio Manuel Gomes Guerreiro https://www.UAlg.pt/pt/content/premio-professor-manuel-gomes-guerreiro	91.	Atribuição de prémios BPI		
112	Número de alunos com baixos rendimentos que recebem ajuda financeira: 1532	92.	Número de alunos com baixos rendimentos	XV - Combate à pobreza	Envolvimento na comunidade
113	Foram atribuídas bolsas de estudo a 1360 estudantes de apoio social, aos alunos de baixos rendimentos no âmbito do Programa “+ Superior”, e do Fundo de Assistência Social ao Aluno (144 estudantes), Bolsas de Emergência (19 estudantes), Bolsas de Cooperação (3 estudantes), Bolsas para estudantes internacionais (6 estudantes: 4 estudantes de Cabo Verde e 2 estudantes Sírios), páginas 4 -11 do Relatório Anual de Serviços de Previdência Social 2018. https://www.UAlg.pt/pt/content/acao-social https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoes/sas/30.relatorioatividades_gestao_2018_final.pdf https://www.UAlg.pt/pt/content/alimentacao	93.	Atribuição de bolsas de estudo		
114	Os Serviços de Ação Social da UAlg proporcionam serviços de apoio ao estudante https://www.UAlg.pt/pt/content/acao-social	94.	Serviços de ação social		
115	Programas de apoio a estudantes carenciados de países subdesenvolvidos https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoes/sas/30.relatorioatividades_gestao_2018_final.Pdf	95.	Apoio a estudantes carenciados de países subdesenvolvidos		
116	Assistência financeira à comunidade local através do apoio à criação de negócios sustentáveis https://www.UAlg.pt/pt/content/alimentacao	96.	Apoio à comunidade na criação de negócios sustentáveis		
117	Gabinete de Apoio à Inovação Pedagógica faz prevenção e apoia os casos de possível abandono e promoção do sucesso académico dos alunos https://www.UAlg.pt/pt/content/sos-abandono	97.	SOS Abandono		
118	Realização anual do evento da Empregabilidade: tem por objetivo esclarecer eventuais dúvidas aos estudantes e diplomados pela UAlg sobre a procura ativa de emprego, a Academia vai dedicar o mês de novembro à temática da empregabilidade. https://www.UAlg.pt/pt/content/UAlg-organiza-mes-da-empregabilidade-feira-virtual-emprego-28-outubro-25-novembro	98.	Empregabilidade e feira de emprego		
119	Participação na formulação de políticas a nível local, regional, nacional e global para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza em todas as suas dimensões. A nível internacional - A UAlg é membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), ONG internacional, intervindo no reforço das relações da associação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em algumas áreas temáticas e no papel de consultora científica para a	99.	Políticas locais, regionais, nacionais e global para erradicar a pobreza		

	<p>CPLP (ver 1º link, ver missão em “Quem somos” e “Instituições membro” em “Parceiros”).</p> <p>A nível nacional: membro do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Politécnicos de Portugal (CCS-ISP) entidades que coordenam o ensino superior público em Portugal tendo como objetivo a colaboração na formulação de políticas nacionais de educação, ciência e cultura.</p> <p>A nível regional: representada em várias estruturas, e.g. a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), que tem por missão implementar políticas ambientais, de ordenamento do território e urbanismo, de desenvolvimento regional e apoio técnico às autarquias locais e suas associações, cooperação entre os Conselhos do Algarve no planeamento, para uma melhor organização dos recursos e respostas e facilidades sociais, através da articulação dos instrumentos de planeamento local com as medidas e ações nacionais, representada no Conselho Local de Ação Social de Faro (CLAS), com o objetivo de planejar iniciativas de desenvolvimento local com maior eficácia na erradicação da pobreza e da exclusão social.</p> <p>http://aulp.org/ https://ccisp.pt/en/home/ File uploaded: Regulamento Interno do CLAS Decreto-Lei n.º 115-06 aprovado 09_06_16 alterado.pdf</p>			
120	Relatório de atividades da UAlg 2018, página 77, número de alunos:7529	100.	Número de alunos	XVI - Igualdade
121	Relatório de atividades 2018, página 77, número de alunos que iniciou licenciatura: 1608	101.	Número de alunos que iniciou licenciatura	
122	Relatório de atividades 2018, página 77, número de mulheres que iniciou o primeiro ano: 903	102.	Número de mulheres que iniciou o primeiro ano letivo	
123	Os Estatutos indicam de forma não específica a não discriminação para transgêneros: Ponto 5, alínea g) artigo 3º Atribuições; artigo 4º, Princípios, Carta de Direitos e Deveres da Comunidade Acadêmica que visa promover os valores da liberdade, igualdade, justiça e ética, integrando-os à vida da comunidade acadêmica, capítulo II Direitos, artigos 4º, 5º e 6º, valores da UAlg no Plano Estratégico 2017-2021, pág. 6. https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoos/gaq/estatutos_UAlg_2008_publicacao_diario_da_republica.pdf https://www.UAlg.pt/content/carta-direitos-deveres https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoos/reitoria/plano_estrategico_2017_2021.docx.pdf	103.	Política de não discriminação nos Estatutos da UAlg	
124	Proteção na denúncia de relatos de discriminação e desvantagem educacional ou de emprego https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/gcp/legislacao/regulamento_disciplinar_dos_estudantes_da_universidade_do_algarve.pdf https://www.UAlg.pt/content/carta-direitos-deveres	104.	Proteção na denúncia	
125	Na UAlg não se excluem grupos sub-representados: minorias étnicas, estudantes de baixos rendimentos, não tradicionais, mulheres, estudantes LGBT, estudantes com deficiência. https://www.UAlg.pt/content/acesso https://www.UAlg.pt/content/necessidades-educativas-especiais https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoos/sacad/regulamento_estatutos_especiais.pdf	105.	Política de admissão de grupos sub-representados	
126	A UAlg encoraja a candidatura de mulheres em matérias sem representatividade feminina, através da colaboração com entidades como a IBM, Câmara Municipal de Faro e do Instituto Superior de Engenharia. https://www.UAlg.pt/content/exite-camp Link onde consta que a UAlg foi parceira: Engenheiras por um dia" - CIG: https://www.cig.gov.pt/acoes-no-terreno/projetos/engenheiras-um-dia/#2019	106.	Candidatura de mulheres	
127	Política que garante que o acesso a informação/formação: Palestras nas escolas, projetos e atividades de voluntariado a atividades (palestras, programas	107.	Políticas de acesso à informação/formação	XVII - Direitos sociais

	de voluntariado, aplicação Millage de acesso conteúdos educativos) seja acessível a todos, independentemente da etnia, religião, deficiência ou género. https://www.UAlg.pt/pt/content/equipa-UAAlg-palestras-nas-escolas https://www.UAlg.pt/pt/content/voluntariado https://milage.UAlg.pt/?page_id=1181			
128	https://www.UAlg.pt/sites/UAAlg.pt/files/seccoes/sacad/regulamento_estatutos_especiais.pdf	108.	Direito à maternidade e paternidade	
129	Política de acesso de diferentes públicos ao ensino superior, prevendo o acesso a alunos do ensino profissional, adultos com mais de 23 anos, trabalhadores estudantes e alunos com necessidades especiais. Existem estatutos específicos que facilitam a frequência de cursos por grupos específicos diferentes. https://www.UAlg.pt/pt/content/acesso . https://www.UAlg.pt/pt/content/necessidades-educativas-especiais https://www.UAlg.pt/sites/UAAlg.pt/files/seccoes/sacad/regulamento_estatutos_especiais.pdf	109.	Política de acesso de diferentes públicos	
130	Implementação de políticas, programas e formações relacionadas com a diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos Os Serviços de Recursos Humanos prestam apoio a Docentes, Investigadores e Pessoal Não Docente (artigo 9 no link 1). Os Serviços de Ação Social prestam o apoio a estudantes (link 2) e o Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Especiais é responsável pelos estudantes com necessidades educativas especiais (link 3). https://dre.pt/application/conteudo/3608058 ; https://www.UAlg.pt/pt/content/acao-social ; https://www.UAlg.pt/pt/content/necessidades-educativas-especiais	110.	Políticas para a diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos	
131	Todos os <i>campi</i> são de livre acesso As bibliotecas também são de acesso livre e informam o horário de abertura na sua página https://www.UAlg.pt/en/content/opening-hours-and-contacts	111.	Acesso público a edifícios da UAAlg	XVIII- Comunidade
132	Os edifícios e bibliotecas, localizadas em diferentes edifícios nos <i>campi</i> , tem preocupações de acessibilidade evidentes na facilidade de acesso a partir do exterior, e da mobilidade dentro dos edifícios e entre as áreas de leitura das Bibliotecas, trabalho e informação.	112.	Acessibilidade aos edifícios e bibliotecas da UAAlg	
133	Acesso público gratuito a espaços abertos e espaços verdes. Mesmo no fim-de-semana (sábado) a Universidade (campus de Gambelas) está aberta ao público https://www.UAlg.pt/en/content/opening-hours-and-contacts	113.	Acesso público aos <i>campi</i>	
134	A Biblioteca António Rosa Mendes promove exposições ao longo do ano com a comunidade académica e em parcerias com outras entidades. A unidade de investigação CIAC proporciona acesso público a museus, espaços de exposição / galerias e/ou obras de arte e artefactos https://www.UAlg.pt/en/content/news-1 ; https://ciac.pt/	114.	Contribuição para as artes locais, com exposições	XIX - Artes
135	Através do diploma de Artes Visuais e do Centro de Investigação CIAC, são organizadas exposições sucessivas ao longo do ano em galerias na região do Algarve, em particular na Galeria Trem, na cidade de Faro. https://ciac.pt/			
136	A UAAlg é fundadora da Orquestra Clássica do Sul, que promove um grande número de espetáculos públicos anuais e atua a nível nacional. A Orquestra de Jazz da UAAlg (JazzUAAlg) atua regularmente. https://www.UAlg.pt/pt/content/UAAlg-assinala-abertura-do-ano-academico-com-concerto-orquestra-classica-do-sul	115.	Contribuição para as artes locais	
137	O Grupo de Teatro Sin-cera é uma plataforma de lançamento de inúmeros projetos culturais de qualidade, e agente formador. Organizou um curso de iniciação de teatral, um curso de luz e som para teatro e várias aulas abertas para a comunidade universitária. https://www.UAlg.pt/pt/content/sin-cera			
138	Existe um Grupo Coral na UAAlg e uma que atua regularmente. https://www.UAlg.pt/pt/content/grupo-coral			
139	As Tunas Académicas da UAAlg, atuam regularmente: Versus Tuna - tuna académica da UAAlg Feminis Ferventis - tuna académica feminina da UAAlg Real Tuna Infantina -			

	tuna académica mista da UAlg Tunabeles - tuna académica do campus de Portimão Enfartuna - tuna de enfermagem da UAlg https://www.UAlg.pt/pt/content/tunas				
140	A UAlg tem vários projetos para registar e/ou preservar o património cultural imaterial, como o folclore local, tradições, língua e conhecimentos, parte dos quais implementados pelo centro de investigação CIAC. https://www.UAlg.pt/en/content/news-1 https://ciac.pt/	116.	Projeto de registo património cultural intangível	XX - Preservação do Património Cultural	
141	Despesas universitárias: 54.968.081	117.	Gastos com artes e património a nível local		
142	Despesas universitárias: 73.229	118.	Despesas universitárias em artes e património		
143	Participação em iniciativas relacionadas com a Dieta Mediterrânica, declarada Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.	119.	Iniciativas de património cultural		
144	Livros - https://www.UAlg.pt/pt/publicacoes Revista UAlgzine - https://www.UAlg.pt/pt/content/revista-UAlgzine Brochuras - https://www.UAlg.pt/pt/content/brochuras	120.	Transmissão de conhecimento - publicações da UAlg		
145	Editora - publicação em formato digital e/ou papel de produções científicas, pedagógico-didáticas, técnicas, culturais e artísticas dos membros da Universidade do Algarve, dando cumprimento aos objetivos de investigação, cooperação e extensão universitárias, decorrentes das políticas científicas, culturais e pedagógicas definidas pelos órgãos competentes. https://www.UAlg.pt/pt/content/editora	121.	Existência de editora na UAlg		
146	A comunidade tem acesso às Bibliotecas Universitárias durante todo o ano. Os utilizadores externos podem tirar partido dos serviços de empréstimo informativo, inscrevendo-se para o efeito mediante o pagamento de uma taxa, tendo acesso livre a consulta a livros e publicações. https://www.UAlg.pt/en/content/faqs	122.	Bibliotecas públicas		
147	O Arquivo Central tem o objetivo de ser o dinâmico guardião documental da memória da UAlg organizando e armazenando os documentos produzidos ou relacionados com a UAlg, disponibilizando-os à Comunidade Académica e com o público externo à UAlg. O Arquivo Central presta apoio na gestão e organização do Arquivo Corrente. https://www.UAlg.pt/pt/content/arquivo-central-0	123.	Arquivo Central		
148	Eventos que incorporam temas relacionados com a Sustentabilidade Cultural e Ambiental; páginas: 84 a 95 do Relatório de Atividades. https://www.UAlg.pt/sites/UAlg.pt/files/seccoes/reitoria/UAlg_relatorio_atividades_2019_versao_online.pdf	124.	Eventos relacionados com a sustentabilidade cultural e ambiental	XXI - Eventos	Atividades culturais
149	página 84 do Relatório de Atividade 2019 Conferência "Projetos de Escolas Resilientes aos Sismos no Território do Algarve e de Huelva"; Conferência "O Universo Imaginário de Jules Verne"; Conferência "Geoparque Algarvensis –Desafios e Oportunidades "; Conferência "O Poder da Colaboração"; Conferência Internacional sobre Tecnologias para Gestão de Emergências e Vigilância Marítima; Conferência sobre "Stress no Oceano"; Conferência "Educar sem stress"; III Conferência Internacional CRE-ATOUR e Mostra de Turismo Criativo; Conferência "O Marketing à minha maneira"; Conferência "Ordenamento do Território e tributação imobiliária"; Conferência "Calçada Portuguesa no Mundo"; Conferência Internacional ReCLes.pt 2019; II Conferência Internacional Envelhecimento Ativo e Educação; Conferência Internacional em Ciência Computacional; Conferência "Inovação como instrumento de mais e melhor Turismo"; Sete Conferências sobre "Conversas sobre literatura oral"; III Conferência Internacional de Turismo & História-Património da Humanidade no Espaço Ibero-Americano; Conferência "As viagens fantásticas de Júlio Verne"; Conferência "A crítica da razão europeia"; Conferência "Celebrar a Vitória, Defender a Paz"; I Ciclo de conferências "O Algarve e a Economia Do Mar"; Sustentabilidade: Um olhar sobre o Futuro"; Conferência "Estratégias que marcam 8".	125.	Conferências relacionadas com a sustentabilidade		

150	IV Congresso de História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal”; XIII Congresso Ibérico de Arqueometria”; I Congresso Nacional do Voluntariado Universitário; INCREASE 2019-Congresso Internacional de Engenharia e Sustentabilidade no Século XXI; CIBIA 2019- XII Congresso Ibero americano de Engenharia dos Alimentos	126. Congressos, jornadas, seminários encontros, workshops, fórum		
151	XII Jornadas do CIAC; Jornadas PERIN 2019 sobre “Comunidades energeticamente sustentáveis”; III Jornadas de Medicina; XV Jornada Científica da Rede Panlatina de Terminologia; Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa Nacional; Jornadas de Educação Médica			
152	Seminário “Transferência de conhecimento da academia para o tecido empresarial”; Seminário “Literacia filmica e audiovisual: o projeto Primeiro Plano em análise”; Seminário “How genotype and feeding regime interaction regulate leptin in fish”; Seminário “Reef fish spawning aggregation research in the Florida Keys”; Seminário “Microplastics : from emergent threat to public enemies”; Seminário “Moedas Digitais e Megatendências”; Seminário “Enriching aquaculture to promote fish Welfares”; Seminário “Management Magic: How to communicate and motivate people”; Seminário “ Recent trend for declining European seagrass meadow; Seminário "The Coercive Isomorphism Ripple Effect"; Seminário "Sistemas energéticos na habitação e na hotelaria”; Seminário "Alimentação em Meio Escolar “; Seminário "Turismo Náutico e Marketing Territorial”; Seminário “Genomic footprints of a biological invasion			
153	XXXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES); I Encontro de Animação Turística da ESGHT -UAlg; Encontro de Ciências da Educação da Universidade do Algarve; XI Encontro Internacional de Fitossociologia; Cinco Ciclos de Encontros de Partilha e Inovação Pedagógica; XXII Encontro Nacional de Estudantes de Biologia; XVIII Encontro de Psicologia no Algarve; II Encontro de Saúde & Educação; VIII Encontro de Instituições e Unidades de e Learning do Ensino Superior (eL@IES2019); Jornadas DE+; Encontro pelo Planeta; I - RIDEN ALGARVE –Primeira reunião Ibérica do Doente Neurocrítico.			
154	Workshops de criatividade para empresas nacionais e internacionais; Workshop “Product Differentiation Research”; II Workshop de Matemática e Arte; III Workshop Advances in Engineering of Ventilating, Air Conditioning and Refrigeration; Workshop “Solar Concentration Systems for Domestic and Industrial Applications”; Workshop “O uso inteligente da água em espaços verdes”; Workshop “Novas microalgas ,novas aplicações”; UAlg Careers Week; 9.º Algarve Design Meeting; I Simpósio Internacional de Voluntariado no Ensino Superior; Simpósio ”Lugar(es): conceções ,abordagens e representações“; Debate ”A importância da Saúde na Economia do Algarve“; VI ciclo de Debates em Reabilitação e Ortoprotesia; I Colóquio Internacional “Marés de histórias”; Mesa Redonda; Inovação em Turismo; Discovery Sciaena 2019; Binal Ibérica de Património Cultural; OPTO –VII Fórum de Educação e Formação do Algarve; Tertúlia “40 anos por 4 Reitores”; Sessão “Plataformas eletrónicas de apoio ao emprego e à mobilidade, em Portugal e na Europa 2; ESSUAlg ConVida 2019 - “ Intolerâncias e alergias alimentares – factos e mitos”; ESSUAlg ConVida 2019 “ Ergonomia no trabalho: estratégias para promover a sua saúde”; ESSUAlg ConVida 2019 – Prevenção de quedas na pessoa idosa”; ESSUAlg ConVida 2019 A exposição à radiação em exames imagiológicos e os seus riscos para a saúde”; ESSUAlg ConVida 2019 –“ Como organizar a medicação em casa”; II fórum “Academia +Empresa “			
155	III Internacional Fórum on Management (IFM); Sessão “Melhora a tua comunicação e transmite o melhor de ti”; Sessão “Empreendedorismo e a criação de emprego. As start-up na UAlg”; Sessão “Carreira 4.0 – O Futuro é agora! Estratégias para alta empregabilidade “; Sessão “Construção do <i>Curriculum Vitae</i> e preparação para entrevista de emprego”; SINAL 2019 -10th meeting of Signal Transduction; Oficinas IPAD (Imaginar, Pensar, Aprender e Descobrir); Oficina “Desassossego Remix 5: Arquivo LdoD1”; Laboratório Blue Hub			

156	Exposições, Divulgação e Intervenção Cultural e Científica: Exposição “Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro –Aljezur; Exposição “A Educação e a Filatelia: Breve Abordagem” Exposição “Enquanto Portugal dominava no mar. A época dourada da história da Polónia” Exposição “Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro –Faro”; Exposição “ <i>Scriptum in Petris</i> : Calçada Portuguesa no Mundo”; Exposições “Paisajes del agua” e “Gotas recuerdos”; Exposição Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro –Lagoa; Exposição “CONVERSA”; Exposição “Sabotage”; Exposição Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro –Tavira; Exposição “Artistas pela Paz”; Exposição “Eu metia as mãos na água”; Exposição Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro –Mar Shopping; Exposição “FERÔNIA”; Exposição Universidade do Algarve - 40 anos a criar Futuro – Fórum Algarve; Exposição “Design e Prototipagem Rápida”; Exposição “O Homem que só queria ser Tóssan”; 5.ª Edição da Exposição “Mar Motto”; Exposição “Terno efémero”; Exposição “Universidade do Algarve – 40 anos a Criar Futuro”; Exposição “Celebrar a Vitória,, Defender a Paz”; Exposição “História da UAlg em documentos : os primeiros anos”; Exposição “ <i>Comenius</i> e a arte de Ensinar”; Exposição “Torre, muro e mundo”; Exposição “Design e Prototipagem Rápida”; Exposição “Algarve”; Exposição “O Universo Imaginário de Jules Verne”; Exibição do filme “Heroina”; Exposição “A União Europeia e os Cidadãos”; Exposição “Aos Olhos do CCMAR” (4.ª edição); Exposição “Escola Nómada .Um, Dois e Muitos”; Exposição “Ria Des(formosa.)	127	Exposições, exibições, ciclos de cinema e de arte, lançamentos, cerimónias e iniciativas	
157	Exibição do filme “Santa Liberdade”; Exibição de curta metragem “Segunda opção”; Exibição do filme “Mónica e o Desejo”; Exibição do filme “Viridiana”. Exibição do filme “Que viva México!”; Exibição do filme “Maoista”; Exibição do filme” O Cozinheiro, o ladrão, a sua mulher e o amante”.			
158	Ciclo de Cinema “Herético e Libertário”; Exibição do filme” Gertrud”; Visualização edições do “Jornal Cinematográfico Nacional”; Apresentação do Projeto Peer Community In (PCI); Café com Letras: “Línguas e Dialectos “; 7.ª edição do Festival de Cinema sobre Saúde Mental (FICSAM 2019); 3.ª edição do CINANIMA –Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho; Sciinema Festival 2019; Ciclo de Cinema “Herético e Libertário”; Café com Letras: “Edificado Urbano e Património”; Café com Letras: “Tradições Populares”; Café com Letras: “40 anos a desenvolver a região”; Café com Letras: “Inovação e Ciência no Feminino”; Café com Letras:” História da Medicina”; Café com Letras “Bibliotecas e Leitura Pública”			
159	Ciclo de Artes Visuais com Paulo Serra; Ciclo de Artes Visuais com Ângelo Gonçalves; Ciclo de Artes Visuais com Gustavo de Jesus; Ciclo de Artes Visuais com Miguel Soares.			
160	Lançamento do livro “Alimentos com história: estórias de alimentos”; Lançamento da Revista “UAlgoritmo”; Apresentação do livro “Ciências com Vida”; Apresentação do livro “Transitoriamente reitor. Intervenções públicas 2013-2017”; Apresentação do livro “Diálogos Ibéricos: jornadas internacionais sobre a importância da língua portuguesa”; Apresentação do livro “Sexto Continente – a Nação Internet”; Apresentação pública da Hemeroteca Digital do Algarve; Apresentação pública do Prémio Manuel Gomes Guerreiro; Apresentação dos resultados do Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações Climáticas no sul do País;			
161	Cerimónia Filatélica; Comemorações do 10.º Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia; Cerimónia de entrega dos Prémios do concurso anual MLLAGE APRENDER; Cerimónia Comemorativa do 10.º aniversário do Mestrado Integrado em Medicina; Dia Internacional /International Day 2018/19; Cerimónia Comemorativa do Dia da Universidade do Algarve; Cerimónia de Homenagem ao Professor Vítor Reia Baptista; Apresentação Pública do Pólo Tecnológico do Algarve; VII Feira da Dieta Mediterrânica; Bienal Ibérica de Património Cultural			

162	Semifinais das Olimpíadas de Química Júnior: 24 horas Agricultura Syngenta 2019; XVII edição Moura Encantada-Festival de Tunas Femininas no Algarve; MISTUNA 2019 – XIV Festival de Tunas Mistas da Universidade do Algarve; Vozes na UAlg -2.º encontro de Coros; Som Riscado- Festival de Música e Imagem de Loulé –(4.ª edição); Passeios Pedestres 2019/20 – Albufeira; Passeios Pedestres 2019/20 – Azinhal; Passeios Pedestres 2019/20 – Quarteira; Passeios Pedestres 2019/20 – Ferragudo; Passeios Pedestres 2018/19 – Tavira; Passeios Pedestres 2018/19 – Silves; Passeios Pedestres 2018/19 – Castro Marim; Passeio Pedestre Fonte Benévola; Passeio “Parar /Olhar para a Serra do Caldeirão /Refletir sobre o declínio do sobreiro”; Vida Ativa –Faro a pedalar pela Saúde, Ação : Atividade Física + Nutrição =Bem –Estar; Programa de Iniciação à Prática de Atividade Física (PIPAF); Campeonato de Futsal Masculino; Campeonato Nacional Universitário de Golfe M/F; <i>Campus</i> em Férias - Páscoa 2019; <i>Campus</i> em Férias - Verão 2019; Sessão “Operação Praia Limpa”; Sessão de Divulgação “Financiamento para Empreendedorismo e Inovação Social”; MICRODIA –Dia aberto da Microscopia; Dia aberto na Jazida Arqueológica Paleolítica de Vale Boi; Dia Aberto do Projeto PodaCitrus; Dia aberto 2019, Unidade móvel de rastreio VIH/SIDA; Futurália 2019 – Oferta Educativa, Formação e Empregabilidade; TOPAS Sul 2019; Dia D + Ciência, Mitose: Ciência a Sul; Plantação de sobreiros; Iniciativa Labclubs DCBM/CBMR; apresentação do roteiro para a neutralidade carbónica e do plano nacional energia e clima, Dia Internacional da Pessoa com deficiência e da Ortoprotesia.				
-----	---	--	--	--	--

Dimensão Educacional, Institucional e Política

N.º	Evidências	Categoria inicial	Categoria intermédia	Categoria final
163	Número de publicações académicas sobre sustentabilidade publicadas pela UAlg, nos últimos 3 anos, com cerca de 700 publicações depositadas no repositório (livros, artigos, capítulos, teses e dissertações), sustentabilidade relacionada. As áreas vão desde a energia, urbanismo, mar, turismo, ética, social, financeira, económica e ambiental. https://sapientia.ualg.pt/ https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12295 https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12509 https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/2682	128. Publicações	XXII - Atividades	Educação
164	Programas e campanhas locais de educação sobre os riscos das alterações climáticas, impactos, mitigação, adaptação, redução do impacto e alerta. Foram efetuadas mais de 600 palestras no âmbito do programa "A Universidade vai à Escola" para estudantes do secundário. Oferta de uma experiência para estudantes locais durante um dia inteiro, relacionadas com os impactos e adaptação das no âmbito do programa "A Escola vem à Universidade" https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas https://www.ualg.pt/pt/content/dia-aberto-ualg	129. Programas e campanhas locais de educação sobre alterações climáticas		
165	Entre 2013-2017, a UAlg foi parceira no projeto da UE TOOLKIT, desenvolvendo ferramentas de gestão de risco, com a ajuda de usuários finais, para lidar com os perigos e impactos de tempestades em áreas costeiras vulneráveis. O RISC-KIT forneceu aos gestores costeiros e formuladores de políticas ferramentas e métodos para aumentar a resiliência das zonas costeiras da UE, minimizar a perda de vidas, danos económicos, destruição de habitat e perda de património cultural devido a eventos hidrometeorológicos de baixa frequência e alto impacto.			
166	Programa educacional / extensão para comunidades locais ou nacionais sobre o manuseamento sustentável de terras para agricultura e turismo Doutoramento em INOVAÇÃO E GESTÃO DE UTILIZAÇÃO DE TERRENOS https://www.UAlg.pt/en/curso/1667	130. Programa educacional / extensão		

	A celebração do Dia Aberto "2020" destina-se a divulgar a oferta formativa para 2020/2021 e o trabalho pedagógico e científico desenvolvido na UAlg. Dirige-se aos alunos dos 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos e seus professores, agentes educativos, encarregados de educação e demais cidadãos interessados. https://www.ualg.pt/pt/content/dia-aberto-ualg	131. Divulgação		
168	Melhorias nos Sistemas de comunicação e informação nas vertentes da rede e infraestruturas, Administração de Sistemas,			
169	Disponibiliza Formação ao Longo da Vida Formação não graduada: pós-graduações, cursos de línguas, seminários, conferências, palestras, cursos livres e vários tipos de eventos. Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Tesp), Cursos Livres, Cursos de Línguas, Seminários, Conferências, Palestras, Workshops, Provas Académicas, Artes e Cultura https://www.ualg.pt/pt/content/formacao-ao-longo-da-vida	132. Formação		
170	A Biblioteca da UAlg está aberta ao público em geral e disponibiliza formação: workshops, seminários e eventos a toda a comunidade académica https://www.ualg.pt/pt/content/formacao			
171	Formação interna - Em 2018 participaram em ações de formação profissional 409 trabalhadores (+ 335 que em 2017), 50% pertencente ao corpo não docente, dos quais 9,8%			
172	Lab-It - Laboratório Itinerante de Genética Molecular da UAlg, tem como objetivo apoiar as escolas secundárias e os professores na formação e divulgação de conceitos associados à genética molecular e as suas aplicações nas áreas da biologia forense, medicina, diagnóstico, genética humana, biotecnologia, conservação de espécies protegidas, monitorização de poluição ambiental e alimentar, entre muitas outras áreas, sendo a aplicação das técnicas moleculares transversais a todas estas áreas. https://www.ualg.pt/pt/content/lab-it-laboratorio-itinerante			
173	Grupo de trabalho em Inovação Pedagógica e Novas Tecnologias Promove a implementação do uso das novas tecnologias da informação e comunicação nas atividades de ensino, em particular na implementação de modalidades de ensino à distância, associadas à estratégia de inovação pedagógica da UAlg. Despacho RT.018/2019	133. Grupos de trabalho de inovação, apoio, desenvolvimento de formação à comunidade académica	XXIII – Estruturas	
174	Gabinete de Apoio à Inovação Pedagógica Contribuem para a transição dos estudantes do ensino secundário para o ensino superior, dinamizam ações conjuntas para promover o sucesso académico, reduzem o abandono dos estudantes e estimulam práticas de inovação pedagógica para a aquisição de competências dos estudantes da UAlg, articulando atividades de ensino e aprendizagem com as entidades públicas e privadas da região. Despacho RT.18/2018 https://www.ualg.pt/pt/content/inovacao-pedagogica			
175	Grupo de trabalho para a promoção do sucesso dos estudantes na matemática Promove o sucesso em unidades curriculares de vários cursos da UAlg em que são relevantes os conhecimentos a nível da matemática. RT.27/2019			
176	Comissão Coordenadora do Centro de Formação e Atualização Permanente da UAlg Estrutura vocacionada para as atividades de extensão, coordena, articula e divulga os cursos não conferentes de grau e as ações de formação oferecidas nas diversas áreas do conhecimento, pela Universidade do Algarve, permitindo o aumento da oferta deste tipo de formações e proporcionando uma resposta mais adequada às solicitações de entidades externas. Despacho RT.77/2015			
177	Conselho Consultivo da oferta formativa da UAlg Estrutura de reflexão sobre as relações entre a oferta formativa da UAlg e a oferta formativa que antecede o ingresso dos estudantes no ensino superior, bem como a relação com as principais entidades empregadoras da região,			

	com as seguintes atribuições, composição e forma de funcionamento: Despacho RT.17/2018			
178	A UAIG coloca à disposição dos utilizadores um Catálogo online, com o objetivo de dar a conhecer as suas competências e serviços I&DT. O Catálogo pretende ser uma ferramenta que dinamiza a relação da UAIG com toda a comunidade e que promova a prestação de serviços e o desenvolvimento de sinergias. https://www.ualg.pt/pt/catalogo	134	Catálogo de competências e serviços de I&D	
179	Divisão de Empreendedorismo e transferência de Tecnologia Tem por missão o apoio ao desenvolvimento de ideias de negócio de base tecnológica e da transferência do conhecimento produzido na UAIG, na expectativa da sua inserção no mercado. Procura valorizar o conhecimento produzido através da transferência de tecnologia, da criação de novas empresas de base tecnológica (start-ups e spin-offs), da generalização do recurso à proteção dos Direitos de Propriedade Industrial e do desenvolvimento de infraestruturas com capacidade de resposta tecnológica às principais áreas de investigação científica. https://www.ualg.pt/pt/content/empreender-transferir-comercializar	135	Divisões e Serviços de apoio à comunidade local e universitária	
180	Laboratório de Engenharia Sanitária (LES) Prestação de serviços à comunidade e da investigação científica aplicada às necessidades da região, nomeadamente: Monitorização Ambiental de Aterros Sanitários e Lixeiras; Monitorização de Águas Superficiais; Monitorização da Qualidade das Águas de Piscinas Municipais e de Parques Aquáticos; Monitorização da Qualidade das Águas para Lavagem e Acondicionamento de Pescado; Monitorização de Águas para Consumo Humano em Diversas Empresas do Sector Alimentar como Conserveiras, Empresas Produtoras de Bebidas e Matadouros; Verificação da Qualidade das Águas de Amassadura para Betões, de acordo com a Especificação do LNEC E 372-1993; Controlo de Efluentes Brutos e Tratados de Várias Empresas do Sector Turístico e Alimentar e de ETAR's da Região; Monitorização da Qualidade das Águas Subterrâneas do Algarve; Monitorização e Controlo Ambiental de Campos de Golfe. https://ise.ualg.pt/pt/content/laboratorio-engenharia-sanitaria			
181	O Serviço de Psicologia da Universidade do Algarve (SP) Estrutura de avaliação, intervenção e investigação tendo como finalidade a transferência de conhecimento científico e a prestação de serviços à comunidade, através de quatro unidades de intervenção: Psicologia Clínica e da Saúde, Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento Vocacional, Psicologia Social e das Organizações, Neuropsicologia. https://www.ualg.pt/pt/content/servico-psicologia			
182	Projeto Reciclar é uma arte – financiado pela empresa Novo Verde. O Grupo Ecocampus no âmbito das atividades do projeto promoveu em 2020, a aquisição de: 3 bebedouros públicos, 16 contentores coloridos para separação de plásticos por tipo, máquinas para reciclagem de plástico, material para belas-artes, montagem de um sistema de reciclagem nos edifícios, colocação de ecobags nos edifícios, pesagem dos ecobags, montagem de um sistema de compostagem de orgânicos, percurso pedonal no <i>campus</i> de Gambelas com infografia, plantação de alguns milhares de plantas autóctones no <i>campus</i> de Gambelas. Deu igualmente seguimento ao Projeto financiado pelo Zoomarine com Apoio da CMF.	136	Projetos de práticas de Educação e sensibilização para a sustentabilidade	XXIV - Práticas de educação e projetos de investigação na área da sustentabilidade
183	Projetos concretizados: circuitos de manutenção infográficos, Educação para mobilidade sustentabilidade Circuito de manutenção no <i>campus</i> de Gambelas com infografia. Colaboração com a comunidade: Agrupamento Escolas Pinheiro e Rosa, Associação Faro a Pedalar e Associação Altimetria, em atividades de educação para a mobilidade sustentável.			
184	Centro do Ramalhete Infraestrutura da UAIG gerida pelo Centro de Ciências do Mar do Algarve			

	(CCMAR) desde 1994. Esta estação marítima, bastante versátil, possui tanques e aquários para a manutenção de organismos vivos, desde baterias de pequenos tanques até grandes mesocosmos ao ar livre. Acolhe maioritariamente projetos de investigação relacionados com organismos marinhos da sua área. geográfica. https://www.ualg.pt/pt/content/ramalhete			
185	Entre 2013 e 2017, a UAlg foi parceira no projeto da União Europeia TOOLKIT, desenvolvendo ferramentas de gestão de risco, com a ajuda dos Utilizadores Finais, para ajudar a lidar com perigos e impactos de tempestades em áreas costeiras vulneráveis. O RISC-KIT forneceu aos gestores costeiros e aos decisores políticos ferramentas e métodos para aumentar a resiliência das zonas costeiras da UE minimizando a perda de vidas humanas, danos económicos, destruição do habitat e perda do património cultural devido a eventos hidro-meteorológicos de baixa frequência e de alto impacto. http://www.risckit.eu/np4/home.html	137.	Projetos de investigação e programas de sensibilização nas áreas da sustentabilidade	
186	ACCES4ALL: Acessibilidade para Todos no Turismo https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0145-feder-023700			
187	ALISSA: Alimentação saudável e sustentável para peixes de aquacultura https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0247-feder-003520			
188	CONPRAR - Contributo para a proteção do recurso amêijoas Ruditapes decussatus no ecossistema da Ria Formosa https://www.ualg.pt/pt/projeto/mar-010402-feamp-0003			
189	HIPPOSAVE - Plano de ação para a recuperação das populações de cavalos-marinhos da Ria Formosa https://www.ualg.pt/pt/projeto/mar-010402-feamp-0029			
190	OBSERVE: Observatório da Sustentabilidade da Região do Algarve para o Turismo https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0246-feder-027503			
191	RESTUR - Atitudes e comportamentos dos residentes: Contributos para o desenvolvimento de uma estratégia de turístico sustentável no Algarve. https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0145-feder-039584			
192	SINERGEA – Sistema inteligente para apoio ao uso eficiente de recursos e à gestão de emergências de inundação e de contaminação balnear https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0247-feder-033595			
193	SmartWin - Janelas inteligentes: produção de energia em edifícios a partir de fontes renováveis https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0145-feder-039586			
194	SPOOLS - Sustainable POOLs https://www.ualg.pt/pt/projeto/alg-01-0247-feder-017718			
195	Curso de Aperfeiçoamento e Atualização em Português - Língua Estrangeira (PLE) https://www.ualg.pt/pt/curso/1561	138.	Cursos e exames de "Línguas"	XXV -Cursos, certificações e exames de "Línguas"
196	Curso de Verão Português Língua Estrangeira (PLE) Destinados a jovens que frequentam ou que vão frequentar o ensino secundário, tendo o objetivo de promover o gosto pelas áreas de ensino e investigação da UAlg, ajudando os jovens na sua escolha vocacional no ensino superior. https://www.ualg.pt/pt/content/cursos-verao-ualg			
197	Cursos de Línguas Exames Cambridge de Inglês Curso de: Inglês A1.2 (iniciação 2), A2.1 (básico 1), A2.2 (básico 2) ALEMÃO: A1.1 (iniciação 1), A2.2 (básico2) FRANCÊS: A1 (iniciação / falsa iniciação), A2 (básico) https://www.ualg.pt/pt/cl-imt/avaliacao-conhecimento-lingua https://www.ualg.pt/pt/cl-imt/cursos-livres			
198	O Centro de Línguas (CLUAlg) disponibiliza os seus serviços ao público académico, ao público em geral e a empresas locais e regionais, https://www.ualg.pt/pt/climt-centrolinguas			
199	Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira CAPLE. Centro de exames, em colaboração com o Centro de Avaliação e Cer-	139.	Certificação da "Lingua"	

	tificação do Português Língua Estrangeira (CAPLE), da Universidade de Lisboa, que visa certificar os candidatos estrangeiros https://www.ualg.pt/pt/cl-imt/exames-caple			
200	Exames Ielts A realização do IELTS (International English Language Testing System), serve para comprovar o nível de conhecimentos de Inglês para fins específicos. Este projeto internacional é gerido por três parceiros: British Council, University of Cambridge ESOL Examinations e IDP: IELTS Austrália. https://www.ualg.pt/pt/cl-imt/exames-ielts			
201	Número de graduados 2017/2018: 1275	140.	Número de graduados	XXVI - Graduados
202	Número de graduados ao nível da Licenciatura: 1030			
203	Número de graduados ao nível do Mestrado: 219			
204	Número de graduados ao nível do Doutoramento: 26			
205	Número de graduados para lecionar no nível do ensino básico: 70	141.	Número de graduados para o ensino básico	
206	Número de graduados ao nível de Licenciatura para lecionar no ensino básico: 42			
207	Número de graduados ao nível de mestrado para lecionar no ensino básico: 28			
208	Graduados ao nível de cursos de agricultura incluindo aspetos de sustentabilidade: 27	142.	Graduados em agricultura	
209	Graduados em cursos de agricultura, incluindo aspetos de sustentabilidade ao nível de Licenciatura: 8			
210	Número de graduados em cursos de agricultura incluindo aspetos de sustentabilidade ao nível do mestrado: 18			
211	Número de graduados em cursos de agricultura incluindo aspetos de sustentabilidade ao nível do doutoramento: 5			
212	Estreita as relações do ensino superior e os ensinos básico e secundário. Proporciona às escolas básicas e secundárias o conhecimento aprofundado em áreas científicas diversificada e a sensibilização do ingresso no ensino superior: Tema: A vida numa gota de água do mar https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas	143.	Equipa UAlg - palestras na área da sustentabilidade	XXVII - Palestras
213	Tema: Bioengenharia? Mas o que vem a ser? Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
214	Tema: Como fazer uma alimentação sustentável? Propostas e reflexões Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
215	Tema: Embalagens ativas e biodegradáveis para alimentos Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
216	Tema: Máquinas que sentem, ouvem, respiram e transpiram como nós (energias renováveis, qualidade do ar e acústica) Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
217	Tema: Novas tendências na produção de alimentos Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			

218	Tema: O mito do aquecimento global Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
219	Tema: Plásticos viver com eles é impossível, mas como viver sem eles Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
220	Tema: Sustentabilidade: que soluções para os efeitos da atividade humana sobre o ambiente? Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
221	Tema: Território mais saudável com a arquitetura paisagista Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Cultural e Social, dando relevo ao pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
222	Tema: Grandes desafios das sociedades contemporâneas Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Económica, focando o pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
223	Tema: Novas tendências em turismo e gastronomia – turismo de experiências, desenvolvimento de destinos gastronómicos sustentáveis. Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Económica, focando o pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
224	Tema: Uma nova transformação: para além do crescimento económico Incorpora temas relacionados com a sustentabilidade económica, focando o pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
225	Tema: Vamos poupar energia Incorpora temas relacionados com a sustentabilidade económica, focando o pensamento crítico https://www.ualg.pt/pt/content/equipa-ualg-palestras-nas-escolas			
226	Adaptação às alterações climáticas e mitigação Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos https://www.ualg.pt/curso/1910	144.	Pós-Graduações relacionadas com a sustentabilidade	XXVIII - Oferta Formativa
227	Cidades sustentáveis Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos https://www.ualg.pt/curso/1774			
228	Novas tecnologias aplicadas ao ciclo urbano da água Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos https://www.ualg.pt/curso/1778			
229	Planeamento e reabilitação sustentável Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos https://www.ualg.pt/curso/1706			
230	Licenciatura em Bioquímica Visa uma área essencial para as sociedades contemporâneas uma vez que se debruça sobre questões de extrema importância nas áreas da saúde e do ambiente. https://www.ualg.pt/curso/1492	145.	Licenciaturas relacionadas com a sustentabilidade	
231	Licenciatura em Ciências da educação e da formação Visa a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e concetuais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos https://www.ualg.pt/curso/1448			
232	Licenciatura em Dietética e nutrição Visa a avaliação do estado nutricional de uma comunidade, elabora programas			

	<p>de intervenção promotores de hábitos alimentares saudáveis; avalia as necessidades nutricionais e implementar terapêuticas dietéticas adequadas a situações clínicas, através do cálculo e planificação de vários métodos de suporte nutricional (oral, enteral e parenteral); funções de planificação de regimes e ementas para diferentes grupos da população.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1519</p>			
233	<p>Licenciatura em Economia</p> <p>Visão integrada da Economia, contextualizada no conjunto das restantes ciências sociais, mediante a oferta de uma formação teórica sólida e pluridisciplinar que seja atual e esteja em conformidade com as exigências de volatilidade do mercado de trabalho.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1440</p>			
234	<p>Licenciatura em Educação básica</p> <p>Dota os futuros profissionais de competências fundamentais no âmbito da formação educacional geral, em contextos educacionais formais e não formais, e da formação na área da docência e das respetivas didáticas.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1483</p>			
235	<p>Licenciatura em Educação social</p> <p>Foca na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.)</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
236	<p>Licenciatura em Enfermagem</p> <p>Assegura a formação científica, técnica, humana e cultural do futuro enfermeiro. https://www.ualg.pt/pt/curso/1517</p>			
237	<p>Licenciatura em Engenharia alimentar</p> <p>Forma profissionais com conhecimentos e competências necessárias à resolução de problemas concretos de Engenharia Alimentar, procurando satisfazer as exigências do mercado de trabalho e a evolução da Ciência e da Tecnologia.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1445</p>			
238	<p>Licenciatura em Engenharia eletrotécnica e de computadores</p> <p>Forma profissionais com qualificação superior para exercerem funções no desenvolvimento, consultoria, manutenção e administração de sistemas de energia, sistemas de telecomunicações, sistemas de informação.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1524</p>			
239	<p>Licenciatura em Biologia</p> <p>Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos na área da Formação.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1413</p>			
240	<p>Licenciatura em Arquitetura Paisagista</p> <p>Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos na área da Formação.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1536</p>			
241	<p>Licenciatura em Agronomia</p> <p>Foca o pensamento crítico, proporcionando a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos na área da Formação.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1459</p>			
242	<p>Licenciatura em Gestão Hoteleira</p> <p>Percurso formativo com competências gerais e específicas no domínio da gestão e da hotelaria. https://www.ualg.pt/pt/curso/1417</p>			
243	<p>Licenciatura Gestão Marinha e Costeira</p> <p>Capacita os diplomados a gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar. https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>			
244	<p>Licenciatura em Marketing</p> <p>Relacionada com a Sustentabilidade Educacional e Económica com vista a desenvolver estratégias, métodos e instrumentos de intervenção no âmbito do marketing. https://www.ualg.pt/pt/curso/1516</p>			

245	<p>Licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão</p> <p>Visa formar Quadros técnicos dotados com ferramentas analíticas e computacionais exigidas pelo mercado dinâmico e global é o principal objetivo. https://www.ualg.pt/pt/curso/1839</p>				
246	<p>Licenciatura em Património cultural e arqueologia</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social e visa responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/pt/curso/1685</p>				
247	<p>Licenciatura em Licenciatura: Sociologia</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social. https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>				
248	<p>Licenciatura: Tecnologia e Segurança Alimentar</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor, https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>				
249	<p>Licenciatura: Terapia da Fala</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo formar Terapeutas da Fala com conhecimento para intervir em todas as situações de patologia da fala, da voz e da linguagem oral e escrita, qualquer que seja a etiologia, na criança, no adolescente, no adulto e na pessoa idosa. https://www.ualg.pt/pt/curso/1523</p>				
250	<p>Licenciatura: Turismo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, com objetivo de formar o setor num processo de modernização e contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades receptoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>				
251	<p>Licenciatura: Engenharia Mecânica</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. Visa formar o nível superior com conhecimentos científicos e técnicos adequados às funções a desempenhar pelo engenheiro mecânico. https://www.ualg.pt/pt/curso/1441</p>				
252	<p>Licenciatura Gestão</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando a qualificação dos alunos como gestores de organizações (lucrativas e não lucrativas, públicas e privadas), capazes de diagnosticar situações, intervir face a objetivos específicos e avaliar desempenhos nas várias áreas da Gestão. https://www.ualg.pt/pt/curso/1418</p>				
253	<p>Licenciatura: Gestão de Empresas</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico, contribuindo para a formação humana, cultural, científica e técnica dos recursos humanos do País em geral e da região do Algarve, PALOP e outras nacionalidades. https://www.ualg.pt/pt/curso/1439</p>				
254	<p>Mestrado: Ciclo Urbano da Água</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões. https://www.ualg.pt/pt/curso/1743</p>	146.	Mestrados relacionados com a sustentabilidade		

255	Mestrado: Ecohidrologia - Erasmus Mundus Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões. https://www.ualg.pt/pt/curso/1569			
256	Mestrado em Energia e Climatização de Edifícios Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões. https://www.ualg.pt/pt/curso/1535			
257	Mestrado em Gestão da Água e da Costa - Erasmus Mundus Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões. https://www.ualg.pt/pt/curso/1727			
258	Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões. https://www.ualg.pt/pt/curso/1677			
259	Doutoramento: Arqueologia Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social Proporcionando o aprofundamento e a extensão dos conhecimentos teóricos, metodológicos e a sua aplicação no domínio científico da Arqueologia, bem como o exercício da investigação pura e aplicada; e competências para, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico ou profissional, o progresso científico, tecnológico, social e cultural. https://www.ualg.pt/pt/curso/1673	147.	Doutoramentos relacionados com a Sustentabilidade	
260	Doutoramento: Turismo Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social. Visa a Conceptualização, implementação e gestão da investigação científica; interação com equipas de investigação interdisciplinares na identificação e formulação de problemas científicos relevantes; desenvolvimento de capacidades de reflexão sobre as melhores práticas atuais nas áreas de gestão e desenvolvimento do turismo; estimula a inovação e desenvolvimento de novos produtos turísticos; integração de forma rigorosa e exigente os resultados da investigação no serviço prestado à comunidade. https://www.ualg.pt/pt/curso/3000			
261	Disciplina Mestrado Integrado Engenharia do Ambiente: Responsabilidade Ambiental Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões https://www.ualg.pt/pt/curso/1534	148.	Disciplinas de Mestrados Integrados relacionados com a sustentabilidade	
262	Disciplina Mestrado Integrado Engenharia do Ambiente: Planeamento e Gestão Integrada da Água Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões https://www.ualg.pt/pt/curso/1534			
263	Disciplina Mestrado Integrado Engenharia do Ambiente: Gestão de Resíduos Urbanos Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões https://www.ualg.pt/pt/curso/1534			
264	Disciplina Mestrado Integrado Engenharia do Ambiente: Introdução às Energias Renováveis Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões https://www.ualg.pt/pt/curso/1534			
265	Disciplina Mestrado Integrado Engenharia do Ambiente: Avaliação de Impacte Ambiental Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, dando relevo			

	ao pensamento crítico, resolução de problemas e desenvolvimento de aptidões https://www.ualg.pt/pt/curso/1534			
266	Disciplinas da Licenciatura em Arquitetura Paisagista: Tecnologias da Rega para Espaços Verdes Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. A formação do arquiteto paisagista integra as artes, as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de dotar o futuro profissional com competências para o estudo e para a intervenção nas paisagens urbana, rural e natural https://www.ualg.pt/pt/curso/1536	149.	Disciplinas de Licenciaturas relacionados com a sustentabilidade	
267	Disciplinas da Licenciatura em Arquitetura Paisagista: Ordenamento do território Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. A formação do arquiteto paisagista integra as artes, as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de dotar o futuro profissional com competências para o estudo e para a intervenção nas paisagens urbana, rural e natural https://www.ualg.pt/pt/curso/1536			
268	Disciplinas da Licenciatura em Arquitetura Paisagista: Água no Projeto de Arquitetura Paisagista Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. A formação do arquiteto paisagista integra as artes, as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de dotar o futuro profissional com competências para o estudo e para a intervenção nas paisagens urbana, rural e natural https://www.ualg.pt/pt/curso/1536			
269	Disciplinas da Licenciatura em Arquitetura Paisagista: Técnicas Aplicadas à Arquitetura Paisagista Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. A formação do arquiteto paisagista integra as artes, as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de dotar o futuro profissional com competências para o estudo e para a intervenção nas paisagens urbana, rural e natural https://www.ualg.pt/pt/curso/1536			
270	Disciplinas da Licenciatura em Arquitetura Paisagista: Flora e Vegetação Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental. A formação do arquiteto paisagista integra as artes, as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de dotar o futuro profissional com competências para o estudo e para a intervenção nas paisagens urbana, rural e natural https://www.ualg.pt/pt/curso/1536			
271	Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Diversidade Animal Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica. https://www.ualg.pt/pt/curso/1413			
272	Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Diversidade Vegetal Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica. https://www.ualg.pt/pt/curso/1414			
273	Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Paleocanografia e Alterações Globais Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica. https://www.ualg.pt/pt/curso/1415			
274	Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Hidrogeologia Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental			

	<p>visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
275	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Processo de Superfície da Terra</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
276	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Ecologia Animal</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
277	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Ecologia Vegetal</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
278	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Energia dos Oceanos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
279	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Impacte das Alterações climáticas nos Sistemas Marinhos e Costeiros</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
280	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Oceanos e Clima</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
281	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Poluição e Ecotoxicologia Marinha³</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
282	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Recursos Biológicos e Marinhos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação técnica.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1415</p>			
283	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia: Gestão de Habitats</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando o conhecimento teórico, adequado para a análise e compreensão da complexidade dos sistemas biológicos, e, simultaneamente de uma sólida formação</p>			

	técnica. https://www.ualg.pt/pt/curso/1415			
284	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Biologia Marinha Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
285	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Ecologia Geral Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
286	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Geologia Marinha Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
287	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Oceanografia Física Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
288	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Botânica Marinha Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
289	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Recursos Biológicos Marinhos Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
290	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Dinâmica de Populações Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
291	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Oceanografia Química Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			
292	Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Ecossistemas Marinhos Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas. https://www.ualg.pt/pt/curso/1412			

293	<p>Disciplinas da Licenciatura em Biologia Marinha: Poluição e Ecotoxicologia Marinha</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando as competências técnico-científicas em áreas fundamentais da Biologia Marinha, em biotecnologia marinha, exploração racional de recursos e ecossistemas marinhos, aquacultura e pescas.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1412</p>				
294	<p>Disciplinas da Licenciatura em Bioquímica: Aplicações Ambientais de Sistemas Biológicos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando uma área essencial para as sociedades contemporâneas uma vez que se debruça sobre questões de extrema importância nas áreas da saúde e do ambiente</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1492</p>				
295	<p>Disciplinas da Licenciatura em Ciências da Educação e da Formação: Intervenção Comunitária e Animação Sociocultural</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social visando a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e conceituais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1448</p>				
296	<p>Disciplinas da Licenciatura em Ciências da Educação e da Formação: Educação e Formação de Adultos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social visando a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e conceituais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1448</p>				
297	<p>Disciplinas da Licenciatura em Ciências da Educação e da Formação: Políticas Europeias em Educação e Formação</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social visando a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e conceituais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1448</p>				
298	<p>Disciplinas da Licenciatura em Ciências da Educação e da Formação: Necessidades Educativas Especiais</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social visando a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e conceituais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1448</p>				
299	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Ciências Da Educação E Da Formação: Formação Ao Longo Da Vida</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social visando a aquisição de saberes teóricos, metodológicos e conceituais próprios das Ciências da Educação, que permitam uma compreensão das políticas e dos fenómenos educativos e formativos</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1448</p>				
300	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Ciências Da Educação E Da Formação: Psicologia Comunitária</p>				
301	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Básica: Ética E Filosofia Da Educação</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando os futuros profissionais de competências fundamentais no âmbito da formação educacional geral, em contextos educacionais formais e não formais, e da formação na área da docência e das respetivas didáticas.</p>				

	https://www.ualg.pt/pt/curso/1483			
302	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Básica: Inclusão E Aprendizagem: Respostas Educativas Face À Diversidade</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando os futuros profissionais de competências fundamentais no âmbito da formação educacional geral, em contextos educacionais formais e não formais, e da formação na área da docência e das respetivas didáticas.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1483</p>			
303	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Básica: Língua E Sociedade</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando os futuros profissionais de competências fundamentais no âmbito da formação educacional geral, em contextos educacionais formais e não formais, e da formação na área da docência e das respetivas didáticas.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1483</p>			
304	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Básica: Ética E Filosofia Da Educação</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando os futuros profissionais de competências fundamentais no âmbito da formação educacional geral, em contextos educacionais formais e não formais, e da formação na área da docência e das respetivas didáticas.</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1483</p>			
305	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Educação Social I</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.);</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
306	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Educação Especial E Intervenção Social</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.);</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
307	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Informática E Sociedade</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.);</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
308	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Psicologia do Adulto e do Idoso</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.);</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
309	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.);</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/curso/1455</p>			
310	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Gerontologia Social</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social do-</p>			

	tando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.); https://www.ualg.pt/pt/curso/1455			
311	Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Sociologia Da Família E Da Educação Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.); https://www.ualg.pt/pt/curso/1455			
312	Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Políticas Socioeducativas Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.); https://www.ualg.pt/pt/curso/1455			
313	Disciplinas Da Licenciatura Em Educação Social: Ética E Cidadania Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social dotando com foco na capacidade técnica de trabalhar pedagogicamente com crianças, jovens, adultos e idosos de características sociológicas diversas (étnicas, culturais, habilitacionais, religiosas, etc.); https://www.ualg.pt/pt/curso/1455			
314	Disciplinas Da Licenciatura Em Enfermagem: Desenvolvimento Pessoal, Ética E Criatividade Aplicadas À Enfermagem I Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social assegurando a formação científica, técnica, humana e cultural do futuro enfermeiro; https://www.ualg.pt/pt/curso/1517			
315	Disciplinas Da Licenciatura Em Enfermagem: Enfermagem De Saúde Comunitária I Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social assegurando a formação científica, técnica, humana e cultural do futuro enfermeiro; https://www.ualg.pt/pt/curso/1517			
316	Disciplinas Da Licenciatura Em Enfermagem: Desenvolvimento Pes+B108:B117soal, Ética E Criatividade Aplicadas À Enfermagem I Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social assegurando a formação científica, técnica, humana e cultural do futuro enfermeiro; https://www.ualg.pt/pt/curso/1517			
317	Disciplinas Da Licenciatura Em Enfermagem: Enfermagem De Saúde Comunitária II Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social assegurando a formação científica, técnica, humana e cultural do futuro enfermeiro; https://www.ualg.pt/pt/curso/1517			
318	Disciplinas Da Licenciatura Em Engenharia Alimentar: Proteção Ambiental Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental formando profissionais com conhecimentos e competências necessárias à resolução de problemas concretos de Engenharia Alimentar, procurando satisfazer as exigências do mercado de trabalho e a evolução da Ciência e da Tecnologia. https://www.ualg.pt/pt/curso/1445			
319	Disciplinas Da Licenciatura Em Engenharia Eletrotécnica E De Computadores: Energias Renováveis Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental formando profissionais com qualificação superior para exercerem funções no desenvolvimento, consultoria, manutenção e administração de sistemas de energia, sistemas de telecomunicações, sistemas de informação e outros afins https://www.ualg.pt/pt/curso/1524			
320	Disciplinas Da Licenciatura Em Engenharia Mecânica: Poluição E Ambiente Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando a formação de nível superior com os conhecimentos científicos e técnicos adequados às funções a desempenhar pelo engenheiro mecânico. https://www.ualg.pt/pt/curso/1441			

321	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Engenharia Mecânica: Energias Renováveis</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando a formação de nível superior com os conhecimentos científicos e técnicos adequados às funções a desempenhar pelo engenheiro mecânico. https://www.ualg.pt/pt/curso/1441</p>				
322	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão: Economia Portuguesa E Europeia</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando a qualificação dos alunos como gestores de organizações (lucrativas e não lucrativas, públicas e privadas), capazes de diagnosticar situações, intervir face a objetivos específicos e avaliar desempenhos nas várias áreas da Gestão https://www.ualg.pt/pt/curso/1418</p>				
323	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão: Gestão De Recursos Humanos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando a qualificação dos alunos como gestores de organizações (lucrativas e não lucrativas, públicas e privadas), capazes de diagnosticar situações, intervir face a objetivos específicos e avaliar desempenhos nas várias áreas da Gestão https://www.ualg.pt/pt/curso/1418</p>				
324	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão De Empresas: Comportamento Organizacional</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando contribuir para a formação humana, cultural, científica e técnica dos recursos humanos do País em geral e da região do Algarve em particular, bem como dos PALOP e outras nacionalidades; https://www.ualg.pt/pt/curso/1439</p>				
325	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão De Empresas: Análise De Mercados E Empresas</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando contribuir para a formação humana, cultural, científica e técnica dos recursos humanos do País em geral e da região do Algarve em particular, bem como dos PALOP e outras nacionalidades; https://www.ualg.pt/pt/curso/1439</p>				
326	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão de Empresas: Gestão de Recursos Humanos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando contribuir para a formação humana, cultural, científica e técnica dos recursos humanos do País em geral e da região do Algarve em particular, bem como dos PALOP e outras nacionalidades; https://www.ualg.pt/pt/curso/1439</p>				
327	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão De Empresas: Estratégia E Planeamento Empresarial</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico visando contribuir para a formação humana, cultural, científica e técnica dos recursos humanos do País em geral e da região do Algarve em particular, bem como dos PALOP e outras nacionalidades; https://www.ualg.pt/pt/curso/1439</p>				
328	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Hoteleira: Economia E Territórios Turísticos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico oferecendo um percurso formativo com competências gerais e específicas no domínio da gestão e da hotelaria; https://www.ualg.pt/pt/curso/1417</p>				
329	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Hoteleira: Gestão De Recursos Humanos Para Hotelaria</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico e Social oferecendo um percurso formativo com competências gerais e específicas no domínio da gestão e da hotelaria; https://www.ualg.pt/pt/curso/1417</p>				
330	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão Marinha e Costeira: Geografia Humana do Litoral</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				

331	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão Marinha e Costeira: Biodiversidade Marinha</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
332	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão Marinha e Costeira: Valor Cultural do Mar</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
333	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão Marinha e Costeira: Oceano e Clima</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
334	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Recursos Hídricos Das Zonas Costeiras</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
335	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Economia Azul</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
336	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Exploração Sustentável Dos Recursos Vivos Marinhos https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
337	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Impacte Do Homem No Oceano</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
338	<p>Disciplinas da Licenciatura em Gestão Marinha e Costeira: Exploração Sustentável dos Recursos não Vivos Marinhos. Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
339	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Gestão E Avaliação De Impacte Ambiental</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
340	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Gestão Marinha E Costeira: Impacte Das Alterações Climáticas Nos Sistemas Marinhos E Costeiros</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental com o objetivo geral de capacitar os diplomados para gerir de modo sustentável as diversas atividades que se relacionam com o mar; https://www.ualg.pt/pt/curso/1827</p>				
341	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Marketing: Gestão Das Organizações</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Económico com vista a desenvolver estratégias, métodos e instrumentos de intervenção no âmbito do marketing; https://www.ualg.pt/pt/curso/1516</p>				

342	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Marketing: Gestão De Recursos Humanos</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Economico com vista a desenvolver estratégias, métodos e instrumentos de intervenção no âmbito do marketing; https://www.ualg.pt/curso/1516</p>				
343	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Marketing: Marketing Internacional Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Economico com vista a desenvolver estratégias, métodos e instrumentos de intervenção no âmbito do marketing; https://www.ualg.pt/curso/1516</p>				
344	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Matemática Aplicada À Economia e à Gestão: Organização E Gestão De Empresas</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Economico com vista a formar Quadros técnicos dotados com ferramentas analíticas e computacionais exigidas pelo mercado dinâmico e global é o principal objetivo; https://www.ualg.pt/curso/1839</p>				
345	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Ortoprotesia: Gestão E Administração Em Saúde</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Economico com vista a formar técnicos superiores altamente especializados, que fazem parte da equipa multidisciplinar da medicina física e de reabilitação que aplicam princípios biomecânicos em ambientes clínicos, nomeadamente em indivíduos com problemas motores ou posturais; https://www.ualg.pt/curso/1518</p>				
346	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Ortoprotesia: Integração Social E Reabilitação</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Economico com vista a formar técnicos superiores altamente especializados, que fazem parte da equipa multidisciplinar da medicina física e de reabilitação que aplicam princípios biomecânicos em ambientes clínicos, nomeadamente em indivíduos com problemas motores ou posturais; https://www.ualg.pt/curso/1518</p>				
347	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural e Arqueologia: Introdução ao Património Cultural</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/curso/1685</p>				
348	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural E Arqueologia: Introdução À História Cultural</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/curso/1685</p>				
349	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural E Arqueologia: História Da Cultura Contemporânea</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/curso/1685</p>				
350	<p>Disciplinas da Licenciatura Em Património Cultural E Arqueologia: História Da Arte Contemporânea</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das</p>				

	<p>heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/pt/curso/1685</p>			
351	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural E Arqueologia: História Da Cultura Portuguesa</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/pt/curso/1685</p>			
352	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural E Arqueologia: História Da Arte Portuguesa</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/pt/curso/1685</p>			
353	<p>Disciplinas da Licenciatura em Património Cultural E Arqueologia: História Da Cultura Medieval</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social com vista a responder ao interesse crescente pelas problemáticas patrimoniais à escala nacional e europeia, em que o estudo, a salvaguarda e a fruição das heranças culturais do passado são fatores decisivos de diferenciação e de desenvolvimento num mundo em processo de globalização. https://www.ualg.pt/pt/curso/1685</p>			
354	<p>Disciplinas da Licenciatura em Sociologia: História Contemporânea</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
355	<p>Disciplinas Da Licenciatura Em Sociologia: Antropologia</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
356	<p>Disciplinas da Licenciatura em: Sociologia II: Indivíduo E Sociedade</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
357	<p>Disciplinas da Licenciatura em Sociologia: Teorias Contemporâneas I</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
358	<p>Disciplinas da Licenciatura em Sociologia: Desigualdades Sociais Contemporâneas</p>			

	<p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
359	<p>Disciplinas da Licenciatura em Sociologia: Educação, Sociedade E Culturas</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social para promover a aquisição de competências e saberes teóricos, metodológicos e conceptuais próprios do conhecimento sociológico, assumindo que esta forma de conhecimento científico é essencial à compreensão das sociedades modernas, das suas características intrínsecas e dos processos de mudança social; https://www.ualg.pt/pt/curso/1442</p>			
360	<p>Disciplinas da Licenciatura em Tecnologia E Segurança Alimentar: Produção Primária e Agro-Indústrias.</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor; https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>			
361	<p>Disciplinas da Licenciatura Em Tecnologia E Segurança Alimentar: Proteção Ambiental</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor; https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>			
362	<p>Disciplinas da Licenciatura em Tecnologia E Segurança Alimentar: Gestão Da Qualidade</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor; https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>			
363	<p>Disciplinas da Licenciatura em Tecnologia E Segurança Alimentar: Saúde Pública</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor; https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>			
364	<p>Disciplinas da Licenciatura em Tecnologia E Segurança Alimentar: Sistemas De Gestão Da Segurança Alimentar</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional, Social e Ambiental, tendo como objetivo formar profissionais com uma sólida formação técnica de base nas áreas da Tecnologia e da Segurança Alimentar que contribuam para a garantia de segurança alimentar nas empresas deste setor; https://www.ualg.pt/pt/curso/1720</p>			
365	<p>Disciplinas da Licenciatura em Terapia Da Fala: Ética e Deontologia Profissional</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo formar Terapeutas da Fala com conhecimento para intervir em todas as situações de patologia da fala, da voz e da linguagem oral e escrita, qualquer que seja a etiologia, na criança, no adolescente, no adulto e na pessoa idosa; https://www.ualg.pt/pt/curso/1523</p>			
366	<p>Disciplinas da Licenciatura em Terapia Da Fala: Problemas De Aprendizagem Escolar</p>			

	<p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo formar Terapeutas da Fala com conhecimento para intervir em todas as situações de patologia da fala, da voz e da linguagem oral e escrita, qualquer que seja a etiologia, na criança, no adolescente, no adulto e na pessoa idosa; https://www.ualg.pt/pt/curso/1523</p>			
367	<p>Disciplinas da Licenciatura em Terapia Da Fala: Terapia Da Fala Em Contexto Educativo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo formar Terapeutas da Fala com conhecimento para intervir em todas as situações de patologia da fala, da voz e da linguagem oral e escrita, qualquer que seja a etiologia, na criança, no adolescente, no adulto e na pessoa idosa; tps://www.ualg.pt/pt/curso/1523</p>			
368	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Gestão E Empreendedorismo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			
369	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Economia Do Turismo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			
370	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Transportes E Acessibilidades Em Turismo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			
371	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Recursos Ambientais E Culturais</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento) https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			
372	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Planeamento E Ordenamento Em Turismo</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			
373	<p>Disciplinas da Licenciatura em Turismo: Gestão De Pessoas Nas Organizações Turísticas</p> <p>Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Social, tendo como objetivo proporcionar uma formação adequada e indispensável ao processo de modernização do setor bem como contribuir para um maior conhecimento do turismo nas comunidades recetoras (perceções; impactes sociais, culturais, económicos e ambientais; políticas e planeamento). https://www.ualg.pt/pt/curso/1416</p>			

374	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Introdução Às Alterações Climáticas https://www.ualg.pt/pt/curso/1910	150. Disciplinas de Pós-graduação relacionados com a sustentabilidade					
375	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Energia E Edifícios https://www.ualg.pt/pt/curso/1910						
376	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Alterações Climática E Saúde Humana https://www.ualg.pt/pt/curso/1910						
377	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Gestão De Recursos Hídricos https://www.ualg.pt/pt/curso/1910						
378	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Alterações Climáticas E Ordenamento Do Território https://www.ualg.pt/pt/curso/1910						
379	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Urbanismo E Modelos Urbanos Sustentáveis https://www.ualg.pt/pt/curso/1910						
380	Disciplina da Pós-Graduação Adaptação Às Alterações Climáticas E Mitigação: Gestão Em Contexto De Alterações Climáticas						
381	Disciplina da Pós-Graduação Avanços Científicos Em Ciclo Urbano Da Água: Políticas Urbanas Da Água E Governança https://www.ualg.pt/pt/curso/1779						
382	Disciplina da Pós-Graduação Avanços Científicos Em Ciclo Urbano Da Água: Planeamento Urbano E Serviços Dos Ecossistemas https://www.ualg.pt/pt/curso/1779						
383	Disciplina da Pós-Graduação Avanços Científicos Em Ciclo Urbano Da Água: Poluição E Novas Tecnologias Para Tratamento De Águas E Efluentes https://www.ualg.pt/pt/curso/1779						
384	Disciplina da Pós-Graduação em Cidades Sustentáveis: Sustentabilidade Urbana https://www.ualg.pt/pt/curso/1774						
385	Disciplina da Pós-Graduação em Cidades Sustentáveis: Construção Sustentável E Inovação Tecnológica https://www.ualg.pt/pt/curso/1774						
386	Disciplina da Pós-Graduação em Cidades Sustentáveis: Gestão Integrada De Água https://www.ualg.pt/pt/curso/1774						
387	Disciplina da Pós-Graduação em Cidades Sustentáveis: Cidades Inteligentes https://www.ualg.pt/pt/curso/1774						
388	Disciplinas da Pós-Graduação em Reabilitação - Edifícios E Áreas Urbanas: Construção Sustentável E Inovação Tecnológica https://www.ualg.pt/pt/curso/1730						
389	Disciplinas da Pós-Graduação em Reabilitação - Edifícios E Áreas Urbanas: Cidades Sustentáveis https://www.ualg.pt/pt/curso/1730						
390	Disciplinas do Mestrado Aquacultura E Pescas: Modelação Ecológica Marinha E Alterações Climáticas https://www.ualg.pt/pt/curso/1430				151. Disciplinas de Mestrado relacionadas com a sustentabilidade		
391	Disciplinas do Mestrado Aquacultura E Pescas: Áreas Marinhas Protegidas https://www.ualg.pt/pt/curso/1430						
392	Disciplinas do Mestrado Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional: Turismo e Sustentabilidade https://www.ualg.pt/pt/curso/1703						
393	Disciplinas do Mestrado Engenharia Civil: Construção Sustentável E Inovação Tecnológica https://www.ualg.pt/pt/curso/1723						
394	Disciplinas do Mestrado Engenharia Civil: Reabilitação Térmica E Acústica De Edifícios https://www.ualg.pt/pt/curso/1723						
395	Disciplinas do Mestrado Engenharia Mecânica - Energia, Climatização E Refrigeração: Energia E Sustentabilidade https://www.ualg.pt/pt/curso/1782						
396	Disciplinas do Mestrado Geomática: Construção Sustentável E Inovação Tecnológica https://www.ualg.pt/pt/curso/1498						
397	Disciplinas do Mestrado Geomática: Avaliação De Impacte Ambiental https://www.ualg.pt/pt/curso/1498						
398	Disciplinas do Mestrado Geomática: Planeamento Urbano E Serviços Dos Ecossistemas https://www.ualg.pt/pt/curso/1498						

399	Disciplinas do Mestrado Gestão Da Água E Da Costa - Erasmus Mundus: Integrated Tools To Determine Environmental Quality https://www.ualg.pt/pt/curso/1727				
400	Disciplinas do Mestrado Gestão Da Água E Da Costa - Erasmus Mundus: Environmental Assessment And Management Of Accidental Spill In Littoral Ecosystems https://www.ualg.pt/pt/curso/1727				
401	Disciplinas do Mestrado Gestão Da Água E Da Costa - Erasmus Mundus: Sustainable Development Un: Goal 6 And Goal 14 https://www.ualg.pt/pt/curso/1727				
402	Disciplinas do Mestrado Gestão Da Água E Da Costa - Erasmus Mundus: Climate Change And Extreme Events Effect On Flood Hazard https://www.ualg.pt/pt/curso/1727				
403	Disciplinas do Mestrado Gestão Sustentável De Espaços Rurais: Agricultura Sustentável https://www.ualg.pt/pt/curso/1677				
404	Disciplinas do Mestrado Sociologia: Pobreza E Exclusão Social https://www.ualg.pt/pt/curso/1503				
405	Disciplinas do Mestrado Sociologia: Sociedade, Conhecimento E Organizações https://www.ualg.pt/pt/curso/1503				
406	Disciplinas do Mestrado Sociologia: Racismo E Etnicidade https://www.ualg.pt/pt/curso/1503				
407	Disciplinas do Mestrado Tecnologia De Alimentos: Ambiente, Sustentabilidade E Alimentos https://www.ualg.pt/pt/curso/1507				
408	Disciplinas do Doutoramento em Arqueologia: Adaptações Pré-Históricas A Alterações Climáticas https://www.ualg.pt/pt/curso/1673	152.	Disciplinas de Doutoramento relacionadas com a sustentabilidade		
409	Disciplinas do Doutoramento em Turismo: Desenvolvimento, Sustentabilidade E Impactes II https://www.ualg.pt/pt/curso/3000				
410	Disciplinas do Curso Técnico Superior Profissional de Energias Renováveis https://www.ualg.pt/pt/curso/1803	153.	Disciplinas de Cursos Técnico Superior Profissional relacionadas com a sustentabilidade		
411	Disciplinas do Curso Técnico Superior Instalações Elétricas, Domótica E Automação: Energias Renováveis Incorpora temas relacionados com a Sustentabilidade Educacional e Ambiental visando a formação de técnicos especializados nas áreas da eletricidade, domótica e automação, que deverão ser preparados com elevado grau de competência e conhecimentos e, em simultâneo, com boa capacidade de adaptação a uma realidade tecnológica em constante evolução. https://www.ualg.pt/pt/curso/1806				
412	Pág. 135) Ponto 5 - Formulação estratégica Este ponto foca a criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas. Pretende assegurar: a auto-avaliação das atividades e resultados; formas de recrutamento e seleção dos estudantes, docentes e investigadores; condições para a formação, qualificação e desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente; promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, apoios e programas que fomentem o espírito crítico, o empreendedorismo, a competência e a competitividade profissional dos diplomados; prémios e incentivos a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a UAlg no plano nacional e internacional; fomento da realização pessoal dos seus membros; dinamização de atividades artísticas, culturais e desportivas e a criação de um ambiente humano e educativo de diálogo e de tolerância; dinamização de plataformas virtuais e de mecanismos de ensino à distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação. https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_estrategico_2017_2021.docx.pdf	154.	Plano Estratégico 2017-2021 Integra objetivos, estratégias, indicadores, estabelecidos para cada uma das vertentes, Ensino, Investigação, Extensão e Governança	XXIX - Governança	Política e estratégia institucional
413	Pág. 19 e 20 - Investigação e transferência Este objetivo foca o incremento da relação entre a investigação e o meio empresarial, procurando afirmar a UAlg como entidade socialmente responsável. tem como prioridades a transferência de conhecimento e tecnologia, desenvolvi-				

	<p>mento social e económico, a valorização do trabalho de investigação, a transferência do conhecimento e tecnologia, os modos de articulação do exercício da liberdade do investigador com o enquadramento estratégico da instituição e da região, o potenciar ganhos de produtividade e do desempenho empresarial através de produtos, serviços e processos inovadores, a procura da fluidez de forma bidirecional, entre a UAlg e a comunidade, em benefício do bem-estar da sociedade de forma a assegurar as necessidades das gerações atuais e futuras, e contribuir para um desenvolvimento sustentável do planeta.</p>			
414	<p>Pág.23 Comunidade</p> <p>Este objetivo realça o trabalho no âmbito das relações com a Comunidade, afirmando a UAlg como comprometida com o desenvolvimento sustentável e contribuindo para os objetivos e metas estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Estabelece as atividades no sentido do impacto positivo na Comunidade interna (Comunidade Académica) e na Comunidade externa (a nível local, regional, nacional e global). A Iniciativa Estratégica 3.1 estabelece a pretensão de contribuir para o desenvolvimento sustentável, sensibilizando a Comunidade Académica para o desenvolvimento sustentável, através de atividades de ensino, investigação e de extensão para a prossecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, promoção da análise e discussão da Agenda 2030 ao nível das diversas estruturas com responsabilidade na implementação de atividades de investigação e de extensão. https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/ualg_plano_atividades_2019_versao_cg12dez.pdf</p>			
415	<p>A iniciativa Estratégica 3.1 (comunidade), na página 26 reforça ainda como ações: a promoção da qualidade da água para os ecossistemas e sociedades saudáveis nos PALOP, na América Latina e na Ásia no âmbito da Cátedra da UNESCO em Eco-hidrologia, por meio da realização de cursos breves; a sensibilização da economia circular e a redução da utilização de materiais de plástico descartável - continuação da campanha UALG+ Saudável com -Plástico; bem como o desenvolvimento de programas de doutoramento conjuntos com Universidades de PALOP.</p>			
416	<p>A iniciativa Estratégica 3.5 (comunidade), na página 27 foca as atividades de extensão que a nível interno contribuem para: um maior foco na organização e desenvolvimento por parte das estruturas da UAlg; para aumentar a motivação dos membros da comunidade académica a realizar mais extensão associada às atividades de ensino e investigação. A nível externo contribuir para o conhecimento das atividades desenvolvidas pela UAlg e do contributo para o desenvolvimento sustentável, a nível local, regional, nacional e global.</p>	155.	Plano de Atividades 2019	
417	<p>Pág.39, 2.4 Na Governança, o objetivo Estratégico 4 foca no aumento do grau de satisfação dos stakeholders. A Iniciativa Estratégica 4.4: Instalações e equipamentos, tem como ação: monitorizar os consumos energéticos dos edifícios, promover a medição dos consumos de energia no Campus da Penha; Promover a medição dos consumos de energia no Campus de Gambelas; integrar os valores do consumo num único servidor, para reporte dos consumos ao minuto e a apresentação de propostas de medidas para o consumo mais racional da energia.</p>			
418	<p>Pág.25, a Estratégia 2.3 Comunidade, ponto 3 propõe aumentar o impacto da UAlg na Sociedade; o 3.1 propõe contribuir para o desenvolvimento sustentável, implementando ações na área da sustentabilidade propostas pela comunidade. Outra ação: Desenvolver uma Agenda para a Sustentabilidade https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_de_atividades_2020.pdf</p>			
419	<p>pag.47, 2.3. Comunidade, define como ações: A sensibilização da UAlg para o desenvolvimento sustentável por meio das ações dos grupos de trabalho: UAlg+ Saudável e UAlg V+. O grupo de trabalho UAlg + saudável promoveu um estilo de vida mais saudável, lançou campanhas de promoção da alimentação saudável e da prática desportiva contra o tabagismo (Objetivos 3, 12),</p>			

	<p>manteve-se a ação Alg + saudável com - plástico, para fazer face a ameaças ao oceano e contribuir para o objetivo 14, no âmbito do prémio "Novo Verde", aquisição de equipamentos para promover a reutilização do plástico produzido na instituição, bebedouros públicos para reduzir o uso de garrafas de plástico. O grupo UAlg V+ participou em ações de voluntariado ambiental e social na região, contribuindo para a reflorestação de áreas ardidas, limpeza de praias, remoção de espécies invasoras (Objetivo 15) e participação em campanhas de solidariedade (Objetivo 16). O GAIP, realizou iniciativas de apoio aos estudantes, ao nível da gestão do stress e através de campanhas "Não Desistas de Ti" e "SOS abandono". A Cátedra da UNESCO em Eco-hidrologia: água para os ecossistemas e sociedades saudáveis participou em várias conferências a convite, organizou ações nacionais e internacionais, nomeadamente ações de capacitação de curta duração em países PALOP, e submeteu candidatura para renovação pelo próximo quadriénio (2020-2024). https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/ualg_relatorio_atividades_2019_versao_online.pdf https://www.ualg.pt/pt/content/voluntariado</p>			
420	<p>Define os objetivos: promoção da análise e discussão da Agenda 2030 nas diversas estruturas com responsabilidade na implementação de atividades de investigação e de extensão. A contribuição da UAlg para a maioria dos objetivos da Agenda 2030 e, na área da investigação, os seguintes: Objetivo 3- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4- Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 6- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; Objetivo 12- Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13-Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; Objetivo 14- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	156.	Plano de Atividades da UAlg 2020	
421	<p>Na página 58 reconhece-se o mérito nas atividades de ensino e aprendizagem por meio de uma proposta de procedimentos de reconhecimento de boas práticas e de melhoria contínua no âmbito do ensino e aprendizagem que integra os resultados do SIMEA. https://ualgnet.ualg.pt/documentos/5dd267d13c6a4800112153fb, a atribuição do prémio ensino e aprendizagem "UAlg - Professor Do Ano", distinguido Pelos Estudantes, a avaliação e a perceção sobre o ensino e aprendizagem nas Unidades Curriculares de estágio, por meio de um seminário e de um projeto pedagógico. Foi elaborada uma proposta de questionário à perceção dos estudantes e docentes sobre o ensino e aprendizagem, adaptados às Unidades Curriculares (UC) de estágio, seminário e projeto. Os questionários foram aplicados pela primeira vez às UC com estudantes inscritos, lecionadas no ano letivo de 2018/19. Os resultados foram integrados no processo do SIMEA</p> <p>O Relatório de atividades foca a política para a qualidade e a estratégia de desenvolvimento da UAlg: Promovendo a melhoria dos processos de recolha e disponibilização da informação sobre os indicadores de desenvolvimento institucional e das UO, automatizando indicadores. Encontra-se em fase de teste a plataforma de planeamento da UAlg, que disponibilizará a informação necessária e a elaboração dos planos e relatórios de atividades integrados no sistema de informação. Uma vez validada a aplicação será disponibilizada na UALGNET.</p>	157.	Relatório de Atividades 2019	
422	<p>Pág. 59 Proposta de implementação do Orçamento Participativo.</p> <p>Monitorização dos consumos energéticos dos edifícios: implementação de</p>			

	<p>uma plataforma web de monitorização dos consumos e produção energética da UAlg, que analisa em tempo real registando o histórico do consumo de cada edifício dos Campi da Penha e de Gambelas, a consulta em tempo real e do histórico da produção dos painéis fotovoltaicos nestes Campi.</p> <p>. Nos edifícios da Penha foram colocadas mais placas fotovoltaicas, no ISE em 2019, estando programado o mesmo procedimento para os edifícios da ES-GHT e ESEC em 2020.</p> <p>. No âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública foram obtidos, a custo zero 4 veículos elétricos por troca de veículos em final de vida.</p> <p>. Foi identificada uma comissão para fazer a análise energética dos edifícios que entrará em funções no início de 2020, com o objetivo de apresentar durante esse ano uma proposta de otimizar/minimizar os consumos energéticos</p>			
423	<p>Pag.59 - Monitorizar os consumos energéticos dos edifícios:</p> <p>. Foi implementada uma plataforma web de monitorização dos consumos e produção energética da UAlg, que analisa em tempo real registando o histórico do consumo de cada edifício dos Campi da Penha e de Gambelas., a consulta em tempo real e do histórico da produção dos painéis fotovoltaicos nestes Campi.</p> <p>. Nos edifícios da Penha foram colocadas mais placas fotovoltaicas, no ISE em 2019, estando programado o mesmo procedimento para os edifícios da ES-GHT e ESEC em 2020.</p> <p>. No âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública foram obtidos, a custo zero 4 veículos elétricos por troca de veículos em final de vida.</p> <p>. Foi identificada uma comissão para fazer a análise energética dos edifícios que entrará em funções no início de 2020, com o objetivo de apresentar durante esse ano uma proposta de otimizar/minimizar os consumos energéticos</p>			
424	<p>pág.61 O Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM) apoiou ações de formação médica, como: Curso de Urgência; Curso Avançado em Investigação Clínica Aplicada; Suporte Básico de Vida; Curso Básico de Colposcopia; Módulos Básicos em Saúde; Curso de Investigação Clínica Aplicada; Identidade de Género e o 4º Curso Teórico-Prático de Anafilaxia. O Núcleo de Estudantes de Medicina no âmbito das Atividades de Extensão: promoveram ações de divulgação na comunidade, como por exemplo, “O Hospital dos pequenitos”.</p>			
425	<p>Pág.75 O Instituto Superior de Engenharia promoveu no 2º semestre do ano letivo de 2018/19, a edição do curso de Preparação de Matemática para candidatos do contingente especial de Maiores de 23 anos, promoveu a 3ª edição do curso livre de matemática destinado a estudantes dos cursos de TeSP do ISE, para diminuir o insucesso escolar nas disciplinas de matemática.</p> <p>- No ano letivo de 2018/19, duplicou as UC de matemática das Licenciaturas para funcionarem em ambos os semestres, elevando as taxas de aprovação e combater as taxas de abandono para o ano letivo 2019/20.</p> <p>Pag76. Nas atividades de extensão realizou 11 atividades práticas para 340 escuteiros que passaram um dia no ISE, entrevistas nos meios de comunicação e participação em júris de concursos para provimento de chefias e/ou cargos de direção na administração local.</p>			
426	<p>Objetivos: sistematiza, integra e estabelece documentos e procedimentos para a recolha de informação, análise e avaliação, para monitorizar e melhorar, de forma contínua, as atividades desenvolvidas pela Ualg. Contribui ainda para o desenvolvimento de uma cultura da qualidade, perceptível e participada por todos (comunidade académica e partes externas interessadas):</p> <p>SISTEMA INTEGRADO DE MONITORIZAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM (SIMEA) – ferramenta por questionário que assegura em colaboração com toda a comunidade académica, a melhoria contínua da qualidade no conjunto do ensino, investigação, extensão e governança, a concretizar através</p>	158. Gabinete de Avaliação e da Qualidade		

	da implementação de um sistema de garantia de qualidade. https://www.ualg.pt/pt/content/sigqualg			
427	Destina-se ao registo de elogios, sugestões e reclamações. https://www.ualg.pt/pt/content/elogios-sugestoes-reclamacoes	159.	Formulário de elogios, sugestões e reclamações	
428	As atividades de extensão são atividades no sentido de dinamizar a área de intervenção, o diálogo e o desenvolvimento de relações com a comunidade, fomentando a interdisciplinaridade e a associação da extensão ao ensino e à investigação, aumentando a participação dos estudantes nas atividades, (RT.21/2014). https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/gcp/levantamento_das_atividades_de_extensao_na_universidade_do_algarve.pdf	160.	Levantamento das atividades de extensão	
429	Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar http://www.cinturs.pt/	161.	CinTurs	XXX - Políticas e investigação de desenvolvimento sustentável
430	Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade https://www.cense.fct.unl.pt/	162.	Cense	
431	No âmbito dos grupos de investigação realizaram-se vários grupos diversificados de intervenientes portugueses de forma a criar um fórum nacional para discutir os problemas: <i>e.g.:</i> Alterações climáticas, aquecimento do mar, pesca excessiva, poluição de plástico, espécies invasoras, capacitação em ciências marinhas em África e América do Sul, pelo desenvolvimento de programas conjuntos em Angola, Moçambique, Colômbia. Cooperação a nível nacional e regional, contribuindo para a estratégia de desenvolvimento regional sustentável em toda a salvaguarda da dieta mediterrânica. http://oceantech.pt/project/sheet http://www.europeantrackingnetwork.org/ (https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/recortes/algarve_27-11-2018.pdf)	163.	Participação no fórum nacional de investigação	
432	Membro e representante em várias organizações e instituições com envolvimento direto nas políticas do desenvolvimento sustentável, a Nível Nacional e Governamental: Conselho de Reitores da Universidades Portuguesas (CRUP), Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSISP), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) Centros de Competências promovidos pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (na coordenação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural).	164.	Envolvimento direto nas políticas do desenvolvimento sustentável	
433	Membro e representante em várias organizações e instituições com envolvimento direto nas políticas do desenvolvimento sustentável, a Nível Regional: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), colaboração no Projeto da Dieta Mediterrânica, Associação de Municípios do Algarve (AMAL) envolvimento no projeto Intermunicipal sobre o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas desenvolvido em 2018. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sistema-de-alerta-pretende-avaliar-potenciais-efeitos-de-uma-tempestade-no-mar_a1189750 integrates the RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural			
434	A UAlg contribui diretamente no desenvolvimento das políticas dos objetivos de desenvolvimento sustentável, através da identificação de problemas e ameaças marinhas, propondo soluções de gestão, pelos centros de investigação da UAlg: Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA) e pelo Centro de Ciências do Mar (CCMAR) que coordenam inúmeros projetos internacionais			
435	Participação no diálogo intersectorial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de conferências, envolvendo o Governo e Organizações Não Governamentais (ONG): Seminário ONG SCIENA, decorreu em 2019 / junho, sobre o tema da alteração da legislação sobre embalagens plásticas na União Europeia e o combate à crescente poluição por plásticos. Conferência Ciência e Arte para o Desenvolvimento Africano 3- "O projeto Culatra 2030". http://aulp.org/instituicoes-membro/ https://seas-at-risk.org/publications-and-videos-2/members-news/965-portugal-			

	<p>and-the-reduction-of-single-use-plastics-seminar.html;</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/content/paises-do-mediterraneo-europeu-participaram-num-curso-internacional-para-dieta-mediterranica;</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/content/consultoria-para-sustentabilidade ;</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/evento/i-conferencia-africana-ciencia-arte</p>			
436	<p>Políticas e procedimentos que identificam organismos e entidades locais interessadas em colaborar com a UAlg https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/ualg_relatorio_atividades_2018_cgeral_vfinal.pdf</p> <p>Página 15 do Plano Estratégico 2017-2021; Plano de Atividades 2018 -pag.s 25-26; Relatório de Atividades 2018 – pag.s 47-48</p>	165.	Colaboração da comunidade com a UAlg	XXXI - Documentos institucionais
437	https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/gcp/codigo_de_etica_ualg.pdf	166.	Código de ética	
438	https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/gcp/legislacao/regimento_interno_de_funcionamento_da_comissao_de_etica_da_ualg_19_set.pdf	167.	Regimento Interno de funcionamento da Comissão de Ética	
439	<p>A UAlg assinou a Carta de Compromisso das IES Portuguesa para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>As IES signatárias comprometem-se em atuar para a evolução de uma sociedade sustentável, integrando transversalmente os ODS nas suas atividades desenvolvendo: o compromisso institucional; a promoção da ética para a sustentabilidade, oferta de formação para a sustentabilidade, transdisciplinaridade, disseminação do conhecimento, redes colaborativas, Parcerias, Transferência e tecnologia</p>	168.	Carta de compromisso das IES Portuguesas para o desenvolvimento sustentável	
440	<p>Carta de Direitos e Deveres da Comunidade Académica</p> <p>Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Relatório de Execução 2011-201 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2010</p> <p>Regulamento de Cedência e Aluguer de Espaços</p> <p>Regulamento da Comissão de Ética da Universidade do Algarve Relatório Anual de Gestão da UAlg https://www.ualg.pt/pt/content/documentos-ualg</p> <p>https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_estrategico_2017_2021.docx.pdf https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_de_atividades_2018_1.pdf https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/ualg_relatorio_atividades_2018_cgeral_vfinal.pdf</p> <p>https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/sfp/relatorio_de_gestao_consolidado_2018.pdf (https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/sfp/relatorio_de_gestao_consolidado_2018.pdf)</p>	169.	Documentos institucionais estratégicos	
441	<p>Relatório de Gestão 2019 - https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/sfp/relatorio_de_gestao_2019.pdf</p> <p>Anexo às Demonstrações Orçamentais 2019 - https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/sfp/anexo_as_demonstracoes_orcamentais.pdf Anexo às Demonstrações Financeiras 2019 - https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/sfp/anexo_as_demonstracoes_financeiras.pdf</p> <p>https://www.ualg.pt/pt/sfp/prestacao-contas-informacoes-institucionais</p>	170.	Publicação de dados financeiros	XXXII - Compromisso com Sustentabilidade
442	https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/gcp/mapa_de_pessoal_docente_20205180.pdf https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/gcp/mapa_de_pessoal_nao_docente_e_investigador_20205178.pdf	171.	Publicação do mapa de pessoal	
443	<p>Ver Estatutos Capítulo I</p> <p>Conselho Geral, artigo 20 número 2. d) e capítulo V Conselho Económico e Social, artigos 40 e 41 Composição do Conselho Consultivo de Qualidade https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/gaq/estatutos_ualg_2008_publicacao_diario_d_a_republica.pdf https://www.ualg.pt/en/content/presentation (https://www.ualg.pt/en/content/presentation)</p>	172.	Políticas e procedimentos de identificação de parcerias institucionais	
444	<p>Divulgação, educação geral, requalificação e capacitação a políticos e legisladores sobre tópicos relevantes, e.g.: economia, tecnologia, alterações climáticas. Trabalhos do Prof Doutor João Guerreiro:</p> <p>como presidente da comissão técnica independente responsável pelo relatório so-</p>	173.	Trabalho de revelo elaborado por individualidades da UAlg	

	<p>bre os incêndios. https://expresso.pt/politica/2018-03-21-Este-nao-e-um-relatorio-de-avaliacao-criminal</p> <p>Coordenador da definição da Estratégia de Internacionalização do Ensino Superior Português</p> <p>Coordenação Geral do grupo de trabalho para a Agenda Temática de Investigação e Inovação dinamizadas pela FCT, para o Turismo: João Albino Silva, CIEO e participação de Antónia Correia, CEFAGE, Universidade do Algarve; Adelino Canário, designado vice-presidente de nova infraestrutura europeia de investigação em ciências marinhas: https://www.sulinformacao.pt/2018/06/adelino-canario-e-vice-presidente-de-nova-infraestrutura-europeia-de-investigacao-em-ciencias-marinhas/</p> <p>António Covas autor das seguintes obras sobre temática europeia: A revisão do tratado de União Europeia (1996), Integração Europeia, Regionalização Administrativa e Reforma do Estado (1997), A União Europeia (1999), A União Europeia e os Estados-nacionais (2002).</p>			
445	<p>Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Relacionadas - Relatório de Execução 2011-2014.</p> <p>O relatório para 2015-2019 está em preparação</p> <p>https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_de_gestao_de_riscos_de_corrupcao_e_infracoes_conexas_relatorio_de_execucao_2011-2014.pdf</p>	174.	Publicação dos princípios e compromissos sobre crime organizado, corrupção e suborno	XXXIII - Governança, justiça
446	<p>Liberdade académica (de escolha de áreas de investigação, comunicação e abordagem de ensino. Artigo 4 dos Estatutos Carta de Direitos e Deveres da Comunidade Académica, Capítulo II, artigos 4 a 6</p> <p>Plano Estratégico 2017-2021, páginas 6 a 7</p> <p>https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/gaq/estatutos_ualg_2008_publicacao_diario_da_republica.pdf https://www.ualg.pt/pt/content/carta-direitos-deveres https://www.ualg.pt/sites/ualg.pt/files/seccoes/reitoria/plano_estrategico_2017_2021.docx.pdf</p>	175.	Política de apoio à liberdade académica	

APÊNDICE 5 – Tabelas de frequências das respostas às questões por dimensão

Dimensão Ambiental (Promove a construção de edifícios sustentáveis nos *campi*)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	72	14,0	18,9	18,9
	Poucas	176	34,2	46,3	65,3
	Algumas vezes	95	18,4	25,0	90,3
	Muitas vezes	31	6,0	8,2	98,4
	Sempre	6	1,2	1,6	100,0
	Total	380	73,8	100,0	
Missing	Não Sabe	89	17,3		
	Missing	46	8,9		
	Total	135	26,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Promove a conservação da biodiversidade nos *campi* e em seu redor)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	30	5,8	7,3	7,3
	Poucas	126	24,5	30,8	38,1
	Algumas vezes	142	27,6	34,7	72,9
	Muitas vezes	86	16,7	21,0	93,9
	Sempre	25	4,9	6,1	100,0
	Total	409	79,4	100,0	
Missing	Não Sabe	60	11,7		
	Missing	46	8,9		
	Total	106	20,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Dinamiza ações de voluntariado ambiental)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	14	2,7	3,4	3,4
	Poucas	115	22,3	28,1	31,5
	Algumas vezes	191	37,1	46,7	78,2
	Muitas vezes	81	15,7	19,8	98,0
	Sempre	8	1,6	2,0	100,0
	Total	409	79,4	100,0	
Missing	Não Sabe	60	11,7		
	Missing	46	8,9		
	Total	106	20,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Promove a separação e reencaminhamento de resíduos para a reciclagem (e.g., papel, plástico, metal, óleos, pilhas)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	18	3,5	4,2	4,2
	Poucas	78	15,1	18,3	22,5
	Algumas vezes	136	26,4	31,9	54,3
	Muitas vezes	132	25,6	30,9	85,2
	Sempre	63	12,2	14,8	100,0
	Total	427	82,9	100,0	
Missing	Não Sabe	40	7,8		
	Missing	48	9,3		
	Total	88	17,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Desenvolve planos para reduzir a produção de resíduos (por exemplo, papel, plástico, metal, óleos, pilhas)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	31	6,0	7,8	7,8
	Poucas	112	21,7	28,1	35,9
	Algumas vezes	143	27,8	35,9	71,9
	Muitas vezes	84	16,3	21,1	93,0
	Sempre	28	5,4	7,0	100,0
	Total	398	77,3	100,0	
Missing	Não Sabe	69	13,4		
	Missing	48	9,3		
	Total	117	22,7		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Promove a reutilização dos materiais)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	43	8,3	11,3	11,3
	Poucas	128	24,9	33,7	45,0
	Algumas vezes	135	26,2	35,5	80,5
	Muitas vezes	48	9,3	12,6	93,2
	Sempre	26	5,0	6,8	100,0
	Total	380	73,8	100,0	
Missing	Não Sabe	85	16,5		
	Missing	50	9,7		
	Total	135	26,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Promove práticas para a redução do consumo de água (por exemplo, torneiras com temporizador, autoclismos com redução de água, aproveitamento água pluvial))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	101	19,6	24,2	24,2
	Poucas	153	29,7	36,7	60,9
	Algumas vezes	86	16,7	20,6	81,5
	Muitas vezes	53	10,3	12,7	94,2
	Sempre	24	4,7	5,8	100,0
	Total	417	81,0	100,0	
Missing	Não Sabe	50	9,7		
	Missing	48	9,3		
	Total	98	19,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Utiliza equipamentos eficientes do ponto de vista energético (por exemplo, aquecedores eficientes, painéis solares, lâmpadas economizadoras))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	60	11,7	15,7	15,7
	Poucas	159	30,9	41,7	57,5
	Algumas vezes	102	19,8	26,8	84,3
	Muitas vezes	42	8,2	11,0	95,3
	Sempre	18	3,5	4,7	100,0
	Total	381	74,0	100,0	
Missing	Não Sabe	86	16,7		
	Missing	48	9,3		
	Total	134	26,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Incentiva o uso de transportes sustentáveis nas deslocções para os campi (por exemplo, bicicleta, transportes públicos, veículos elétricos))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	21	4,1	4,8	4,8
	Poucas	109	21,2	24,9	29,7
	Algumas vezes	144	28,0	32,9	62,6
	Muitas vezes	125	24,3	28,5	91,1
	Sempre	39	7,6	8,9	100,0
	Total	438	85,0	100,0	
Missing	Não Sabe	26	5,0		
	Missing	51	9,9		
	Total	77	15,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Utiliza equipamentos para a geração de energias renováveis (por exemplo, solar, eólica, das ondas))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	73	14,2	20,0	20,0
	Poucas	149	28,9	40,8	60,8
	Algumas vezes	83	16,1	22,7	83,6
	Muitas vezes	37	7,2	10,1	93,7
	Sempre	23	4,5	6,3	100,0
	Total	365	70,9	100,0	
Missing	Não Sabe	102	19,8		
	Missing	48	9,3		
	Total	150	29,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Ambiental (Promove práticas para a redução da emissão dos gases com efeito de estufa)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	94	18,3	27,4	27,4
	Poucas	127	24,7	37,0	64,4
	Algumas vezes	79	15,3	23,0	87,5
	Muitas vezes	29	5,6	8,5	95,9
	Sempre	14	2,7	4,1	100,0
	Total	343	66,6	100,0	
Missing	Não Sabe	125	24,3		
	Missing	47	9,1		
	Total	172	33,4		
Total		515	100,0		

Estado de implementação de práticas, Dimensão Económica (Apresenta preocupações com o seu desempenho económico)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	7	1,4	1,7	1,7
	Poucas	35	6,8	8,6	10,3
	Algumas vezes	86	16,7	21,1	31,4
	Muitas vezes	173	33,6	42,5	74,0
	Sempre	106	20,6	26,0	100,0
	Total	407	79,0	100,0	
Missing	Não Sabe	61	11,8		
	Missing	47	9,1		
	Total	108	21,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Desenvolve planos para melhorar a eficiência energética)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	17	3,3	5,1	5,1
	Poucas	104	20,2	31,0	36,0
	Algumas vezes	151	29,3	44,9	81,0
	Muitas vezes	53	10,3	15,8	96,7
	Sempre	11	2,1	3,3	100,0
	Total	336	65,2	100,0	
Missing	Não Sabe	131	25,4		
	Missing	48	9,3		
	Total	179	34,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Concorre a projetos nacionais e internacionais para o seu autofinanciamento)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	6	1,2	1,7	1,7
	Poucas	43	8,3	12,3	14,0
	Algumas vezes	116	22,5	33,2	47,3
	Muitas vezes	145	28,2	41,5	88,8
	Sempre	39	7,6	11,2	100,0
	Total	349	67,8	100,0	
Missing	Não Sabe	117	22,7		
	Missing	49	9,5		
	Total	166	32,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Promove a aquisição de produtos alimentares a fornecedores locais e regionais)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	19	3,7	7,4	7,4
	Poucas	74	14,4	28,9	36,3
	Algumas vezes	83	16,1	32,4	68,8
	Muitas vezes	61	11,8	23,8	92,6
	Sempre	19	3,7	7,4	100,0
	Total	256	49,7	100,0	
Missing	Não Sabe	209	40,6		
	Missing	50	9,7		
	Total	259	50,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Promove a gestão e a melhoria dos processos)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	25	4,9	6,8	6,8
	Poucas	98	19,0	26,7	33,5
	Algumas vezes	166	32,2	45,2	78,7
	Muitas vezes	62	12,0	16,9	95,6
	Sempre	16	3,1	4,4	100,0
	Total	367	71,3	100,0	
Missing	Não Sabe	97	18,8		
	Missing	51	9,9		
	Total	148	28,7		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Promove prestações de serviços à comunidade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	7	1,4	1,7	1,7
	Poucas	81	15,7	19,9	21,6
	Algumas vezes	148	28,7	36,4	58,0
	Muitas vezes	130	25,2	31,9	89,9
	Sempre	41	8,0	10,1	100,0
	Total	407	79,0	100,0	
Missing	Não Sabe	58	11,3		
	Missing	50	9,7		
	Total	108	21,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Promove constantemente a redução de custos no âmbito de toda a sua atividade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	10	1,9	2,8	2,8
	Poucas	71	13,8	20,1	22,9
	Algumas vezes	98	19,0	27,8	50,7
	Muitas vezes	110	21,4	31,2	81,9
	Sempre	64	12,4	18,1	100,0
	Total	353	68,5	100,0	
Missing	Não Sabe	113	21,9		
	Missing	49	9,5		
	Total	162	31,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Beneficia de donativos e de fundos privados (por exemplo, Alumni, empresas, organizações))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	15	2,9	5,8	5,8
	Poucas	102	19,8	39,5	45,3
	Algumas vezes	94	18,3	36,4	81,8
	Muitas vezes	36	7,0	14,0	95,7
	Sempre	11	2,1	4,3	100,0
	Total	258	50,1	100,0	
Missing	Não Sabe	208	40,4		
	Missing	49	9,5		
	Total	257	49,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove boas práticas na gestão de recursos humanos)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	34	6,6	9,2	9,2
	Poucas	128	24,9	34,8	44,0
	Algumas vezes	150	29,1	40,8	84,8
	Muitas vezes	46	8,9	12,5	97,3
	Sempre	10	1,9	2,7	100,0
	Total	368	71,5	100,0	
Missing	Não Sabe	95	18,4		
	Missing	52	10,1		
	Total	147	28,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove benefícios e incentivos aos colaboradores (por exemplo, as atividades do dia de aniversário))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	123	23,9	37,0	37,0
	Poucas	106	20,6	31,9	69,0
	Algumas vezes	69	13,4	20,8	89,8
	Muitas vezes	21	4,1	6,3	96,1
	Sempre	13	2,5	3,9	100,0
	Total	332	64,5	100,0	
Missing	Não Sabe	132	25,6		
	Missing	51	9,9		
	Total	183	35,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Económica (Existe orçamento afeto às práticas promotoras do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	31	6,0	15,5	15,5
	Poucas	85	16,5	42,5	58,0
	Algumas vezes	59	11,5	29,5	87,5
	Muitas vezes	17	3,3	8,5	96,0
	Sempre	8	1,6	4,0	100,0
	Total	200	38,8	100,0	
Missing	Não Sabe	265	51,5		
	Missing	50	9,7		
	Total	315	61,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove políticas promotoras da igualdade e da diversidade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	29	5,6	7,7	7,7
	Poucas	98	19,0	26,1	33,9
	Algumas vezes	128	24,9	34,1	68,0
	Muitas vezes	83	16,1	22,1	90,1
	Sempre	37	7,2	9,9	100,0
	Total	375	72,8	100,0	
Missing	Não Sabe	87	16,9		
	Missing	53	10,3		
	Total	140	27,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (a conciliação entre a vida profissional e a pessoal)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	69	13,4	18,0	18,0
	Poucas	138	26,8	35,9	53,9
	Algumas vezes	102	19,8	26,6	80,5
	Muitas vezes	58	11,3	15,1	95,6
	Sempre	17	3,3	4,4	100,0
	Total	384	74,6	100,0	
Missing	Não Sabe	79	15,3		
	Missing	52	10,1		
	Total	131	25,4		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove sistemas de apoio à infância para filhos de colaboradores)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	90	17,5	32,8	32,8
	Poucas	96	18,6	35,0	67,9
	Algumas vezes	54	10,5	19,7	87,6
	Muitas vezes	25	4,9	9,1	96,7
	Sempre	9	1,7	3,3	100,0
	Total	274	53,2	100,0	
Missing	Não Sabe	188	36,5		
	Missing	53	10,3		
	Total	241	46,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Oferece serviços de refeitório e alimentação)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	8	1,6	1,9	1,9
	Poucas	26	5,0	6,1	8,0
	Algumas vezes	49	9,5	11,6	19,6
	Muitas vezes	115	22,3	27,2	46,8
	Sempre	225	43,7	53,2	100,0
	Total	423	82,1	100,0	
Missing	Não Sabe	35	6,8		
	Missing	57	11,1		
	Total	92	17,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Disponibiliza residências para docentes /investigadores)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	24	4,7	7,0	7,0
	Poucas	57	11,1	16,6	23,5
	Algumas vezes	100	19,4	29,1	52,6
	Muitas vezes	104	20,2	30,2	82,8
	Sempre	59	11,5	17,2	100,0
	Total	344	66,8	100,0	
Missing	Não Sabe	117	22,7		
	Missing	54	10,5		
	Total	171	33,2		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove o desenvolvimento e a valorização pessoal e profissional dos colaboradores (por exemplo, formação profissional, formação académica))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	37	7,2	9,5	9,5
	Poucas	130	25,2	33,4	42,9
	Algumas vezes	120	23,3	30,8	73,8
	Muitas vezes	72	14,0	18,5	92,3
	Sempre	30	5,8	7,7	100,0
	Total	389	75,5	100,0	
Missing	Não Sabe	73	14,2		
	Missing	53	10,3		
	Total	126	24,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Oferece serviços de residências de estudantes)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	3	0,6	0,7	0,7
	Poucas	26	5,0	6,2	7,0
	Algumas vezes	87	16,9	20,9	27,8
	Muitas vezes	160	31,1	38,4	66,2
	Sempre	141	27,4	33,8	100,0
	Total	417	81,0	100,0	
Missing	Não Sabe	43	8,3		
	Missing	55	10,7		
	Total	98	19,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Apresenta programas de apoio e incentivo, financeiro e não financeiro a estudantes, para além dos convencionais)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	22	4,3	7,7	7,7
	Poucas	68	13,2	23,8	31,5
	Algumas vezes	110	21,4	38,5	69,9
	Muitas vezes	58	11,3	20,3	90,2
	Sempre	28	5,4	9,8	100,0
	Total	286	55,5	100,0	
Missing	Não Sabe	176	34,2		
	Missing	53	10,3		
	Total	229	44,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Apresenta serviços de saúde ocupacional (por exemplo, serviços médicos para toda a comunidade acadêmica))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	39	7,6	11,0	11,0
	Poucas	73	14,2	20,5	31,5
	Algumas vezes	95	18,4	26,7	58,1
	Muitas vezes	83	16,1	23,3	81,5
	Sempre	66	12,8	18,5	100,0
	Total	356	69,1	100,0	
Missing	Não Sabe	104	20,2		
	Missing	55	10,7		
	Total	159	30,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Oferece serviços de apoio pedagógico, psicológico, acolhimento e integração aos estudantes)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	4	0,8	1,0	1,0
	Poucas	50	9,7	12,6	13,6
	Algumas vezes	134	26,0	33,7	47,2
	Muitas vezes	127	24,7	31,9	79,1
	Sempre	83	16,1	20,9	100,0
	Total	398	77,3	100,0	
Missing	Não Sabe	61	11,8		
	Missing	56	10,9		
	Total	117	22,7		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove ações formação em competências transversais para estudantes, não obrigatórias nos planos de estudos (Soft skills))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	16	3,1	4,4	4,4
	Poucas	94	18,3	25,8	30,1
	Algumas vezes	123	23,9	33,7	63,8
	Muitas vezes	99	19,2	27,1	91,0
	Sempre	33	6,4	9,0	100,0
	Total	365	70,9	100,0	
Missing	Não Sabe	97	18,8		
	Missing	53	10,3		
	Total	150	29,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove iniciativas e atividades para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	12	2,3	2,8	2,8
	Poucas	92	17,9	21,4	24,2
	Algumas vezes	159	30,9	37,0	61,2
	Muitas vezes	118	22,9	27,4	88,6
	Sempre	49	9,5	11,4	100,0
	Total	430	83,5	100,0	
Missing	Não Sabe	30	5,8		
	Missing	55	10,7		
	Total	85	16,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove a empregabilidade e inserção no mercado de trabalho dos estudantes e diplomados (e.g. Portal de Emprego; Serviços-Gabinete de Estágios e Acompanhamento Profissional))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	10	1,9	2,5	2,5
	Poucas	73	14,2	18,2	20,7
	Algumas vezes	136	26,4	33,9	54,6
	Muitas vezes	130	25,2	32,4	87,0
	Sempre	52	10,1	13,0	100,0
	Total	401	77,9	100,0	
Missing	Não Sabe	63	12,2		
	Missing	51	9,9		
	Total	114	22,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Dinamiza uma Rede de Antigos Estudantes (por exemplo, Rede Alumni; Observatório Emprego; Observatório Inserção Profissional; Associação Antigos Estudantes))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	11	2,1	2,9	2,9
	Poucas	58	11,3	15,3	18,3
	Algumas vezes	119	23,1	31,5	49,7
	Muitas vezes	123	23,9	32,5	82,3
	Sempre	67	13,0	17,7	100,0
	Total	378	73,4	100,0	
Missing	Não Sabe	84	16,3		
	Missing	53	10,3		
	Total	137	26,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove a partilha de instalações, equipamentos e recursos humanos)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	24	4,7	6,1	6,1
	Poucas	96	18,6	24,5	30,6
	Algumas vezes	123	23,9	31,4	62,0
	Muitas vezes	102	19,8	26,0	88,0
	Sempre	47	9,1	12,0	100,0
	Total	392	76,1	100,0	
Missing	Não Sabe	66	12,8		
	Missing	57	11,1		
	Total	123	23,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Desenvolve e participa em ações recreativas, culturais ou desportivas (por exemplo, eventos desportivos, concertos))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	4	0,8	1,0	1,0
	Poucas	50	9,7	12,1	13,0
	Algumas vezes	147	28,5	35,5	48,6
	Muitas vezes	157	30,5	37,9	86,5
	Sempre	56	10,9	13,5	100,0
	Total	414	80,4	100,0	
Missing	Não Sabe	46	8,9		
	Missing	55	10,7		
	Total	101	19,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Desenvolve preocupações e iniciativas para a inclusão social)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	16	3,1	4,5	4,5
	Poucas	90	17,5	25,1	29,5
	Algumas vezes	134	26,0	37,3	66,9
	Muitas vezes	90	17,5	25,1	91,9
	Sempre	29	5,6	8,1	100,0
	Total	359	69,7	100,0	
Missing	Não Sabe	100	19,4		
	Missing	56	10,9		
	Total	156	30,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Promove iniciativas de carácter cultural ou científico direcionado para a comunidade externa (por exemplo, dia aberto, semana do emprego, semana da ciência))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	4	0,8	0,9	0,9
	Poucas	41	8,0	9,3	10,3
	Algumas vezes	110	21,4	25,1	35,3
	Muitas vezes	160	31,1	36,4	71,8
	Sempre	124	24,1	28,2	100,0
	Total	439	85,2	100,0	
Missing	Não Sabe	22	4,3		
	Missing	54	10,5		
	Total	76	14,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Desenvolve a promoção do património cultural e artístico)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	8	1,6	2,0	2,0
	Poucas	82	15,9	20,9	22,9
	Algumas vezes	136	26,4	34,6	57,5
	Muitas vezes	129	25,0	32,8	90,3
	Sempre	38	7,4	9,7	100,0
	Total	393	76,3	100,0	
Missing	Não Sabe	65	12,6		
	Missing	57	11,1		
	Total	122	23,7		
Total		515	100,0		

Estado de implementação de práticas, Dimensão Social e Cultural (Promove iniciativas de solidariedade social)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	12	2,3	3,3	3,3
	Poucas	89	17,3	24,4	27,7
	Algumas vezes	139	27,0	38,1	65,8
	Muitas vezes	100	19,4	27,4	93,2
	Sempre	25	4,9	6,8	100,0
	Total	365	70,9	100,0	
Missing	Não Sabe	94	18,3		
	Missing	56	10,9		
	Total	150	29,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Social e Cultural (Disponibiliza acessos e instalações adequadas a pessoas com deficiência)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	21	4,1	5,1	5,1
	Poucas	109	21,2	26,5	31,6
	Algumas vezes	130	25,2	31,6	63,1
	Muitas vezes	112	21,7	27,2	90,3
	Sempre	40	7,8	9,7	100,0
	Total	412	80,0	100,0	
Missing	Não Sabe	49	9,5		
	Missing	54	10,5		
	Total	103	20,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Os planos estratégicos e objetivos incluem preocupações com o desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	8	1,6	2,3	2,3
	Poucas	68	13,2	19,9	22,2
	Algumas vezes	146	28,3	42,7	64,9
	Muitas vezes	83	16,1	24,3	89,2
	Sempre	37	7,2	10,8	100,0
	Total	342	66,4	100,0	
Missing	Não Sabe	5	1,0		
	Missing	168	32,6		
	Total	173	33,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Comunica as atividades de desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	33	6,4	10,2	10,2
	Poucas	106	20,6	32,7	42,9
	Algumas vezes	113	21,9	34,9	77,8
	Muitas vezes	54	10,5	16,7	94,4
	Sempre	18	3,5	5,6	100,0
	Total	324	62,9	100,0	
Missing	Não Sabe	133	25,8		
	Missing	58	11,3		
	Total	191	37,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (As questões do desenvolvimento sustentável estão incluídas na missão, visão e valores da UAlg)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	7	1,4	2,0	2,0
	Poucas	57	11,1	16,1	18,1
	Algumas vezes	155	30,1	43,9	62,0
	Muitas vezes	92	17,9	26,1	88,1
	Sempre	42	8,2	11,9	100,0
	Total	353	68,5	100,0	
Missing	Não Sabe	105	20,4		
	Missing	57	11,1		
	Total	162	31,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Publica relatórios de sustentabilidade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	49	9,5	20,0	20,0
	Poucas	94	18,3	38,4	58,4
	Algumas vezes	61	11,8	24,9	83,3
	Muitas vezes	26	5,0	10,6	93,9
	Sempre	15	2,9	6,1	100,0
	Total	245	47,6	100,0	
Missing	Não Sabe	215	41,7		
	Missing	55	10,7		
	Total	270	52,4		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Apresenta preocupações para com as questões éticas (por exemplo, código de ética ou código de conduta, comissão de ética)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	32	6,2	8,9	8,9
	Poucas	73	14,2	20,2	29,1
	Algumas vezes	114	22,1	31,6	60,7
	Muitas vezes	102	19,8	28,3	88,9
	Sempre	40	7,8	11,1	100,0
	Total	361	70,1	100,0	
Missing	Não Sabe	95	18,4		
	Missing	59	11,5		
	Total	154	29,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove a formação dos professores na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	76	14,8	16,9	16,9
	Poucas	112	21,7	24,9	41,9
	Algumas vezes	54	10,5	12,0	53,9
	Muitas vezes	195	37,9	43,4	97,3
	Sempre	12	2,3	2,7	100,0
	Total	449	87,2	100,0	
Missing	Não Sabe	10	1,9		
	Missing	56	10,9		
	Total	66	12,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existem unidades curriculares optativas em desenvolvimento sustentável em todos os cursos)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	85	16,5	32,9	32,9
	Poucas	92	17,9	35,7	68,6
	Algumas vezes	48	9,3	18,6	87,2
	Muitas vezes	25	4,9	9,7	96,9
	Sempre	8	1,6	3,1	100,0
	Total	258	50,1	100,0	
Missing	Não Sabe	198	38,4		
	Missing	59	11,5		
	Total	257	49,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existem licenciaturas na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	79	15,3	29,7	29,7
	Poucas	75	14,6	28,2	57,9
	Algumas vezes	64	12,4	24,1	82,0
	Muitas vezes	30	5,8	11,3	93,2
	Sempre	18	3,5	6,8	100,0
	Total	266	51,7	100,0	
Missing	Não Sabe	193	37,5		
	Missing	56	10,9		
	Total	249	48,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Desenvolve cursos em parceria com outras instituições de ensino na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	41	8,0	15,6	15,6
	Poucas	105	20,4	39,9	55,5
	Algumas vezes	78	15,1	29,7	85,2
	Muitas vezes	26	5,0	9,9	95,1
	Sempre	13	2,5	4,9	100,0
	Total	263	51,1	100,0	
Missing	Não Sabe	197	38,3		
	Missing	55	10,7		
	Total	252	48,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existem unidades curriculares obrigatórias em desenvolvimento sustentável em alguns cursos)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	45	8,7	17,6	17,6
	Poucas	87	16,9	34,0	51,6
	Algumas vezes	66	12,8	25,8	77,3
	Muitas vezes	39	7,6	15,2	92,6
	Sempre	19	3,7	7,4	100,0
	Total	256	49,7	100,0	
Missing	Não Sabe	199	38,6		
	Missing	60	11,7		
	Total	259	50,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existem pós-graduações, mestrados ou doutoramentos na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	43	8,3	15,7	15,7
	Poucas	83	16,1	30,3	46,0
	Algumas vezes	79	15,3	28,8	74,8
	Muitas vezes	44	8,5	16,1	90,9
	Sempre	25	4,9	9,1	100,0
	Total	274	53,2	100,0	
Missing	Não Sabe	184	35,7		
	Missing	57	11,1		
	Total	241	46,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Suscita o desenvolvimento do pensamento sistêmico e holístico no ensino e investigação)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	47	9,1	13,8	13,8
	Poucas	100	19,4	29,4	43,2
	Algumas vezes	111	21,6	32,6	75,9
	Muitas vezes	56	10,9	16,5	92,4
	Sempre	26	5,0	7,6	100,0
	Total	340	66,0	100,0	
Missing	Não Sabe	115	22,3		
	Missing	60	11,7		
	Total	175	34,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existe uma unidade/centro de investigação em desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	65	12,6	30,1	30,1
	Poucas	40	7,8	18,5	48,6
	Algumas vezes	59	11,5	27,3	75,9
	Muitas vezes	31	6,0	14,4	90,3
	Sempre	21	4,1	9,7	100,0
	Total	216	41,9	100,0	
Missing	Não Sabe	241	46,8		
	Missing	58	11,3		
	Total	299	58,1		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Apresenta publicações científicas na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	9	1,7	3,2	3,2
	Poucas	57	11,1	20,1	23,3
	Algumas vezes	106	20,6	37,5	60,8
	Muitas vezes	78	15,1	27,6	88,3
	Sempre	33	6,4	11,7	100,0
	Total	283	55,0	100,0	
Missing	Não Sabe	172	33,4		
	Missing	60	11,7		
	Total	232	45,0		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Possibilita aos estudantes, professores e funcionários desenvolverem programas de intercâmbio no domínio do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	31	6,0	10,8	10,8
	Poucas	91	17,7	31,8	42,7
	Algumas vezes	89	17,3	31,1	73,8
	Muitas vezes	52	10,1	18,2	92,0
	Sempre	23	4,5	8,0	100,0
	Total	286	55,5	100,0	
Missing	Não Sabe	173	33,6		
	Missing	56	10,9		
	Total	229	44,5		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existem unidades/centros de investigação de cariz transdisciplinar)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	13	2,5	3,9	3,9
	Poucas	54	10,5	16,2	20,1
	Algumas vezes	102	19,8	30,6	50,8
	Muitas vezes	110	21,4	33,0	83,8
	Sempre	54	10,5	16,2	100,0
	Total	333	64,7	100,0	
Missing	Não Sabe	124	24,1		
	Missing	58	11,3		
	Total	182	35,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove seminários ou workshops em desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	26	5,0	8,0	8,0
	Poucas	93	18,1	28,8	36,8
	Algumas vezes	117	22,7	36,2	73,1
	Muitas vezes	67	13,0	20,7	93,8
	Sempre	20	3,9	6,2	100,0
	Total	323	62,7	100,0	
Missing	Não Sabe	136	26,4		
	Missing	56	10,9		
	Total	192	37,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Existe uma estrutura multidisciplinar para promover a investigação e a educação em sustentabilidade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	48	9,3	19,7	19,7
	Poucas	57	11,1	23,4	43,0
	Algumas vezes	79	15,3	32,4	75,4
	Muitas vezes	44	8,5	18,0	93,4
	Sempre	16	3,1	6,6	100,0
	Total	244	47,4	100,0	
Missing	Não Sabe	213	41,4		
	Missing	58	11,3		
	Total	271	52,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove o desenvolvimento de tecnologias e registo de patentes na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	29	5,6	13,0	13,0
	Poucas	63	12,2	28,3	41,3
	Algumas vezes	73	14,2	32,7	74,0
	Muitas vezes	42	8,2	18,8	92,8
	Sempre	16	3,1	7,2	100,0
	Total	223	43,3	100,0	
Missing	Não Sabe	234	45,4		
	Missing	58	11,3		
	Total	292	56,7		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Integra redes nacionais e/ou internacionais para o desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	10	1,9	4,3	4,3
	Poucas	54	10,5	23,5	27,8
	Algumas vezes	90	17,5	39,1	67,0
	Muitas vezes	49	9,5	21,3	88,3
	Sempre	27	5,2	11,7	100,0
	Total	230	44,7	100,0	
Missing	Não Sabe	228	44,3		
	Missing	57	11,1		
	Total	285	55,3		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Desenvolve projeto de I&D em desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	20	3,9	7,9	7,9
	Poucas	63	12,2	24,9	32,8
	Algumas vezes	94	18,3	37,2	70,0
	Muitas vezes	55	10,7	21,7	91,7
	Sempre	21	4,1	8,3	100,0
	Total	253	49,1	100,0	
Missing	Não Sabe	198	38,4		
	Missing	64	12,4		
	Total	262	50,9		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove a transferência de tecnologia, inovação e conhecimento (por exemplo, patentes, criação de empresas))

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	21	4,1	6,9	6,9
	Poucas	61	11,8	19,9	26,8
	Algumas vezes	116	22,5	37,9	64,7
	Muitas vezes	74	14,4	24,2	88,9
	Sempre	34	6,6	11,1	100,0
	Total	306	59,4	100,0	
Missing	Não Sabe	147	28,5		
	Missing	62	12,0		
	Total	209	40,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Apresenta no seu organograma um departamento responsável pelo desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	88	17,1	42,5	42,5
	Poucas	43	8,3	20,8	63,3
	Algumas vezes	47	9,1	22,7	86,0
	Muitas vezes	18	3,5	8,7	94,7
	Sempre	11	2,1	5,3	100,0
	Total	207	40,2	100,0	
Missing	Não Sabe	249	48,3		
	Missing	59	11,5		
	Total	308	59,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Apresenta no seu organograma recursos humanos afetos às funções de promoção do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	77	15,0	38,1	38,1
	Poucas	50	9,7	24,8	62,9
	Algumas vezes	43	8,3	21,3	84,2
	Muitas vezes	22	4,3	10,9	95,0
	Sempre	10	1,9	5,0	100,0
	Total	202	39,2	100,0	
Missing	Não Sabe	253	49,1		
	Missing	60	11,7		
	Total	313	60,8		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove a participação dos colaboradores (docentes e não docentes) em atividades de desenvolvimento sustentável nos *campi*)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	42	8,2	13,9	13,9
	Poucas	118	22,9	39,1	53,0
	Algumas vezes	87	16,9	28,8	81,8
	Muitas vezes	41	8,0	13,6	95,4
	Sempre	14	2,7	4,6	100,0
	Total	302	58,6	100,0	
Missing	Não Sabe	153	29,7		
	Missing	60	11,7		
	Total	213	41,4		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Desenvolve projetos em parceria com outras instituições de ensino superior na área do desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	20	3,9	9,2	9,2
	Poucas	64	12,4	29,4	38,5
	Algumas vezes	81	15,7	37,2	75,7
	Muitas vezes	39	7,6	17,9	93,6
	Sempre	14	2,7	6,4	100,0
	Total	218	42,3	100,0	
Missing	Não Sabe	235	45,6		
	Missing	62	12,0		
	Total	297	57,7		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Promove a participação de estudantes em atividades de desenvolvimento sustentável nos *campi*)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	29	5,6	9,5	9,5
	Poucas	118	22,9	38,6	48,0
	Algumas vezes	93	18,1	30,4	78,4
	Muitas vezes	49	9,5	16,0	94,4
	Sempre	17	3,3	5,6	100,0
	Total	306	59,4	100,0	
Missing	Não Sabe	148	28,7		
	Missing	61	11,8		
	Total	209	40,6		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (O desenvolvimento sustentável é considerado nos procedimentos de qualidade e avaliação da instituição)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	40	7,8	16,3	16,3
	Poucas	73	14,2	29,8	46,1
	Algumas vezes	80	15,5	32,7	78,8
	Muitas vezes	35	6,8	14,3	93,1
	Sempre	17	3,3	6,9	100,0
	Total	245	47,6	100,0	
Missing	Não Sabe	212	41,2		
	Missing	58	11,3		
	Total	270	52,4		
Total		515	100,0		

Dimensão Institucional, Educacional e Política (Desenvolve parcerias formais ao nível regional, nacional ou internacional com vista a promover o desenvolvimento sustentável)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	14	2,7	6,1	6,1
	Poucas	66	12,8	28,9	35,1
	Algumas vezes	93	18,1	40,8	75,9
	Muitas vezes	39	7,6	17,1	93,0
	Sempre	16	3,1	7,0	100,0
	Total	228	44,3	100,0	
Missing	Não Sabe	227	44,1		
	Missing	60	11,7		
	Total	287	55,7		
Total		515	100,0		